Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Danielle Nogueira Magalhães

Fábricas de tecidos no sertão maranhense: patrimônio industrial não consagrado

Rio de Janeiro

2021

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Danielle Nogueira Magalhães

Fábricas de tecidos no sertão maranhense: patrimônio industrial não consagrado

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.

Orientador: Prof. Me. Luciano dos Santos Teixeira

Supervisora: Ma. Marise Ferreira Alves

Rio de Janeiro

2021

Danielle Nogueira Magalhães

Fábricas de tecidos no sertão maranhense: patrimônio industrial não consagrado

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.

Aprovada em: / /

BANCA EXAMINADORA

_____

Prof. Me. Luciano dos Santos Teixeira (Orientador)

_____

Prof. Dra. Lia Motta

_____

Prof. Dra. Maria Lúcia Bressan Pinheiro

AGRADECIMENTOS

Ao Superintendente do IPHAN no Maranhão, Mauricio Itapary por consentir minha participação no mestrado e pelo apoio no contato com as Prefeituras de Caxias e Codó.

À equipe da Superintendência do IPHAN no Maranhão, em especial, ao Coord. Raphael Gama Pestana, por entender minhas ausências para dedicação a este trabalho e à Izaurina Nunes, por indicar pessoas comprometidas com a preservação cultural.

Ao meu orientador, Professor Luciano Teixeira, pela paciência e dedicação em demonstrar os diversos caminhos possíveis dessa pesquisa, trazendo sempre contribuições valiosas.

À Marise Ferreira Alves, por dividir seu tempo entre o trabalho diário na Superintendência do IPHAN no Maranhão e a supervisão das minhas práticas do mestrado.

À Stella Regina Soares de Brito, pelas importantes contribuições na construção do referencial teórico desta pesquisa.

A Rafael Correa Ribeiro, pelo trabalho atencioso na diagramação do Inventário dos bens remanescentes do processo de industrialização têxtil das cidades de Caxias e Codó.

A Wybson Carvalho e Elias Araújo, pela disposição em colaborar a qualquer tempo no desenvolvimento deste estudo, especialmente, na tarefa de localização de antigos funcionários das fábricas de tecidos.

A Consuelo Machado, Maria Nunes da Conceição, Teresinha de Jesus e Nicanor dos Santos, por compartilharem suas memórias de trabalho que tanto enriqueceram esta pesquisa.

À minha mãe, Conceição de Maria Nogueira Magalhães, pelo exemplo de mulher independente e dedicada aos estudos. Ao meu pai, Antomar Diniz Magalhães (*in memoriam*) de quem herdei a curiosidade e o espírito investigativo.

A Stenio Luís Costa Moreira, por contribuir, como engenheiro civil, na exaustiva tarefa de medição das antigas fábricas de tecidos localizadas no interior do Maranhão.

Aos meus irmãos, cunhados, demais familiares e amigos, pelo afeto e suporte em todos os aspectos da vida.

Guardar uma coisa não é escondê-la ou trancá-la.
Em cofre não se guarda coisa alguma.
Em cofre perde-se a coisa à vista.
Guardar uma coisa é olhá-la, fitá-la,
Mirá-la por admirá-la,
Isto é, iluminá-la ou ser por ela iluminado.
Guardar uma coisa é vigiá-la,
Isto é, fazer vigília por ela,
Velar por ela, estar acordado por ela,
Isto é, estar por ela ou ser por ela
Por isso, melhor se guarda o vôo de um pássaro
Do que pássaros sem vôos.
Por isso se escreve,
Por isso se diz,
Por isso se publica
[...].

Antônio Cícero

RESUMO

Esta pesquisa se dedica ao estudo do patrimônio industrial, especificamente, de uma parcela do legado da Indústria Têxtil no Maranhão, as primeiras fábricas de tecidos implantadas no interior maranhense, nas cidades de Caxias e Codó. O objetivo geral é discutir valores culturais relacionados aos remanescentes dessa indústria, que se desenvolveu no séc. XIX e XX, de modo a demonstrar seu significado cultural e contribuir para sua preservação. Para tanto, são apresentados conceitos relevantes acerca do tema, os estudos iniciais sobre o Patrimônio Industrial e de que forma se desenvolveu o reconhecimento dos seus valores culturais no Brasil, através da atuação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Em seguida, faz-se uma breve contextualização histórica, posicionando internacional e nacionalmente o desenvolvimento da indústria de produção de tecidos; e apresenta-se de maneira geral o parque industrial têxtil implantado no Estado do Maranhão, tratando mais profundamente dos remanescentes de três complexos industriais de tecidos cujas edificações ainda permanecem erguidas no interior do Estado: (i) Companhia Industrial Caxiense; (ii) Companhia União Caxiense; (iii) Companhia Manufatureira e Agrícola do Maranhão (CMAM). Por fim, discute-se parte dos valores culturais identificados por meio de uma metodologia que envolve registro e análise da memória oral, pesquisa histórica, levantamento e análise de dados sobre técnica e tecnologia, sobre a arquitetura fabril e sua relação com o espaço urbano, compondo uma paisagem industrial. A discussão desses valores tem por propósito firmar as bases de argumentação para a necessidade de preservar e conservar os antigos complexos industriais de tecidos maranhenses, documentos relevantes do ramo mais importante da Indústria Nacional Brasileira naquele período, a Indústria Têxtil.

Palavras-chave: Patrimônio industrial. Valores culturais. Indústria têxtil. Arquitetura fabril. Memória do trabalho.

ABSTRACT

This research is dedicated to analyzing the industrial heritage, specifically, a part of the legacy of the Textile Industry in Maranhão, the pioneer fabric factories implanted in the interior of Maranhão, in the cities of Caxias and Codó. The general objective is to discuss cultural values related to the remnants of this industry, which developed from the end of the 19th century to the middle of the 20th century, in order to demonstrate its cultural significance and contribute to its preservation. In the initial part, relevant concepts are presented on the theme, as well as the first investigations about Industrial Heritage and how the recognition of its cultural values in Brazil was developed, through the work of the National Historical and Artistic Heritage Institute - IPHAN. Subsequently, a historical contextualization is made, positioning the development of the textile industry internationally and nationally; and the textile industrial park implanted in the State of Maranhão is presented in a general way, emphasizing the remnants of three industrial fabric complexes whose buildings still remain erected in the interior of the State: (i) Companhia Industrial Caxiense; (ii) Companhia União Caxiense; (iii) Companhia Manufatureira e Agrícola do Maranhão (CMAM). Finally, it discusses part of the cultural values identified through a methodology that involves recording and analyzing oral memory, historical research, gathering and analyzing information about the textile production process and technology, industrial architecture and its relationship with the urban space, composing an industrial landscape. The purpose of discussing these values is to establish the bases of argument for the need to preserve and maintain the old textile industrial complexes in Maranhão that are relevant documents of the most important segment of the Brazilian National Industry in the analyzed period, the Textile Industry.

Keywords: Industrial heritage. Cultural values. Textile industry. Factory architecture. Work memories.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Desenho de uma roda de fiar algodão, acionada por pedal, utilizada por indígenas brasileiros..... 60
Figura 2 – Engenho de descaroçar algodão..... 61
Figura 3 – Maiores indústrias têxteis de algodão do Brasil, 1910..... 70
Figura 4 – Participação das fábricas têxteis do Maranhão na Exposição Universal dos Estados Unidos..... 74
Figura 5 – Parte do parque industrial têxtil maranhense..... 79
Figura 6 – Fábrica de tecidos Industrial Caxiense, Povoado Ponte, Caxias-MA..... 81
Figura 7 – Cia. de Fiação e Tecidos Maranhenses, Camboa do Mato, São Luís – MA..... 81
Figura 8 – Fábrica União Caxiense, povoado Ponte, Caxias-MA..... 82
Figura 9 – Companhia de Fiação e Tecidos Rio Anil, São Luís-MA..... 83
Figura 10 – Engomadores da Companhia de Fiação e Tecidos Rio Anil..... 83
Figura 11 – Residência do gerente da Fábrica Rio Anil, São Luís-MA..... 84
Figura 12 – Proposta de adaptação da Fábrica Rio Anil como unidade de ensino – CINTRA, 1994..... 84
Figura 13 – Fachada frontal e vista interna do Centro Integrado de Ensino Rio Anil – CINTRA, 1994..... 85
Figura 14 – Fachada frontal do imóvel da antiga Fábrica Progresso. São Luís-MA... 85
Figura 15 – Companhia Fabril Maranhense no início do sec. XX..... 86
Figura 16 – Chalé do gerente da fábrica nos anos 1980..... 87
Figura 17 – Vila operária e residência do gerente da Companhia Fabril Maranhense..... 87
Figura 18 – Sistema construtivo, em adobe e trilhos de ferro, chalé da Companhia Fabril Maranhense..... 87
Figura 19 – Fábrica Cânhamo, São Luís - MA, no início do séc. XX..... 88
Figura 20 – Fábrica Industrial Maranhense, São Luís – MA..... 89
Figura 21 – Fábrica Santa Amélia, São Luís - MA, ao final do séc. XX..... 89
Figura 22 – Fábrica Santa Amélia, São Luís - MA, após requalificação..... 90
Figura 23 – Fábrica São Luís, vista a partir do rio Bacanga..... 90

Figura 24 – Fábrica São Luís, vista a partir do Anel Viário..... 91
Figura 25 – Carta da Província do Maranhão, 1854, por Franklin Antônio da Costa Ferreira, Arquivo Militar..... 92
Figura 26 – Mapa das zonas algodoeiras do Estado do Maranhão..... 93
Figura 27 – Imóveis que sediavam a Fábrica de Tecidos Sanharó..... 95
Figura 28 – Remanescentes da antiga chaminé da Fábrica Sanharó..... 96
Figura 29 – Chegada, no Porto de São Luís, de fardos de tecido vindos de Caxias... 96
Figura 30 – Estação da via férrea de Caxias a Flores..... 97
Figura 31 – Fachada frontal da antiga Fábrica Industrial Caxiense..... 99
Figura 32 – Fachada lateral esquerda da antiga Fábrica Industrial Caxiense..... 99
Figura 33 – Chegada de teares à Fábrica Industrial de Caxias..... 100
Figura 34 – Fábrica Industrial Caxiense em dois momentos, a) 1908 e b) 2018..... 100
Figura 35 – Operários em frente ao prédio da Fábrica Industrial Caxiense, Ponte, Caxias - MA..... 101
Figura 36 – Salão de fiação da Fábrica Industrial, com pilares e estruturas da cobertura em madeira..... 102
Figura 37 – Planta Baixa da Fábrica Industrial de Caxias. Disposição dos espaços a partir da descrição contida no artigo do Eng. Arthur Campos..... 104
Figura 38 – Piso da Fábrica Industrial Caxiense em ladrilho de tijolos cerâmicos..... 104
Figura 39 – Antigo escritório da Fábrica Industrial Caxiense, atual laboratório..... 105
Figura 40 – Antigo salão de tecelagem, utilizado na fabricação de sabões..... 105
Figura 41 – Dormentes de madeira, ala lateral direita da Fábrica Industrial Caxiense..... 105
Figura 42 – Chaminé de tijolos cerâmicos, Fábrica Industrial Caxiense..... 106
Figura 43 – Roldanas de ferro no vão de porta da Fábrica Industrial Caxiense..... 106
Figura 44 – Fornalha e caldeira da Fábrica Industrial Caxiense..... 107
Figura 45 – Registro de fundição nas portas das caldeiras da Fábrica Industrial Caxiense: “The Mirrless Watson Cº LTD Engineers – Glasgow..... 107
Figura 46 – Fábrica União Caxiense, instalada no povoado Ponte, Caxias - MA, em estado de arruinamento..... 109
Figura 47 – Preços de produtos à venda pela Fábrica União..... 109
Figura 48 – Chaminé de grandes dimensões da antiga Fábrica União..... 111

Figura 49 – Fachada da antiga Fábrica Manufatora de Caxias..... 111
Figura 50 – Gastos com a construção e aquisição de material para a edificação da Fábrica Manufatora de Caxias..... 112
Figura 51 – Balanço da Companhia Manufatora Caxiense, dezembro de 1893..... 112
Figura 52 – Fábrica Manufatora de Caxias..... 113
Figura 53 – Planta baixa da antiga fábrica Manufatora de Caxias. Suposição do uso dos espaços a partir do fluxo de produção e da análise de suas características..... 114
Figura 54 – Aquisição dos equipamentos da Companhia Manufatora Caxiense..... 115
Figura 55 – Fachada frontal da antiga Companhia Manufatureira e Agrícola do Maranhão..... 116
Figura 56 – Fachada lateral da antiga Companhia Manufatureira e Agrícola do Maranhão..... 116
Figura 57 – Igreja São Sebastião a partir da Fábrica Manufatureira e Agrícola do Maranhão..... 118
Figura 58 – Telegrama do Ministro de Viação ao Diretor da Estrada de Ferro São Luís-Teresina, Remi Archer..... 119
Figura 59 – Fachada frontal da antiga Fábrica de tecidos de Codó – CMAM..... 120
Figura 60 – Imóveis remanescentes do processo de industrialização têxtil da Cidade de Codó, em vermelho, inserção de novas construções no terreno da antiga fábrica de tecidos..... 121
Figura 61 – Reservatório de água e canais subterrâneos da CMAM..... 122
Figura 62 – Torre do relógio da CMAM..... 122
Figura 63 – Companhia Manufatureira e Agrícola do Maranhão. Suposição dos espaços a partir do fluxo de produção e da descrição dos antigos funcionários..... 123
Figura 64 – Platibanda e chaminé da Companhia Manufatureira e Agrícola do Maranhão (CMAM) 124
Figura 65 – Planta de Cobertura de parte das edificações da Companhia Manufatureira e Agrícola do Maranhão..... 124
Figura 66 – Marca da fundição inglesa registrada nos pilares de ferro: Hy Rogers, Sons & Co, Wolverhampton, England..... 125

Figura 67 – Remanescentes das tubulações de ferro e bobinas suspensas da CMAM..... 125
Figura 68 – Componentes da casa de máquinas: volante de inercia e pistão da CMAM..... 125
Figura 69 – Pessoas no escritório da CMAM em São Luís - MA, Rua da Estrela, nº 49, atual nº 535..... 126
Figura 70 – Trecho do muro removido para dar acesso ao interior da CMAM, no carnaval de 2018..... 127
Figura 71 – Trecho do muro frontal demolido e uso do interior da CMAM como canteiro de obras..... 127
Figura 72 – Intervenção nos equipamentos da casa de máquinas da CMAM..... 128
Figura 73 – Aspecto atual da Companhia Manufatureira e Agrícola do Maranhão - CMAM..... 128
Figura 74 – Motor a vapor da Fábrica de Tecidos de Codó..... 132
Figura 75 – Funcionamento de um motor a vapor..... 133
Figura 76 – Caldeiras e fornalhas da Fábrica Industrial de Caxias..... 134
Figura 77 – Posição dos eixos de transmissão na Fábrica Industrial de Caxias..... 134
Figura 78 – Posição dos eixos de transmissão e local de apoio das mãos francesas da CMAM..... 134
Figura 79 – Local das mãos francesas nos pilares das Fábricas Progresso e Santa Amélia..... 135
Figura 80 – Anúncio de venda de chitas da Fábrica Bangu, Rio de Janeiro, oferecidas na Cidade de Caxias-MA..... 136
Figura 81 – Processo de produção de algodão, fios e tecidos no séc. XIX..... 137
Figura 82 – Batedor da Tweedales & Smalley Ltd, Manchester - Inglaterra, 1936. Museu da Indústria Têxtil – Portugal..... 138
Figura 83 – Carda da Tweedales & Smalley Ltd, Manchester - Inglaterra, 1959. Museu da Indústria Têxtil – Portugal..... 138
Figura 84 – Carreteleira em exposição, Museu da Indústria Têxtil – Portugal..... 139
Figura 85 – Urdideira horizontal (1920). Museu da Indústria Têxtil – Portugal..... 139
Figura 86 – Tear mecânico e lançadeira, por Sington & Company, início do séc. XX, Manchester-Inglaterra. Museu da Indústria Têxtil – Portugal..... 140

Figura 87 – Bobina de urdimento, por Sington & Company, início do séc. XX, Manchester-Inglaterra. Museu da Indústria Têxtil – Portugal..... 140
Figura 88 – Tear automático, produzido na Suíça, 1950. Museu da Indústria Têxtil – Portugal..... 141
Figura 89 – Calandra, início do séc. XX, fabricada em Barcelona, Fábrica Industrial de Santo Tirso – Museu da Indústria Têxtil – Portugal..... 141
Figura 90 – Máquina picotadeira. Museu da Indústria Têxtil – Portugal..... 142
Figura 91 – Aprendiz da Fábrica de Tecidos Manufatora de Caxias desenvolve máquina de pilar arroz..... 142
Figura 92 – Desenho de um dos gradis da CMAM, contendo as iniciais do Engenheiro Palmério de Carvalho Cantanhede (PCC)..... 147
Figura 93 – Chaminés das antigas Fábricas de Tecidos no interior maranhense, respectivamente, das fábricas: Industrial, União, Manufatora e CMAM.. 148
Figura 94 – Parte da fachada frontal da Fábrica Industrial Caxiense..... 149
Figura 95 – Fachada frontal da Fábrica Manufatora Caxiense..... 150
Figura 96 – Fachada frontal da Fábrica Manufatureira e Agrícola do Maranhão..... 150
Figura 97 – a) Óculo existente na fachada frontal da Fábrica Manufatora de Caxias e b) Janela elevada da Fábrica Manufatureira e Agrícola do Maranhão... 150
Figura 98 – Trecho da Fábrica Industrial Caxiense que sofreu ampliação no séc. XX..... 152
Figura 99 – Elevação de Campbell, Shawfield, na cidade de Glasgow, Escócia, construída em 1712..... 154
Figura 100 – Trecho central do Palácio Whitehall, projetado por Inigo Jones em 1639, para o Rei Charles I..... 154
Figura 101 – Trecho central da fachada da Fábrica Manufatureira e Agrícola do Maranhão..... 155
Figura 102 – Trecho central da fachada da Fábrica Manufatora Caxiense..... 155
Figura 103 – Trecho central da casa do Lord Herbert, em Whitehall, 1714..... 156
Figura 104 – Trecho central da fachada da Fábrica União Caxiense..... 156
Figura 105 – a) Balaústres pré-moldados que compõem a platibanda da Fábrica Manufatora de Caxias e b) Balaústres da platibanda da CMAM..... 158
Figura 106 – Fluxo de atividades e setores da indústria têxtil dos Estados do Rio de Janeiro e Guanabara..... 159

Figura 107 – a) Torre do Relógio e b) Igreja São Sebastião, componentes do Complexo Industrial formado pela CMAM..... 160
Figura 108 – Localização do primeiro Complexo Ferroviário do Maranhão, entre o Rio Itapecuru e a Fábrica Manufatora de Caxias..... 163
Figura 109 – Relatório da Diretoria da CMAM..... 164
Figura 110 – Vista aérea do complexo industrial da Fábrica Manufatureira e Agrícola do Maranhão..... 166
Figura 111 – Vista geral da Cidade de Caxias, ao fundo, Fábrica Manufatora em funcionamento, escapam vapores da chaminé metálica das caldeiras..... 166
Figura 112 – Implantação da Fábrica Industrial Caxiense, entre o Riacho Ponte e o Rio Itapecuru, junto à BR-316..... 170
Figura 113 – Antiga Fábrica Industrial Caxiense, quando sediou a Francastro..... 170
Figura 114 – Vista da Fábrica Industrial de Caxias a partir da BR-316..... 171
Figura 115 – Acidente com operária da Companhia União Caxiense..... 176
Figura 116 – Acidente com menor de idade na CMAM..... 176
Figura 117 – Foto extraída do filme Tempos Modernos, fevereiro de 1936..... 178
Figura 118 – Responsável pelo atendimento clínico dos funcionários da CMAM..... 179

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Processos com pedidos de tombamento agrupados pela natureza do bem, apresentando em destaque a parcela referente ao legado industrial..... 43
Gráfico 2 – Processos com pedidos de tombamento agrupados pela terminologia do SICG, com adaptação da autora para inclusão de bens móveis e integrados. 46
Gráfico 3 – Processos com pedidos de tombamento agrupados pela terminologia do SICG, com adaptação da autora, destaque para a categoria bens industriais. 47
Gráfico 4 – Pedidos de tombamento referentes a categoria bens industriais agrupados por década e separados entre processos abertos e processos aprovados..... 48
Gráfico 5 – Bens industriais tombados, agrupados por década e separados por data de abertura e data de aprovação do pedido..... 49
Gráfico 6 – Cartograma contendo a distribuição dos bens industriais tombados no território brasileiro, por regiões geográficas..... 51
Gráfico 7 – Cartograma contendo a distribuição das fábricas de tecidos pelos Estados do Brasil em 1945..... 59

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Quantidade de manufaturas de tecidos existes no Brasil de meados do séc. XIX ao início do XX..... 69
Quadro 2 – Indústria Têxtil do Brasil – 1907 a 1946..... 71
Quadro 3 – Apresentação do parque industrial maranhense ao final do séc. XIX..... 79
Quadro 4 – Indústrias têxteis do Maranhão, instaladas ao final do séc. XIX..... 80
Quadro 5 – Divisão por sexo das funções dos operários da Companhia União Caxiense 1937-1940..... 110

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AM	–Amazônia
BA	–Bahia
CE	–Ceará
CETex	–Comissão Executiva Têxtil
CIBAM	–Companhia Industrial de Babaçu e Algodão do Maranhão
CIBRAN	–Companhia Brasileira de Antibióticos
CINTRA	–Centro Integrado do Rio Anil
CONDEPHAAT	–Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico
CBA	–*Council for British Archaeology*
CMAM	–Companhia Manufatureira e Agrícola do Maranhão
CMC	–Companhia Manufatora de Caxias
CSN	–Companhia Siderúrgica Nacional
DPHAP	–Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico do Estado do Maranhão
EFNOB	–Estrada de Ferro Noroeste do Brasil
EUA	–Estados Unidos da América
FUMPH	–Fundação Municipal do Patrimônio Histórico de São Luís
GO	–Goiás
IBPC	–Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural
IBGE	–Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICOMOS	–Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
IEMA	–Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
IHGC	–Instituto Histórico e Geográfico do Município de Codó
INSS	–Instituto Nacional de Seguro Social
INRC	–Inventário Nacional de Referências Culturais
IPHAN	–Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
JUCEMA	–Junta Comercial do Estado do Maranhão
Km	–Quilômetro
MA	–Maranhão

MG	–Minas Gerais
MP	–Medida Provisória
MT	–Mato Grosso
nº	–Número
OAB/MA	–Ordem dos Advogados do Brasil no Maranhão
OBE	–Oficial da Ordem do Império Britânico
ONU	–Organização das Nações Unidas
PA	–Pará
PE	–Pernambuco
PB	–Paraíba
PEP/MP	–Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural
PI	–Piauí
PR	–Paraná
RO	–Roraima
RFFSA	–Rede Ferroviária Federal S/A
RJ	–Rio de Janeiro
RS	–Rio Grande do Sul
SEI	–Sistema Eletrônico de Informações
Séc.	–Século
SESC	–Serviço Social do Comércio
SICG	–Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão
SIOGE	–Serviço de Imprensa e Obras Gráficas do Estado
SC	–Santa Catarina
SP	–São Paulo
TICCIH	–*The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage*
TO	–Tocantins
UEMA	–Universidade Estadual do Maranhão
UFMA	–Universidade Federal do Maranhão
UNESCO	–Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
ZEPPH	–Zona Especial de Preservação do Patrimônio Histórico

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	18
1	**VALORES CULTURAIS, PATRIMÔNIO INDUSTRIAL E SUA REPRESENTATIVIDADE NO BRASIL**	29
1.1	**Noções a respeito dos valores culturais ao longo do tempo**	29
1.2	**Patrimônio industrial e conceitos afins**	37
1.3	**Representatividade do legado industrial brasileiro através da proteção do IPHAN**	42
2	**UMA BREVE HISTÓRIA DA INDÚSTRIA TÊXTIL - DO CONTEXTO INTERNACIONAL AO LOCAL**	60
2.1	**A prática da tecelagem e o desenvolvimento de técnicas e instrumentos**	60
2.2	**A industrialização e a produção de tecidos no contexto internacional e no Brasil**	64
2.3	**A formação do parque industrial no Maranhão e as fábricas de tecidos**	74
2.4	**A indústria têxtil algodoeira no sertão Maranhense**	91
2.4.1	Companhia Industrial Caxiense (1883)	98
2.4.2	Companhia União Caxiense (1889): Fábrica União e Fábrica Manufatora	109
2.4.3	Companhia Manufatureira e Agrícola do Maranhão – CMAM (1892)	115
3	**VALORES CULTURAIS ASSOCIADOS ÀS FABRICAS DE TECIDOS MARANHENSES**	129
3.1	**Do algodão ao tecido - evolução técnica e tecnológica na produção dos tecidos**	130
3.2	**Da fábrica à cidade – o monumento como documento histórico**	143
3.2.1	Arquitetura industrial do séc. XIX no Maranhão	146
3.2.2	Crescimento urbano e composição da paisagem industrial	161
3.3	**Do individual ao coletivo – a memória do trabalho e seu valor social**	171
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	183
	REFERÊNCIAS	190
	APÊNDICES	203
	ANEXOS	258

INTRODUÇÃO

A ideia de desenvolver esta pesquisa surgiu da experiência de trabalho no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). A partir da vivência como arquiteta do patrimônio, tive a oportunidade de acompanhar intervenções em bens oriundos da industrialização e pude conhecer inicialmente duas indústrias têxteis: a Fábrica de Tecidos Santa Amélia, em São Luís e a Companhia Manufatureira e Agrícola do Maranhão, em Codó.

O acompanhamento da "Obra de Restauração e Requalificação do Conjunto Edificado da antiga Fábrica de Tecidos Santa Amélia", em São Luís – MA, única fábrica de tecidos do parque industrial do Brasil protegida pelo Governo Federal, inscrita no Livro de Tombo Histórico em 1987, transcorreu entre os anos de 2010 e 2018 e abrange, além da unidade fabril, o conjunto de seis edificações do seu entorno.

Paralelamente ao desenvolvimento da intervenção na Fábrica Santa Amélia, participei da equipe de acompanhamento da obra relativa ao antigo Complexo Ferroviário de Codó, entre os anos de 2013 e 2014, cuja Estação foi adaptada pelo IPHAN para sediar o Instituto Histórico e Geográfico de Codó – IHGC. Na ocasião, tomei conhecimento da existência de uma antiga fábrica de tecidos desativada naquela cidade, quando realizei os primeiros registros fotográficos. Fiquei bastante surpresa com as dimensões e a composição estética da edificação, bem como, preocupada com a situação de abandono em que se encontrava.

Posteriormente, em 2016, a Superintendência do IPHAN no Maranhão recebeu uma denúncia verbal, por parte do Instituto Histórico e Geográfico de Codó, de que partes da Fábrica de Tecidos daquela cidade estavam sendo demolidas para dar lugar a novas construções. Infelizmente, por não ser um imóvel sob a tutela do Governo Federal, não pudemos ajudar, efetivamente, para inibir a ação de desconfiguração do conjunto edificado da referida fábrica.

Essa situação de impotência diante da possibilidade de perda da integridade de uma edificação tão emblemática na cidade de Codó e a mutilação assistida de partes documentais remanescentes do período inicial da industrialização brasileira no Maranhão, foi um dos pontos considerados na escolha deste imóvel como objeto da minha pesquisa de mestrado.

Quando ingressei no Mestrado em 2017, a ideia inicial era realizar uma pesquisa sobre as edificações maranhenses que receberam influência da arquitetura industrial britânica, o que inclui as Fábricas de Tecidos ainda existentes no Maranhão, entre outras edificações. Contudo, este tema se mostrou muito amplo para a pesquisa e fui orientada a escolher um recorte exequível. Assim, ao final de 2017, iniciei o processo de identificação do objeto de pesquisa, consultando registros bibliográficos, jornais antigos, realizando inspeções a diversos imóveis

em São Luís[1] e, posteriormente, no interior do Estado, onde, em fevereiro de 2018, visitei os Complexos Industriais de Tecidos localizados no sertão maranhense.

As vistorias realizadas nas Cidades de Caxias e Codó, me permitiram vislumbrar as fábricas de perto. Essa experiência de imersão, de sentir a ambiência a partir dos interiores dos espaços, associada ao saber técnico adquirido em decorrência do acompanhamento de intervenções em imóveis acautelados pelo IPHAN, provocou um impacto arrebatador que mudou os rumos da pesquisa, direcionando para uma análise mais profunda dessas edificações.

A leitura arquitetônica, o conhecimento de parte da história, os diversos elementos a serem descobertos, se constituíram em "atributos capazes de aguçar a percepção, de levar a uma compreensão mais profunda, de induzir a produção e a transmissão mais ampla de sentidos - alimentados pela memória, convenções e outras experiências" (MENESES, 2009, p.36).

Em decorrência do acompanhamento da intervenção arquitetônica e urbanística no conjunto edificado da antiga Fábrica de Tecidos Santa Amélia, percebi a riqueza cultural que se encontrava esquecida no interior do Maranhão, despertando em mim a vontade de estudar estes imóveis, apresentá-los para o quadro de gestores responsáveis pela preservação de bens culturais e de alguma forma contribuir para sua preservação.

Ao apresentar as referidas fábricas à equipe técnica do IPHAN-MA, durante o Seminário Interno do PEP/MP, ocorrido na Superintendência do Maranhão, em 08 de março de 2018, tanto o Coordenador Técnico, quanto o Superintendente manifestaram o interesse de que a pesquisa abrangesse todas as fábricas de tecidos maranhenses, contemplando as fábricas implantadas nos Municípios de São Luís, Codó e Caxias, com o propósito de subsidiar estudos em prol da patrimonialização de todo o Parque Industrial Têxtil do Maranhão, considerando cada complexo industrial têxtil como parte integrante do mesmo conjunto de bens culturais.

Todavia, o Parque Têxtil do Maranhão, atualmente composto por nove Complexos Industriais de tecidos desativados, implicaria no estudo de diversas edificações, envolvendo a residência de gerentes, de operários, além das unidades fabris, caracterizadas por possuírem grandes dimensões. Esse recorte mostrou-se, ainda, muito amplo para o desenvolvimento da presente pesquisa de mestrado, sendo necessário reduzir um pouco mais o foco.

Diante desse contexto, os remanescentes industriais localizados no interior do Estado foram escolhidos como estudo de caso. Essa seleção se deve ao fato dos complexos fabris serem

[1] Cabe registrar a identificação da Igreja dos Remédios, em São Luís – MA, como bem resultante do processo de industrialização do séc. XIX, tanto pela existência de estruturas metálicas em seu interior, como pela participação da Fábrica Industrial Maranhense, outrora localizada em suas imediações, que por meio de contribuição quinzenal estabelecida aos operários, colaborou para construção do templo (DIÁRIO DO MARANHÃO, 1905).

pouco conhecidos, por estarem distantes das ações de preservação, mais concentradas na capital do Estado, e localizados no sítio embrionário da indústria têxtil maranhense, bem como, pelo avançado estado de degradação em que se encontravam, correndo risco de perdas irreparáveis pelo grande período de esquecimento por parte dos gestores locais e dos órgãos de preservação.

As instituições responsáveis pela gestão e preservação do patrimônio cultural não podem se ausentar do seu papel político na tomada de decisões em prol da preservação de um acervo tão significativo. Como agentes do patrimônio, se faz necessário que estejam cientes dos impactos que podem causar na vida da comunidade local através de intervenções ou do abandono de sítios tão emblemáticos nas cidades.

Cabe explicitar que parte dos bens estudados já haviam sido identificados, pelos Governos Municipais e pela população, como relevantes para preservação cultural, uma vez que estão inseridos nos Planos Diretores das respectivas cidades onde encontram-se situados, especificamente na seção relativa à Política de Cultura. De acordo com o Plano Diretor Urbanístico de Codó, a Fábrica Manufatureira e Agrícola está situada na Zona Especial de Preservação do Patrimônio Histórico (ZEPPH); No Plano Diretor Municipal de Caxias, no inciso XV, do Capítulo 6, entre as diretrizes culturais, consta "revitalizar o Centro Cultural José Sarney", denominação atribuída à Fábrica Manufatora de Caxias, que pertenceu à Companhia União, quando adquirida pela Prefeitura de Caxias e requalificada pelo Governo Estadual, na década de 1980.

Por outro lado, a Fábrica Industrial, localizada no Bairro Ponte, a mais antiga de todo o conjunto fabril têxtil em pauta, não consta citada no Plano Diretor de Caxias, mas está inserida na poligonal de Tombamento Estadual do conjunto arquitetônico da Cidade, identificada como Fábrica Francastro, uma de suas denominações depois de ter finalizado as atividades de produção de tecidos, quando funcionou como indústria de beneficiamento de arroz no séc. XX.

Considerando que "documento é todo suporte empírico capaz de responder a uma pergunta do observador" (MENESES, 2009, p.36), a pesquisa se desenvolveu de forma exploratória, segundo o método hipotético-dedutivo, visando obter informações para confirmar a hipótese de que esta parcela do parque têxtil maranhense se constitui parte documental de grande importância para a história da industrialização do Brasil, apresentando valores culturais manifestados materialmente nas edificações, no crescimento urbano, assim como imaterialmente, através da história e da memória coletiva dos seus detentores.

Para escolha da abordagem e delimitação do objeto de pesquisa, no primeiro capítulo, são apresentados conceitos relevantes para compreensão da ideia atual de valores culturais, e definições afetas ao legado da industrialização, formando o referencial teórico para

desenvolvimento da análise dos remanescentes industriais, por meio de definições construídas por especialistas no assunto, tanto internacional, como nacionalmente.

Assim, foram escolhidos teóricos de diferentes períodos para entendimento do processo de construção do conceito de valores culturais e o modo como compreendido na atualidade. O primeiro deles, Alois Riegl, desenvolveu seus estudos ao final do séc. XIX, apresenta diversas visões conflitantes sobre valores culturais, algumas superadas nas discussões contemporâneas; o segundo teórico escolhido foi Johannes Hessen, estudioso que abordou a axiologia em diferentes aspectos, com esclarecimentos gerais sobre valores sociais, incluindo questões culturais, éticas e espirituais, estes dois últimos pontos não foram contemplados na presente pesquisa; ao final do capítulo são apresentadas discussões atuais por meio das contribuições de dois estudiosos do assunto, Ulpiano Bezerra de Meneses e Beatriz Mugayar Kuhl.

Em seguida, ainda no primeiro capítulo, são apresentados os estudos pioneiros sobre o Patrimônio Industrial e de que forma se deu o reconhecimento dos seus valores culturais no Brasil, a partir da atuação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), apresentando um levantamento da representatividade dessa categoria de patrimônio no quadro deste instituto, por meio da análise da lista de processos abertos com pedidos de tombamento.

O segundo capítulo, o corpo central da pesquisa, tem por propósito demonstrar a relevância desses remanescentes na história da indústria têxtil brasileira, posicionando-os no âmbito internacional e apresentando aspectos de sua gênese, desde o livre cultivo e beneficiamento do algodão pelos índios, passando pela exploração econômica da metrópole portuguesa e do império britânico, com uso da mão de obra escrava e, posteriormente, operária, até alcançar seu ápice ao final do século XIX. Apresenta a formação do parque fabril no Maranhão, onde se destacou o cultivo e beneficiamento do algodão como atividade que deu início à produção têxtil. Trata, especialmente, dos remanescentes dos três complexos de fabricação de tecidos existentes no sertão maranhense - Companhia Industrial Caxiense; Companhia União Caxiense; e Companhia Manufatureira e Agrícola do Maranhão (CMAM). Os dois primeiros localizados na Cidade de Caxias e o último na Cidade de Codó.

No terceiro capítulo são discutidos alguns valores culturais identificados a partir da análise dos remanescentes do processo de industrialização têxtil no interior do Maranhão, considerando aspectos tangíveis e intangíveis. Valores culturais relacionados, sobretudo, à história da industrialização, à evolução técnica e tecnológica dos meios de produção de tecidos, às características da arquitetura industrial, do espaço urbano formado e à memória coletiva dos operários quanto ao trabalho fabril. Trata-se de uma discussão preliminar a respeito dos valores culturais ligados aos objetos industriais em pauta, que possa servir de argumentação para dar

início a ações futuras de preservação efetivas, que envolvam, simultaneamente, a participação de especialistas e da comunidade. Integrando o saber técnico adquirido como servidora de uma instituição responsável pela preservação do patrimônio cultural com o saber da população local.

O objetivo geral é identificar e discutir valores culturais relacionados aos bens resultantes do processo de industrialização têxtil no Maranhão, ramo industrial de maior relevância do princípio da industrialização deste Estado, tomando como estudo de caso os remanescentes das fábricas de tecidos no sertão maranhense. Para tanto, foi imprescindível conhecer o universo de bens que compõem o Parque Industrial Têxtil Maranhense, analisar e registrar seus remanescentes, com aprofundamento na área escolhida como recorte territorial.

Em adição, como objetivos específicos, buscou-se divulgar a existência de parcela desse legado, contribuir para seu registro documental, especialmente por meio da elaboração de um inventário dos bens remanescentes do processo de industrialização têxtil nos Municípios de Caxias e Codó, e colaborar para a compreensão de sua importância na história da industrialização brasileira.

Assim, visando encaminhar as discussões para além da dualidade histórico-estética, acentuada desde a fundação do IPHAN, em 1937, o desenvolvimento deste trabalho se deu através da análise indissociável de fatores tangíveis e intangíveis considerando aspectos tecnológicos, arquitetônicos, urbanísticos, paisagísticos e sociais, utilizando-se de diferentes fontes de pesquisa, tanto escritas, quanto materiais e orais.

a) Fontes escritas

Livros, artigos científicos, teses e dissertações, manuscritos, revistas, artigos de jornais, que tratam da história da industrialização, da preservação e conservação do Patrimônio Industrial, bem como publicações afetas ao Patrimônio Cultural, Valores Culturais e Memória Coletiva foram estudados. Processos administrativos do IPHAN, documentos dos Cartórios de Registro de Imóveis das Cidades de Caxias e Codó, assim como documentos de funcionamento das empresas constantes do arquivo da Junta Comercial do Estado do Maranhão (JUCEMA), localizada em São Luís, capital do Estado, foram utilizados como fonte de pesquisa.

Informações sobre a cultura de beneficiamento do algodão, quando ainda era utilizada a mão de obra escrava, bem como notícias de jornais sobre as antigas Fábricas de Tecidos foram compiladas. Estas fontes estão situadas em um recorte temporal que abrange, em poucos casos, o séc. XVIII, e, predominantemente, o final do séc. XIX até a segunda metade do século XX, quando as Fábricas de Tecidos maranhenses findaram suas atividades.

Publicações, documentos e revistas que tratam de economia, comércio e indústria de

tecidos no Brasil e, mais precisamente, no Maranhão, assim como álbuns com registros fotográficos que datam do final do séc. XIX, por volta de 1880 a meados do século XX foram analisados. Além dos relatórios da Comissão Executiva Têxtil (CETex), criada em 1944, no Governo de Getúlio Vargas, com a finalidade de coordenar os acordos de exportação, estimular a produção e controlar a qualidade do produto têxtil. Vinculada ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, essa Comissão era composta por um presidente e por representantes de associações regionais da Indústria Têxtil de Algodão.

A CETex publicou trabalhos técnicos, entre 1946 e 1948, que contém um levantamento bastante completo da Indústria Têxtil Brasileira. Entre as publicações, destacamos o estudo "Indústria Têxtil Algodoeira", datado de 1946; e de 1948, a monografia "A recuperação da Indústria Têxtil mundial e o Brasil" apresentada pelo economista Genival Santos, técnico da CETex, estudo realizado em quatorze meses de sua estada na França e Suíça, onde atuou como assessor da delegação brasileira da Conferência Internacional de Comércio e Emprego realizada em Genebra, 1947, pela ONU. Esta última publicação expõe e esclarece os motivos que levaram a superação dos EUA na produção de tecidos, deixando a Inglaterra e demais países, como o Brasil, em posições inferiores.

Uma boa parte do material que trata do contexto nacional e internacional foi consultado na sede da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, durante o período das aulas do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural (PEP/MP); periódicos e documentos manuscritos foram acessados através do site da Biblioteca Nacional, com destaque para um manuscrito de 1797, intitulado "Memória sobre a cultura dos algodoeiros", onde o termo cultura é utilizado no sentido de cultivo da planta que produz o algodão.

No site da Biblioteca Nacional, na seção denominada hemeroteca digital, por meio de exaustiva pesquisada, verificou-se a ocorrência das palavras "fábrica tecidos" em jornais publicados entre 1880 e 1979, onde foram selecionados 68 títulos de jornais diferentes com distribuição nacional, estadual e local. Nessa pesquisa foram verificadas 1.716 ocorrências em 26 jornais distintos, das quais se destaca a descrição da Fábrica Industrial Caxiense, de forma minuciosa, por um engenheiro que a visitou logo após sua inauguração. Devido à importância desta descrição técnica, apresento-a na íntegra no Capítulo 2.

Alguns mapas sobre a Província do Maranhão foram localizados no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, digitalizados pela equipe do arquivo e encaminhados por correio eletrônico, documentos relativos à evolução histórica do território, contidos, ainda, no Capítulo 2.

Para análise e quantificação da representatividade do Patrimônio Industrial a nível Nacional, foi utilizada como importante fonte de pesquisa a relação de processos abertos com

pedido de tombamento constante do portal do IPHAN. Este documento foi inicialmente acessado com processos datados de 1938 a 2017 e atualizado com a inserção dos processos abertos em 2018 e 2019. A lista encontra-se disponível no site www.portal.iphan.gov.br.

Além do portal do IPHAN e do site da Biblioteca Nacional, foram acessados outros sites institucionais: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); *The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage* (TICCIH); Arquivo da Universidade de Glasgow; e o site do Arquivo Nacional do Reino Unido.

Alguns processos de tombamento que têm como objeto os remanescentes da industrialização brasileira, foram examinados, com maior profundidade, por meio do Arquivo Central do IPHAN, Rio de Janeiro. Entre eles, destaco o processo relativo ao tombamento da Fábrica de vinho Tito Silva, em João Pessoa – PB, que, de forma inédita, além da edificação e da maquinaria, incluiu a proteção do processo de produção tradicional do vinho, em 1984.

Para Maria Cecília Londres Fonseca, os processos de tombamento são "verdadeiros dossiês que nos permitem entender não só o seu desfecho, como, considerando o universo dos processos, os critérios que nortearam as práticas de preservação" (FONSECA, 1997, p.208).

Informações pertinentes ao tema em estudo foram pesquisadas em arquivos e bibliotecas de órgãos públicos Federais, Estaduais e Municipais, a saber: Centro de Documentação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) no Maranhão e Rio de Janeiro; Biblioteca do Curso de História da Universidade Federal do Maranhão (UFMA); Biblioteca do Curso de Arquitetura da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA); Bibliotecas da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), Campus Caxias e da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Campus Codó; Arquivo e Biblioteca do Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico do Estado do Maranhão (DPHAP), onde foi disponibilizada parte do levantamento cadastral das fábricas em análise; documentos relativos ao censo imobiliário realizado no séc. XIX em São Luís – MA, bem como a relação de profissionais sindicalizados na indústria de fiação e tecelagem do Maranhão, contidos no Arquivo Público do Estado do Maranhão.

b) Fontes materiais

As fontes materiais da pesquisa se constituem os próprios Complexos Industriais de Tecidos e as cidades onde estão situados, que foram tomados como testemunhos da história industrial desenvolvida no Estado do Maranhão. Documentos concretos que corroboram e complementam os discursos de parte da população, bem como, os registros escritos que puderam ser revisitados e confrontados após o conhecimento dos remanescentes industriais.

Para conhecer esses antigos Complexos Industriais implantados no sertão maranhense, se fez necessário uma primeira expedição às Cidades de Caxias e Codó, realizada, no mês de fevereiro de 2018 e outras duas viagens para coleta de novos dados, em julho e novembro do mesmo ano. Durante as visitas foram realizados registros fotográficos e gráficos e medições dos remanescentes industriais têxteis no interior do Estado do Maranhão.

Importa esclarecer que, em decorrência da necessidade de definir um objeto de estudo possível de ser examinado dentro do limite de tempo previsto para o desenvolvimento do mestrado, procedeu-se ao levantamento físico arquitetônico direcionado às edificações ligadas à produção industrial, incluindo as unidades fabris, as chaminés e as usinas de algodão. Desse modo, foi possível aprofundar os estudos quanto à tipologia fabril, identificação de usos dos espaços, transformações, ampliações sofridas e permanências. Esta escolha não diminui a importância dos demais bens que compõem os complexos fabris, que foram registrados por meio de fotografias e analisados como parte integrante da documentação pesquisada.

Um exaustivo trabalho de campo foi realizado para análise da arquitetura e dos elementos compositivos das antigas Fábricas de Tecidos do interior maranhense, incluindo, bens imóveis, móveis e bens integrados. Quanto aos bens imóveis, foram realizados levantamentos físico-arquitetônicos e fotográficos dos remanescentes das fábricas: Industrial Caxiense, União de Caxias, Manufatora Caxiense e Manufatureira e Agrícola do Maranhão.

Assim, as estruturas físicas das edificações relativas às atividades de produção fabril foram mensuradas *in situ*, registradas gráfica e fotograficamente. O levantamento cadastral realizado entre os dias 11 e 15 de fevereiro de 2018 foi vetorizado, utilizando-se do programa AutoCad, para compor o inventário das antigas Fábricas de Tecidos existentes no interior do Maranhão. O resultado deste levantamento de campo se constituiu o Produto 3 das práticas supervisionadas do presente mestrado, intitulado: *"Fábricas esquecidas no sertão do Maranhão",* que após apresentado na qualificação do mestrado, sofreu alterações de formatação. O inventário, contendo um breve histórico, a descrição arquitetônica, fotos, plantas baixas e elevações dos complexos industriais de tecidos, segue apensado a este trabalho.

Cabe esclarecer que não foi utilizada a metodologia do inventário participativo, por ser um instrumento de proteção que requer a colaboração multidisciplinar de profissionais e alcança um universo populacional bem mais representativo da comunidade detentora dos bens. Assim, trata-se de um inventário técnico, que destaca aspectos histórico arquitetônicos dos bens materiais remanescentes da indústria de tecidos no interior do Maranhão.

Entre os bens móveis e integrados registrados estão, quatro chaminés construídas em alvenaria, que foram escolhidas como o ponto de registro das coordenadas geodésicas,

constantes da ficha de inventário de cada uma das fábricas mensuradas; duas caldeiras tubulares de origem Escocesa, datadas da década de 80 do séc. XIX, do período em que a Fábrica Industrial Caxiense iniciou suas atividades, em 1886, foram registradas fotograficamente; assim como o volante principal do motor a vapor localizado na casa de máquinas da Companhia Manufatureira e Agrícola do Maranhão (CMAM), construída em 1892, em Codó, e as estruturas de ferro (pilares, vigas e tesouras) vindos da Europa, cuja a marca de fundição consta registrada nos pilares, com indicação da Cidade de Wolverhampton, Inglaterra, utilizadas tanto na CMAM como na Fábrica Manufatora Caxiense.

A princípio, se imaginou inventariar todas as fábricas de tecidos existentes no Maranhão, o que se mostrou uma tarefa extensa, fora da realidade temporal em que se limita o presente trabalho. Dessa forma, conforme já explicitado, optou-se pela concentração da pesquisa nas fábricas pouco conhecidas e desfavorecidas de ações de proteção, localizadas no interior do Estado. O inventário completo do Parque Fabril Têxtil do Estado do Maranhão poderá vir a ser um desmembramento deste estudo, em futuras pesquisas ainda a se desenvolver.

c) Fontes orais

A coleta e registro da memória coletiva, relacionada ao trabalho fabril nas indústrias de tecidos, foi realizada tomando como instrumento de pesquisa a entrevista individual com antigos funcionários, que foi gravada e posteriormente transcrita. Os depoimentos foram colhidos nas próprias residências dos entrevistados, nos Municípios de Caxias e Codó, de modo que o ambiente colaborou para o desenvolvimento da conversa de forma mais espontânea, sem o desconforto de estarmos em um local estranho ao depoente.

Por meio da elaboração prévia de um roteiro se realizou as entrevistas semiestruturadas, onde as questões serviram de norte para o encaminhamento de perguntas relativas à experiência de trabalho dos antigos funcionários nas fábricas do interior maranhense.

O roteiro, contendo 12 perguntas, foi dividido em dois blocos, os primeiros questionamentos foram relacionados à função desenvolvida dentro da fábrica, horários das atividades, o modo como eram desenvolvidos o trabalho e as relações com outros funcionários. O segundo conjunto de perguntas foi direcionado aos entrevistados que concordaram e puderam visitar os complexos fabris; diz respeito a tentativa de reconstruir mentalmente os espaços, localizar setores e funções. Ao final de cada bloco de perguntas fez-se uma questão relativa aos sentimentos e memórias que vêm à mente quando recordados sobre o trabalho nas Fábricas.

Após cerca de dois meses de buscas por antigos funcionários, as entrevistas foram agendadas e realizadas nos meses de julho e novembro de 2018, a depender da disponibilidade

das pessoas. Um grande problema foi encontrar antigos funcionários, pois muitos já haviam falecido e a idade avançada, algumas vezes, dificultou a recordação de detalhes, sobretudo as datas dos fatos relatados. Desse modo, foram entrevistados três funcionários da antiga Companhia Manufatureira e Agrícola do Maranhão (CMAM), moradores da Cidade de Codó e uma antiga tecelã da Fábrica Manufatora Caxiense, residente na Cidade de Caxias.

Na Cidade de Codó os entrevistados foram identificados com a colaboração de membros do Instituto Histórico e Geográfico de Codó, Elias Alves de Araújo Neto, Jeffersson Alves e Luís Cândido Sousa Rocha. Na Cidade de Caxias foi mais difícil localizar antigos funcionários e com a ajuda do Coordenador de Patrimônio Histórico da Secretaria de Cultura da Prefeitura Municipal de Caxias, Wybson Carvalho, localizamos uma antiga tecelã de idade bastante avançada, 99 anos, residente em uma casa de repouso.

As entrevistas ocorreram em dias distintos e foram gravadas por meio de gravador digital com anuência dos entrevistados. No decorrer da coleta de depoimentos, as perguntas foram se ajustando ao perfil do cada depoente, resultando em respostas abertas que os deixaram à vontade para contar um pouco mais de sua história e das lembranças que fossem surgindo.

Ao retornar para São Luís, iniciou-se o processo de escuta e transcrição, que foi repetido diversas vezes, até sanar todas as dúvidas possíveis. Os trechos que tratam de assuntos alheios ao objeto da pesquisa foram suprimidos do documento de transcrição para não expor, desnecessariamente, assuntos pessoais do entrevistado, assim como conversas paralelas, que por ventura ocorreram. Estas situações de supressão constam sinalizadas entre parênteses, assim como sons, demonstração de emoções, a exemplo de choro e risos. Em negrito foram destacadas palavras ditas com ênfase e foram inseridos termos de conexão subentendidos, apenas para auxiliar na compreensão dos depoimentos transcritos.

O registro das falas dessas pessoas possibilita a produção de conhecimento de abrangência multidisciplinar, que pode ser utilizado por outros profissionais das áreas de história, ciências sociais, antropologia, psicologia (FREITAS, 2006). Por conta dessa possibilidade, a transcrição das falas segue no apêndice para colaborar com futuras pesquisas.

A técnica da entrevista foi articulada com o levantamento das informações documentais, materiais e escritas, para promover uma análise abrangente, elucidar questões relacionadas ao objeto da pesquisa e ampliar o conhecimento sobre seus valores culturais. Fonte de estudo da memória do trabalho operário, da percepção da relação afetiva e simbólica que estas pessoas ainda possuem com os Complexos Fabris de Tecidos, seus antigos locais de trabalho, as entrevistas agregaram informações importantes para esclarecer como era o funcionamento fabril, a distribuição dos espaços e as relações sociais da época em que funcionaram.

O ato narrativo é resultado da interação entre linguagem e memória. A utilização de "uma linguagem falada, depois escrita, possibilita o armazenamento da memória, que graças a isso pode sair dos limites físicos do nosso corpo para se interpor, quer nos outros, quer nas bibliotecas" (HENRI ATLAN, 1972, p.461 *apud* LE GOFF, 2003, p.421). A transcrição das entrevistas se constituiu no Produto 2 das práticas supervisionadas do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, com o título *"Tecendo lembranças: retalhos da memória fabril no interior do Maranhão*". No total foram cerca de duas horas de gravação, incluindo o vídeo da visita conjunta com um antigo contador, que também foi transcrito. Posteriormente, foi incluída mais uma entrevista com uma antiga funcionária da fábrica de Codó, que trabalhou como auxiliar de escritório.

Dessa forma, valorizou-se o papel do operário e de suas experiências na produção do conhecimento. Deve-se levar em conta que os depoimentos são produtos de interpretações que os atores fazem a respeito de sua vivência, de seus afetos, de sua compreensão sobre o tema pesquisado. O olhar e vivência dos operários, como atores envolvidos no fenômeno investigado, possibilitou o entendimento do contexto social da pesquisa e da dimensão da experiência humana, aproximando-a da realidade.

Trata-se do registro dos fatos narrados pelos próprios autores envolvidos, de modo a produzir uma fonte primária de conhecimento, mantendo viva a memória coletiva dos trabalhadores fabris, permitindo a revelação de acontecimentos, experiências e mentalidades que não se encontram nos documentos escritos (JANOTTI, 1996). Por meio das entrevistas, foi possível recontar parte da história, através das narrativas apresentadas por um coletivo que representa ecos de vozes anônimas, os antigos funcionários. Pessoas que mantém na memória os fatos e lembranças não como expectadores, mas como personagens da história contada.

Pelo exposto, a pesquisa divide-se em três capítulos: (i) noções a respeito de valores culturais, conceitos relevantes para entendimento e delimitação do patrimônio industrial, e representatividade do patrimônio industrial no Brasil; (ii) contextualização histórica, passando pelo âmbito internacional e nacional, até alcançar a esfera estadual e local; (iii) discussão de valores culturais, especificamente, valores tecnológicos, arquitetônicos, urbanísticos, paisagísticos, históricos e sociais identificados a partir dos remanescentes estudados.

Os valores culturais identificados, tanto pela autora, como por parte da população local, são resultado das fontes de pesquisa utilizadas, especialmente, dos remanescentes materiais da indústria têxtil maranhense localizados no interior do Estado. A análise conjunta das fontes orais, escritas e materiais permitiu recuperar parte relevante da história industrial brasileira, período em que essas fábricas estiveram em funcionamento.

1 VALORES CULTURAIS, PATRIMÔNIO INDUSTRIAL E SUA REPRESENTATIVIDADE NO BRASIL

Os valores culturais são atributos construídos pelos sujeitos em coletividade, que fazem parte de sua identidade social e passam por contínua transformação, são, por natureza, intangíveis e manifestam-se de diferentes maneiras. A compreensão da ideia de valores culturais se faz necessária para se dar início às discussões sobre a preservação do patrimônio cultural brasileiro, especificamente o patrimônio oriundo do processo de industrialização.

O Patrimônio Industrial vem sendo definido ao longo de mais de 50 anos, seus valores culturais e o conceito contemporâneo, aceito internacionalmente, são mais abrangentes do que grande parte da população e, especialmente, dos técnicos de preservação entendem como bem industrial, de modo que ainda existe um grande passivo de bens resultantes da industrialização a ser descoberto, inventariado, analisado, valorado e protegido pelos órgãos de preservação competentes de todas as instâncias governamentais.

1.1 Noções a respeito dos valores culturais ao longo do tempo

Um dos primeiros autores a analisar as questões relacionadas aos valores culturais foi Alois Riegl. Seus estudos, realizados em 1902 e publicados no ano seguinte, foram direcionados aos responsáveis pela conservação de monumentos da Áustria, por ter sido nomeado presidente da Comissão Central Imperial e Real de Monumentos Históricos e Artísticos. O texto produzido por Riegl deveria, então, servir para preparar a nova legislação sobre conservação de monumentos, trazendo um conteúdo de ordem prática, dentro da visão existente no século XIX.

Os estudos de Riegl expõem a coexistência, numa mesma obra antiga, de valores antagônicos, que classificou em dois grupos, valores de rememoração e de contemporaneidade. Entre os valores relacionados a rememoração enquadrou o valor histórico, de antiguidade e de rememoração intencional; entre os valores de contemporaneidade tratou do valor utilitário, do valor de arte e de novidade, sobre os quais trataremos sucintamente.

De acordo com Riegl (1987), o valor histórico de um monumento é o mais abrangente, onde interessa sua integridade e a preservação de suas características. Este autor defende que há de se conservar o monumento o mais intacto possível para a posteridade. O valor histórico é considerado por Riegl um produto da reflexão científica, pois pressupõe o conhecimento da história da arte, estando relacionado ao aspecto documental do monumento.

A intenção era evitar qualquer alteração para manter a obra humana conforme foi encontrada, e possibilitar o trabalho científico de restituir sua forma original, para uma futura investigação histórico-artística. Este valor reside em que "representa uma etapa determinada, um certo modo individual na evolução de algum dos campos criativos da humanidade. Será tanto maior quanto menor for a alteração sofrida em seu estado original" (RIEGL, 1987, p.57).

Desse ponto de vista, ao início do séc. XX, o culto ao valor histórico deveria cuidar para que a conservação do estado dos monumentos fosse mantida, na maior medida possível. Cabendo a intervenção humana apenas quando necessário para deter o desenvolvimento normal da atividade destrutiva das forças naturais ou para resgatar a unidade de estilo (RIEGL, 1987). Portanto, requer o trabalho de recuperação e restauro, garantindo a perenidade da fonte histórica. Assim, nos monumentos identificados com valor histórico a intervenção se restringiria a retardar o processo natural de deterioração e preservar as características originais.

O valor de antiguidade, definido por Riegl, se descobre pela sua aparência, pelas marcas da passagem do tempo, não sendo necessário ser especialista em arte. Se caracteriza pela imperfeição, pelo desgaste da forma e da cor, características que se opõem às das obras recém-criadas. Preconiza que a atividade de transformação seja constante e lenta, realizada pelas alterações naturais dos elementos em função do passar do tempo, e não de forma violenta e repentina, como muitas vezes ocorre por meio da intervenção humana (RIEGL, 1987). "No valor de antiguidade o monumento é apenas um substrato concreto, um suporte necessário para produzir em quem o contempla aquela impressão que causa ao homem moderno a ideia de ciclo natural de nascimento e morte, produto da percepção sensorial" (RIEGL, 1987, p.31).

O valor de antiguidade era entendido, no princípio do séc. XX, como um valor em si mesmo. Assim, para essa ideia de valor toda ação de restauração e conservação seria tida como uma intromissão injustificada no processo natural de envelhecimento de um bem, devendo-se aceitar a perda natural e progressiva do monumento (RIEGL, 1987). Obviamente, esta ideia de deixar o monumento exposto às ações das intempéries, sem nenhuma intervenção de proteção é inconcebível nos dias de hoje. Cabe ressaltar que, a aceitação da perda e a orientação para realizar a mínima intervenção, necessária apenas para estabilização e proteção, é recomendação ainda vigente, especialmente, nos casos de consolidação e preservação de ruínas.

Riegl destaca, ainda, a existência do valor rememorativo intencional, aquele com o firme propósito de não permitir que o monumento se converta em passado, de modo que se mantenha sempre presente e vivo na consciência da sociedade (RIEGL, 1987). Este valor é próprio dos monumentos que funcionam como marcos de acontecimentos importantes, construídos com essa finalidade simbólica e memorial.

Enquanto o valor histórico pretende conservar o monumento a partir do momento atual, e o valor da antiguidade se baseia na perda gradual proporcionada pelas forças da natureza, "o valor rememorativo intencional aspira à imortalidade, ao eterno presente" (RIEGL, 1987, p.68).

Por outro lado, o valor utilitário ou instrumental está relacionado ao fim prático de um edifício antigo. Diz respeito a sua capacidade de utilização prática. Havendo a necessidade de distinção entre obras utilizáveis e não utilizáveis, tendo em conta o valor instrumental em conjunto com o valor de antiguidade, no caso de monumentos utilizáveis, para que se mantenha nestes monumentos, a adequação de circulação e manipulação tão desejadas do ponto de vista do valor utilitário (RIEGL, 1987). Este valor prático corresponde à necessidade de manter a continuidade de uso dos monumentos, garantindo o cumprimento de sua finalidade construtiva.

O valor de arte relativa encontra-se em sintonia com a sua época. Esta ideia de valor admite que existe nas obras de arte uma importância relativa ao tempo, às crenças e aos valores da época em que foram concretizadas, que respondem à vontade artística. "Se trata de um valor subjetivo, inventado pelo sujeito moderno que contempla, cria e modifica o monumento a seu bel-prazer, se contrapondo ao conceito de monumento de valor rememorativo". Assim, não existe um valor artístico absoluto, mas sempre relativo, moderno, "uma formulação que varia de um sujeito para outro e de um para outro momento" (RIEGL, 1987, p.27 e 28).

O valor de novidade relaciona-se às formas, cores e integridade dos objetos e encontra no valor de antiguidade sua oposição. Todo valor artístico, segundo a concepção defendida por Riegl, responde às exigências da vontade da arte do momento em que foi concebida. Assim, toda obra recém criada possui um valor artístico que seria elementar, o valor de novidade. Segundo as ideias da sociedade em massa, somente o novo e completo seria belo; o velho, fragmentado e descolorido era considerado feio, por maior parte da população (RIEGL, 1987).

A ideia de valor do aspecto de novo, recém inaugurado, concepção segundo a qual à juventude corresponde uma superioridade inquestionável a frente da velhice (RIEGL, 1987), fundamenta o valor de novidade e apesar de ter sido concebida há mais de 100 anos, ainda é uma ideia de valor que prevalece na sociedade contemporânea.

Parte considerável da conservação de monumentos do século XIX está baseada, na concepção de que "toda deterioração e ação das forças da natureza haviam de ser eliminadas, o incompleto havia de ser completado para retornar a estabelecer um todo unitário" (RIEGL, 1987, p.81). A reabilitação do documento em seu estado original era o objetivo manifestado no século XIX, pensamento consolidado nos trabalhos do arquiteto Viollet-le-duc[2].

[2] Eugène Emmanuel Viollet-le-duc (1814 - 1879) foi um importante arquiteto francês que atuou de forma prática e teórica na restauração de monumentos durante o séc. XIX.

No primeiro grupo de valores, denominados por Riegl como valores rememorativos percebemos ideias que permanecem atuais, a exemplo do aspecto documental relacionado ao valor histórico; do apelo sensorial provocado pelas impressões da passagem do tempo relativas ao valor de antiguidade, sobretudo quando se tratam de bens em processo de arruinamento. Porém, são percebidas ideias que já não vigoram, ou não deveriam vigorar, nas ações de preservação atuais, como o retorno ortodoxo à forma original e o resgate da unidade de estilo.

No entanto, no segundo grupo de valores definidos por Riegl, as ideias a respeito dos valores de contemporaneidade, como a própria denominação atribuída, se apresentam muito atuais. As ações de conservação e preservação do presente, necessariamente, devem considerar o valor de uso conferido ao bem como um aspecto essencial para sua permanência e para cumprimento da sua função social; os valores subjetivos da arte e da estética, que se modificam no decorrer do tempo, configuram-se aspectos de identificação histórica, possibilitando a análise do período de concepção ou das alterações pelas quais passaram o monumento. Por fim, o valor do novo, a manutenção do aspecto de novidade, mesmo em um imóvel antigo, ainda é uma característica muito presente nas intervenções atuais.

O tempo em que Riegl escreve é um período de transição, de transformações nas concepções de mundo, e essa mudança exprime-se, claramente, na evolução da ideia de valor. Riegl expõe o traço subjetivo da sociedade moderna, cabendo a ela decidir quais valores deveriam incidir sobre o objeto, por meio do juízo de valor. Seus estudos se aproximam, assim, da psicologia, que era o encaminhamento novo das ciências humanas à sua época. É nesse sentido que Riegl situa os valores que propõe, com ênfase na significação, vinculando os valores culturais ao aspecto social.

Outro importante estudo acerca dos valores culturais foi realizado na primeira metade do séc. XX por Johannes Hessen. Este autor defende que o conceito de valor não admite uma delimitação definida, sendo possível simplesmente uma clarificação do seu conteúdo. Segundo sua análise, o estudo dos problemas axiológicos é também uma condição para aprofundar o conhecimento sobre a humanidade e sobre como a devemos abordar. Este autor exibe diferentes correntes filosóficas que tratam dos conceitos relacionados à filosofia dos valores.

Hessen apresenta o filósofo alemão Hermann Lotze[3] como "o verdadeiro pai da moderna filosofia dos valores", segundo o qual apreendemos o valor por meio de uma particular forma de sentir; os sentimentos nos fazem perceber mais profundamente o íntimo sentido dos valores e seu conteúdo. Em seu estudo, Hessen afirma que, para Brentano, outro filósofo

[3] Os filósofos alemãs, Hermann Lozte e Franz Brentano admitem que percepção e conhecimento estão intrinsecamente conectados às emoções (MILKOV, 2018).

alemão, o valor está relacionado ao juízo e aos sentimentos, ao ato de atribuir valor, que, atualmente, denominamos de valoração. Segundo Brentano, é nos atos de amar e odiar, de gostar e não gostar, que os valores se tornam perceptíveis. Para J. Von Rintelen, também citado por Hessen, valor é "o conteúdo de sentido de um ser", uma vez que os valores são sustentados pelos objetos nos quais se realizam, onde esses objetos tornam-se seu suporte, numa relação de continente e conteúdo (HESSEN, 1980, p.76 e 77).

Para Hessen, o objeto valioso é, na realidade, um misto de conhecer e de sentir, uma combinação de fatores intelectuais e emocionais. O valor apresenta-se, então, como uma associação entre o elemento cognitivo e as sensações que experimentamos ao apreendê-lo. Resultado da relação de sensações intermediadas pelo intelecto diante da experiência e vivência de um bem, considerando bem as coisas ponderadas como valiosas. De acordo com sua linha de fundamentação, o ato de atribuir valor é constituído através da cooperação entre sentimento e intelecto (HESSEN, 1980).

A capacidade de apreensão dos valores está relacionada à capacidade de ser impressionado por eles, o que é diferente de saber algo acerca dos valores:

> No saber os valores acham-se colocados diante de nós como objetos; existe entre nós e eles uma certa distância, que é a que separa normalmente o sujeito do objeto na relação de conhecimento. O objeto, porém, desaparece quando eu apreendo ou capto intimamente o valor. Quando isso se dá, deixo de me encontrar em frente dele; assimilo-o e absorvo-o em mim; eu e o valor apreendido passamos então a ser um, uma unidade (HESSEN, 1980, p.262).

Os valores culturais proporcionam identidade aos sujeitos, atribuem sentido a sua existência. Sendo o sujeito parte de uma coletividade, membro de uma comunidade, onde se desenvolve sua cultura. Assim, "a cultura significa, precisamente, a realização de valores, realização de valores objetivos por meio de uma atividade exercida pelos homens". "Os valores se efetivam no processo da cultura" (HESSEN, 1980, p.102 e 103). Todo ato cultural consiste na realização de um valor, logo "a cultura é o conjunto dos valores já realizados" (HESSEN, 1980, p.247).

Importa destacar a afirmação de que na essência do conceito de valor está a presença de um sujeito. "O valor é sempre valor para alguém, é a qualidade de uma coisa que só pode pertencer em função de um sujeito dotado de consciência capaz de a registrar" (HESSEN, 1980, p.47). Dessa forma, não se pode falar de valores em si, mas algo existente para alguém ou uma sociedade, pois só existe valor naquilo que o sentimento humano apreende como tal.

Dando prosseguimento a ideia de valor cultural como algo inerente a um sujeito, sem o qual não há razão para a preservação de bens culturais, chega-se no panorama contemporâneo

com os estudos de Ulpiano Bezerra de Meneses, que se destaca, entre outros especialistas da atualidade, como um importante estudioso do patrimônio cultural e de valores culturais.

Para este autor, a compreensão da cultura não está nas coisas, "mas nas relações da sociedade com as coisas e, mais ainda, dos homens entre si na sociedade" (MENESES, 1996, p.94). Assim como defendido nos estudos de Hessen, o autor Ulpiano de Menezes situa a cultura no universo do sentido e de significações, estando, por consequência relacionada aos valores humanos. "A cultura não é externa aos sujeitos sociais, mas onipresente, incorpora-se à vida social" (MENESES, 1996, p.88).

Entende que "a cultura é o universo da escolha, da seleção, da opção", da valoração. Essas escolhas e mudanças são "traços fundamentais do comportamento humano", respostas que se elaboram através dos sentidos e valores, pois dependem das significações atribuídas pelas sociedades a elas, estando sempre presente uma mediação simbólica (MENESES, 1996, p.90 e 91). Dessa forma, a noção atual de valores culturais resulta do entendimento que a cultura é produzida por meio de sentidos e valores construídos em sociedade, é um ato social.

Com relação ao valor cultural afirma que este "não está nas coisas, mas é produzido no jogo concreto das relações sociais". Uma vez que: "os objetos não têm intrinsecamente propriedades que não sejam as físico-químicas, as sociedades que mobilizam as propriedades perceptíveis como produto vetor de seus sentidos e valores, e esta mobilização é contingente, instável e mutável" (MENESES, 1996, p.93).

Para Meneses os valores culturais "decorrem da ação social, pelas seleções e opções realizadas pelos indivíduos e grupos. Para serem socializadas e se transformarem em padrões, necessitam de mecanismos de identificação, enculturação e aceitação". Dessa forma, os sentidos e significados propostos podem entrar em conflito com outros valores e sentidos, deixando em evidência o caráter político do universo cultural, onde "o campo cultural está imbricado no do poder" (MENESES, 1996, p.92).

Ulpiano afirma que a cultura engloba tanto aspectos materiais como não materiais. Para que os sentidos e valores "tenham existência social, para que se traduzam em práticas, induzam a comportamentos, precisam encarnar na materialidade da vida, precisam manifestar-se" (MENESES, 1996, p.93). Para tanto, nos utilizamos de suportes materiais e não materiais, produzimos inteligibilidade, fazemos releituras, damos significação simbólica às estruturas materiais da organização social, "legitimando-as, reforçando-as ou as contestando e transformando" (MENESES, 1996, p.89).

Indo ao encontro do que afirmou Riegl, Ulpiano declara que "não existem valores estéticos universais e permanentes", "os sistemas estéticos são históricos, historicamente

constituídos, se transformando sem cessar" (MENESES, 1996, p.93). Resgata o sentido mais amplo da palavra estética, que em grego significa percepção, e manifesta-se no sentido de que a arte é apenas uma das demonstrações do estético. Esclarece que a estética tem relação com a mediação entre o sujeito e o mundo externo, "funcionando como a ponte que os sentidos fornecem para sairmos de dentro de nós e organizarmos as múltiplas relações com o meio ambiente, com nossos semelhantes e até com o transcendente" (MENESES, 2017, p.48).

Meneses critica a inconveniência de existirem diversas categorias de valor. Defende que o patrimônio merece ser tratado de forma unificada, sem distinção entre categorias, a exemplo do valor histórico ou valor arquitetônico, pois os valores estão imbricados de tal forma que se torna impossível definir limites entre eles. Entretanto, para melhor entendimento da noção de valor cultural, identifica alguns componentes principais de valores: cognitivos, formais, afetivos, pragmáticos e éticos. Ressalta que esses aspectos não existem de forma isolada, agrupam-se de várias formas "produzindo combinações, recombinações, superposições, transformações, conflitos e hierarquias diversas" (MENESES, 2009, p.35).

Para Ulpiano, o aspecto cognitivo do valor cultural envolve conhecer o espaço, os materiais e técnicas, as características construtivas, as condições históricas, usos e apropriações diversas de sua trajetória, tratando o bem como um documento de fruição intelectual (MENESES, 2009).

Os componentes formais estão associados ao estético, naquele sentido mais amplo e original do termo, tomado como percepção. Não se referindo à estética como a beleza formal, mas como linguagem compositiva, fonte que permite aos sentidos construir significados, aguçar a percepção, levando a compreensão mais profunda sobre o bem (MENESES, 2009).

Os componentes afetivos estão relacionados à memória, à formulação de uma autoimagem, de identificação com o bem e a vinculações subjetivas; já os aspectos pragmáticos seriam mais que a importância atribuída ao uso, mas percebidos como qualidades, tomados com o potencial de qualificar a utilização prática do bem. Trata por fim de valores éticos que estão associados não aos bens, mas as interações sociais em que eles são apropriados, tendo como referência o lugar do outro, o respeito ao direito do outro de usufruir de um bem cultural (MENESES, 2009).

Quanto a este aspecto, Meneses apresenta reflexões sobre determinados usos e funções culturais da atualidade, especialmente à fruição externa e, meramente, contemplativa que pode gerar alienação e empobrecimento da cultura. Assim, analisa criticamente certos usos turísticos dos bens culturais, trata das disputas de território e do valor utilitário atribuído ao bem, que em alguns casos entra em conflito com o uso cotidiano dos habitantes, seus detentores legítimos.

Destaca a relação de pertencimento existente entre os habitantes e o bem cultural, que difere da relação dos visitantes. A esse respeito, declara que a vida cultural só tem condição de aprofundar-se no quadro da habitualidade, do cotidiano, da vivência profunda, onde se cria um vínculo de subjetividade (MENESES, 1996).

Critica o "despovoamento" do patrimônio e trata da necessidade de reconhecer o protagonismo do habitante, conferindo, prioritariamente, usos sociais ao bem cultural. Afirma, ainda, que a "razão social e a razão técnica não são excludentes", as ações políticas e técnicas devem incorporar e se beneficiar do conhecimento do habitante na produção de significados, valores e representações do patrimônio (MENESES, 2017, p.44).

Para Ulpiano Bezerra de Meneses, a cultura faz parte do cotidiano e deve estar inserida no universo do trabalho e das políticas culturais. A fruição cultural deve estar centrada naqueles que mantém relações de habitualidade com os bens, seus possuidores, respeitando-se a mútua relação do cognitivo e do afetivo entre sujeito e objeto vivenciado.

Aproximando a discussão para os valores culturais relacionados ao patrimônio oriundo da industrialização, temos os estudos de Beatriz Mugayar Kuhl. Suas observações fazem referência à importância de oferecer um destino utilitário adequado a esses bens, bem como à necessidade de se fazer uso da teoria da restauração nas intervenções arquitetônicas relacionadas à nossa história recente, como é o caso dos bens industriais.

Com relação ao valor prático e utilitário de bens industriais obsoletos, deve-se levar em conta "suas características para que a nova utilização seja instalada de modo a preservar, respeitar, valorizar e não deturpar seus principais elementos caracterizadores, fazendo uso dos instrumentos teóricos oferecidos pela restauração" (KUHL, 2008, p.138).

Enfatiza que, para a preservação do caráter histórico desses bens, deve-se reconhecer que todas as fases da produção humana possuem interesse e são merecedoras de estudo, mas isso não significa guardar todo e qualquer testemunho industrial.

> É indesejável conservar de modo indiscriminado e, ainda mais irresponsável, demolir ou transformar de forma incontrolada. Trata-se de saber identificar os elementos a serem tutelados para gerações futuras, não através de atos arbitrários e fortuitos, mas através do processo cognitivo que deve ser fundamentado nas humanidades (KUHL, 2008, p.157).

É necessário o aprofundamento do papel memorial e simbólico dessas construções para as comunidades, com grande atenção à memória do trabalho, para que esses espaços possam ser preservados e valorizados de forma conveniente, implicando, certamente em transformações, mas com respeito à história e à vocação do bem (KUHL, 2008).

> Trata-se de identificar e de atuar de forma conscienciosa e responsável para transformar valorizando o sentido desses bens, respeitando suas características essenciais, inserindo novos elementos, se necessário, com propriedade e de maneira sensível, para formar uma nova sintaxe arquitetônica e urbana (KUHL, 2008, p.147).

Dessa forma, percebe-se que a noção atual de valores culturais se desenvolveu ao longo do tempo, acompanhando as mudanças sociais, mantendo a essência de que são produzidos por meio de uma experiência sensorial, onde sentidos e significados são construídos em sociedade, por meio da uma relação profunda com os bens culturais.

A principal mudança no que diz respeito ao reconhecimento dos valores culturais no Brasil, se deu a partir da Constituição de 1988, quando a atribuição do valor deixou de ser exclusividade do poder público, que legalmente passou o papel de protagonismo à sociedade.

Assim, no ideal construído a respeito dos valores culturais, o usuário, fruidor do bem, passou a ter privilégio no reconhecimento dos bens culturais, sem excluir a perspectiva do especialista, sendo consensual entre os estudiosos da atualidade que o patrimônio cultural requer, necessariamente, a participação dos seus protagonistas sociais, associada ao conhecimento científico e técnico dos especialistas.

1.2 Patrimônio industrial e conceitos afins

A definição mais atual do que se denomina Patrimônio Industrial foi construída na Cidade de Nizhny Tagil, na Rússia, em 2003, quando o Comitê Internacional para a Conservação do Patrimônio Industrial (TICCIH) (*The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage*) se reuniu para discutir a preservação desse patrimônio, ainda bastante negligenciado pela nossa sociedade. Segundo o documento denominado Carta de Nizhny Tagil, o patrimônio industrial compreende:

> Os vestígios resultantes do processo de industrialização que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico ou científico. Englobam edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais de processamento e de refinação, entrepostos e armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transporte e todas as suas estruturas e infraestruturas, assim como os locais onde se desenvolveram atividades sociais relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação (THE INTERNATIONAL COMMITTEE FOR THE CONSERVATION OF THE INDUSTRIAL HERITAGE, 2003, p.3).

O comitê internacional, TICCIH, foi fundado em 1978 e se constitui no principal órgão de preservação do patrimônio industrial a nível internacional. O intuito deste comitê é delimitar o campo do patrimônio industrial e fazer recomendações para proteção e restauração de bens materiais remanescentes do processo de industrialização. Seus objetivos são promover a

cooperação internacional para preservar, conservar, investigar, documentar, pesquisar, interpretar e promover a educação quanto ao patrimônio industrial (THE INTERNATIONAL COMMITTEE FOR THE CONSERVATION OF THE INDUSTRIAL HERITAGE, 2019).

Nas questões relacionadas à preservação do patrimônio industrial, o TICCIH atua como conselheiro do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios[4] (ICOMOS). Os especialistas que compõem a rede do ICOMOS recomendam à Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), bens a serem incluídos à Lista do Patrimônio Mundial. Sendo assim, indiretamente, o TICCIH recomenda sítios industriais relevantes para composição da Lista do Patrimônio Mundial.

No mesmo ano em que foi firmada a Carta de Nizhny Tagil se estabeleceu um comitê provisório para a Preservação do Patrimônio Industrial no Brasil, quando um grupo de estudiosos se reuniu na Escola de Sociologia e Política de São Paulo. O referido Comitê Brasileiro foi criado no ano seguinte, 2004, durante um encontro na Universidade de Campinas (MENEGUELLO; GERIBELLO, 2011).

No cenário internacional, o Brasil se apresenta como um país de grande riqueza no que diz respeito aos remanescentes de processos de produção ainda pouco estudados, a exemplo dos engenhos de açúcar e das fábricas de fiação e tecidos, além de mercados, portos, ferrovias, moradias operárias, até mesmo de complexos industriais mais recentes, representantes do patrimônio da arquitetura moderna. Esse grande acervo nacional do patrimônio industrial não foi inventariado de forma ampla, parte significativa se perdeu e boa parte continua em situação vulnerável, podendo incorrer em perdas irreparáveis.

As raízes desse patrimônio, no que concerne às antigas fábricas de tecidos, encontram-se ligadas ao processo de produção e exploração agroindustrial brasileiro e ao fenômeno conhecido como Revolução Industrial, cujas origens estão situadas nos países da Grã-Bretanha.

No continente europeu, em meados do século XVIII, desenvolveram-se inovações na forma de utilização da energia, bem como nas relações comerciais, que conduziram a mudanças profundas, resultando em evoluções sociais, técnicas e econômicas das condições de produção, de maneira tão rápida e intensa que se denominou Revolução. A Revolução Industrial constituiu o início de um fenômeno histórico que marcou profundamente uma grande parte da humanidade, o qual se prolonga até aos nossos dias (THE INTERNATIONAL COMMITTEE FOR THE CONSERVATION OF THE INDUSTRIAL HERITAGE, 2003).

[4] Organização global, não governamental, dedicada à conservação dos monumentos e locais históricos do mundo (THE INTERNATIONAL COMMITTEE FOR THE CONSERVATION OF THE INDUSTRIAL HERITAGE, 2019).

O Brasil, “gigante pela própria natureza”, desde sua descoberta, apresentou vocação para a produção e exportação de produtos agrícolas. As extensas terras e a abundância dos produtos nativos, sem esquecer da riqueza mineral, foram extremamente explorados pelos nossos colonizadores, em especial pelos portugueses e ingleses.

Fatores geográficos e climáticos foram e são determinantes para a presença de matérias primas específicas nos países. Na conjuntura da Revolução Industrial, a exploração econômica das matérias primas disponíveis nos países está vinculada ao desenvolvimento tecnológico e à disponibilidade de mão de obra para operação dos novos métodos de produção, que passou a ser em grande escala e com setorização do processo produtivo.

A descoberta britânica de um modo de fundição do minério de ferro utilizando como combustível escória de carvão mineral, matéria prima abundante na Grã-Bretanha, assim como o ferro, foi determinante para impulsionar o processo de industrialização, iniciado em meados do séc. XVIII (COSTA, 2001), promovendo modificações e avanços sem precedentes, em diversos aspectos: na tecnologia de fabricação de produtos, na organização do trabalho e da produção em geral, nas relações comerciais, na maneira de construir e do crescimento das cidades, no cotidiano da população, em especial dos operários fabris, enfim, nos modos de vida das sociedades.

Em consequência do processo histórico de domínio econômico, expansão comercial e pioneirismo tecnológico inglês, os primeiros estudos relevantes sobre Patrimônio Industrial ocorreram na Inglaterra, em 1950 (KUHL, 2008). Apesar da Inglaterra ser um dos países pioneiros na utilização da expressão Arqueologia Industrial, este termo já era empregado em documentos de menor profundidade na França, desde a primeira metade do séc. XIX, conforme registros que vão de 1842 a 1896 apresentados por Paulo Oliveira Ramos, professor da Universidade Aberta de Lisboa, no II Congresso Internacional sobre Patrimônio Industrial, ocorrido em 2014. Segundo sua pesquisa, o termo aparece pela primeira vez no Brasil em 1870, no periódico “O Auxiliador da Industria Nacional”, vol. XXXVII, Rio de Janeiro, 1870, p.186.

Antes de tratarmos da Arqueologia Industrial, é necessário entender que, no Brasil, este campo de estudo está vinculado à **Arqueologia Histórica**, uma subárea da disciplina Arqueologia, que trata da cultura material dos grupos humanos após a escrita. Um dos obstáculos do campo de pesquisa, em questão, ocorre em função da pouca profundidade temporal que possui, o que dificulta a percepção da importância cultural dos remanescentes da industrialização, parte da história recente da humanidade.

A Carta de Nizhny Tagil define Arqueologia Industrial como um método de estudo e investigação interdisciplinar que envolve “todos os vestígios, materiais e imateriais, os

documentos, os artefatos, a estratigrafia e as estruturas, as implantações humanas e as paisagens naturais e urbanas, criadas para ou por processos industriais", com o propósito de aumentar a compreensão do passado e do presente industrial (THE INTERNATIONAL COMMITTEE FOR THE CONSERVATION OF THE INDUSTRIAL HERITAGE, 2003, p.3).

A Arqueologia Industrial, contempla não só os remanescentes construtivos das edificações ou arquitetura industrial, como inclui, entre outros objetos de pesquisa, os bens móveis e integrados decorrentes do processo da industrialização, tomados como suportes e fontes materiais para o estudo desse fenômeno, seja no âmbito mundial, nacional ou regional.

Conforme relatado por Beatriz Kuhl, os primeiros estudos sobre o tema ocorreram nos anos de 1950, quando Donald Dudley, da Universidade de Birmingham - Inglaterra, organizou visitas com seus estudantes às antigas instalações industriais da região. Essa preocupação em preservar os antigos vestígios da industrialização acabou por abrir um novo campo de estudo centrado no conhecimento dos aspectos materiais da Revolução Industrial (KUHL, 2008).

Em 1959, ocorreu a primeira conferência nacional de Arqueologia Industrial, promovida pelo Conselho Britânico de Arqueologia (*Council for British Archaeology* - CBA), organismo não-governamental criado em 1944, que incentivou a identificação e avaliação de sítios industriais localizados na Grã-Bretanha a serem protegidos, por meio da realização de um inventário desenvolvido pelo Governo Britânico (ROSA, 2011).

Na década de 1960, edificações importantes do processo da industrialização foram demolidas na Europa. Por estarem obsoletos e perderem a sua função, ainda hoje, imóveis remanescentes do processo industrial são ameaçados pela pressão especulativa imobiliária. A perda de parte desse legado e a situação de vulnerabilidade colocou em questão a necessidade de preservar parcela desses bens como testemunhos do processo de industrialização social.

A Grã-Bretanha, por ser pioneira nesse tema, apresenta diversos estudos que têm em comum a proposta de definição e a forma de abordagem a ser dispensada à arqueologia industrial. Na visão de Keneth Hudson[5], "a arqueologia industrial volta-se ao estudo, análise e registro de formas de industrialização do passado, mesmo quando desapareceram os testemunhos materiais", envolve todo o legado da industrialização, seja ele considerado bem cultural ou não (KUHL, 2008, p.45).

[5] Kenneth Hudson, OBE - Oficial da Ordem do Império Britânico, um dos primeiros a utilizar o termo arqueologia industrial. Escritor, historiador social e museólogo, defensor da valorização da história social moderna, nasceu em Londres em 1916 e faleceu em Somerset, Inglaterra em 1999 (HUDSON, 2018).

Outra definição, elaborada por Angus Buchanan[6], afirma que a Arqueologia Industrial ‘é um campo de estudo relacionado com a pesquisa, levantamento, registro e, em alguns casos, com a preservação de monumentos industriais’. Para Buchanan essa arqueologia visa avaliar a importância destes monumentos no contexto das políticas sociais e história tecnológica, incluindo ‘qualquer relíquia de uma fase obsoleta de uma indústria ou sistema de transporte, abarcando desde uma pedreira de sílex neolítica até uma aeronave obsoleta ou computador que se tornaram obsoletos a pouco’ (BUCHANAN, 1972 *apud* KUHL, 2008, p.39).

Trazendo a discussão conceitual para o Brasil, Beatriz Thiesen, defende que a Arqueologia Industrial deve ser entendida como o estudo das mudanças sociais, econômicas e culturais, decorrentes do crescimento da organização capitalista na indústria, a partir da interpretação das suas evidências materiais (THIESEN, 2006).

Na prática, em muitos casos, os termos **Patrimônio Industrial e Arqueologia Industrial** são empregados no mesmo sentido, apesar de “patrimônio” presumir que já tenham sido realizados estudos e reconhecidos bens com interesse para a preservação e “arqueologia” indicar um método de análise e pesquisa a partir de bens materiais remanescentes das atividades econômicas e sociais do passado industrial, conforme afirma Buchanan (KUHL, 2008).

Na Europa, a Arqueologia Industrial é um tema particular da arqueologia, enquanto no Brasil, como já foi dito, é enquadrada como arqueologia histórica, na qual arqueologia industrial seria apenas um subtema, não expondo a importância que o assunto requer.

Beatriz Kuhl (2008, p.47) afirma que a Arqueologia Industrial está relacionada “à antropologia, à sociologia, à geografia, à história social, à história do trabalho, econômica, das ciências, da técnica, da engenharia, da arte, da arquitetura, das cidades”. É, portanto, multidisciplinar e interessa à humanidade em geral.

Pelo que é possível apreender das discussões sobre o tema, tanto internacional, como nacionalmente, o legado resultante da industrialização deve ser entendido em um conceito mais amplo e, no que concerne aos bens imóveis, não se restringe apenas às unidades de produção industrial, mas abrange construções ligadas aos processos produtivos, aos meios de comunicação, transporte, produção de energia, além de edifícios pré-fabricados de várias tipologias e demais construções resultantes desse fenômeno, incluindo escolas, igrejas e habitações, conforme preconiza a já citada Carta de Nizhny Tagil, elaborada em 2003, compreendendo ainda, aspectos sociais, científicos e econômicos.

[6] Robert Angus Buchanan, professor de história da tecnologia, diretor do Centro de História da Tecnologia, Ciência e Sociedade da Universidade de Bath, Inglaterra. Autor do *Poder da máquina*, contribuiu com estudos sobre a história da tecnologia mundial (BUCHANAN, 2019).

Beatriz Kuhl, defende que "só uma abordagem ampla e multidisciplinar pode oferecer caminhos consistentes para o estudo do legado da industrialização" (KUHL, 2008, p.23).

Considerando as definições apresentadas, neste trabalho o Patrimônio Industrial será abordado avaliando além dos fatos e documentos históricos, os remanescentes materiais das fábricas de tecidos, encontrados durante os levantamentos de campo realizados nas cidades de Caxias e Codó, bem como os dados imateriais obtidos por meio dos depoimentos colhidos dos ex-funcionários das fábricas estudadas. Não se pretende, com isso, esgotar o estudo, mas apresentar uma abordagem ampla que inclua tanto aspectos tangíveis quanto intangíveis, enquadrando o estudo no conceito contemporâneo de Patrimônio Industrial.

1.3 Representatividade do legado industrial brasileiro através da proteção do IPHAN

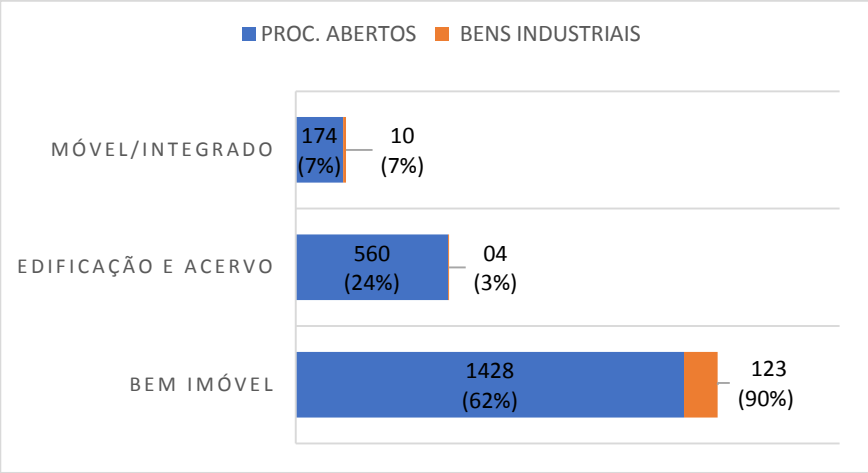
No intuito de compreender e demonstrar a representatividade do patrimônio industrial no Brasil e quais valores estão sendo ressaltados, tomamos como fonte de pesquisa as ações de proteção do IPHAN, através da análise qualitativa e quantitativa da lista de pedidos de tombamento de bens, disponível no portal oficial deste Instituto[7].

Desde o início das atividades do IPHAN, em 1937, até o mês de maio do ano de 2019, data de atualização da referida lista, foram abertos 2.299 processos com pedido de tombamento. Cabe destacar que no ano de 1938 apenas um bem relacionado com o Patrimônio Industrial foi contemplado, as ruínas da Fábrica de Ferro Patriótica, em Ouro Preto-MG. Entretanto, foram registrados 246 bens nos livros de tombo, a maior quantidade de tombamentos em um só ano (MOTTA, 2015, p.25). Fato que demonstra o passivo de bens de interesse à proteção por parte da Instituição.

Dentro desse *roll* de quase 2.300 processos foram identificados os bens representativos do patrimônio industrial. A classificação constante da lista de processos com pedido de tombamento considera tanto a natureza do bem - móvel ou integrado, imóvel, arqueológico, paleontológico e paisagístico, quanto o tipo de bem em foco - ruína, edificação, infraestrutura e equipamento urbano, conjunto arquitetônico, conjunto urbano, conjunto rural, quilombo, terreiro, patrimônio natural, coleção ou acervo. Tal classificação, se mostrou de difícil representação para bens industriais, sendo muito generalista, sobretudo se tomarmos a natureza do bem para expor o legado industrial, conforme é possível observar no Gráfico 1.

[7] www.portal.iphan.gov.br

Gráfico 1 – Processos com pedidos de tombamento agrupados pela natureza do bem, apresentando em destaque a parcela referente ao legado industrial



Fonte: Elaboração da autora (2020).

O Gráfico 1 demonstra a supremacia dos bens imóveis (62%) dentre os processos de tombamento abertos, onde está concentrada a maior parte das construções resultantes do desenvolvimento industrial (90%), bem como a representação pouco significativa dos bens móveis e integrados dentre o legado da industrialização (7%). Os bens de natureza paisagística, arqueológica e paleontológica, representam 6% do total de processos e não foram contemplados no gráfico - 01 por não possuírem bens relacionados com atividades industriais.

É de admirar que, até a data de 2019, praticamente, não existam exemplares tombados enquadrados entre os bens arqueológicos que representem o patrimônio industrial, refletindo a ideia já ultrapassada de que arqueologia está relacionada apenas com os remanescentes da era pré-histórica, e a pouca relevância oferecida ao tema do Patrimônio Industrial no Brasil, como relatado anteriormente. Contudo, foram identificados quatro processos relativos a sítios históricos com pedido de tombamento que se referem à atividade de mineração ocorrida no período colonial. A atividade de extração mineral se constitui um ramo de atividade industrial, mas neste trabalho só serão consideradas industriais aquelas que se desenvolveram a partir da Revolução Industrial, situada em meados do séc. XVIII.

A mineração a que se referem os citados processos é do período colonial, com datações que variam de 1553 a 1750, de modo que foram classificados como oriundos de atividade protoindiustrial, são eles: Reserva Arqueológica da Chapada dos Negros, Arraias - TO (1989)[8]; Complexo Arqueológico de Brumadinho - MG (2011); Complexo Arqueológico Histórico do Arraial de São Francisco Xavier, Vila Bela da Santíssima Trindade - MT (2012); e Estruturas

[8] As datas entre parênteses indicam o ano em que foi aberto o pedido de tombamento.

Arqueológicas de lavra de ouro de Guarulhos -SP (2016). Três tiveram o pedido de tombamento indeferido e apenas o processo de Arraial de São Francisco Xavier, encontra-se em instrução.

Dos quatro processos relativos a edificações e acervos, dois tiveram o tombamento aprovado: o Museu do Trem (1997) e as Antigas Docas Dom Pedro II (2012), ambos na cidade do Rio de Janeiro - RJ: e dois encontram-se em fase de instrução, são eles: as locomotivas elétricas e subestações de energia remanescentes do Sistema Ferroviário Eletrificado do Estado de São Paulo, na cidade de São Paulo (2017) e o Complexo Ferroviário de Ribeirão Preto–SP (2018).

Na categoria de bens móveis e integrados, dos 10 processos abertos relativos a remanescentes da indústria, 5 foram indeferidos: a Maria Fumaça do município de Antônio Carlos - MG (1983); o acervo ferroviário da Estrada de Ferro Perus-Pirapora, São Paulo - SP (1983); as embarcações a vapor do Rio de Janeiro (1984); o relógio do Largo da Carioca, e as luminárias das Ruas da Conceição, Senhor dos Passos, Alfândega, Ouvidor e Praça, todos na cidade do Rio de Janeiro - RJ (1979). Um processo encontra-se em instrução: o acervo da RFFSA, reunido no Museu Ferroviário da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, em Jundiaí-SP (2014).

Dentre os bens móveis e integrados foram deferidos 4 pedidos de tombamento referentes ao patrimônio industrial, a saber: jarras de louça da Fábrica de Santo Antônio do Porto, localizadas em Cachoeira-BA (1939); dois aviões Catalinas, um do Museu Espacial do Rio de Janeiro-RJ e outro da Base aérea de Belém-PA (1991); e o lampião existente no Largo da Lapa, Rio de Janeiro-RJ (1979).

Pelo exposto, o maior número de processos, que representam bens oriundos da industrialização, está entre os de natureza imóvel, com 123 processos abertos, sendo que 52 foram deferidos, 38 encontram-se em instrução, 32 indeferidos e apenas 1 processo apresenta pendência, as pontes de ferro sobre o Rio Encano, em Indaial-SC, processo aberto em 1990. Os pedidos de tombamento de imóveis relativos a bens da industrialização serão pormenorizados mais adiante.

Para melhor apresentação dos bens oriundos da industrialização, optou-se por empregar a classificação utilizada para cadastrar os bens imóveis no Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG) do IPHAN, que considera a função originária dos bens. Todos os processos foram classificados, por esta autora, a partir das categorias e orientações disponíveis no SICG, com algumas adaptações. Dessa forma, o termo "*arquitetura"* utilizado na classificação existente no SICG para bens imóveis, foi substituído por "*bens*", para possibilitar a inclusão, tanto de bens imóveis, quanto de bens móveis e integrados existentes nos processos de pedidos

de tombamento. Apresento a classificação utilizada neste trabalho com uma sucinta descrição, desta autora, para os bens inseridos em cada uma das classes.

Bens de uso Civil – o termo civil na origem latina (*civilis*) está relacionado aos cidadãos, essa classificação inclui bens construídos para fins residenciais, hospitalares, comerciais, educacionais, incluindo bens móveis e integrados.

Bens de uso Funerário – estão incluídos nesta categoria os túmulos, cemitérios, sepulcros, lápides, inscrições e demais bens relacionados à função funerária.

Bens de uso Militar – são representantes desta categoria os fortes, fortalezas, quarteis, paióis, entre outros bens construídos para atender às atividades militares, além do acervo de objetos e mobiliário.

Bens de uso Religioso – são representados por igrejas, capelas, seminários, templos, palácios arquiepiscopais, terreiros, imagens, retábulos, pias batismais e outros bens relacionados ao culto ou rituais sagrados, independente da matriz étnica.

Bens de uso Oficial – inclui residências oficiais como as antigas residências de condes, marqueses, governadores, imóveis com funções legislativas, judiciárias e executivas da administração pública, como os tribunais, palácios da justiça, consulados, sedes de governo, câmaras municiais, a exemplo das edificações que funcionaram como Câmera e Cadeia, incluindo, ainda, bens móveis e integrados utilizados nas funções oficiais.

Bens empregados nas atividades de Produção - neste grupo estão incluídos os sítios arqueológicos de mineração do período colonial, engenhos rudimentares de açúcar, ambos considerados protoindustriais. Assim como os engenhos centrais, as fábricas, os mercados, as feiras, edificações relacionadas com meios de comunicação e abastecimento de energia, incluindo bens móveis e integrados, como os maquinários, relógios, chaminés e outros. Bens relacionados com atividades produtivas, que podem incluir a industrial.

Bens empregados nas atividades de Transportes – especifica os bens construídos no intuito de facilitar ou contribuir para a utilização de meios de transporte, como os portos, aeroportos, rodoviárias, faróis, estações e complexos ferroviários, linhas férreas, incluindo os próprios meios de transporte, como elevadores, aviões, embarcações, entre outros bens.

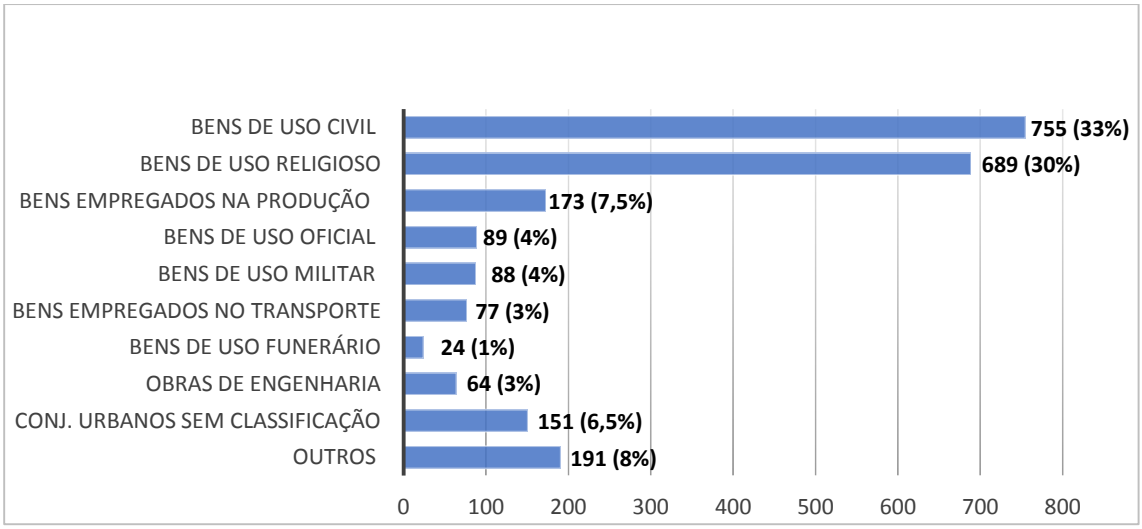
Obras de Engenharia – construções que envolvem equipamentos e infraestrutura urbana como pontes, viadutos, túneis, trapiches, barragens, quebra-mares, caixas d'água, bem como fontes, aquedutos e chafarizes utilizados para abastecimento de água nas cidades.

Cabe esclarecer que não existe classificação no SICG para os bens imóveis do tipo conjuntos urbanos. Não há uma justificativa explícita no portal do IPHAN, mas pela grande diversidade de bens que possuem, se torna difícil escolher uma função originária predominante.

Assim, foram classificados apenas os conjuntos arquitetônicos e urbanos ligados a atividades industriais, como os complexos ferroviários e as vilas industriais, que serão descritos mais adiante. Os demais conjuntos urbanos serão apresentados de maneira geral sem classificação.

Feitos os esclarecimentos sobre a terminologia utilizada neste trabalho para classificação dos bens elencados na lista de processos de pedido de tombamento, podemos iniciar a apresentação da análise dos dados.

Gráfico 2 – Processos com pedidos de tombamento agrupados pela terminologia do SICG, com adaptação da autora para inclusão de bens móveis e integrados



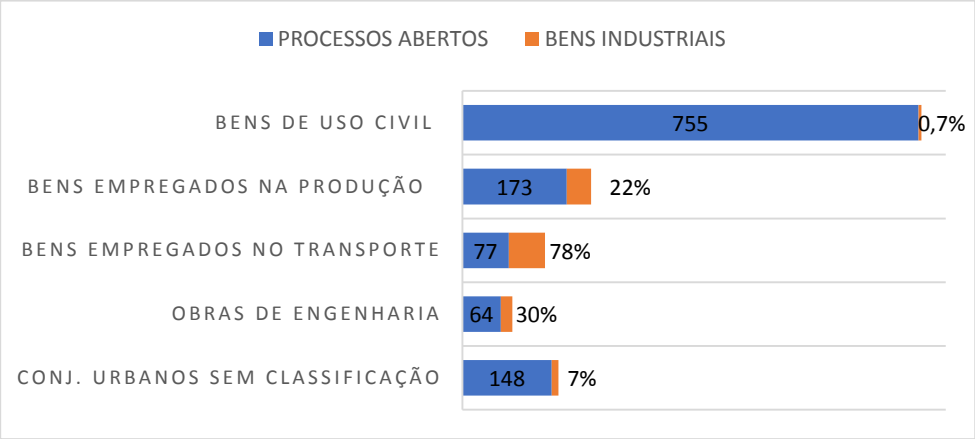
Fonte: Elaboração da autora (2020).

A maior parte dos bens que compõem a citada lista estão relacionados à categoria Bens de uso Civil, com 755 itens, representando cerca de 33% dos processos, inclui, sobretudo, edificações do início da ocupação do território pelos colonizadores, com influência da arquitetura e estética europeias. Em seguida temos o patrimônio identificado como Bens de uso Religioso, com 689 processos, que equivalem a 30% do total. Em terceiro lugar temos os bens relacionados com a atividade de produção, com 173 pedidos de tombamento, aproximadamente 7,5% dos processos, seguido dos Conjuntos Urbanos, sem classificação, com 151 pedidos de tombamento e 6,5% de representatividade. Os bens cujas funções originárias são vinculadas às atividades oficiais ocupam 4% do universo de processos, assim como os bens militares. As obras de engenharia e os bens fúnebres apresentam os menores percentuais, com cerca de 3% e 1 %, respectivamente.

Em virtude do tema da pesquisa, foi criada a **categoria de bens industriais**, onde estão contemplados os bens oriundos de atividades vinculadas ao processo de industrialização brasileiro. Esta categoria é composta pelo patrimônio ferroviário, pelas fábricas, por edificações

relacionadas ao processo de comunicação, pelos teatros, mercados, estufas, bens móveis e imóveis construídos com estruturas de ferro pré-moldado, incluindo chafarizes, caixas d'águas, pontes metálicas, estações telegráficas, entre outros.

Gráfico 3 – Processos com pedidos de tombamento agrupados pela terminologia do SICG, com adaptação da autora, destaque para a categoria de bens industriais



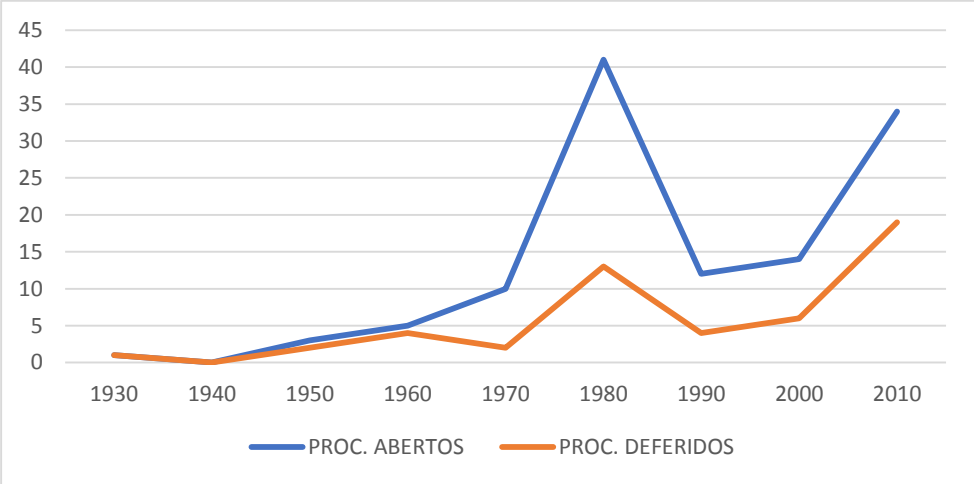
Fonte: Elaboração da autora (2020).

A categoria de bens industriais presente, principalmente, entre aqueles empregados em atividades de Transportes, representa 78% dos bens com essa função. Nas Obras de Engenharia alcança 30%, no grupo de bens empregados na Produção chega a 22% de representatividade, aparecendo com alguma representação nos Conjuntos Urbanos, com 7% dos bens, e de forma mínima nos bens de uso Civil, com menos de 1%. Os grupos de bens destinados a uso Religioso, Oficial, Militar e Funerário não apresentaram relação com atividades industriais.

A trajetória de atuação do IPHAN está relacionada a fatores externos e internos à instituição. Dessa forma, quanto aos bens oriundos do processo de industrialização mundial, importa destacar que em 1978, foi incluída na lista do patrimônio da Unesco a mina de sal Wieliczka, localizada na Polônia (UNESCO, 2018), inaugurando assim o reconhecimento do valor universal de um bem de caráter industrial. Certamente, este fato, somado ao contexto político de alargamento da noção de patrimônio cultural na década de 1980, influenciou os atos de proteção efetuados pelo IPHAN nos anos seguintes.

Para entendimento da atuação do IPHAN quanto ao acautelamento de bens industriais, apresentamos dois gráficos que contém o quantitativo de processos com pedido de tombamento referentes, especificamente, a bens do legado da industrialização brasileira, distribuídos por décadas. O primeiro demonstra o comparativo entre o interesse e a efetivação do pedido de proteção dos bens oriundos da industrialização, a partir da representação gráfica da série de abertura dos processos com pedido de tombamento e da série dos pedidos deferidos.

Gráfico 4 – Pedidos de tombamento referentes a categoria bens industriais agrupados por década e separados entre processos abertos e processos aprovados



Fonte: Elaboração da autora (2020).

O Gráfico 4 mostra um aumento gradativo no número de processos relativos a bens industriais a partir da década de 1940 até 1970, um acréscimo expressivo no número desses processos na década de 1980, que despenca na década seguinte e volta a subir, discretamente, até os anos 2000; a partir de então, sobe de forma acentuada. As marcações extremas podem ser entendidas através da análise das modificações estruturais sofridas pela Instituição, da ampliação da noção de patrimônio cultural e do contexto político e econômico do país.

Desde sua criação o órgão de proteção do patrimônio nacional passou por diversas modificações de terminologia e estrutura. De Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nomenclatura original, adotada em 1937, passou a ser Diretoria entre 1946 e 1970, já no período de 1970 a 1979 recebeu a denominação de Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que em breve mudou para Secretaria e Subsecretaria entre 1981 a 1990; ainda na década de 90, passou a denominar-se Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC), voltando a ser IPHAN em 1994 (MOTTA, 2015).

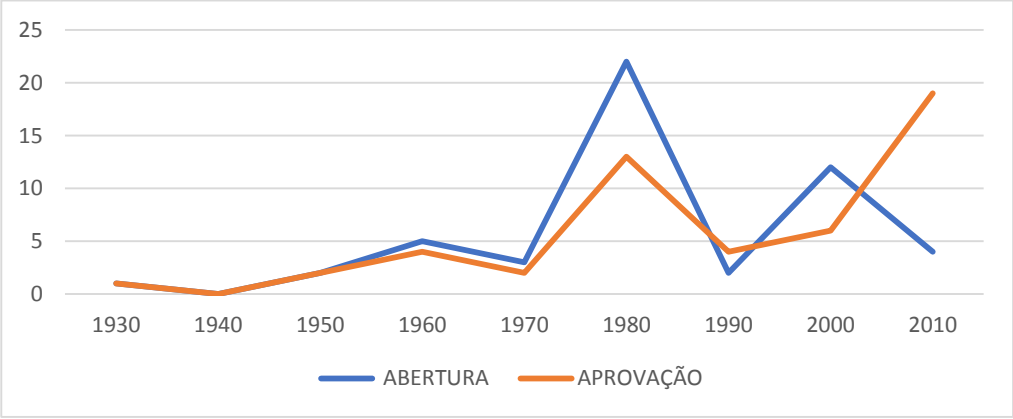
A década de 1980 é marcada pela maior presença política dos movimentos sociais, pelo alargamento do conceito de cultura, momento em que se verifica maior autonomia do campo cultural, que resultou na criação do Ministério da Cultura, em 1985 e na inclusão dos artigos 215 e 216, específicos sobre a cultura, na Constituição de 1988. Nos anos de 1980 foram abertos 46 processos com pedido de tombamento relativos a bens resultantes de atividades industriais, que representou 15% do total de processos abertos nesse período. Desse montante 23 foram aprovados, representando 50%. Essa década se configura, portanto, como um período de grandes conquistas no campo cultural, que ampliou a representatividade dos bens industriais.

Entre os anos de 1980 e 1990, o Iphan consagrou como patrimônio nacional os seguintes imóveis relacionados ao processo de industrialização brasileira: Sítio do Físico em São Luís - MA, 1981; Cais do Porto, pórtico central e armazéns, Porto Alegre - RS, 1983; Caixa D'água de Pelotas - RJ, 1984; Fábrica de vinho de caju Tito Silva, em João Pessoa - PB, 1984; Açude do Cedro, Quixadá – CE, 1984; Reservatório de Mocó, em Manaus - AM, 1985; Antiga Estação Ferroviária, em Lassance - MG, 1985; Casarão do Chá, Moji das Cruzes – SP, 1985/1986; Mercado Municipal de Manaus - AM, 1987; Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Porto de Manaus - AM, 1987; Fábrica Santa Amélia, em São Luís - MA, 1987; Prédio da Light, no Rio de Janeiro - PJ, 1988; e Estação Ferroviária de São João Del Rei a Tiradentes - MG, 1989.

> A incorporação dessas estruturas industriais, como foi o caso da Fábrica Santa Amélia, ao acervo de bens culturais protegidos em caráter nacional pelo Iphan, marca uma mudança, ainda que incipiente, no tratamento dado a construção identitária dos lugares de memória selecionados por esse órgão (DEZEN-KEMPTER, 2011, p.1).

Contudo, no início da década de 1990 a SPHAN enfrenta a crise de extinção do MinC e sua nomenclatura é modificada para Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC), um momento de grandes dificuldades para obtenção de recursos e de desvalorização do setor cultural, marcadamente refletido na queda brusca do gráfico quantitativo de pedidos de tombamento, exatamente no início dos anos 1990.

Gráfico 5 – Bens industriais tombados, agrupados por década e separados por data de abertura e data de aprovação do pedido



Fonte: Elaboração da autora (2020).

O Gráfico 5 se refere apenas a processos com pedido de tombamento de bens industriais deferidos, considerando a data de abertura do processo e, em separado, a data de aprovação do pedido. É interessante observar que os picos de abertura dos processos ocorrem nas décadas de 1980 e 2000, caindo consideravelmente em 1990 e 2010. Por outro lado, a série de processos

aprovados apresenta uma elevação que coincide com a década de 1980, apesar do menor número, e demonstra uma subida considerável no número de aprovações desses processos a partir dos anos 2000, que permanece em ascendência até o ano de 2019.

Esta situação de discordância temporal entre o gráfico de abertura dos processos e o de sua aprovação, sobretudo a partir da década de 1990, demonstra o maior tempo decorrido entre o início do pedido de tombamento e sua aprovação. Observou-se que 25% dos processos abertos na década de 80, só foram aprovados nos anos 2000.

Entre os anos 2000 e 2010 foram criados dois novos instrumentos de proteção do Patrimônio Cultural Brasileiro pelo IPHAN, o Registro e a Chancela. O primeiro diz respeito à valorização do patrimônio imaterial, com a criação do Decreto do IPHAN nº 3.551 de 04 de agosto de 2000, que instituiu o registro dos bens culturais de natureza imaterial como Patrimônio Cultural Brasileiro. O segundo trata da Chancela da Paisagem Cultural, instituída por meio da Portaria nº 127 de 30 abril de 2009, enfatizando a importância da preservação da paisagem, procedimento que aborda aspectos materiais e imateriais de forma integrada.

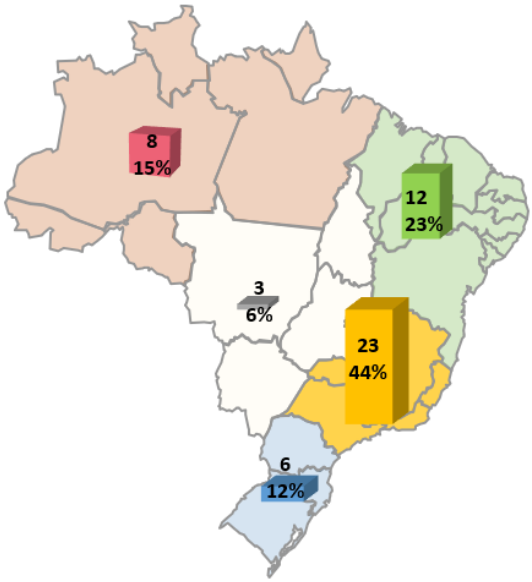
A introdução de um instrumento específico que trate a paisagem como um atributo de relevante valor cultural, trouxe consequências na forma de identificação e reconhecimento dos bens culturais, demonstrando a ampliação da percepção do valor paisagístico nas análises de pedido de tombamento, especialmente no que diz respeito à inscrição de um maior número de bens industriais no Livro de Tombo relativo aos valores Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Cabe ressaltar, ainda, o aspecto intangível do patrimônio industrial associado ao saber fazer e às implicações sociais desenvolvidas a partir do processo de industrialização. Esses novos instrumentos de proteção demonstram a ampliação da noção de patrimônio cultural dentro do IPHAN e a importância crescente atribuída aos aspectos intangíveis no reconhecimento desse patrimônio.

A partir dos anos 2000 se observa um aumento significativo na aprovação de bens do legado da industrialização. Desde então, foram patrimonializados 25 bens do legado industrial (o que representa quase 50% do total de bens protegidos dessa categoria), sendo 6 deles na primeira década e 19 bens, do ano 2010 em diante. Desses 19 bens oriundos da industrialização protegidos na última década, 11 (58%) foram inseridos no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, fazendo alcançar 37% no total de bens protegidos desse universo. Por outro lado, até a década de 1980 apenas 6 bens relativos ao patrimônio industrial haviam sido reconhecidos pelo valor paisagístico.

Mais recentemente, entre os anos de 2018 e 2019 cerca de 40 processos com pedido de tombamento foram abertos e apenas um deles faz referência a bem oriundo de atividades industriais, a Hidrelétrica de Angiquinho, processo que se encontra em fase de instrução.

Se considerarmos apenas os processos abertos com pedidos de tombamento deferidos esse universo de quase 2.300 processos, contidos na lista disponível no portal do IPHAN, se reduz para 1.314, entre os quais 52 representam bens imóveis oriundos do patrimônio industrial, cerca de 4 % dos processos aprovados. A relação completa dos bens patrimonializados vinculados ao processo industrial, por década de tombamento, pode ser consultada ao final deste trabalho, no Apêndice A.

Gráfico 6 – Cartograma contendo a distribuição dos bens industriais tombados no território brasileiro, por regiões geográficas



Fonte: Elaboração da autora (2020).

O Gráfico 6 apresenta a distribuição dos bens industriais pelo território brasileiro. Dentre os 52 bens oriundos da industrialização protegidos pelo IPHAN, a maior parcela encontra-se localizada na Região Sudeste (44%), seguida da região Nordeste (23%), Norte (15%) e em menor número nas regiões Sul (12%) e Centro Oeste (6%).

Serão analisados, sucintamente, os processos com pedido de tombamento referentes ao patrimônio industrial de natureza imóvel, apresentando aqueles que foram acautelados, na sequência aqueles que estão em instrução, e, por fim, os que tiveram seu pedido indeferido.

Dentre os processos de bens imóveis industriais com pedido de tombamento aprovado[9] (52 processos) temos a seguinte classificação: cerca de 48% estão no grupo de Bens empregados nas atividades de Transporte, são sobretudo remanescentes do Patrimônio Ferroviário (88%), a exemplo de pontes e vias férreas, estações, oficinas e armazéns ferroviários; em menor número aparecem os complexos portuários (4%); e alguns bens relacionados a meios de transporte atípicos (8%), a saber: o Elevador Lacerda, em Salvador - BA; a estação rodoviária do município de Comendador Levy Gasparian - RJ; a estação de hidroaviões e o hangar de Zeppelin, ambos na cidade do Rio de Janeiro - RJ.

Classificados como Bens empregados nas atividades de Produção, temos 36% dos bens acautelados oriundos da industrialização. Esses processos estão representados por diferentes bens imóveis, como mercados, fábricas, entre outros, descritos a seguir.

Entre os bens tombados originários do desenvolvimento industrial, identificados como arquitetura de produção temos três mercados: o Mercado de São José, em Recife – PE (1973); o Mercado Adolfo Lisboa ou Mercado Municipal de Manaus – AM (1987); e o Mercado Ver-o-Peso, em Belém – PA (1977). Enquadrados como arquitetura industrial, tanto pelo uso do sistema construtivo em ferro pré-moldado, quanto pela função de concentração da produção para posterior venda e distribuição, em consequência do sistema industrial e capitalista de produção. Todos os três mercados foram incluídos no livro de Tombo Histórico e no livro de Belas Artes, portanto, sendo reconhecidos como patrimônio cultural pelo seu valor histórico e pelo valor estético da arquitetura. Apenas o mercado Ver-o-Peso, em Belém, localizado às margens da baía do Guajará, no encontro dos Rios Guamá e Acará, foi inserido em três livros, além dos já citados, Histórico e de Belas Artes, no livro de Tombo Etnográfico, Arqueológico e Paisagístico, evidenciando o reconhecimento do valor atribuído a sua interação com a paisagem local.

Há entre os bens protegidos, uma parcela irrisória de edificações relacionadas à indústria de comunicação e abastecimento de energia, cerca de 4%, dos bens industriais protegidos, são eles: duas redes de estações telegráficas localizadas no Estado de Roraima (2016), inseridas no livro de tombo histórico, e o prédio sede da Light, Rio de Janeiro – RJ (1988), inserido tanto no livro Histórico, como no livro de Belas Artes.

As unidades fabris propriamente ditas estão localizadas em doze dos processos, cinco delas foram inseridas no Livro de Tombo Histórico, em ordem cronológica de tombamento: a

[9] Neste trabalho foram considerados aprovados os processos classificados na coluna referente ao estágio de instrução como: aprovado, tombamento provisório, rerratificação e anexado, segundo a Portaria do SPHAN nº 11 de 11 de setembro de 1986, que versa sobre procedimentos para processos de tombamento.

Fábrica de Ferro Ipanema, em Iperó - SP (1964); a Fábrica de vinho Tito Silva, em João Pessoa - PB (1984); a Fábrica de tecidos Santa Amélia, em São Luís - MA (1987); o Engenho Central de São Pedro de Alcântara, localizado no município de Pindaré - MA (1998); a Fábrica de laticínios do norte do Brasil, das antigas fazendas nacionais, em Campinas do Piauí - PI (2015).

Quatro fábricas de chá, representam os bens da imigração japonesa em São Paulo, uma em Moji das Cruzes, o Casarão do Chá, inscrita primeiro no Livro de Belas Artes e no ano seguinte no Livro Etnográfico e Paisagístico (1985/1986), e as três restantes localizadas no Município de Registro (2013), inscritas nos Livros Histórico, de Belas Artes e Etnográfico; temos, ainda, a Fábrica de tambores onde funciona o SESC Pompeia, São Paulo - SP (2015), inscrita no Livro de Belas Artes.

Por fim, duas das doze unidades fabris são ruínas industriais: a fábrica de ferro Patriótica, em Ouro Preto - MG (1938), inserida no livro histórico; e as ruínas do Sítio do Físico, em São Luís - MA (1981), onde funcionou uma fábrica de cal, couro e velas, inserida tanto no livro Histórico, como no Etnográfico, Arqueológico e Paisagístico. Este parece ser o único bem industrial inscrito no livro Etnográfico, Arqueológico e Paisagístico pela significação tanto do valor paisagístico, como pelo valor arqueológico, provavelmente por seu estado de ruína.

Importante relatar que o tombamento da Fábrica de vinho Tito Silva, em João Pessoa, ocorrido em 1984, incluiu não só a edificação, mas o maquinário e a técnica de fabricação do vinho, contemplando a questão do saber fazer, antes mesmo da formalização do registro de bens imateriais. Dentre os bens industriais acautelados pelo Iphan, pela primeira vez a técnica de produção foi protegida e se tratou, neste processo, de valores tecnológicos, como "valores patrimoniais, até então, não beneficiados em termos de preservação" (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 1985, p.122).

Outro aspecto a destacar, diz respeito ao SESC Pompeia, antiga fábrica de tambores localizada em São Paulo, tombada em 2015 não por seu valor histórico, como as demais unidades fabris, mas como representativo da arquitetura moderna, sendo, por isso, inserido no livro de Belas Artes, resultado da intervenção da arquiteta Modernista Lina Bo Bardi em 1986.

Cerca de 10% dos bens que representam o patrimônio industrial protegido estão ligados, predominantemente, ao uso do sistema construtivo pré-fabricado em ferro, característico da arquitetura oriunda do período industrial, classificados neste trabalho como Obras de Engenharia ou Bens de uso Civil, reconhecidos, sobretudo, pelo valor estético, são eles: duas caixas d'água metálicas, uma em Pelotas - RS (1984), inscrita no Livro de Belas Artes, e outra em Manaus - AM (1985), inscrita nos Livros Belas Artes e Histórico; um chafariz em ferro fundido, localizado no Rio de Janeiro - RJ (1990), inserido no Livro de Belas Artes; o Teatro

José de Alencar, em Fortaleza - CE (1964), inscrito no Livro de Belas Artes; e o Palácio de Cristal, em Petrópolis - RJ (1967), que além do valor arquitetônico, em virtude do sistema construtivo em ferro, foi reconhecido pelo valor paisagístico, inserido tanto no Livro de Belas Artes como no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

Destacamos, por fim, os Conjuntos Urbanos protegidos: a Vila Ferroviária de Paranapiacaba, Santo André - SP (2008), inserida no Livro de Tombo Histórico; o Complexo ferroviário da antiga Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (EFNOB), em Campo Grande - MS (2014), reconhecida pelos valores histórico e paisagístico; e a Vila de Serra do Navio - AP (2012), conjunto urbano reconhecido pelo seu valor paisagístico, histórico e arquitetônico, incluído nos três livros respectivos a esses valores.

Tais conjuntos urbanos resultantes da industrialização, tipologia denominada internacionalmente como *company towns*, foram reconhecidos após o estabelecimento do conceito contemporâneo de patrimônio industrial, e das diretrizes expostas em 2003 na Carta de Nizhny Tagil. Nos três processos de tombamento de conjuntos urbanos industriais, a noção de patrimônio oriundo da industrialização extrapola a visão do espaço de produção e transporte e alcança outros imóveis oriundos do uso industrial, a exemplo das casas dos antigos operários ou do engenheiro-chefe da ferrovia, incorporando o conceito atual de patrimônio industrial.

A Vila de Paranapiacaba, em São Paulo, construída em 1894 pela empresa inglesa São Paulo Railway Company, numa linha de 120 km que ligava o porto de Santos ao interior do Estado, com intuito de escoar a produção de café, obteve proteção legal do IPHAN em 2008. Em 2012, foi patrimonializada a Vila da Serra do Navio, outra *company town*, construída em Macapá, para exploração do manganês, cujo projeto foi desenvolvido pelo arquiteto Oswaldo Bratke na década de 1950, com casas modernistas. Mais recentemente, em 2014 foi realizada a proteção do Complexo ferroviário da antiga Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (EFNOB).

Importante destacar que, de forma análoga ao que ocorreu com a Fábrica de Tambores onde funciona o SESC Pompéia, em São Paulo - SP, a Vila de Serra do Navio, em Macapá - AP, foi inscrita no Livro de Tombo de Belas Artes pelo valor atribuído a expressão da arquitetura moderna nas suas edificações, sendo inscrita, ainda, nos Livros Histórico e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

Constam da relação de processos 32 pedidos de tombamento indeferidos. Na década de 1970 estão: a Estação Ferroviária de Cachoeira Paulista - SP (1977)[10]; a Estação Ferroviária de Magé-RJ (1974); e o antigo alojamento da Western Telegraph, Niterói - RJ (1979).

[10] As datas entre parênteses se referem a abertura dos processos de pedido de tombamento.

Na década de 80 constam treze processos indeferidos, sendo sete referentes ao patrimônio ferroviário dos Estados de MG, RJ, SP e SC, e um conjunto habitacional operário em Goiana - PE (1983); o conjunto arquitetônico onde funcionou a Companhia Vinícola Luiz Antunes, Caxias do Sul - RS (1985); o Mercado Público de Florianópolis - SC (1985); a Fábrica de Papel da Bahia - BA (1985); os Estúdios da Rádio Nacional (1988) e o Sistema de Bondes do Bairro de Santa Tereza (1982), ambos no Rio de Janeiro - RJ.

Durante a década de 90 foi indeferido somente o pedido de tombamento da Estação de Hidroaviões, em Vigia - RJ (1999). A partir dos anos 2000 em diante, mais 15 processos referentes a bens oriundos da industrialização foram indeferidos, a saber: seis processos que tratam de patrimônio ferroviário, destacando-se dois deles por integrarem conjuntos arquitetônicos: o Pátio Ferroviário das Cinco Pontas, em Recife - PE (2015) e a Vila Belga de Santa Maria - RS (2013); dois relativos a linhas de bonde, sendo uma usina de bondes em Guaratiba - RJ (2011); quatro relacionados a unidades fabris, incluindo o Complexo do Engenho Central de Quissamã - RJ (2015); a usina hidrelétrica de Saia Velha, em Cidade Ocidental - GO (2014), o Conjunto Arquitetônico da Antiga Fábrica Rheingantz, Rio de Janeiro - RJ (2010); a antiga Fábrica Japy, na Vila Arens, Jundiaí - SP (2012); as edificações fabris da massa falida da Companhia Brasileira de Antibióticos (CIBRAN), em Tanguá – RJ (2014) e o Aeroporto de Santos Dumont, Rio de Janeiro - RJ (2012).

Existem, ainda, 34 processos de tombamento que se encontram em fase de instrução relacionados aos bens resultantes da industrialização. Entre os quais destacamos duas indústrias têxteis: a Fábrica de Tecidos São Luiz de Itu – SP, Processo nº 1174 - T - 1985 e o Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Tecelagem Parahyba, localizada em São José dos Campos - SP, Processo nº 1368 - T - 1996. A Fábrica de tecidos São Luiz, consta de processo aberto há 34 anos, e a Tecelagem Parahyba, se trata de processo datado de 1996, encontram-se em instrução há décadas, demonstrando não ser prioridade entre as análises pleiteadas.

A Fábrica São Luiz de Itu foi inaugurada em 1869, quando se iniciava a produção de tecidos de algodão no Brasil, sendo a fábrica a vapor mais antiga do Estado de São Paulo. De pequeno porte, possuía 24 teares e 1.000 fusos, sua maquinaria é oriunda da América do Norte, juntamente com a planta do imóvel, já a caldeira e seus acessórios são de fabricação Inglesa. Funcionou por mais de 100 anos, encerrando suas atividades em 1982. Atualmente é tombada como patrimônio histórico do Estado de São Paulo pelo CONDEPHAAT (ESPAÇO FÁBRICA SÃO LUIZ, 2020).

Quanto ao Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Tecelagem Parahyba, localizada em São José dos Campos - SP, cabe destacar que consultando o Sistema Eletrônico de

Informações (SEI), utilizado no trâmite de processos do IPHAN, constam dois processos relativos a esse conjunto de edificações, o de número 01458.000664/2011-24, que trata da instrução do processo de tombamento, contendo dados históricos e um extenso inventário do complexo, e o Processo de nº 01134.000020/2018-65, que versa sobre a Ação Civil Pública aberta pelo Município de São José dos Campos, solicitando a conclusão do processo de tombamento 1368-T-1996, referente ao Conjunto Arquitetônico e Paisagístico Tecelagem Parahyba.

A Tecelagem Parahyba foi a primeira indústria têxtil implantada no Município de São José dos Campos, em 1925, numa área de 516.000 m², onde estão localizados: a residência dos proprietários, um galpão de armazenamento, e outros edifícios de características modernistas, projetados pelos arquitetos Rino Levi e Carlos Millan, dispersos em jardins de autoria de Roberto Burle Marx, que complementam o tratamento modernista dado ao conjunto.

Assim como os dois processos citados, atinentes a indústrias de tecidos, causa estranheza que ainda conste da lista como processo de tombamento em instrução o de nº 539 - T - 1956, referente as ruínas da Real Fábrica de Ferro, localizada no município de Morro do Pilar - MG, processo datado da década de 1950.

Da década de 1980 encontram-se ainda em instrução sete processos referentes a bens da industrialização: duas vilas operárias em Alagoas, uma em Maceió (1984) e outra em Delmiro Gouveia (1987); duas vilas ferroviárias em Magé - RJ (1987), parte integrante da Estrada de Ferro Barão de Mauá (1987); a E.F. Paranaguá - Curitiba - PR (1983); Estação Ferroviária de Além Paraíba, em Pirapora - MG (1986); dois chalés de ferro de Belém - PA (1982) e a já citada Fábrica de Tecidos São Luiz de Itu - SP (1985).

Observou-se que a partir do ano de 2015 em diante uma variedade maior de bens industriais encontram-se entre os processos em fase de instrução. Dentre estes, temos uma fábrica de pólvora em Magé, Rio de Janeiro (2015); o Mercado Municipal de Campos dos Goytacazes e a torre de aviação do Aeroclube de Volta Redonda, ambos no Rio de Janeiro (2015); além de um complexo do ramo ferroviário, madeireiro e colonizador da Companhia Lumber (*Southern Brasil Lumber & Colonization Company*) subsidiária brasileira aberta em Três Barras - SC (2015); a torre de TV de Brasília DF (2016); o conjunto arquitetônico do porto de Vitória - ES (2016); a estrada de ferro Madeira Mamoré, Porto Velho - RO (2017) e bens culturais que incluem estações ferroviárias, em Indaiatuba - SP (2018).

Destaca-se um processo aberto em 2018, referente ao Armazém número 5 da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), que se configura como patrimônio industrial originariamente nacional, localizado na zona portuária do Rio de Janeiro, marco da

industrialização brasileira com o novo ciclo que envolve estruturas metálicas utilizando matéria-prima totalmente brasileira.

Entre os processos abertos, mais recentemente, encontra-se em instrução o pedido de tombamento da primeira hidrelétrica do Nordeste, a Hidrelétrica de Angiquinho, localizada à margem do Rio São Francisco, junto à Cachoeira de Paulo Afonso, construída com objetivo de fornecer energia elétrica a uma grande indústria têxtil, denominada Companhia Agro Fabril Mercantil, situada na cidade de Pedra, atual Delmiro Gouveia, sua produção de energia abastecia tanto a fábrica quanto a cidade, situada a cerca de 24 km da hidrelétrica (SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA DE ALAGOAS, 2006).

Apesar dos avanços nas discussões contemporâneas quanto à amplitude do campo do patrimônio cultural e ao patrimônio industrial, verifica-se a partir da análise dos processos de tombamento existentes no IPHAN, que parte significativa se refere ao Patrimônio Industrial Ferroviário, incluindo ou não seus acervos, com cerca de 35% dos bens industriais acautelados.

O interesse pela preservação do Patrimônio Ferroviário também pode ser mensurado pelo procedimento de valoração dos bens oriundos da Rede Ferroviária Federal, instituído com a extinção da RFFSA, e a responsabilidade de proteção dos bens de valor cultural atribuída ao IPHAN através da Lei nº 11.483, de 31 de maio de 2007. Desde então, o Instituto avalia, dentre todo o espólio da extinta RFFSA, quais bens merecem ter reconhecidos seus valores culturais. A lista do Patrimônio Cultural Ferroviário[11] valorado pelo IPHAN contempla 589 bens, sendo 15 deles localizados no interior do Maranhão, nos Municípios de Rosário, Santa Rita, Codó e Caxias. Dessa forma, a tendência é que o número de processos relativos ao Patrimônio Ferroviário Brasileiro aumente, por meio da valoração progressiva dos bens móveis e imóveis, sem, necessariamente, implicar em ações de tombamento.

Os demais bens industriais estão distribuídos da seguinte forma: 35% dos bens estão relacionados a atividades produtivas, como mercados, engenhos, fábricas e redes de comunicação e abastecimento de energia; as construções com uso de ferro fundido premoldado, conhecidas como arquitetura do ferro, significam 10% do universo de bens industriais protegidos; e com menor percentual estão os conjuntos arquitetônicos industriais, com cerca de 6%, representados por edificações construídas a partir de demandas de atividades econômicas industriais, que além das unidades produtivas, incluem outras edificações[12].

[11] http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/503

[12] Destaca-se a presença de edificações fabris no Conjunto urbano e paisagístico de Petrópolis, tombado em 1982, um dos polos industriais do Brasil formados ainda no séc. XIX. Em Petrópolis "ao final do século XIX a produção têxtil consolidou-se como atividade principal, incentivada pelo governo imperial" (LYRA, 2016, p.194).

O Decreto-Lei nº 25 de 1937 prevê a inscrição do bem em um ou mais Livros do Tombo de acordo com o reconhecimento de seus valores culturais. Assim, os dados quanto às inscrições nos livros de Tombo se referem à quantidade de inscrições e não ao número de bens inscritos, pois muitos bens constam inscritos em mais de um livro.

> O tombamento se justifica pelo valor ou valores – arqueológico, etnográfico, paisagístico, histórico, artístico etc. – atribuídos a um bem, e a sua inscrição em um ou mais Livros do Tombo corresponde à formalização dessa atribuição, não sendo possível se pensar em uma hierarquização de valores. A partir dos valores atribuídos é que são balizadas as orientações para atender ao efeito jurídico do tombamento que é a conservação do bem (SANTOS; TELLES, 2020, não paginado).

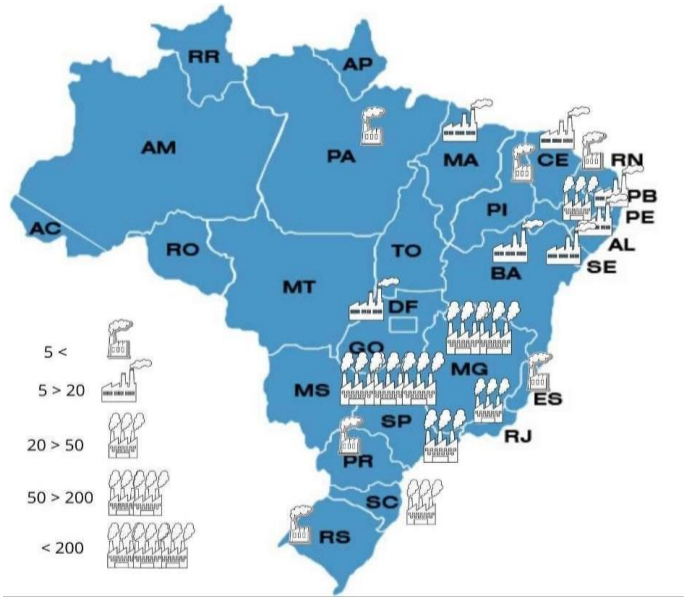
A análise realizada aferiu que os bens industriais acautelados pelo IPHAN, em sua maioria, foram consagrados pelo valor histórico, alcançando 73% desses bens. Parte considerável, 48%, é reconhecida pelo valor estético e arquitetônico, incluída no Livro de Belas Artes. Aproximadamente um terço da categoria de bens industriais, 36%, obteve seu tombamento relacionado ao valor paisagístico, etnográfico e arqueológico. E, apesar do Patrimônio Industrial estar intrinsecamente ligado à função utilitária, um único bem foi inscrito no Livro de Tombo de Artes Aplicadas, a Ponte internacional de Mauá, em Jaguarão - RS.

A partir da análise dos dados, verifica-se que a representatividade dos bens oriundos de atividades industriais dentre o patrimônio protegido pelo IPHAN ainda é irrisória, chegando a apenas 4% dos bens tombados, sendo valorizados, sobretudo, pelo valor histórico que possuem. Se considerarmos os bens da Indústria Têxtil a representatividade ainda é de menor significância, não alcançando 1% do total de bens tombados.

A despeito da indústria têxtil ser um dos ramos pioneiros da produção industrial brasileira, apenas uma única fábrica de tecidos foi reconhecida como patrimônio nacional em todo o Brasil: a Fábrica Santa Amélia, localizada em São Luís - MA, tombada na década de 80, inscrita apenas no Livro de Tombo Histórico, apesar do interessante resultado arquitetônico proporcionado pela simbiose entre a edificação tradicional portuguesa e os galpões industriais de ferro acrescidos no início do séc. XX, conforme atesta o Processo nº 1.144 - T – 85 (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 1985). A Fábrica Santa Amélia será tratada sucintamente no Capítulo seguinte.

Inúmeras estruturas remanescentes encontram-se espalhadas pelo território nacional: edificações, chaminés e maquinários, vilas operárias, entre outros bens materiais representativos de uma época em que o desenvolvimento industrial têxtil se deu de maneira difusa em parte significativa do território brasileiro.

Gráfico 7 – Cartograma contendo a distribuição das fábricas de tecidos pelos Estados do Brasil em 1945



Fonte: Elaboração da autora (2020).

Para além dos vestígios materiais, encontram-se dispersas as memórias coletivas dos trabalhadores que compõem o legado imaterial dos bens remanescentes da industrialização brasileira, o conhecimento técnico adquirido, o afeto e o valor simbólico e social de espaços que abrigaram centenas de pessoas em suas atividades laborais diárias, partes esquecidas de uma história que possui reflexos culturais, socioeconômicos, entre tantos outros, que se perpetuam nos dias atuais.

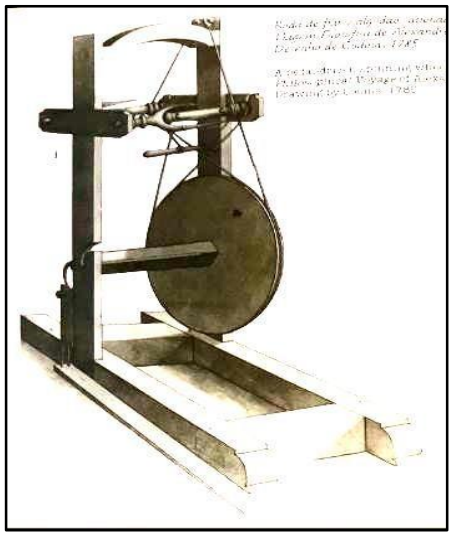
2 UMA BREVE HISTÓRIA DA INDÚSTRIA TÊXTIL - DO CONTEXTO INTERNACIONAL AO LOCAL

"É necessário um conhecimento profundo da história industrial e socioeconômica de uma área ou país, assim como de suas relações com outras partes do mundo, para compreender o significado de sítios ou estruturas de patrimônio industrial" (PRINCÍPIOS DE DUBLIN, 2017)[13].

2.1 A prática da tecelagem e o desenvolvimento de técnicas e instrumentos

A tecelagem pode se desenvolver com uso de fibras naturais ou sintéticas, podendo ocorrer ainda com a mescla das duas. As fibras naturais podem ser de origem animal como seda ou lã, ou de origem vegetal como linho e algodão. As atividades de fiar e tecer algodão são muito antigas, não se sabe ao certo onde se originaram, os estudos apontam para Índia, China e há fortes evidências de que surgiram no Egito há cerca de 5000 anos, por conta de descobertas arqueológicas já realizadas (RIELLO, 2011).

Figura 1 - Desenho de uma roda de fiar algodão, acionada por pedal, utilizada por indígenas brasileiros



Fonte: Mathias (1988).

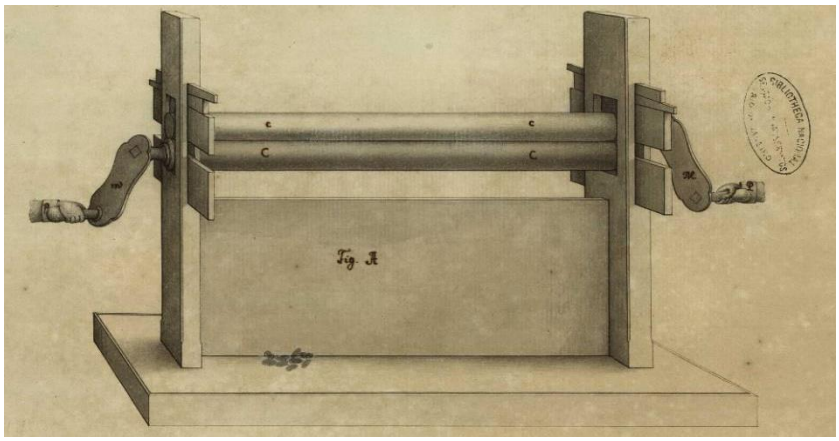
Um dos equipamentos mais antigos relacionados à preparação de tecidos é a roda de fiar, conhecida popularmente como roca, equipamento rústico do princípio da técnica de fiação, utilizado nos países europeus no período medieval, e por indígenas brasileiros desde tempos

[13] Documento internacional, construído em conjunto pelo ICOMOS e o TICCIH, com diretrizes para orientar as ações de documentação, proteção, conservação e valorização do patrimônio industrial, entendido como parcela do patrimônio das sociedades de todo o mundo.

remotos. Foi registrada graficamente em 1785, em uso nas aldeias indígenas do Brasil, na incursão realizada à Amazônia pelo naturalista brasileiro Alexandre Rodrigues Ferreira, em sua "Viagem Filosófica pelas Capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá", expedição realizada a pedido da Rainha D. Maria I (MATHIAS, 1988, p.54).

Dentre os equipamentos mais antigos utilizados na tecelagem está, ainda, o descaroçador de algodão, descrito no manuscrito Memória sobre a cultura dos algodoeiros, elaborado por Manuel Arruda da Câmara, correspondente da Sociedade de Agricultura de Paris e da Academia Real das Ciências de Lisboa, datado de 1797. Trata-se de um equipamento composto por dois cilindros de madeira que giram em sentidos opostos e por meio da compressão expelem os caroços do algodão, se constituindo o início do processo de beneficiamento do algodão bruto.

Figura 2 - Engenho de descaroçar algodão



Fonte: Memória sobre a Cultura dos Algodoeiros (1797).

O primeiro documento que registra o uso de tecidos por índios no Brasil é a Carta de Pero Vaz de Caminha, demonstrando que a tecelagem já era praticada antes da colonização dos portugueses. Um trecho da citada Carta trata de como os nativos se apresentavam: *"*andava aí outra mulher moça, com menino ou menina ao colo, atado com pano (não sei de quê) aos peitos [...] alguns andavam daquelas tinturas quartejados; outros de tanta feição, como em pano de armar" (CAMINHA, 2003, p.105 e 108). Em nota, o texto esclarece que pano de armar são como tapeçarias. Outro trecho descreve o uso de redes no interior das construções de uma aldeia:

> haveria nove ou dez casas, as quais eram tão compridas, cada uma, como esta nau [...] Eram de madeira e das ilhargas de tábuas, cobertas de palha, de razoada altura; todas de uma só peça, sem nenhum compartimento, tinham dentro muitos esteios, e, de esteio a esteio uma rede atada pelos cabos, alta, em que dormiam (CAMINHA, 2003, p.109).

Há diversos relatos da existência de algodão no Brasil ainda no século XVI, como na carta do Padre Manoel da Nóbrega à Simão Rodrigues, Superior dos Jesuítas de Lisboa, que relata o desejo de que fossem enviados tecelões ao Brasil para fiar o algodão e tecê-lo "porque havia muito nessas plagas e de sobra para se fazer o pano com que vestir os estudantes e ainda os conversos religiosos". O padre José de Anchieta, colaborador de Nóbrega, também afirmava, por meio de cartas, que havia muito algodão para se vestir. Um outro registro da expedição ao Brasil realizada por Villegagnon e seus colaboradores em 1555, denominado "História de uma viagem feita na terra do Brasil", escrito por Jean de Léry, descreve que "quanto às árvores que dão algodão, que crescem em altura média, encontram-se muitas nesta terra do Brasil" (MATHIAS, 1988, p.56).

Outro antigo documento contendo informações a respeito do algodão brasileiro é o livro "Tratado descritivo do Brasil" de Gabriel Soares de Sousa, datado de 1587, "Maniim chamam os índios ao algodão, cujas árvores parecem marmeleiros arruados em palmares. As árvores desses algodoeiros duram sete a oito anos ou mais" (MATHIAS, 1988, p.56).

Os tupis-guaranis, originários da Ásia, habitavam o território maranhense quando chegaram os franceses no início do séc. XVII, eram oleiros e praticavam agricultura e tecelagem. Algumas nações do grupo tupi-guarani foram encontradas em estágio agrícola avançado e cultivavam algodão, cujos pés podavam de 6 em 6 meses (FEITOSA, 1983, p.85).

Enquanto isso, no continente europeu, o desenvolvimento de técnicas e instrumentos davam sequência aos avanços na atividade de tecelagem. Após a roda de fiar e o descaroçador de algodão, advém a invenção do tear - a princípio manual e depois mecânico. Posteriormente, ocorreu a inclusão das lançadeiras volantes. Inovação, criada por John Kay, em 1733 para que os tecidos fossem confeccionados em uma largura duas vezes maior que nos teares anteriores e numa velocidade também muito superior (O'BRIEN, 2019).

A lançadeira volante aprimorou a lançadeira manual utilizando um dispositivo de impulsão mecânica, uma espécie de martelo localizado nas laterais dos teares as impulsionava para passar entre os fios de urdidura (fios longitudinais), formando os fios de trama (fios transversais), caindo num recipiente ao fim do trajeto. Antes dessa invenção, eram necessárias cinco pessoas para funcionamento de um tear mecânico, sendo duas só para o serviço da lançadeira manual. Após esta inovação o serviço de produção de tecidos passou a ser realizado por três pessoas apenas (INVENÇÕES NA HISTÓRIA, 2018).

Em 1764, Hargreaves, carpinteiro e tecelão inglês, que vivia da indústria têxtil do algodão do tipo familiar, construiu uma máquina que produzia diversos fios de uma só vez, utilizando oito fusos, ao invés de um fuso como na primeira roda de fiar. Esse modelo foi

batizado com o nome de sua esposa, Spinning Jenny. Algum tempo depois ele desenvolveu uma máquina de fiar com dezesseis fusos, que logo foi aprimorada para outro modelo.

Continuando o processo evolutivo de criação de máquinas têxteis, Richard Arkwright (INVENÇÕES NA HISTÓRIA, 2018) inventou o tear Water Frame em 1769, máquina têxtil que utilizava água como força motriz no lugar da força humana, aumentando sobremaneira a escala da produção de tecidos. Ele também criou outras inovações como os rolos colocados na distância correta para formar os fios de algodão, bem como o enrolamento contínuo das bobinas de maneira uniforme.

No ano de 1779, Samuel Crompton, inventor inglês, construiu uma máquina de fiar que unia as inovações anteriores e acrescia progressos, denominada Spinning Mule (INVENÇÕES NA HISTÓRIA, 2018). Esse modelo de máquina de fiar corrigiu o problema da torção certa do fio, que anteriormente era quebradiço. A produção do fio, na torção certa, permitiu que pudesse ser utilizado tanto na trama quanto no urdimento do tecido.

Paralelamente ao desenvolvimento das máquinas produtoras de tecidos, James Watt, matemático e engenheiro britânico, em 1769, desenvolveu um motor que permitia girar um eixo, com movimento de bombeamento para cima e para baixo, utilizando um volante de inércia - uma grande roda girando, que fazia com que o motor tendesse a se manter em movimento - permitindo a transferência de potência mais suave do motor para o eixo de carga de trabalho. Sua criação foi primordial para o uso das máquinas a vapor. Como homenagem a essa descoberta, seu nome foi transformado em unidade de potência, o watt.

Dentre as inovações tecnológicas relacionadas ao setor têxtil, surgidas na Grã-Bretanha, o motor a vapor foi a mais difundida, transformou os métodos de produção de mercadorias, revolucionando, ainda, os meios de transportes. Era a força motriz utilizada para movimentar navios, trens, automóveis e todos os tipos de fábricas da época, cujo ramo pioneiro, inserido na lógica da industrialização em massa, foi a indústria de tecidos, que dominou a economia mundial durante todo o período da primeira fase da Revolução Industrial.

Todas estas descobertas foram realizadas por ingleses, o que colocou os britânicos em um inquestionável primeiro lugar, não somente pela superioridade tecnológica, mas por diversos fatores, entre eles a existência de minas de carvão em seu território e a abertura já iniciada com o comércio externo. Soma-se a isso a experiência de uma grande frota mercante e as facilidades portuárias, além das melhorias das estradas e vias navegáveis como condições que alavancaram o estopim da industrialização na Grã-Bretanha.

A tecnologia do motor a vapor foi suplantada por outra inovação tecnológica, a eletricidade e a invenção do motor elétrico, que possibilitou maior produtividade e velocidade

nos maquinismos, fazendo surgir os teares elétricos. Os avanços na produção de energia elétrica marcam a segunda fase da Revolução Industrial. Contudo, este estudo concentra-se na fase em que a tecnologia de ponta usada na industrialização era o motor movido pela força do vapor de água submetido a elevadas temperaturas.

2.2 A industrialização e a produção de tecidos no contexto internacional e no Brasil

No século XIX, a dianteira no crescimento industrial foi tomada por fabricantes de mercadorias de consumo de massa, principalmente, produtos têxteis. Mais barato do que a lã, o algodão e as misturas de algodão conquistaram o mercado doméstico. Outras indústrias de consumo existiam, mas empregavam um número muito menor de pessoas, distante dos milhões de operários empregados diretamente na indústria algodoeira.

> A primeira indústria a se revolucionar foi a do algodão [...] até a década de 1830 o algodão era a única indústria britânica em que predominava a fábrica ou o 'engenho' (o nome deriva do mais difundido estabelecimento industrial a empregar pesada maquinaria a motor) [...] as fábricas de que tratavam os novos decretos fabris eram, até a década de 1860, entendidas exclusivamente em termos de fábricas têxteis e, predominantemente, em termos de engenhos algodoeiros (HOBSBAWM, 2016, p.72 e 73).

O mercado ultramarino abastecia de algodão as fábricas inglesas. A indústria de algodão subsistia da expansão do cultivo nas colônias e da escravidão. A comercialização de escravos acontecia nos portos coloniais ingleses de Bristol, Glasgow, e especialmente Liverpool, o maior centro comercial de escravos na Europa. Muitos escravos africanos eram trocados por produtos de algodão indianos. "A escravidão e o algodão marchavam juntos". As Índias forneciam o grosso do algodão para a indústria britânica, e os plantadores compravam grandes quantidades de tecido de algodão de Manchester (HOBSBAWM, 2016, p.67).

Assim, uma parte do mundo avançou no setor industrial enquanto outra parte produzia alimentos e matéria prima, trocando por mercadorias manufaturadas britânicas ou de outros países da Europa Ocidental.

Entre as regiões que abasteciam a Europa de algodão, duas merecem ser destacadas: a América Latina e a Índia. Por volta de 1820 as importações de tecido de algodão Ingleses na América Latina equivaliam a mais de 1/4 das importações europeias do mesmo produto; em 1840 adquiriram o equivalente a quase metade do que importou a Europa. Por outro lado, a Índia, que havia sido o exportador tradicional de tecido de algodão por meio da Companhia das Índias Orientais, foi sistematicamente desindustrializada e passou de exportadora a mercado consumidor dos produtos de algodão da região de Lancashire, que, entre outras cidades,

abrangia Liverpool e Manchester. Em 1820 a Índia adquiriu somente 11 milhões de jardas[14] de algodão, mas por volta de 1840 adquiriu 145 milhões (HOBSBAWM, 2016).

Na Inglaterra de meados do séc. XIX, o consumo de algodão era duas vezes superior ao dos Estados Unidos e quatro vezes superior ao da França. A Bélgica era o segundo país mais industrializado, três vezes mais que os Estados Unidos e quatro vezes mais do que a França. Cerca de 1/4 do capital britânico era investido nos Estados Unidos e quase 1/5 na América Latina (HOBSBAWM, 2016). Com o passar do tempo, a técnica, o capital e a habilidade britânicos foram exportados para diversas regiões do planeta. As invenções tecnológicas da indústria têxtil Britânica eram copiadas com a supervisão dos próprios mecânicos ingleses. A Bélgica, a Alemanha, os demais países da Europa e a América foram inundados por especialistas em máquinas a vapor e maquinaria para processamento e transformação do algodão em tecido.

Em virtude de ter sido o país onde se deu a invenção do motor a vapor, entre outros fatores favoráveis, a Inglaterra esteve, inicialmente, à frente no desenvolvimento de atividades industriais e sempre se destacou, entre os países europeus, na exportação de algodão e de tecidos, distinguindo-se pela qualidade dos tecidos finos. Entretanto, como já relatado, o país importava todo o algodão utilizado na produção de seus tecidos.

O algodão dos tecidos ingleses era produzido nas colônias da América do Norte, Ásia (Índia) e África; esse produto também era comercializado com Portugal, oriundo das colônias portuguesas. Na América do Sul, o Brasil se destacava como grande fornecedor de algodão beneficiado para a Europa, incluindo a Inglaterra, sendo a Província do Maranhão o local onde a exportação se deu, a princípio, em maior escala, como veremos na seção seguinte.

Após a independência dos Estados Unidos, a parcela de produtividade e exportação inglesa no mercado externo foi aos poucos sendo superada pelos países Norte Americanos, esta situação se deve a diferentes razões.

Os Estados Unidos sofriam uma aguda escassez de mão de obra, e as ilhas britânicas e a Alemanha exportavam aos milhões seus excedentes populacionais, após a grande fome da metade da década de 1840. Os trabalhadores com qualificação técnica eram importados de regiões já industrializadas, como os trabalhadores de algodão de Lancashire (CEPAL, 1951).

Outras evoluções tecnológicas foram desenvolvidas pelos Estados Unidos, como melhorias no equipamento de descaroçar algodão. Além disso, já possuíam a segunda maior frota mercante do mundo, fatores que corroboraram para que sua economia se expandisse

[14] Unidade de medida de comprimento utilizada pelos ingleses que equivale a 0,914 m.

rapidamente com o fim do conflito entre o norte industrial e o sul semicolonial (CEPAL, 1951). A região Sul dos Estados Unidos, possuía grandes plantações de algodão com uso de mão de obra escrava, era favorável ao livre comércio, que lhe possibilitava vultosas transações com a Grã-Bretanha; o Norte defendia firmemente a industrialização. Só após a unificação da América, vencendo o capitalismo do Norte, em 1865, a economia Americana pôde prosperar.

A primeira e a segunda guerras mundiais trouxeram graves problemas econômicos, especialmente, para os países europeus. Mas após a segunda guerra mundial a situação ficou muito pior. Os ingleses possuíam instalações velhas, cuja renovação se deu em escala extremamente pequena. Em adição, as indústrias têxteis inglesas não possuíam organização vertical, ou seja, o processo de produção de tecidos não era iniciado e terminado na mesma empresa, existiam diversas indústrias de fiação e outras apenas de tecelagem. Afora isso, o algodão era importado, de modo que para completar toda a cadeia de produção de tecidos, se dependia do conjunto de diferentes fábricas.

Depois da segunda guerra, ainda predominava nas fábricas de tecido inglesas o tear simples não automático. Segundo o documento "Indústria Têxtil algodoeira" edição da CETex (1946, p.95) as condições de trabalho nas fábricas inglesas estavam estagnadas há 40 ou 50 anos, o que provocou uma produtividade técnica bem inferior em relação aos Estados Unidos.

Em consequência da guerra, verificou-se que os operários estavam mais fadigados, havia racionamento dos bens de consumo e se percebeu o empobrecimento da população, o que resultou na redução do poder aquisitivo do mercado interno, tornando difícil concorrer com a produção em massa dos norte-americanos.

Outro fator impactante para a indústria de tecidos inglesa, após a segunda guerra, foi a diminuição da jornada de trabalho semanal de 55 para 48 horas, que implicou na redução proporcional da produção. Além disso, enquanto na Inglaterra cada operário controlava de 4 a 8 teares, nos Estados Unidos um operário controlava 30 a 60 dessas máquinas. O maquinário ultrapassado, a situação econômica do pós guerra, somados à matéria prima algodão, que exigia uma enorme variedade de padrões e de tipos que não podiam ser produzidos em grande velocidade, foram motivos suficientes para a elevação de preços dos tecidos ingleses, fazendo-os perder espaço para os americanos (CETex, 1946, p.95).

Os Estados Unidos, ao contrário do que ocorreu na Índia, desarticularam o monopólio exercido pela metrópole inglesa, lançando os fundamentos de uma economia apoiada no comércio, na agricultura e na indústria (STEIN, 1979).

Voltando para o Brasil, desde o período colonial, existiam aqui pequenas manufaturas de tecidos espalhadas pelo território. Mas a industrialização desse segmento, com a utilização

do motor a vapor, só veio ocorrer a partir da década de 1840, em virtude de dificuldades impostas pela metrópole portuguesa.

Portugal tentava garantir o seu monopólio industrial, e para conter o desenvolvimento da produção de tecidos no Brasil, Dona Maria I expediu um alvará, em 1785, proibindo a instalação de fábricas e obrigando que os tecidos fossem consumidos diretamente da Metrópole. Além da exclusividade de comercialização, o decreto permitia apenas a produção de tecidos ordinários de algodão para uso dos negros e para ensacar mercadorias. Somente em 1808, com a chegada da família real no Brasil, esse alvará foi anulado e o Brasil pode exercer suas atividades industriais livremente (LIMA, 1976).

A industrialização brasileira seguia as transformações econômicas ocorridas em outras partes do mundo. Como relatado, no continente europeu a industrialização já se encontrava bastante avançada no século XIX. As fábricas europeias necessitavam de mercado para dar vazão à sua produção, ao mesmo tempo requeriam quantidades cada vez maiores de matéria-prima e a América Latina proveu essas duas necessidades. Mas no Brasil a indústria se desenvolveu com algumas dificuldades.

As nossas primeiras fábricas eram tecelagens muito pequenas, apertadas e insuficientes, só gradativamente, os lucros foram utilizados para ampliar as tecelagens e, aos poucos, foram incluídas as sessões de acabamento dos tecidos. Iniciou-se a produção com equipamentos e técnicos, majoritariamente, de origem inglesa, assim como boa parte dos projetos das edificações (STREET, 1950).

Na ocasião de sua independência o país contava com cinco pequenas manufaturas têxteis ainda com dificuldades de se manter. Essa situação durou até meados do século, quando foi criada a Tarifa Alves Branco, em 1844, primeiro instrumento tarifário que estimulou o crescimento da indústria nacional. Estabelecia uma taxa de 30% para maior parte dos produtos manufaturados estrangeiros, incluindo tecidos de algodão (STREET, 1950).

Nesse período foram fundadas as primeiras fábricas de tecidos de algodão com aspecto verdadeiramente industrial, inicialmente na Bahia - o centro pioneiro de manufatura têxtil de algodão do país - e em seguida no Rio de Janeiro. A tarifa protecionista e a suspensão das taxas alfandegárias que incidiam sobre as máquinas e matérias-primas, em 1846 e 1847, propiciaram a fundação das primeiras fábricas têxteis de algodão brasileiras.

A partir de 1850 ocorre o barateamento dos produtos importados em consequência do progresso industrial e da invenção de máquinas mais eficientes que multiplicavam a produção, aprimorando a qualidade e reduzindo o custo, provocando o abandono da produção artesanal (STEIN, 1979, p.22).

Com a proibição do tráfico de escravos sobraram recursos para investir em outros negócios. Muitos empresários aplicaram seus recursos na fundação de bancos entre as décadas de 1850 e 1860 (STEIN, 1979). Esses organismos financeiros foram grandes impulsionadores para a formação do parque industrial brasileiro.

Em 1866 a Bahia abrigava cinco das nove fábricas brasileiras, a despeito da mudança da sede do governo para o Rio de Janeiro, ainda era um importante centro urbano, possuindo suprimentos, matérias-primas, capital nacional e estrangeiro, um ótimo sistema portuário fluvial, além de boas fontes hidráulicas de energia. Por todas essas razões, a Bahia foi o núcleo fundador da indústria têxtil algodoeira, mantendo a superioridade até a década de 1870.

A enorme procura de algodão em rama durante a época de escassez do produto na Europa, década de 1860, deu um impulso extraordinário ao cultivo de algodão para exportação nas províncias nordestinas de Pernambuco, Maranhão, Alagoas, Paraíba, Ceará e Bahia. As exportações brasileiras, entre 1865 e 1875, eram em média de 92 milhões de libras, chegando a alcançar 100 milhões (STEIN, 1979).

O Brasil passou por um período de prosperidade econômica em 1860 e despontaram algumas novas iniciativas manufatureiras, mas o verdadeiro surto só veio ocorrer entre os anos de 1880 e 1890. Especialmente após a abolição da escravatura, em 1888, quando se formou um novo ambiente para o trabalho, utilizando-se da mão de obra dos cidadãos livres (STEIN, 1979).

Em 1870 o Brasil era o quarto maior produtor mundial de algodão. A situação de expansão do consumo de bens manufaturados em todo mundo, o encarecimento progressivo nos países estrangeiros, as taxas alfandegárias brasileiras e o câmbio desfavorável, tudo beneficiava o estabelecimento da indústria têxtil algodoeira no Brasil.

No ano de 1885, a indústria têxtil expandiu-se rapidamente a ponto de o número de fábricas brasileiras alcançar 42 unidades, com 66.466 fusos, produzindo 20 milhões de metros de tecidos. Nas províncias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais estavam localizadas 33 das fábricas brasileiras, sendo que os subúrbios e a cidade do Rio de Janeiro concentravam o maior número de fusos e teares, o que refletia a crescente importância política e econômica dessa região (STEIN, 1979).

Apesar de divergir, ligeiramente, dos dados apresentados por Stanley Stein em 1979, o quadro a seguir, obtido da obra “Brazilian Cotton”, publicada em 1921, em Manchester - Inglaterra, pela *International Federation of Master Cotton Spinners’ and Manufactures’ Associations*, criada em 1904, apresenta um quantitativo de Manufaturas têxteis instaladas no Brasil, por década, nos principais Estados produtores de tecidos, desde meados da década de 1860 ao início do século XX.

Quadro 1 – Quantidade de manufaturas de tecidos existes no Brasil de meados do séc. XIX ao início do XX

	1865	1875	1885	1895	1905
MARANHÃO.....	-	1	1	16	10
CEARÁ.....	-	-	1	4	4
RIO GRANDE DO NORTE...	-	-	-	1	1
PARAHYBA.....	-	-	-	1	1
PERNAMBUCO.....	-	1	2	5	5
ALAGOAS.....	1	1	1	2	5
SERGIPE.....	-	-	-	2	2
BAHIA.....	5	10	11	11	11
RIO DE JANEIRO.....	2	5	7	11	11
FEDERAL DISTRICT.....	-	-	4	10	10
SÃO PAULO.....	-	6	12	10	18
RIO GRANDE DO SUL.....	-	-	-	2	2
MINAS GERAIS.....	1	5	10	37	30
TOTAL NUMBERS OF MILLS	9	29	49	112	110

Fonte: Pearse (1921).

O quadro demonstra que a década de 1890 se constituiu o momento áureo de fábricas têxteis em atividade no Brasil, dentro do período analisado. Em 1895, o Maranhão encontrava-se em segundo lugar em quantidade de Manufaturas de Tecidos no Brasil, atrás apenas de Minas Gerais, caindo para a 4ª posição na década seguinte, igualando-se ao Distrito Federal, que na ocasião era localizado no Rio de Janeiro.

Em seu texto, a publicação *Brazilian Cotton* destaca que muitas dessas manufaturas eram singelas e poucas dignas de serem nomeadas "fábricas". Contudo, a partir de 1905 a pesquisa considerou apenas as unidades com mais de 50 operários, antes dessa data incluiu-se todo tipo de local onde eram produzidos tecidos. Essa pode ser a explicação da indicação de uma manufatura em 1875 no Maranhão e das divergências entre os dados coletados por Stein e estes coletados por Arno Pearse, secretário geral da citada Federação Internacional.

Aspectos como energia e transporte eram de grande importância para a localização das fábricas. Os fatores adversos eram a extensão do território e a deficiência de transportes terrestres. Desse modo, as estradas de ferro foram indispensáveis para o transporte da matéria-prima do interior aos portos de distribuição, fator determinante na definição da localização das fábricas de tecidos brasileiras.

A construção de uma rede de estradas de ferro ligando Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, após a década de 1860, contribuiu de forma decisiva para o desenvolvimento e supremacia têxtil dessa região, pois inúmeras fábricas surgiram em torno das linhas férreas. Além disso, com a queda do preço do café, na década de 1880, muitos fazendeiros da região Sudeste investiram em fábricas de tecidos de algodão (STEIN, 1979).

Ao final da década de 80 as fábricas têxteis do Sul do Brasil estavam começando a se transformar no principal ponto de apoio dos lavradores de algodão do Norte, cujos ganhos permaneciam baixos, enquanto as fábricas do Sul aumentavam o consumo de algodão nacional em mais de 300% (STEIN, 1979).

De 1900 a 1915 o número de fábricas de tecidos de algodão cresceu 118%, a produção 127%, o número de operários 110%, de fusos 105% e o de teares 93%. “Em 1915 a indústria nacional de fiação e tecelagem de algodão era representada por 1.500.000 fusos distribuídos por 202 fábricas, espalhadas por 17 estados, nas quais trabalhavam 78.186 operários” (STREET, 1950, p.8).

Figura 3 - Maiores indústrias têxteis de algodão do Brasil, 1910

Área	Companhia	Número de fusos	Número de teares	Número de operários
Distrito Federal	Alliança	56.390	1.336	1.637
	Confiança Industrial	42.800	1.500	1.350
	Progresso Industrial	37.340	1.295	1.600
	América Fabril	32.000	1.350	1.500
	Carioca	32.000	1.067	1.163
	Total	200.530	6.548	7.250
Rio	Brazil Industrial	31.804	958	1.050
	Total, Rio e Distrito Federal	232.334	7.506	8.300
São Paulo	Mariangela	36.000	1.700	2.200
	Votorantim	36.000	1.300	1.500
	Total	72.000	3.000	3.700
Bahia	Emporio Industrial	31.000	1.288	1.600
Pernambuco	Pernambuco	31.000	829	990
Maranhão	Fabril Maranhense	30.000	650	706
	Total de 11 fábricas	396.334	13.273	15.296
Brasil	137 fábricas	1.000.000	35.000	55.000

* Fábricas de 25.000 fusos ou mais.

Fonte: Stein (1979).

A Figura 3, destaca as maiores indústrias têxteis de algodão do Brasil, em 1910, considerando aquelas que possuíam 25.000 fusos ou mais. Entre elas a Fabril Maranhense, com 30.000 fusos, 650 teares e 706 operários, representando o Nordeste brasileiro, juntamente com fábricas dos Estados da Bahia e Pernambuco.

As instalações brasileiras empregaram sempre o algodão nacional, o que garantiu a continuidade dessa cultura no Brasil. Entretanto, a baixa qualidade do algodão e sua classificação defeituosa dificultavam a produção de fios mais esmerados. A matéria-prima provinha na maior parte dos estados do Nordeste e era transportada por via marítima ao centro de consumo no Sudeste, que eram Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.

Durante a primeira grande guerra, o Brasil ficou isolado dos seus mercados tradicionais, propiciando o desenvolvimento do consumo interno, que funcionou como mola propulsora para a atividade industrial na época. Surgiram, então, centenas de indústrias do ramo têxtil, a produção se elevou de 314.345 milhares de metros em 1914, para 492.422 milhares de metros, em 1918. Para compensar à impossibilidade de aquisição de máquinas mais produtivas no estrangeiro, o trabalho dos operários foi intensificado, se formavam dois e, às vezes, até três turnos de trabalho (STEIN, 1979).

Nos anos de 1920 a 1930 os tecidos produzidos no país possuíam praticamente toda a escala de tipos exigidos, um período de aperfeiçoamento da técnica de produção. O capital das indústrias têxteis representava 27,6% do valor da produção industrial do país (STREET, 1950).

Em 1929, o mundo foi atingido pela grande crise econômica. Os milhões de metros de tecidos produzidos anualmente pelo Brasil não obtinham saída, pois o mercado encontrava-se debilitado pela crise. Reduções de hora do trabalho, dispensa em massa de operários, fechamento de fábricas, foram ações que ocorreram nesse período. A recuperação foi lenta, mas aos poucos se restabeleceu o equilíbrio, inclusive, em nível mais elevado do que antes.

O Brasil apresentava métodos primitivos da cultura de algodão até a década de 1930, as suas vantagens consistiam que o algodão arbóreo era de fibra longa, planta cultivada no Nordeste que demandava menos trabalho do que o algodão de plantio anual. Quanto ao aspecto físico, destacava-se o "Algodão do Maranhão", conhecido por apresentar características de resistência devido ao comprimento de sua fibra.

Com o advento da segunda guerra mundial, pela primeira vez, a indústria brasileira de tecidos foi solicitada para exportação de quantidades substanciais e os preços se elevaram. Mas surgiram outros problemas: a maquinaria bastante obsoleta submetia os operários a um desgaste excessivo; a produção subiu de tal maneira que o consumo interno não foi capaz de absorvê-la.

Quadro 2 - Indústria Têxtil do Brasil – 1907 a 1946

ANOS	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS	CAPITAL APLICADO (Cr$ 1000)	NÚMERO DE OPERÁRIOS	VALOR DE PRODUÇÃO (Cr$ 1000)
1907.....	201	269.430	52.400	172.958
1920.....	399	668.998	105.116	702.280
1940.....	2.212	3.113.684	216.477	(1) 3.618.574
1941.....	2.275	-	255.454	4.177.015
1943.....	-	3.025.712	-	5.130.369
1944.....	-	4.903.870	307.117	7.687.760
1945.....	-	3.718.300	307.026	9.116.318
1946.....	(2) 1.845	5.164.827	310.085	-

Notas – (1) Produção durante o ano de 1939; (2) Estabelecimentos recenseados entre os 2.112 existentes

Fonte: Street (1950).

De acordo com o Quadro 2, verifica-se uma queda significativa no número de estabelecimentos na década de 1940; observa-se o crescimento, quase contínuo, no número de capital aplicado e no número de operários, com exceção do ano de 1945, quando ocorreu um decréscimo; e o crescimento expressivo do valor da produção até meados do séc. XX.

Na década de 1950 a indústria têxtil do Brasil era a maior da América Latina, com 455 fábricas, 3.279.677 fusos e 100.146 teares. As fábricas concentravam-se principalmente nas regiões de São Paulo (38,2% dos fusos), Rio de Janeiro - Distrito Federal (27,3%), Estados do Nordeste (23,6%) e em Minas Gerais (12,2%). Entretanto, os dados levantados na época registraram mais de 90% de maquinário antiquado (CEPAL, 1951).

O atraso na modernização dos equipamentos é justificado por esse ramo industrial ter sido pioneiro no Brasil. Essa situação é verificada, especialmente no Nordeste, onde as instalações de grande custo inicial foram mantidas ao máximo. O progresso de São Paulo está vinculado a modernização do maquinário em relação ao resto do país, o fato do seu desenvolvimento ter sido posterior ao das outras regiões implicou nessa característica de possuir indústrias mais modernas. Soma-se a isso o fato do progresso deste Estado em outros setores estimular o crescimento de todas as indústrias (CEPAL, 1951).

Por esse motivo, nas pesquisas de meados do século passado, as fábricas de São Paulo foram tomadas como representativas da moderna indústria do Brasil, enquanto grande parte das fábricas antigas da região do Rio de Janeiro - Distrito Federal e do Nordeste foram representativas do antigo setor. O pioneirismo da região Nordeste se deve às suas características de clima e solo, que propiciaram a abundância da principal matéria prima da indústria têxtil, abastecendo fortemente as indústrias regionais e do Sudeste brasileiro.

O montante de capitais aplicados na indústria têxtil, considerando os vários ramos industriais de tecidos, estava distribuído conforme a tabela a seguir, onde o algodão alcançava quase 70% dos recursos investidos.

Tabela 1 – Capital aplicado, em 1946, na indústria têxtil conforme o ramo industrial

INDÚSTRIA TÊXTIL	Milhões de Cr$	%
Algodão.....	3.481	67,3
Lã.....	359	7,0
Juta.....	133	2,6
Tecelagens de rayon.....	216	4,2
Malharia.....	144	2,8
Outras.....	832	16,1
TOTAL.....	5.165	100

Fonte: Street (1950).

A Tabela 2 demonstra a superioridade no número de empresas do ramo têxtil cuja matéria-prima era o algodão, representando quase 23% do mercado e ocupando mais de 70% da mão de obra desse setor. O quadro mostra que o número de operários por empresa têxtil era em média 204 pessoas, saltando para 591 operários quando se trata das empresas algodoeiras.

Tabela 2 – Matéria prima utilizada na Indústria Têxtil Brasileira em 1946

INDÚSTRIA TÊXTIL	EMPRESAS			OPERÁRIOS	
	EXISTENTES		RECENSEADAS	NÚMERO	%
	NÚMERO	%			
Algodão.....	409	22,8	379	224.252	72,5
Lã.....	73	4,1	69	19.854	6,4
Juta.....	33	1,8	32	12.897	4,2
Tecelagens mistas.....	373	20,9	262	20.554	6,6
Tecelagens de rayon.....	241	13,5	241	9.423	3,0
Malharia.....	302	16,9	230	9.141	3,0
Passamanarias.....	161	9,0	120	4.664	1,5
Outras (exclusive redes)	196	11,0	184	8.691	2,8
TOTAL.....	1.788	100	1.517	309.476	100

Fonte: Street (1950).

"O algodão era o produto nacional das fábricas de tecido brasileiras, e, em virtude de sua fibra longa, permitiu que as fábricas do século XIX produzissem tecidos duráveis em condições de concorrer com os tecidos de algodão importado" (STEIN, 1979, p.57).

O manuscrito, datado de 1797, "Memória sobre a cultura dos algodoeiros", escrito por Manuel Arruda da Câmara, fazendeiro em Pernambuco, contem reflexões sobre a agricultura no Brasil, o modo de organização da lavoura do algodão, ainda com mão de obra escrava, descreve as máquinas e as diferentes espécies de algodoeiro cultivadas à época. Entres as descrições de variedades do algodoeiro apresenta o denominado "Algodão do Maranhão":

> Sua árvore é algum tanto maior do que a do algodoeiro ordinário, as folhas maiores, mais bem nutridas, o capucho maior duas vezes que o dos outros, as sementes são até o número de 17 em cada capucho, ao mesmo tempo que as do algodoeiro ordinário são de 7, a lã é mais sedosa de sorte que 3 arrobas desse algodão em caroço rendem uma de lã, sendo necessárias 4 arrobas do ordinário para dar uma dita (MEMÓRIA SOBRE A CULTURA DOS ALGODOEIROS, 1797).

O algodão arbóreo da região do Nordeste, de fibra longa, chegou a ser premiado mais de uma vez nas Exposições Universais ocorridas ao final do séc. XIX e princípio do séc. XX. Se faz evidente que o sucesso da industrialização de tecidos no Brasil está vinculado às características e à facilidade do cultivo do algodão no Nordeste brasileiro, onde o clima e as condições de solo eram propícios para o seu desenvolvimento.

Figura 4 – Participação das fábricas têxteis do Maranhão na Exposição Universal dos Estados Unidos



Diario do Maranhão

Fonte: Diário do Maranhão (1904).

2.3 A formação do parque industrial no Maranhão e as fábricas de tecidos

A cultura do algodão já se desenvolvida no Maranhão quando chegaram os primeiros casais de açorianos, no início do século XVII, estimulados pelo projeto colonial português de ocupação das terras do novo mundo. Os índios tupis-guaranis, localizados na ilha de Upaon-Açu, atual Ilha de São Luís, utilizavam a roça onde cultivavam algodão, milho, mandioca, macaxeira e tabaco. Do algodão teciam saiotes, tangas, mantos, redes de dormir e de pescar, cordas para arcos e fios para pendurar adornos, sendo o algodão largamente empregado no uso doméstico (FEITOSA, 1983).

A coroa portuguesa instituiu o Estado do Maranhão em 1621, com administração independente do restante do Brasil. Posteriormente, em 1654 foi criado o Estado do Maranhão e Grão-Pará, com a capital alternando entre São Luís e Belém, que a partir de 1751 se estabeleceu, definitivamente, em Belém. Os dois estados coloniais: O Estado do Brasil e o Estado do Grão Pará e Maranhão, praticamente dividiam ao meio o território atual do Brasil.

Nesse período, entre meados do séc. XVII e o final do séc. XVIII, os investimentos criaram condições para um novo ciclo de desenvolvimento. O Estado do Grão Pará e Maranhão foi beneficiado pela posição geográfica "favorável aos empreendimentos exploratórios", pelas condições portuárias, características de fertilidade do solo, clima equatorial e abundância de rios, além da estreita ligação com a Europa, "em função de determinadas correntes marítimas e ventos que facilitavam a aproximação" com a Península Ibérica (ANDRÈS, 2008, p.242).

Em 1755 foi criada a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, pelo futuro Marquês de Pombal, outro fator determinante para o desenvolvimento deste Estado. Por meio do uso de recursos públicos e do financiamento de comerciantes portugueses, esta Companhia conseguiu o monopólio do comércio da navegação e do tráfico de escravos com a metrópole, gerando concentração de riquezas e transformando de maneira extraordinária as feições das cidades dessa região do Brasil, atualmente ocupada pelos Estados do Ceará, Piauí, Maranhão, Pará e parte do Amazonas (ANDRÈS, 2008).

A primeira exportação de algodão pela Companhia se deu em 1760, com 651 arrobas, quase 10 toneladas, e se constitui a primeira remessa de algodão brasileiro para o exterior. Nos anos seguintes a quantidade de algodão vendida para o mercado externo cresceu de forma exponencial, em 1770 foram exportadas 15.576 arrobas (233 toneladas); em 1788, 63.510 arrobas (952 toneladas); em 1799 exportou 178.423 (cerca de 2700 toneladas); e em 1822, 217.754 (3200 toneladas) (LAGO, 2001, p. 42). A Companhia foi extinta em 1778, mas seu processo de liquidação só foi concluído em 1914, as transações comerciais continuaram a ser realizadas por meio de uma comissão liquidatária (CARREIRA, 1988).

Dessa forma, foram estabelecidas as primeiras articulações de grande monta entre o Maranhão e o mercado internacional. A Companhia do Grão-Pará e Maranhão fornecia escravos, insumos e equipamentos para fazendeiros da região, e exportava sua produção agrícola para os mercados consumidores europeus, sobretudo, algodão e arroz. A movimentação de produtos para abastecimento das cidades ocorria por via fluvial e marítima.

Essa situação de crescimento exponencial da exportação de algodão do Nordeste brasileiro se deu a partir da segunda metade do séc. XVIII. Conforme explicitado na seção anterior, esse período coincide com o processo de industrialização, iniciado na Inglaterra, com

a mecanização da produção e modificações nas relações comerciais, entre outros aspectos socioeconômicos, ocorridos na primeira fase da chamada Revolução Industrial[15]. Além do processo da industrialização em desenvolvimento na Europa, a vinda da família real de Portugal para o Brasil, em 1808, e a consequente abertura comercial dos portos às nações amigas intensificaram mais a comercialização de produtos com o mercado externo.

No Maranhão, a industrialização principiou com a utilização de novas tecnologias para beneficiamento de arroz e cana de açúcar, com o uso das máquinas a vapor, tanto na capital como no interior do Estado, ainda no início do séc. XIX (CARVALHO, 2015). As usinas de beneficiamento de arroz, algodão e os antigos engenhos de cana de açúcar, a princípio movidos à tração animal ou por rodas d'água, passaram a utilizar a força dos motores a vapor, tecnologia vinda do exterior. São desse período as primeiras usinas de arroz e os primeiros engenhos mecanizados, construções que antecederam a implantação das fábricas de tecidos.

Se tem registro da implantação da primeira fábrica de beneficiar arroz, com máquina a vapor, em 1817, a "Feliz Empresa", localizada na Rua Cândido Ribeiro (mesma rua onde, posteriormente veio instalar-se a Fábrica Santa Amélia), em São Luís, de propriedade do empresário João Gualberto Costa, que foi responsável, ainda, pela instalação da primeira prensa de algodão do Maranhão (CARVALHO, 2015, p.77). Mais tarde, em meados do mesmo século, o algodão passaria a ser o principal produto econômico do Estado.

Entre 1755 a 1820 o Maranhão prosperou com a lavoura do algodão. A implantação da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão, inserida na lógica mercantilista do Marquês de Pombal, favoreceu o crescimento acelerado da produção de algodão. "No período que antecedeu a independência brasileira o Maranhão encontrou condições altamente favoráveis para a instalação da grande lavoura, que exigiu intensa importação de escravos africanos, lançando as bases da configuração étnica local" (NEVES, 2019, p.33). No ano de 1819 o Maranhão possuía a mais alta proporção de escravos no país (RIBEIRO, 1990 *apud* NEVES, 2019). O cultivo do algodão e a colheita nos algodoais utilizava sobretudo mão de obra escrava africana. No Nordeste brasileiro a colheita do algodão realizada por escravos ocorria segundo uma rotina, descrita da seguinte forma:

> Para efetuar esta colheita não é necessário senão um cesto da capacidade de uma arroba. Quando se ver o algodoal branquejar, que se suponha haver suficiente número de capuchos abertos, não se deve dilatar o agricultor em colher, para isto basta que o escravo se sirva unicamente de seus (três) dedos. O feitor seguindo os cativos, cada um deles armado de um cesto, irá ao lugar determinado onde deve principiar o serviço daquele dia; aí cada escravo toma conta de uma fileira de algodoeiro, que deve fechar

[15] A primeira fase da revolução industrial é marcada pelo princípio do grande desenvolvimento tecnológico iniciado na Europa, com repercussão mundial. Existe, ainda, a segunda e a terceira fases.

> até o fim, colhendo não só o que se achar por cima, senão ainda pelo chão, no que deve o feitor por um extremo cuidado, para cujo efeito os deve ter sempre debaixo da vista, a passear naquela esteira, para o que contribui muito a ordem em que deverão plantar os algodoeiros, eles devem castigar ou repreender qualquer negligência da parte dos escravos; quando se mudarem para outras fileiras devem levar consigo também o seu cesto, para que quando quiserem despejar os seios, que é onde devem recolher o algodão quando o tiram das árvores até o encher, quando é necessário 77assa-lo para o cesto. Assim que o feitor vir que é meio-dia, dá seu sinal costumado e logo cada um toma o seu cesto e marcham em fileira para a casa da balança que está na ante sala do armazém, cada um por sua ordem deve pesar o algodão que colheu despejando primeiramente um cesto já tarado, destinado a serviço [...]. O feitor ou o dono da fazenda deve assentar com individuação o peso de cada um. As duas horas da tarde devem tornar para o mesmo serviço na ordem acima dita, de onde se hão de recolher às seis horas ou seis e meia, e se tornará a pesar. E somando o feitor as duas quantidades que cada um colheu, de manhã e de tarde, verá se chega ou não a conta da tarefa estabelecida. Aquele cujo trabalho não chegar completamente receberá o castigo de sua negligência atendendo às circunstâncias; eu tenho estabelecido na minha fazenda que por cada libra que faltar receberá palmatória; como, porém, não só se deve castigar a negligência, mas também premiar a diligência, costumo, por cada libra que excede a tarefa, pagar reis 34/32, o que vem a dar em 100 reis por arroba, preço porque costumam os forros colher algodão neste país. [...] a tarefa deve variar conforme a abundância do algodão que há no campo [...] há ocasiões em que a tarefa chega a duas arrobas, outra arroba e meia, a uma e a menor. A experiência me tem feito ver que a emulação por si só, mui poucas vezes tem poder de excitar ao trabalho os ânimos serviços dos escravos, e quase sempre produz bom efeito a combinação do castigo com o prêmio e emulação (MEMÓRIA SOBRE A CULTURA DOS ALGODOEIROS, 1797).

No Maranhão, a princípio, o algodão "era moeda provincial, servindo-se dela para comprar o que precisavam. De sorte que até nos açougues a carne era comprada a troco de novelos de fio" (MEMÓRIA SOBRE A CULTURA DOS ALGODOEIROS, 1797). Essa situação prevaleceu até meados do séc. XVIII, quando os novelos de algodão foram substituídos por moedas de ouro (MESQUITA, 1987 *apud* TEIXEIRA, 2003).

Na década de 1830, em consequência de atribulações políticas, a economia da Província enfrentava uma desorganização que culminou com a Revolta da Balaiada. Iniciada em 1838, se desenvolveu pelas vilas e povoações do interior do Maranhão, Piauí e Ceará, onde as populações pobres e escravizadas lutavam por melhores condições de vida nestas províncias. O controle dos revoltosos pelas tropas imperiais, lideradas por Luís Alves de Lima e Silva, ocorreu na cidade de Caxias, segunda maior cidade do Maranhão à época. Em homenagem a este fato, Luís Alves recebeu o título de Duque de Caxias. Nesse período, e mesmo após o conflito, os preços do algodão declinaram e somente voltaram a subir quando iniciou a guerra da Secessão, ocorrida nos Estados Unidos entre 1861 e 1865.

Terminado o conflito entre os norte-americanos a venda do algodão maranhense diminuiu de maneira significativa. Apesar de parte da produção ter qualidade equivalente à do algodão Norte-americano de Sea Island, algodão valorizado no mercado internacional pela qualidade de sua fibra, a maior parte da produção de algodão não era beneficiada

adequadamente e o cultivo, por meio de trabalho escravo, era rudimentar e resultava na baixa qualidade do algodão produzido.

Soma-se à forma rudimentar de colheita, a carência de infraestrutura de transportes que dificultava o escoamento da produção. Todos esses fatores contribuíram para a alternativa de investimento de capitais na implantação de indústrias locais, a fim de que a produção do setor primário pudesse ser consumida por indústrias maranhenses. Nos anos seguintes ocorreu a "loucura industrial", denominada assim pelo historiador Jerônimo Viveiros, em virtude do parque fabril maranhense ter se formado num curto espaço de tempo.

No discurso dos deputados da Assembleia Provincial do Maranhão, registrado no Jornal Publicador Maranhense, em junho de 1866, consta a aprovação de um auxílio financeiro no valor de 100:000$000 para estimular a instalação de fábricas de tecidos na Província. O cenário político favorecia a implantação desse ramo industrial. Assim, as indústrias eram criadas, sobretudo, pela forma jurídica de sociedade anônima, articulando investimentos através da incorporação de ações que formavam o montante necessário para a construção e equipamento das fábricas. Por esse motivo as datas de fundação das Companhias são anteriores às da construção dos complexos fabris.

Após a lei que concedeu liberdade aos escravos sexagenários, em 1885, ficou claro que, em breve, a liberdade alcançaria os demais. O número de escravos no Maranhão reduziu de forma significativa, de 73.245, em 1874, para 33.446 em 1887, com a venda destes para região Centro-Sul (PESSOA, 2015). Havia em Codó no ano de 1873 uma população negra de 6.550 escravos (RIBEIRO *apud* MACHADO, 1999, p.56). Nesse cenário, a abolição da escravatura, em 1888, e a proclamação da república, em 1889, viriam consolidar as modificações sociopolíticas e econômicas que já vinham ocorrendo. A época da Lei Áurea, existiam no país em torno de 700 mil escravos (GOMES, 2013). Com o fim da escravatura cerca de 70% dos engenhos de cana e 30% das fazendas de algodão encerraram suas atividades no Maranhão; as fazendas agrícolas maranhenses desvalorizaram em 90% (VIVEIROS, 1954).

Assim, os antigos escravos ascenderam ao trabalho "livre", e por não terem para onde ir com suas famílias "permaneciam trabalhando com os antigos patrões, tanto na lavoura como, mais tarde, nas casas comerciais, na capital São Luís, seguidas das fábricas de fios e tecidos em Caxias, engenhos e usinas de arroz e produção canavieira" (GUIMARÃES, 2010, p.41).

O estoque de matéria prima encontrava-se disponível, de modo que os produtores de algodão e investidores uniram seus capitais, em grande parte através das sociedades anônimas, e fundaram as primeiras indústrias maranhenses ainda no séc. XIX. Dessa forma, os investimentos dos grandes proprietários de terra foram direcionados para implantação de

indústrias, no intento de transformar o Maranhão agrícola em industrial. Nesse período existiam no Maranhão 27 indústrias, sendo 14 delas relacionadas à produção têxtil, conforme apresentado no Quadro 3 (VIVEIROS, 1954).

Quadro 3– Apresentação do parque industrial maranhense ao final do séc. XIX

PARQUE INDUSTRIAL MARANHENSE (1886-1895)		
FÁBRICAS	**QUANTIDADE**	**FORMAÇÃO** POR MEIO DE SOCIEDADE ANÔNIMA-S.A. OU PARTICULAR
FIAR E TECER ALGODÃO	10	9 SOC. ANÔNIMAS/1 PARTICULAR (Sanharó)
FIAR ALGODÃO	1	PARTICULAR (Ind. Maranhense)
FIAR E TECER CÂNHAMO	1	S.A. (Fábrica Cânhamo)
TECIDOS DE LÃ	1	S.A. (Lanifícios Maranhenses)
TECIDOS DE MALHA	1	PARTICULAR (Malharia Ewerton)
FÁBRICA DE FÓSFOROS	1	PARTICULAR (Cia de Fósforos do Norte)
FÁB. CHUMBO E PREGOS	1	PARTICULAR (Cia Fábrica de Chumbo)
FÁBRICA DE CALÇADOS	1	PARTICULAR (Cia de Calçados Maranhense)
PRODUTOS CERÂMICOS	1	PARTICULAR (Cia Cerâmica São Luís)
PILAR ARROZ	4	SOCIEDADES ANÔNIMAS-S.A.
PILLAR ARROZ E SABÃO	2	PARTICULAR (Fáb. São Tiago e Tamancão)
PRODUZIR SABÃO	1	PARTICULAR (Fábrica Lázaro)
AÇUCAR/ÁGUA ARDENTE	2	S.A. (Cia. Progresso Agrícola e Usina Castelo)
TOTAL	**27**	**17 SOC. ANÔNIMAS E 10 PARTICULARES**

Fonte: Viveiros (1954).

Figura 5 – Parte do parque industrial têxtil maranhense



Fonte: Elaboração da autora (2019).

A Figura 5 apresenta parte significativa das fábricas de tecidos que foram implantadas no Maranhão ao final do séc. XIX. Ao Norte, fábricas instaladas na capital, São Luís e, a Leste,

fábricas instaladas nas Cidades de Caxias e Codó. As fotos coloridas mostram fábricas e estruturas remanescentes, em sépia ou preto e branco quatro fábricas demolidas.

Consta do Quadro 4 a relação das fábricas de tecidos maranhenses, reunidas por cidades que se destacaram como polo de implantação da indústria algodoeira: Caxias, Codó e São Luís.

Quadro 4 – Indústrias têxteis do Maranhão, instaladas ao final do séc. XIX

LOCAL	INDÚSTRIA	FUNDAÇÃO	CONSTRUÇÃO	PROPRIEDADE ATUAL
Caxias				
1	Cia Industrial Caxiense	1883	1886	Particular
2	Cia União Têxtil Caxiense	1889	1892	-
3	Cia Manufatora Caxiense	1892	1893	Pref. de Caxias
4	Fábrica Sanharó	1891	-	-
Codó				
1	Cia Manufatureira e Agrícola do Maranhão - CMAM	1891	1892	Gov. do Estado
São Luís				
1	Cia de Fiação e Tecidos Maranhenses - Camboa	1887	1890	-
2	Cia de Fiação e Tecidos Cânhamo	1891	1892	Gov. do Estado
3	Cia Progresso Maranhense	1890	1891	UFMA
4	Fábrica de Tecidos de Malha Ewerton	1892	1893	-
5	Cia Fabril Maranhense /Fábrica Santa Isabel	1891	1894	Chalé - INSS e Vila Operária - diversos
6	Cia de Fiação e Tecidos do Rio Anil	1890	1895	Gov. do Estado
7	Fáb. Lanifícios/Santa Amélia	1892	1893	UFMA
8	Cia de Fiação e Tecelagem São Luís	1893	1896	Câmara Municipal
9	Cia Industrial Maranhense	1892	1893	-

Fonte: Elaboração da autora (2018).

Na década de 80 do século XIX, estabeleceram-se três indústrias de tecidos no Maranhão, a primeira delas a **Companhia Industrial Caxiense**, criada em 1883 e edificada em 1886, na cidade de Caxias - MA, dando início ao desenvolvimento do Parque Industrial Têxtil

Maranhense. Cabe salientar que a diretoria dessa fábrica de tecidos se comprometeu "a contratar somente trabalhadores livres para a linha de produção fabril" (PESSOA, 2015, p.349).

Figura 6 – Fábrica de tecidos Industrial Caxiense, Povoado Ponte, Caxias -MA

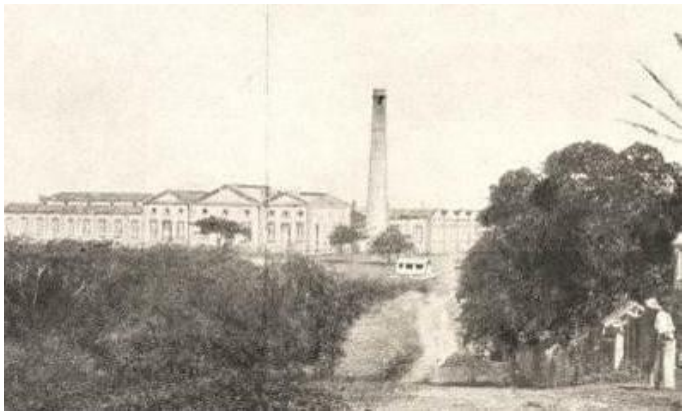


Fonte: Álbum do Maranhão (1923).

Um ano após o funcionamento da Fábrica Industrial de Caxias, a Sociedade Auxiliadora da Lavoura e Indústria promoveu, em 12 de agosto de 1887, uma reunião de lavradores e comerciantes para estudar o problema de transformação do trabalho escravo em trabalho livre. Nesta reunião surgiu a ideia de organização de uma fábrica de fiação de tecidos em São Luís. (VIVEIROS, 1954, *apud* GUIMARÃES, 2010).

Assim, em 1887, funda-se a primeira fábrica têxtil na capital, São Luís, a **Companhia de Fiação e Tecidos Maranhenses**, construída em 1890, conhecida como Fábrica Camboa devido ao local onde foi implantada. Possuía 300 teares e 650 funcionários. Seu escritório localizava-se na Rua do Giz, nº 28. Em 1896 dispunha de um capital de 1.200:000$000 e ações no valor correspondente de 110$000.

Figura 7 – Cia. de Fiação e Tecidos Maranhenses, Camboa do Mato, São Luís -MA



Fonte: Revista Elegante (1900, p.2).

Em 1889, também na Cidade de Caxias, é fundada a **Companhia União Têxtil Caxiense**, que mais tarde se tornou responsável por duas unidades fabris, a Fábrica União e a Fábrica Manufatora, tratadas de forma pormenorizada mais adiante. Tanto a Fábrica Camboa, edificada em São Luís, quanto a Fábrica União, em Caxias, foram completamente demolidas, restando apenas a chaminé da Fábrica União como testemunho material de sua história.

Figura 8 - Fábrica União Caxiense, povoado Ponte, Caxias -MA



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2019).

Entre os anos de 1890 e 1896, são fundadas e construídas mais 11 Fábricas de Tecidos no Maranhão, compondo o parque industrial têxtil em pouco mais de uma década.

Em 1890 é fundada a **Fábrica Rio Anil**, com capital de 1.600:000$000, dividido em ações de 100$000, cotadas a 30$000 em junho de 1895. Iniciou as atividades por volta de 1895, localizada a 7 km do perímetro urbano da cidade, era a maior de todas as unidades fabris de tecidos do Maranhão. Suas terras possuíam 1500 braças de frente, onde três rios de água potável, o Anil, o Ingahura, e o Mucuruna, eram usados para abastecimento. Além de ser abastecida pelas águas dos rios, a fábrica possuía um açude subdividido em três compartimentos onde a água, depois de limpa, tornava-se apropriada para o serviço de alvejamento de tecido. Canalizações, por meio da ação da gravidade direcionavam as águas para um grande tanque construído ao lado da fábrica, com capacidade para 8.000 pipas d'água. Este tanque abastecia de água a fábrica e, em caso de necessidade, a água poderia voltar a ele depois de servida na máquina, para ser novamente utilizada (ÁLBUM DO MARANHÃO, 1923).

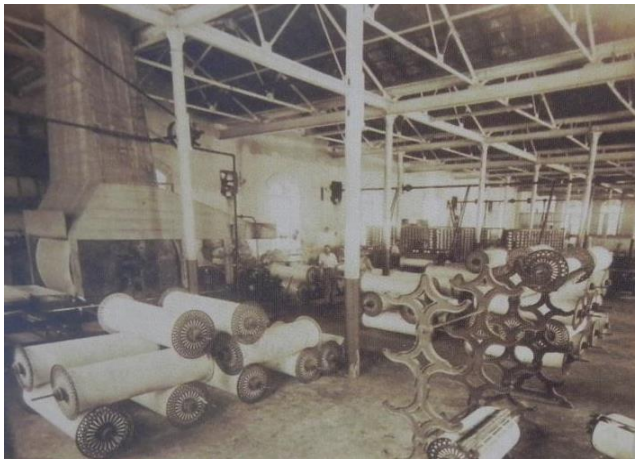
Figura 9 – Companhia de Fiação e Tecidos Rio Anil, São Luís - MA



Fonte: Revista do Norte (1904).

A chaminé construída de tijolos cerâmicos, possui 45 m de altura. O imóvel ocupa uma área de 9.991 metros quadrados, onde funcionavam oficina mecânica, carpintaria, departamento de batedores, de fiação e tecelagem, com 392 teares e cerca de 1200 fusos, além de duas caldeiras para ferver os tecidos, uma máquina de costura, quatro depósitos químicos, duas tachas de ferro, uma prensa hidráulica, uma máquina de estampar, entre outros equipamentos. Possuía, a Companhia, cinco boas moradas inteiras, das quais três eram destinadas à moradia do gerente e dos diretores, sete meias moradas, 23 portas e janelas, e 23 quartos destinados a moradia dos operários (ÁLBUM DO MARANHÃO, 1923).

Figura 10 – Engomadores da Companhia de Fiação e Tecidos Rio Anil



Fonte: Cunha (2008).

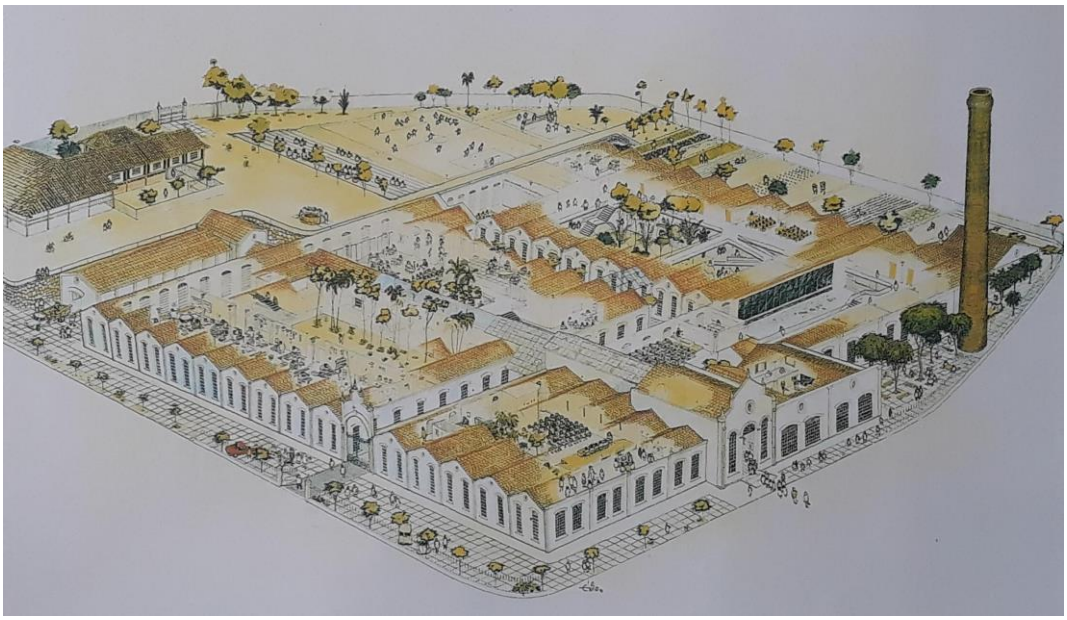
Figura 11 – Residência do gerente da Fábrica Rio Anil, São Luís - MA



Fonte: Cunha (2008).

A fábrica entrou em processo de falência na década de 1960. Em 1993 a unidade fabril foi requalificada para abrigar o Centro Integrado do Rio Anil (CINTRA), assumindo essa função por 26 anos. Em fevereiro de 2019 passou a sediar o Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA), através da Medida Provisória MP nº 291, de 22 de fevereiro daquele ano. Requalificada para o funcionamento como unidade de ensino desde a década de 1990, oferece atualmente ensino fundamental, médio e profissionalizante, se constitui a maior escola da rede estadual de ensino com cerca de 8.738 alunos (JORNAL O ESTADO, 2019).

Figura 12 – Proposta de adaptação da Fábrica Rio Anil como unidade de ensino – CINTRA, 1994



Fonte: Arquivo do DPHAP (2018).

Figura 13 – Fachada frontal e vista interna do Centro Integrado de Ensino Rio Anil – CINTRA, 1994



Fonte: Acervo da autora (2018).

Entre o final de 1890 e o ano de 1891 foram fundadas cinco indústrias de tecidos no Maranhão, quatro utilizavam o algodão como matéria prima: duas na capital, a **Fábrica Progresso Maranhense** e a **Fabril Maranhense**; e duas no interior do maranhão, a **Fábrica Sanharó** e a **Companhia Manufatureira e Agrícola do Maranhão**, tratadas em seção específica; a quinta fábrica era de aniagem, a Cânhamo, fabricava sacos de juta, cuja matéria prima, o cânhamo, era extraído da *Canabis*.

Figura 14 – Fachada frontal do imóvel da antiga Fábrica Progresso. São Luís - MA



Fonte: Grillo (2015).

A Fábrica Progresso Maranhense não percorreu um longo período no desenvolvimento das atividades industriais. O início da construção do estabelecimento se deu em 1890, sendo inaugurada em 1892 (DIÁRIO DO MARANHÃO, 1892), quando de sua fundação, possuía um capital social de 350:000$, 152 teares e 193 operários. Após quatro anos de atividade, em 1896, o *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial* divulgava seu capital em 700:000$000 (ALMANAK, 1896). Entretanto, os artigos de jornais da época registravam que já apresentava déficits financeiros (DIÁRIO DO MARANHÃO, 1896). Em 1898 encontrava-se sob a

administração do Banco da República[16] (PACOTILHA, 1898). Encerrou as atividades em 1903, quando foi levada a leilão, por não conseguir sanar dívidas adquiridas para investimentos. Sediou o Serviço de Imprensa e Obras Gráficas do Estado (SIOGE) e atualmente o antigo prédio está sendo requalificado través de uma parceria entre a UFMA, o IPHAN e a Petrobrás, para funcionar como instituição de guarda de achados arqueológicos.

A Fabril Maranhense foi uma das maiores fábricas de tecidos do Maranhão, competia de forma equilibrada com as demais da região Sudeste, sendo destacada entre as maiores indústrias têxteis de algodão do Brasil, em 1910, conforme quadro elaborado por Stein, em 1950, Figura 3, seção anterior. Apesar de ter alcançado grande crescimento, entrou em falência ao final da década de 1960. Posteriormente, a fábrica foi demolida, restando apenas o relógio, a vila operária e a casa do gerente, que se encontra em situação avançada de deterioração.

A antiga casa do gerente foi construída mesclando tijolos e estruturas metálicas, resultando num sistema construtivo ímpar dentre as edificações industriais estudadas. O Chalé residencial do gerente foi tombado pelo Governo Estadual do Maranhão, através do Decreto nº 12.457, de 3 de julho de 1992, o que não o impediu de alcançar o estado de arruinamento em que se encontra. O registro fotográfico realizado ao final do ano de 2017 demonstra o completo abandono do imóvel; as partes destacadas do revestimento deixam exposta a interessante estrutura que constitui as paredes internas do imóvel, mesclando adobe com trilho de ferro.

A vila operária era composta por 22 residências justapostas, do tipo porta e janela. Atualmente estas antigas casas funcionam, sobretudo, como comércio e prestação de serviços, sendo interessante destacar, funcionando entre elas, a sede do sindicato dos ferroviários.

Figura 15 – Companhia Fabril Maranhense no início do sec. XX



Fonte: Álbum do Maranhão 1923.

[16] Banco criado no final do século XIX, após a fusão do Banco dos Estados Unidos do Brasil com o Banco Nacional, dando origem ao Banco da República dos Estados Unidos do Brasil. Posteriormente, o governo realizou a fusão com o Banco do Brasil, fundando o Banco da República do Brasil (COSTA NETO, 2004).

Figura 16 - Chalé do gerente da fábrica nos anos 1980



Fonte: Minha Velha São Luís (2020).

Figura 17 – Vila operária e residência do gerente da Companhia Fabril Maranhense



Fonte: Acervo da autora (2017).

Figura 18 – Sistema construtivo, em adobe e trilhos de ferro, chalé da Companhia Fabril Maranhense

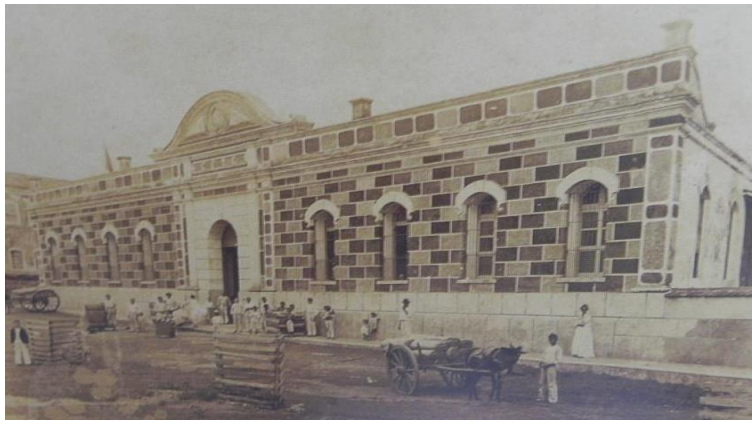


Fonte: Silva (1998).

A fundação da **Companhia de fiação e tecidos da Cânhamo** ocorreu aos seis dias do mês de abril de 1891 no edifício da Companhia Progresso Maranhense. A construção do prédio foi finalizada no último dia de dezembro do ano seguinte, erguido nas terras da antiga Quinta Vapor, no extremo sul do perímetro urbano da cidade, ao fim da Rua São Pantaleão, às margens do Rio Bacanga. Em 1894 apresentava capital no valor de 900:000$000. A fábrica contava com um guindaste para carga e descarga marítima, e com uma pequena linha férrea para transporte de matéria-prima do cais até o interior do prédio. Produzia, além dos sacos de estopa, tapetes,

brim para roupa, toalhas de prato, cobertas de mesa e fios para velas (NEVES, 2019). Atualmente é sede do Centro de Produção de Artesanato do Maranhão (CEPRAMA).

Figura 19 – Fábrica Cânhamo, São Luís - MA, no início do séc. XX



Fonte: Cunha (2008).

A **Fábrica de Tecidos de Malha Ewerton**, de propriedade de Francisco de Paula Ewerton de Carvalho, fundada em 1892 e instalada, em casa térrea, na Rua de Santana em 1893, ocupava os imóveis nº 120-122 (JORNAL PACOTILHA, 1896), no Centro de São Luís, era pequena, com motor de 10 HP, 20 teares e 30 operários, produzia mensalmente 400 dúzias de meias e 500 metros de tecido de malha para camisas (VIVEIROS, 1954, p.565).

Ainda em 1892 foi fundada a **Fábrica Industrial Maranhense**, incorporada por Joaquim Baptista do Prado, Leôncio Jansen de Medeiros, Libânio Valle, e Manoel José de Azevedo Almeida, seus diretores à época. Com capital dividido em 500 ações, totalizando 250:000$000, funcionou na Rua do Apicum n° 6, nas proximidades do Largo da Igreja dos Remédios, em São Luís. Em 9 de setembro de 1893, o *Jornal Pacotilha* noticiou "amanhã, às 8 horas do dia, terá lugar a experiência da caldeira e máquinas da Fábrica Industrial Maranhense". Sua produção incluía fios de algodão, linha de pesca e punhos de rede. Uma das poucas fábricas que não trabalhava com tecelagem, apenas com a fiação.

No dia 17 de fevereiro de 1916 foi publicado, no *Jornal Pacotilha*, comunicado ao público de que "todo o acervo da Companhia Industrial Maranhense, sua edificação, maquinismos, terrenos e mananciais, foi dado em pagamento a M.A. Barros & Co", em 3 de janeiro do mesmo ano, conforme escritura registrada em cartório, passando a ser de sua propriedade, mantendo a denominação de Fábrica Industrial Maranhense (JORNAL PACOTILHA, 1916). Não foram localizados remanescentes desse antigo complexo fabril.

Figura 20 – Fábrica Industrial Maranhense, São Luís - MA



Fonte: Cunha (2008).

Em 1892 foi fundada a **Fábrica de Lanifícios Maranhenses**, que mais tarde se transformou na **Fábrica Santa Amélia**, após ser adquirida pelo industrial caxiense Cândido Ribeiro no início do séc. XX. A unidade fabril foi implantada numa antiga propriedade rural, localizada nos arredores de São Luís, em edificação residencial típica da arquitetura pombalina no Maranhão, denominada genericamente luso-brasileira, composta por dois pavimentos e mirante, revestida com painel de azulejos portugueses de padrão geométrico na fachada frontal.

No período de 1892 a 1902 sediou a Companhia de Lanifícios Maranhenses, fábrica de beneficiamento de lãs e sedas que utilizava matéria prima vinda da Europa. Nessa época dispunha de 22 teares e cerca de 50 operários, com capital de 420:000$000 e ações cotadas no valor de 30$000. Em 1902, o imóvel foi adquirido pelo empresário do ramo industrial de Caxias, Cândido Ribeiro, que realizou ampliações nas instalações, encomendou galpões industriais metálicos vindos da Inglaterra e comprou novos equipamentos. Na década de 1960 chegou a possuir 298 teares, com produção média de cerca de 12.000 metros de tecidos por dia, conforme registram os livros de produção dos teares de 1963 a 1965, constantes do arquivo da Fundação Municipal do Patrimônio Histórico de São Luís (FUMPH).

Figura 21 – Fábrica Santa Amélia, São Luís – MA, ao final do séc. XX



Fonte: IPHAN. Acervo digital (1980).

Figura 22 – Fábrica Santa Amélia, São Luís - MA, após requalificação



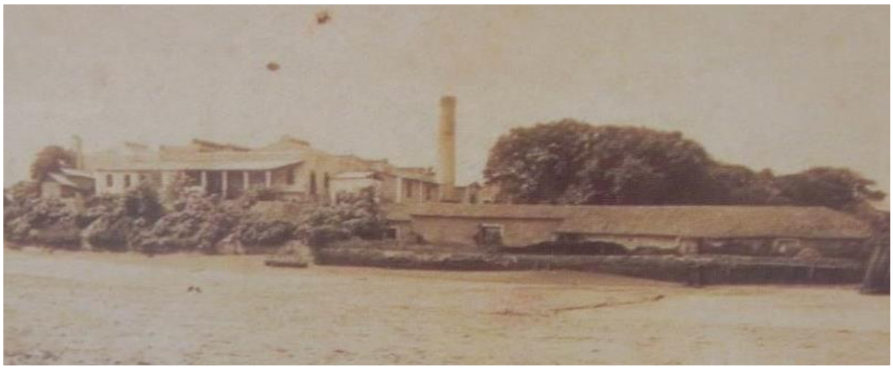
Fonte: Acervo da autora (2018).

Em 1966 a Fábrica encerrou seu funcionamento por problemas financeiros em consequência, sobretudo, da proibição de realizar empréstimos bancários, determinada no período da ditadura militar. Soma-se a isso, o fato de que os equipamentos obsoletos não permitiam competir com a produção dos polos industriais do Sudeste do Brasil.

Decorridos mais de 20 anos de abandono, logo após o reconhecimento como patrimônio nacional em 1987, o imóvel foi adquirido pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), em 1990. Entre os anos de 2008 e 2009 o Iphan/MA providenciou a elaboração do projeto de intervenção, e em 2010 a UFMA iniciou a execução da obra com a finalidade de abrigar os cursos universitários de turismo e hotelaria, obra finalizada em 2018.

Em 1893 é fundada na capital do Estado, a **Fábrica São Luís**, construída na Quinta Boa Hora, dispunha de 6 poços, 55 teares, produzia mensalmente 26 a 28 mil metros de tecido. Os imóveis, maquinismos e parte da produção encontravam-se à venda em 1897 (NEVES, 2019). Adquirida, posteriormente, por Cândido Ribeiro, passou a pertencer a seu Cotonifício, em conjunto com a Fábrica Santa Amélia, sendo responsável pela etapa de tingimento do algodão e fabricação de fios, que encaminhava para a tecelagem na Fábrica Santa Amélia.

Figura 23 - Fábrica São Luís, vista a partir do rio Bacanga



Fonte: Revista do Norte (1904).

Figura 24 - Fábrica São Luís, vista a partir do Anel Viário



Fonte: Prefeitura Municipal de São Luís (2008).

Os imóveis desse antigo complexo fabril encontram-se em avançado estado de degradação. Entretanto, os remanescentes da fábrica têm possibilidade de recuperação, visto que há previsão de ser executado o Projeto de Requalificação do conjunto edificado para funcionamento como sede da Câmara Municipal de Vereadores, proprietária do complexo.

Atualmente, restam apenas nove conjuntos remanescentes desses complexos fabris: duas fábricas situadas na cidade de Caxias, a Industrial e a Manufatora; a Companhia Manufatureira e Agrícola do Maranhão, em Codó; e seis em São Luís, as Fábricas Progresso, Cânhamo, Rio Anil, Santa Amélia, São Luís, e remanescentes da antiga Fabril Maranhense.

2.4 A indústria têxtil algodoeira no sertão Maranhense

No interior do Maranhão o beneficiamento de algodão era amplo durante os séculos XVIII e XIX, por conta da disponibilidade de matéria prima nativa na região, mão de obra disponível e da possibilidade de transporte por meio do Rio Itapecuru, maior rio em extensão do Estado. Essa conjuntura favoreceu o estabelecimento de polos industriais de tecidos na região. Antes da abolição do sistema de trabalho escravo a primeira unidade fabril foi instalada em Caxias, interior do Maranhão. Apesar disso, fontes locais registram que desde o início de suas atividades utilizou de mão de obra "livre" (PESSOA, 2015). Cinco anos mais tarde, teve início a implantação de fábricas de tecidos na capital do Estado, São Luís.

A presença do Rio Itapecuru[17] se configura como um dos principais fatores responsáveis pela ocupação das terras do interior maranhense. Com o curso de 1.450 km entre a nascente e a foz, este grande rio permitiu acesso, deslocamento, fixação e sobrevivência da população, desde os tempos em que predominavam habitantes indígenas (FEITOSA, 1983).

[17] Itapecuru na língua Tupi significa rio de pedras ou caminho de pedras.

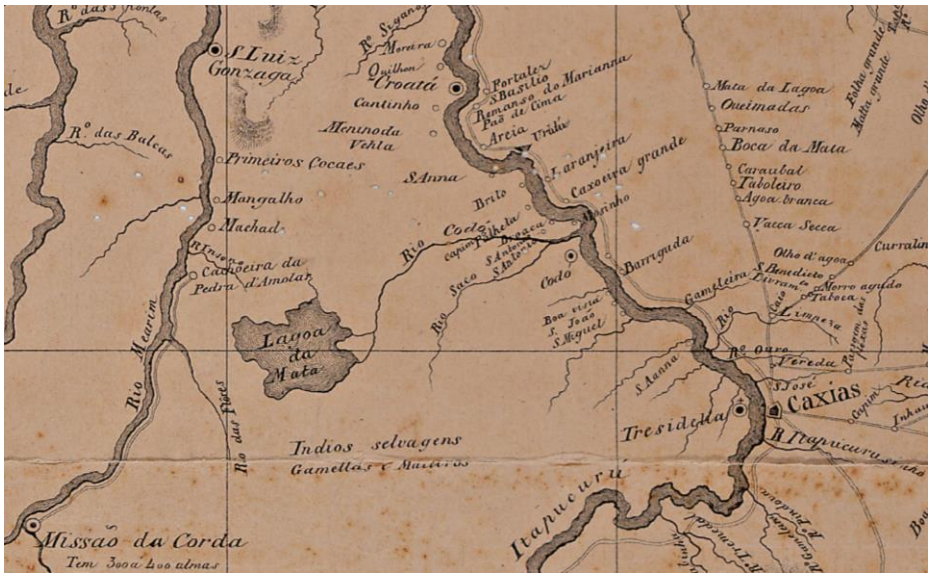
A abundância da matéria prima e a possibilidade de transporte fluvial, influenciaram a escolha do sertão maranhense para implantação de cinco fábricas de tecidos, sendo quatro delas na Cidade de Caxias: Fábrica Industrial Caxiense, Fábrica União Caxiense, Fábrica Sanharó e Fábrica Manufatora Caxiense; e uma na cidade de Codó, a Companhia Manufatureira e Agrícola do Maranhão (CMAM).

A implantação das unidades fabris do século XIX tinha como prerrogativa a proximidade de nascentes ou cursos d'água, por conta da necessidade de uso abundante da água, tanto como força motriz, como na tarefa de tingimento do algodão. Além disso, os rios eram as vias de transporte antes da implantação das ferrovias e construção das rodovias, tornando sua presença fator determinante para a escolha do local de implantação das indústrias. Essa situação se confirmou *in loco* com relação às antigas fábricas têxteis do interior Maranhenses.

Outro fator relacionado à implantação das fábricas estudadas é a localização da rede ferroviária. Em todos os casos estudados verificou-se o uso de transporte de produtos por trilhos e a proximidade entre as fábricas e a ferrovia. As fábricas do interior foram implantadas às margens do rio Itapecuru, onde, posteriormente, se implantou a ferrovia, junto a áreas consolidadas como produtoras de algodão. Entre as zonas de maior produção, indicadas por um quadrado hachurado, estão as cidades de Codó e Caxias, situadas às margens do Rio Itapecuru, conforme é possível constatar no mapa apresentado na Figura 26.

Quanto à constituição territorial, o trecho ocupado por Caxias e Codó, no início de sua formação, era um aglomerado de aldeias indígenas, sobretudo índios Timbiras e Gamelas, entre os quais a região era conhecida como Guanaré, nação tupi que pintava o corpo de vermelho.

Figura 25 – Carta da Província do Maranhão, 1854, por Franklin Antônio da Costa Ferreira, Arquivo Militar



Fonte: Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (2018).

Figura 26 – Mapa das zonas algodoeiras do Estado do Maranhão



Fonte: Revista do Norte (1901).

Posteriormente, durante as missões dos jesuítas, no séc. XVII, as aldeias foram reunidas e denominadas São José de Aldeias Altas, "em contraposição às primeiras já estabelecidas no baixo Itapecuru" (COUTINHO, 2005, p.25). Em 1796, D. Fernando Antônio de Noronha, então governador do Maranhão, expediu carta à rainha, Dona Maria I, solicitando a elevação do arraial à condição de vila:

> [...] Senhora, a informação inclusa mostra que o julgado de Aldeias Altas tem tido um aumento considerável em população, cultura e comércio, e achando-se situado nas margens do rio Itapecuru, setenta léguas distante desta cidade. Rio, que além de navegável, é o mais frutífero nas terras da circunvizinhança, constitui-se como um ponto central comunicável às capitanias do Ceará, Pernambuco, Piauí, Bahia e a todos estes vastíssimos sertões [...] me vejo precisado apresentar esta matéria à Vossa Majestade a fim de que elevando-se este julgado à dignidade de Vila haja de formar um corpo mais organizado [...] Maranhão, 4 de junho de 1796 - Dom Fernando Antônio de Noronha (COUTINHO, 2005, p.29).

A solicitação apresentada pelo então Governador, D. Fernando Antônio de Noronha, somente foi atendida pelo alvará de 31 de outubro de 1811. No dia 29 de abril de 1835 a Assembleia Provincial do Maranhão aprovou a Carta de Lei nº 7, pela qual a Comarca de Caxias passou a compreender os termos das vilas de Caxias, Urubu e São José. A vila de Caxias de Aldeias Altas, ascendeu a categoria de cidade pela Lei Provincial n.º 24, de 05 de julho de 1836, com a denominação apenas de Caxias (CAXIAS, 2019). Caxias era a segunda cidade maranhense em termos demográficos e de desenvolvimento urbano e manteve essa posição até meados do séc. XX, quando as fábricas encerraram suas atividades. O município possui uma área de 5.196,77 Km² e uma população estimada em 165.525 habitantes (IBGE, 2020).

A cidade de Codó, situada à margem esquerda do rio Itapecuru, possui a mesma origem histórica de Caxias. A Vila de Urubu, formada por volta de 1780, a princípio território Caxiense, deu origem a cidade de Codó. Em 1833 a povoação de Urubu tornou-se vila por resolução régia de 19 de abril, tornando-se a sede da povoação, confirmada pela Lei nº 07 de 29 de abril de 1835. Anos depois, a sede foi transfira da Vila de Urubu para Vila de Codó, por meio da Lei nº 68 de 21 de julho de 1838 (LIMA FILHO, 2014). Somente em 1896, a Lei Estadual nº 13 de 16 de abril, reconheceu a Vila de Codó como cidade. Importa destacar que a elevação à categoria de cidade ocorreu apenas quatro anos após a instalação da Companhia Manufatureira e Agrícola do Maranhão, em 1892, a primeira fábrica de Codó. Atualmente, o município possui estimativa de 123.116 habitantes (IBGE, 2020), distribuídos em um território de 4.361,34 km².

Com relação à composição da população caxiense e codoense, consta do Mapeamento Cultural nos Municípios de Codó, Santo Antônio dos Lopes, Capinzal do Norte e Dom Pedro no Maranhão, realizado pela Fundação Darcy Ribeiro para instrução do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), que escravos africanos chegaram nessa região entre os anos de 1780 e 1790, para servir de mão de obra nas grandes propriedades rurais.

A colonização portuguesa também influenciou a formação populacional. Em 1854 a Província do Maranhão assinou contrato com o empresário Francisco Marques Rodrigues para implantar a Colônia Petrópolis na Vila de Codó. O contrato estabelecia o envio de 200 colonos da Ilha de Açores ou de outro local da Europa e que o funcionamento fosse iniciado até o final

do ano de 1855[18]. As terras adquiridas para a instalação da colônia possuíam mil e oitocentas braças de frente e uma légua de fundo, com casas e uma capela, próximo ao povoamento, no intuito de manter relações comerciais com os mercados locais (COSTA, 2018).

Na data de 15 de novembro de 1854 chegaram ao Maranhão os primeiros 165 colonos vindos do Porto e em dezembro mais 115. Desses 280 colonos, alguns se evadiram pelo Rio Itapecuru, outros desfizeram seu engajamento, 12 faleceram e muitos foram relocados para outras colônias maranhenses, de modo que restaram na Colônia Petrópolis 67 indivíduos de ambos os sexos. O objetivo era cultivar café, algodão, arroz, mandioca e fumo. Para tanto, cada colono recebia 2500 braças de terras férteis, podendo aumentar se necessário. Entretanto, tendo em vista que a Colônia Petrópolis não prosperou como acordado, em 1856 o Governo Provincial rescindiu publicamente o contrato pelo descumprimento das condições firmadas, exigindo a devolução dos recursos recebidos pelo Sr. Francisco Marques Rodrigues (COSTA, 2018).

Ao final do século XIX, em 1877, imigrantes da província do Ceará vieram para Caxias, cerca de 300 pessoas, deixando para trás a seca e pobreza extremas daquela região do Nordeste do Brasil (FUNDAÇÃO DARCY RIBEIRO, 2016). Outros imigrantes que se estabeleceram neste território, a partir do final do séc. XIX, foram os sírio libaneses. Um desse libaneses, chamado Naby Salem[19], segundo me relatou Marco Antônio Salem, seu neto, chegou em Caxias no ano de 1926, fugindo dos conflitos do seu país de origem, e se tornou proprietário da Fábrica Sanharó, instalada em Caxias em 1891, cuja edificação original foi demolida.

Figura 27 - Imóveis que sediavam a Fábrica de Tecidos Sanharó



Fonte: Cunha (2008).

[18] Relatório do presidente da Província do Maranhão, Eduardo Olímpio Machado, abertura da Assembléia Legislativa Provincial, 3 de maio de 1854 (COSTA, 2018).

[19] A família Salem foi também proprietária, por diversas vezes, da fábrica de tecidos de Codó - Companhia Manufatureira e Agrícola do Maranhão, tendo vendido o imóvel em 1985, o adquiriu novamente em 1991, vendendo-o ao Governo do Estado do Maranhão em 2001, seu atual proprietário.

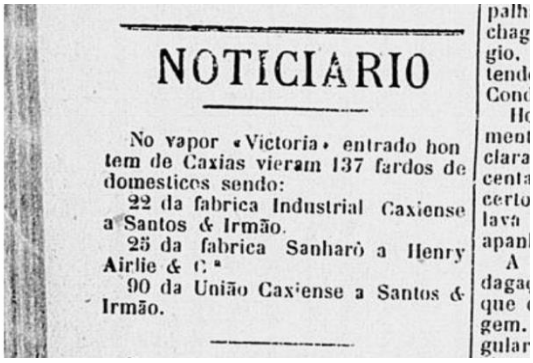
Figura 28 - Remanescentes da antiga chaminé da Fábrica Sanharó



Foto: Acervo da autora (2018).

A Fábrica Sanharó, propriedade de Ezell, Tavares & Cia, de pequeno porte, empregava 60 operários, possuía um motor de 48HP, 26 teares e capital de 150 contos de réis (150.000$000). Sua produção média anual era de 300.000 metros de tecido (VIVEIROS, 1954). No terreno desta antiga fábrica, atualmente, funciona uma indústria de óleos, de propriedade da família Salem, de origem sírio libanesa. Durante a pesquisa de campo constatamos a existência apenas de parte da base da antiga chaminé de tijolos cerâmicos, de pequenas dimensões e seção quadrangular, conforme observação *in loco* e do registro fotográfico encontrado (Figura 27).

Figura 29 - Chegada, no Porto de São Luís, de fardos de tecido vindos de Caxias



NOTICIARIO

No vapor «Victoria» entrado hon tem de Caxias vieram 137 fardos de domesticos sendo:

22 da fabrica Industrial Caxiense a Santos & Irmão.

25 da fabrica Sanharó a Henry Airlie & C.ª

90 da União Caxiense a Santos & Irmão.

Fonte: Diário do Maranhão (1893).

César Marques relata que, já nos anos de 1870, Caxias dispunha de movimento comercial entre as Praças do Piauí até a Bahia (MARQUES, 1970), de modo que as relações comerciais desde o início da formação do território, contribuíram para seu crescimento, influenciando as decisões para a implantação das fábricas aqui estudadas e para a construção da primeira linha ferroviária que incluísse transporte de pessoas.

As indústrias pioneiras implantadas no interior do Maranhão já faziam uso de vias férreas internas para transporte de matéria prima e mercadorias, no percurso entre as fábricas e os portos, uma vez que os rios eram as principais vias de transporte e era comum as fábricas possuírem portos particulares.

O primeiro trecho de via férrea no Maranhão, a ser construído para transporte de passageiros, além de mercadorias, foi iniciado na Cidade de Caxias, em 1891, e concluído em 1895, com 78Km de extensão, na cidade de Flores, atual Timon, município maranhense vizinho à capital do Piauí, Teresina, da qual é separado apenas pelo Rio Parnaíba.

Este complexo ferroviário, que se encontra em estado avançado de degradação, se constitui o embrião da Estrada de Ferro São Luís-Teresina, onde ainda estão erguidos o antigo Escritório da oficina, de pequeno porte, a residência do engenheiro chefe e o prédio da antiga Oficina Ferroviária, em ruínas; o imóvel da antiga Estação não mais existe.

Figura 30 - Estação da via férrea de Caxias a Flores



Fonte: Cunha (2008).

Passados 25 anos da implantação do trecho de Caxias a Flores, atual cidade de Timon, a ferrovia foi estendida até São Luís, inaugurada em 20 de março de 1920. Em 1921, passou a ser denominada Estrada de Ferro São Luís - Teresina, pertencente ao Ministério de Viação e Obras Públicas do Governo Federal. Mas, a Ponte Benedito Leite, que liga a ilha de São Luís ao continente, só foi inaugurada em 1929 e a Ponte João Luís Ferreira, sobre o Rio Parnaíba, ligando o Maranhão ao Piauí, concluída em 1937 (LIMA FILHO, 2014).

Apesar da implantação da linha ferroviária São Luís - Teresina ser concluída, somente após 46 anos, sua construção ligando Caxias e Codó com as capitais do Piauí e do Maranhão, deu grande impulso econômico e urbanístico para essas cidades, colaborando, para além do deslocamento de pessoas e escoamento de produtos, como o algodão e os tecidos do interior do Estado, para ampliação de trocas socioculturais entre as populações do Nordeste brasileiro.

As transações econômicas, locais, nacionais e internacionais, realizadas e possibilitadas pelo funcionamento das fábricas de tecidos, impulsionaram a implantação da ferrovia acompanhando o percurso do Rio Itapecuru, o que propiciou a ocupação ao longo de suas margens, adentrando o interior maranhense, onde, além das cidades de Caxias e Codó, estão localizadas cidades como Rosário, Itapecuru-Mirim, Coroatá, Timbiras, entre outras.

Pelo exposto, é possível perceber as fábricas têxteis de Caxias e Codó como estruturas aglutinadoras dentro da rede socioeconômica do Maranhão, que contribuíram tanto para a implantação da rede ferroviária, quanto para o aumento do tecido urbano do Estado, provocando um incremento na movimentação da economia e o crescimento das cidades dessa região brasileira. A instalação das fábricas de tecidos no sertão maranhense influenciou o aumento da população, atraindo mais imigrantes pela oportunidade de trabalho e consequentemente, estimulou o crescimento populacional e urbano no interior do Estado.

2.4.1 Companhia Industrial Caxiense (1883)

Situada entre o Riacho Ponte e o Rio Itapecuru, a primeira fábrica têxtil maranhense, praticamente desconhecida pelos técnicos de preservação do âmbito Estadual e Federal, fundada em 1883 e edificada em 1886, funcionou, continuamente até 1903 (TEIXEIRA, 2003).

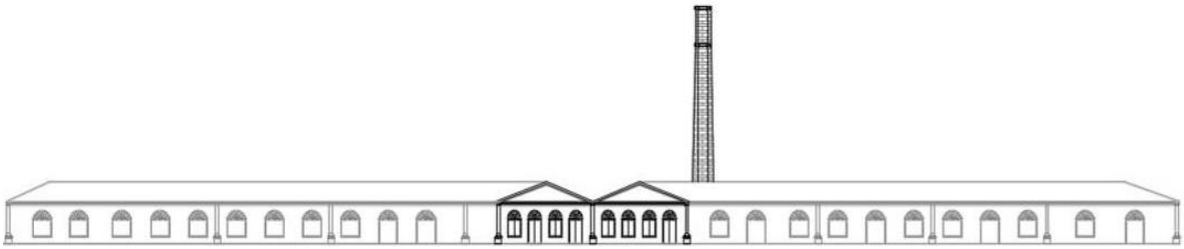
Iniciou seus trabalhos com 50 teares e capital de 400$000 réis (COUTINHO, 2005). Notas de jornais registram convites para sua inauguração oficial em janeiro de 1888 (DIÁRIO DO MARANHÃO, 1887). Passou anos desativada e voltou a produção de tecidos na década de 1940, quando foi adquirida pelo industrial Cândido Ribeiro. Sediou a empresa Francastro[20], beneficiando arroz, e atualmente é parcialmente utilizada como fábrica de saponáceos.

Quando da sua fundação, possuía registrados 62 operários, sendo 30 mulheres, 20 crianças e 12 homens, com salários de 800 réis, 600 réis e 24$000 (vinte e quatro contos de réis), respectivamente (TEIXEIRA, 2003). O salário das mulheres e crianças eram considerados "suplemento dos ganhos de outros membros da família", demonstrando a subordinação feminina no ambiente do trabalho (SCOTT, 1991, p.458 *apud* PESSOA, 2015, p.351).

O jornal *Diário do Maranhão*, de 14 de dezembro de 1885, relata a chegada de maquinismos para Fábrica Industrial de Caxias em navio procedente de Nova York. Após dois anos as primeiras peças de tecidos entraram no mercado (DIÁRIO DO MARANHÃO, 1887).

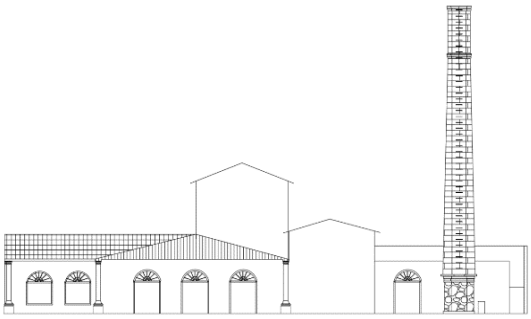
[20] Indústrias de beneficiamento de arroz de propriedade de Francisco Castro, prefeito da cidade durante alguns anos da década de oitenta (GALVES; NUNES, 2016).

Figura 31 – Fachada frontal da antiga Fábrica Industrial Caxiense



Fonte: Acervo da autora (2018).

Figura 32 – Fachada lateral esquerda da antiga Fábrica Industrial Caxiense



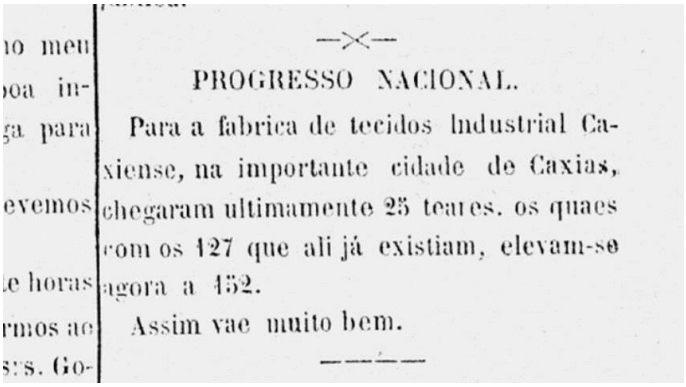
Fonte: Acervo da autora (2018).

Fundada em 1883 por Dr. Francisco Dias Carneiro[21], em 1884 possuía 58 acionistas, que representavam 792 ações, para dar início a construção da fábrica. Começou suas atividades em 1886, quase 5 anos antes da primeira Fábrica de Tecidos ser construída na capital. Chegou a ter 2.957 acionistas em 1891, totalizando 3.846 ações, tendo como sócios majoritários: Antônio Alberto da Silva (100); Antônio C. Miranda Carneiro (142); Barão de Itapary (73); Cândido Francisco Maia (150); João Rodrigues da Silva (173); José Antônio Lopes Pastor (607); José Castello Branco da Cruz (74); José Ferreira Guimarães (177); Lina Joaquina C. B. da Cruz (212); Luiz Mendes Fernades e Irmãos (107); Maia, Sobrinho & Cia (100).

Em 1888, por conta de constantes pedidos de tecido que a fábrica não conseguia dar vasão, seus acionistas aprovaram o aumento do capital social e de serviços, devendo os novos aparelhos serem comprados no mesmo fabricante dos existentes e a produção ser direcionada a um só padrão de tecido (DIÁRIO DO MARANHÃO, 1888). Uma notícia do *Diário do Maranhão*, de 25 de janeiro de 1889, afirma que parte do capital foi utilizado para ampliação da fábrica. Em outubro de 1892 a produção foi de 58.799 metros de tecidos, em 13 dias, perfazendo em média, 4.500 metros de tecidos por dia (DIÁRIO DO MARANHÃO, 1892).

[21] Proprietário de fazendas que cultivavam algodão para exportação, tendo se tornado líder político, incentivou a lavoura e o comercio local. Responsável pela construção da ponte sobre o Rio Itapecuru que interliga os dois lados da cidade de Caxias (LIMA FILHO, 2014).

Figura 33 - Chegada de teares à Fábrica Industrial de Caxias



—><—

PROGRESSO NACIONAL.

Para a fabrica de tecidos Industrial Caxiense, na importante cidade de Caxias, chegaram ultimamente 25 teares, os quaes com os 127 que ali já existiam, elevam-se agora a 152.

Assim vae muito bem.

———

Fonte: O Operário (1893).

A Figura 34 demostra a ampliação da porção central da fábrica, alteração realizada em momento indeterminado, esteticamente, integrada ao imóvel. Cabe salientar que esta ampliação já consta registrada na fotografia exibida no "Álbum do Maranhão" de 1923.

Figura 34 – Fábrica Industrial Caxiense em dois momentos, a) 1908 e b) 2018



(a)

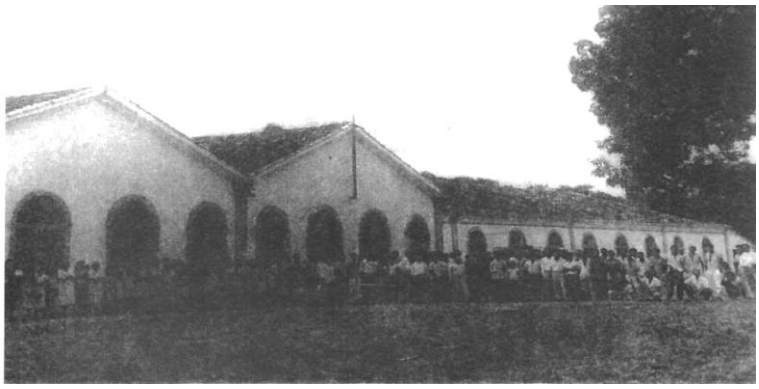


(b)

Fonte: Cunha (2008) e Acervo da autora (2018).

A ata de reunião extraordinária da Companhia União relata, em 3 de março de 1903, que o motivo da convocação daquela sessão era dar conhecimento do arrendamento ou venda da fábrica da Companhia Industrial Caxiense (TEIXEIRA, 2003), mas o documento não esclarece como a companhia chegou a essa situação. Não se sabe ao certo por quanto tempo a edificação ficou sem funcionamento. Consta registrado, no entanto, que no dia 21 de julho de 1941 reiniciou os trabalhos de tecelagem com celebração de missa campal em frente ao prédio da Fábrica (LIMA FILHO, 2014).

Figura 35 – Operários em frente ao prédio da Fábrica Industrial Caxiense, Ponte, Caxias - MA



Fonte: Teixeira (2003).

A edificação não possui as mesmas características das demais, visivelmente influenciada pela arquitetura luso brasileira desenvolvida no Maranhão, apresenta vãos em arco pleno dispostos num ritmo, praticamente, constante em todas as fachadas, molduras e cunhais argamassados, cobertura em telhas cerâmicas apoiadas em beiral sobre cimalha, estrutura do telhado e pilares em madeira.

O seu formato é longilíneo, implantada, a princípio, em dois blocos, um relativo à usina de beneficiamento de algodão e outro à fábrica de fiação e tecelagem. Atualmente estes blocos estão interligados e conformam uma edificação única com cerca de 200 metros de comprimento por 20 de largura. Sua extensão é significativa e provoca admiração quando se trafega na BR-316, que interliga as Cidades de Codó e Caxias. Apesar da grande horizontalidade, sua baixa volumetria contribui para integrar a construção à paisagem circundante.

De propriedade particular, encontra-se em condições precárias, a despeito de estar inserida na poligonal de tombamento do Governo do Estado do Maranhão (CAXIAS, 1990). Atualmente, parte da edificação é utilizada para fabricação de sabões, detergentes e outros produtos de limpeza, pela INCOMSOL: Indústria e Comércio de Saponáceos e Óleos Ltda.

Apesar de constarem fotos apresentando estruturas de ferro na publicação conhecida como *Álbum do Maranhão de 1923*, atribuídas à Fábrica Industrial, verificamos que se tratam de imagens da Fábrica de Tecidos Santa Isabel, que existiu em São Luís no mesmo período. Durante visita para reconhecimento e levantamento físico do imóvel, realizada em fevereiro de 2018, verificamos que os pilares e as tesouras existentes são confeccionados em madeira.

Figura 36 – Salão de fiação da Fábrica Industrial, com pilares e estruturas da cobertura em madeira



Fonte: Acervo da autora (2018).

A Fábrica Industrial de Caxias foi inaugurada oficialmente em 1888, um longo relato jornalístico da inauguração foi publicado no periódico *O Paiz*, onde consta a descrição do espaço ao redor da unidade fabril, como uma praça de grande perímetro, e registra a existência de um chalé residencial destinado à moradia do engenheiro da fábrica, onde foi oferecido um "lunch" aos convidados (O PAIZ, 1888).

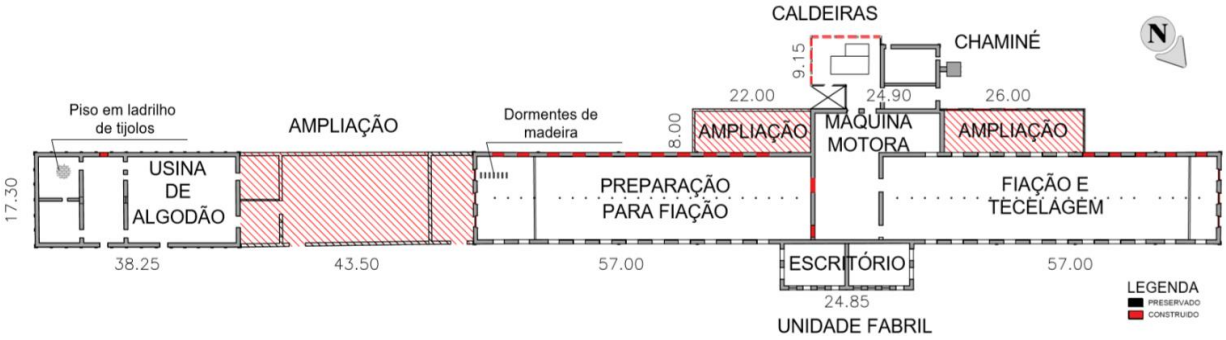
O conjunto edificado da Companhia Industrial de Caxias, segundo balanço financeiro da Companhia, datado de 31 de dezembro de 1891, era composto de unidade fabril, chalé residencial, armazéns, olaria e uma casa localizada à Rua 16 de Março, que pode ter sido onde funcionou o escritório, considerando que o Povoado Ponte, onde a Fábrica se localizava, estava situado a 2Km da sede da Cidade de Caxias (TEIXEIRA, 2003).

Durante pesquisa no site da Biblioteca Nacional, na seção hemeroteca digital, localizamos um artigo do *Jornal Pacotilha* (1888), que descreve tecnicamente a edificação, os equipamentos e os setores da Fábrica Industrial Caxiense. Segue o relato elaborado pelo Engenheiro Civil Arthur de Lima Campos, publicado no referido jornal, intitulado Fábrica de Fiação e Tecidos Industrial Caxiense:

> A fábrica de fiação e tecidos - Industrial Caxiense, situada entre o riacho Ponte e o rio Itapecuru, compõe-se de um edifício com um só pavimento, dividido em quatro lances. O primeiro lance, que constitui a fachada propriamente dita, é ocupado pelo escritório central, com livre passagem para o corpo da fábrica. O segundo lance, passando pelo interior do edifício, está situado na parte posterior e é ocupado pela caldeira e machina motora a vapor americanas, do autor William A. Havis. Esta machina, engenhosamente combinada é de uma extrema simplicidade, é constituída por quatro caixas de recepção e distribuição de vapor e por uma corrediça de Stemphenson aperfeiçoada. Sua força corresponde a 120 CV nominais e 118 efetivos, é transmitida aos órgãos intermediários por um grande volante que produz 65 rotações por minuto. A caldeira geratriz do vapor é tubular e formada por 60 tubos que atravessão em todo comprimento. O combustível é a lenha e o systema econômico da caldeira produz vapor para um trabalho de 10 horas consumindo apenas 900 achas de

lenha. Fora do corpo do edifício está montada, em um compartimento, a machina de descaroçar o algodão que é remetido para fábrica em estado bruto. O terceiro lance é ocupado pelas machinas de limpar e separar o algodão; este trabalho, produzido por meio de cylindros dentados e ventiladores, reduz o algodão a pastas mais ou menos espessas que são acamadas em rolos animados de um movimento de rotação. Assim preparadas passão as pastas por 16 cardas que ocupão a primeira fila do quarto lance do edifício. Estes aparelhos que têm por fim destrinçar o algodão para torná-lo fácil de fiar, constituindo meadas, são combinados entre si de modo a communicarem com os passadores, em número de quatro, que servem por seu turno para reunir as diversas meadas provenientes das cardas; dois deles são de 7 meadas e os outros dois de 16. Em seguimento são as meadas entregues às maçaroqueiras que as dividem e encerrão o trabalho de preparação do fio. Possue a fábrica quatro maçaroqueiras, uma para fio grosso e três para fios finos de diversas espessuras; estes fios são tanto mais finos quanto em maior número de partes fica subdividida a meada. Na mesma ala, n'um correr de oito bancadas, estão situados os fusos que torcem e enrolão os fios, passando-os em seguida para uma carretelheira que, como o nome indica, é o aparelho que tem por fim dobar o fio. Dahi são os carretéis dispostos em ordem, sobre os eixos de um aparelho composto de compartimentos e junto da urdideira. Esta, obrigando todos os fios a distenderem-se paralelamente à proporção que desenrola os carretéis, recolhe-os em cylindros animados de movimento circular continuo. Essa machina, bem como a carretelheira, é de maravilhosa perfeição nas diffíceis combinações de movimentos. Na urdideira o mecanismo está preparado de modo tal a não ser possível continuar o movimento desde que um só dos innumeros fios arrebente. Pela distribuição das peças entre si acontece que, quando um dos fios tende a arrebentar, o guiador por onde ele passa e que o sustenta cahe e vae prender um dos dentes das entrozas; impedindo deste modo o movimento. Os rolos provenientes da urdideira são applicados a um engommador que serve para engommar os fios antes de entrega-los aos remettedores. O engommador compõe se de um deposito que contém gomma e de uma torneira que a transporta sobre um rolo de madeira em movimento. Um grande cylindro cheio de vapor seca os fios gommosos e os distende afim de torna-los perfeitamente iguais. O engomnador desempenha também o papel de medidor com auxílio de uma pequena peça automática. A marcação é feita de 20 em 20 m de comprimento, com tinta vermelha registrada por um indicador e um toque de campainha. Nos remettedores são os fios destacadamente recolhidos e enrolados nas peças competentes para serem entregues aos teares. Cada uma das peças dos remettedores, dotados de movimento gyratorio, são comprimidos horizontalmente por meio de molas que tem por fim fazer cessar automaticamente o movimento logo que o fio se achar de todo enrolado. Possue a fábrica 51 teares, sendo: 20 pequenos, 24 meões, 6 grandes e 01 de preparar saccos. Preparam os teares pannos de differentes qualidades e padrões, de conformidade com a natureza do fio e do trançado. Com o auxílio de uma tinturaria composta de uma turbina e sete tanques, prepara também a fabrica fazenda de algodão listrado de várias cores. Finalmente o movimento geral, a todos os apparelhos, é transmitido por meio de uma harmoniosa destribuição de polias e correias. Possue ainda a fabrica apparelhos completos para preparação das mais difíceis e delicadas peças dos diversos mecanismos de uma fábrica de tecidos. A perfeição e o bem acabado desses explendidos aparelhos vem mais uma vez demonstrar, à evidência, a grandeza quasi sobrenatural do genio inventivo dos americanos do norte. Todos os aparelhos e machinismos que possue a fabrica são americanos, e o espectador ao contemplar os movimentos rápidos e desencontrados de todos esses transmissores e operadores, guiados pelas mãos delicadas de mulheres e crianças, sente se tão cheio de admiração, comoção e alegria, que sem querer solta um bravo enthusiastico em honra da grande nação que tem por emblema o pavilhão estrelado (JORNAL PACOTILHA, 1888, não paginado).

Figura 37 – Planta Baixa da Fábrica Industrial de Caxias. Disposição dos espaços a partir da descrição contida no artigo do Eng. Arthur Campos



Fonte: Elaboração da autora (2019).

O livro *História do comércio do Maranhão* (VIVEIROS, 1954) traz a seguinte descrição da Fábrica Industrial: "Com capital de mil contos, é a mais antiga fábrica do Estado do Maranhão. Foi incorporada por Francisco Dias Carneiros em 1883, possuía 130 teares e 250 operários, fabricando tecidos crus e tintos".

A edificação ocupa uma área de quase 5.000,00m², construída em tijolos cerâmicos maciços, com amarração dupla, resultando em paredes de aproximadamente meio metro de espessura. O piso é em ladrilho de tijolos cerâmicos maciços, assentados com padrão similar ao utilizado para elevação das paredes de alvenaria. O antigo escritório central é atualmente utilizado como laboratório da indústria de sabões, e a ala lateral esquerda, antigo salão de fiação e tecelagem, é utilizada para a fabricação dos produtos de limpeza. O trecho em uso corresponde a cerca de 30% da edificação, considerando a área ampliada; os demais cômodos, estão sem utilização e em estado avançado de deterioração.

Figura 38 – Piso da Fábrica Industrial Caxiense em ladrilho de tijolos cerâmicos



Fonte: Acervo da autora (2018).

Figura 39 – Antigo escritório da Fábrica Industrial Caxiense, atual laboratório



Fonte: Acervo da autora (2018).

Figura 40 - Antigo salão de tecelagem, utilizado na fabricação de sabões



Fonte: Acervo da autora (2018).

Em um dos cômodos da ala lateral direita da unidade fabril foram encontrados dormentes de madeira, sinalizando a existência de trilhos para carregamento de material, provavelmente fardos de algodão, que pesavam de 180 a 200 Kg[22].

Figura 41 – Dormentes de madeira, ala lateral direita da Fábrica Industrial Caxiense



Fonte: Acervo da autora (2018).

[22] Dado obtido a partir da entrevista realizada por Danielle Magalhães com Nicanor Monteiro dos Santos, na cidade de Codó - MA, em 4 de julho de 2018.

A parte posterior do imóvel, onde estão localizadas a chaminé e as caldeiras tubulares, bem como a ala lateral direita, encontram-se em estado avançado de degradação e tomadas por vegetação. De tal modo que, apenas na segunda visita ao imóvel foi possível verificar a existência das caldeiras, após remoção de parte da vegetação que as encobria.

Figura 42 – Chaminé de tijolos cerâmicos, Fábrica Industrial Caxiense



Fonte: Acervo da autora (2018).

Sua chaminé, construída de pedra preta lavrada e tijolos cerâmicos, com cerca de 25 metros de altura, pode ser acessada por escada de ferro, do tipo marinheiro, localizada em uma de suas faces externas. A base de pedras apresenta problemas estruturais graves, visto que a ausência de reboco expõe sua estrutura às intempéries, acelerando o processo de deterioração, agravando constantemente a situação de desagregação do material. A Figura 42 demonstra o estado de conservação desse bem de relevante valor simbólico, integrado à Fábrica Industrial de Caxias.

Figura 43 - Roldanas de ferro no vão de porta da Fábrica Industrial Caxiense



Fonte: Acervo da autora (2018).

Com relação às caldeiras tubulares (Figuras 44 e 45), eram equipamentos essenciais para o funcionamento da fábrica a vapor, não sendo encontradas estruturas similares em nenhuma outra fábrica de tecidos maranhense. Entendemos que o estado de abandono e esquecimento da edificação contribuiu para a preservação desses elementos. Esta fábrica, em virtude de ser de propriedade particular, está inserida em área murada, sem grande visibilidade e com acesso controlado ao seu interior, o que evitou a ocorrência de depredações por vândalos e favoreceu sua preservação.

Figura 44 – Fornalha e caldeira da Fábrica Industrial Caxiense



Fonte: Acervo da autora (2018).

Figura 45 – Registro de fundição nas portas das caldeiras da Fábrica Industrial Caxiense: “The Mirrless Watson Cº LTD Engineers - Glasgow”



Fonte: Acervo da autora (2018).

As caldeiras tubulares encontram-se revestidas por tijolos cerâmicos refratários, possuem uma chaminé de ferro fundido para escape dos vapores excedentes, e três compartimentos sobrepostos, cada uma. Por meio de análise de caldeiras similares (TRATO FEITO, 2019) chegou-se ao seguinte entendimento: o compartimento mais próximo ao chão servia para a remoção das cinzas da lenha; ao centro eram dispostos os feixes de lenha; e o terceiro compartimento, fechado com duas portas de ferro, era responsável por permitir a

entrada do oxigênio para a queima e aquecimento da água localizada no interior da caldeira. As portas de ferro contêm o registro da fábrica de fundição desses equipamentos, que, ao contrário do relato do engenheiro Arthur de Lima Campos, não são de origem americana, mas escoceses, fabricados na Cidade de Glasgow pela empresa "The Mirrless Watson Cº LTD Engineers".

Consultando o serviço de arquivos da Universidade de Glasgow (ARCHIVES HUB, 2020), obteve-se a informação de que esta empresa de fundição funcionou entre 1840 e 1974 e inicialmente fabricava máquinas de engenharia mecânica para produção de açúcar. Os arquivos da referida universidade apresentam a trajetória da empresa e as diversas denominações que adquiriu ao longo de sua existência, sendo possível afirmar que, pela grafia constante das portas das caldeiras, trata-se de um equipamento datado de 1882 a 1900, data que coincide com o período de criação da Companhia e construção da Fábrica. A seguir trechos das informações obtidas no site da Universidade de Glasgow.

> A P & W McOnie, engenheiros, foi formada em Glasgow, na Escócia, em 1840 por Peter McOnie, engenheiro geral, e seu irmão, William, para reparar máquinas de açúcar e fornecer peças de reposição. Em setembro de 1848, Peter estabeleceu uma nova parceria, McOnie & Mirrlees, com James Buchanan Mirrlees, fabricante de máquinas de açúcar. A parceria se tornou Mirrlees & Tait em 1851, após a morte de Peter em 1850, quando JB Buchanan recrutou William Tait de Hydepark Locomotive Works, em WM Neilson, em Springburn, Glasgow, como seu sócio júnior e gerente dos trabalhos. Em 1868 a empresa se tornara conhecida como Mirrlees, Tait & Watson. Por volta de 1876 a empresa empregava cerca de 800 operários e possuía uma das siderúrgicas mais bem equipadas da Grã-Bretanha, na Scotland Street, em Glasgow. Em 1883, **a Mirrlees, Watson & Co**, como se tornou em 1882, formou a Watson, Laidlaw & Co, para construir separadores centrífugos para a empresa. Da mesma forma, na depressão de meados da década de 1880, a Mirrlees, Watson & Co fabricava componentes para vários fabricantes de máquinas de açúcar e engenhos gerais em Glasgow. Em 1889, a firma foi incorporada como Mirrlees, Watson & Yaryan Co Ltd. Os anos 1878-1884 viram um boom na indústria de fabricação de máquinas de açúcar e viram a empresa produzir 45.000 toneladas de máquinas, no valor de cerca de £ 1.500.000. Em 1900, a empresa tornou-se conhecida como **Mirrlees Watson Co Ltd**, tornando-se M W Sugar Holdings Ltd em 1966. Em 1967, a empresa foi adquirida pela A & W Smith & Co Ltd, fabricantes de máquinas de açúcar, Glasgow, que até então era uma subsidiária integral da Tate & Lyle Ltd, fabricantes de açúcar. As duas empresas negociadas como Smith Mirrlees. A Smith Mirrlees foi adquirida em 1988 pela Fletcher & Stewart Ltd, fabricantes de máquinas de açúcar, Derby, Inglaterra. Eles deixaram de operar na Eglinton Works no final dos anos 80 (UNIVERSIDADE DE GLASGOW, 2020, NÃO PAGINADO, **grifo nosso**).

De todo o conjunto de equipamentos que geravam energia a vapor, restou desta fábrica apenas as caldeiras. É de admirar que a edificação, apesar de bastante deteriorada, ainda preserve suas características essenciais: a volumetria, o ritmo dos cheios e vazios, grande parte das estruturas de madeira, paredes e adornos, mesmo sem possuir partes da cobertura, resistindo às intempéries, ações antrópicas e biológicas, com quase 135 anos de construção.

2.4.2 Companhia União Caxiense (1889): Fábrica União e Fábrica Manufatora

Fundada em 1889[23], a Companhia União Caxiense foi proprietária de duas fábricas de tecidos de algodão: a Fábrica União e a Fábrica Manufatora, que adquiriu posteriormente. A Fábrica União, situada no povoado Ponte, distante 2 Km da zona urbana, possuía 220 teares, 7.800 fusos, 350 operários, sendo 205 mulheres e 145 homens. Com uso de máquinas inglesas e americanas produzia domésticos, pano para sacos, riscados e brins (VIVEIROS, 1954). Seu conjunto edificado era composto de fábrica, armazém e oficina, conforme balanço financeiro datado de 30 de junho de 1894 (TEIXEIRA, 2003).

Figura 46 - Fábrica União Caxiense, instalada no povoado Ponte, Caxias - MA, em estado de arruinamento



Fonte: Medeiros (2014)

Figura 47 - Preços de produtos à venda pela Fábrica União



Maranhão—Caxias — 26 de Maio de 1893. — Estados Unidos do Brazil.

GAZETA CAXIENSE

(3ª PHASE)

ORGÃO DOS INTERESSES PUBLICOS.

ANNO VII — TYPOGRAPHIA DE VICENTE DE PAULA TEIXEIRA MENDES. — NUMERO 28

SECÇÃO COMMERCIAL

TAUELLA DE CAMBIO.

Cambio 44.

PREÇOS CORRENTES:

ACÇÕES DE COMPANHIAS:

Industrial Caxiense 200 a	220$000
Ultimo dividendo	24$000
União Caxiense	170$000
União » 2ª emissão	190$000
União » 3ª » agio	40$000
Prosperidade Caxiense	36$000
Ultimo dividendo	1$750
Manufactora »	110$000
Aguas de Caxias	50$000

GENEROS:

Algodão em rama	kilo	$440
Dito encaroçado	»	$480
Dito em caroço 15	»	2$000
Aguardente	litro	$400
Assucar de 1ª sorte secco		25$000

ANNUNCIOS.

Companhia União Caxiense.

A Directoria desta Companhia faz sciente que modificou os preços e condições da venda dos productos actuaes de sua Fabrica, organisando a seguinte nova

TABELLA DE PREÇOS.

Domestico nº	1	metro 400 reis
dito	» 2	» 380 »
dito	» 3	» 360 »
dito	» 4	» 340 »

Descontos:

5 % para a compra de 200 peças acima
10 % idem 1000 » »

Teem preferencia na execução os pedidos inferiores áquelle numero.

Fio branco torcido em novellos — kilo 2$800 reis
dito » » » meadas — » 2$600 »

As vendas continuam a ser feitas — a dinheiro — e só de 25 peças acima.

Caxias, 18 de Maio de 1893.

Manoel Corrêa Bayma do Lago
Antonio Joaquim Ferreira Guimarães
Francisco Dias Carneiro.

INDICAÇÕES UTEIS.

NAVEGAÇÃO.

(Maranhão)

Companhia de Navegação a vapor (Companhia velha). Agente — Rua do José Vianna, rua Direita.

Companhia Fluvial Maranhense (Companhia nova). Agente — Major Joaquim Ferreira Guimarães, rua do Sol.

Subidas da capital para esta cidade — 12 e 27.

(Pinahy)

Sahidas — do Thermino e Parnahiba nos dias 5 e 20; do Thermino a Oeiras, 7 e 22; de Parnahyba a Therezina, 12 e 27, da Oeiras a Therezina, 14 e 29.

SERVIÇO DE ESTAFETAS.

Sahidas de Caxias para Passagem Franca, Ponta Nova, S. José dos Matões, S. Francisco, Picos e Monsenhor, nos dias 1, 10 e 20 de cada mez. — Chegadas dos correspondentes a esta cidade nos dias 8, 18 e 28 do mesmo mez.

Os correios para o Estado do Piauhy seguem sempre 2 horas depois da chegada dos vapores do Maranhão e chegam sempre nos dias 6, 12, 19, 25 e 30 do mesmo mez.

A mala da villa da Flores segue no dia 1.º e 2.º viagem que faz o estafeta do correio do Pinahy.

ESTRADA DE FERRO.

Agente da Companhia — Engenheiro — Almeida Braga.

Fiscal do governo — Dr. Ricardo Valle Trindade.

HOTEIS.

Hotel Moderno, proprietario — Benedicto Ribeiro da Silva, praça da Gonçalves Dias (subsolo).

Café Picole, proprietario — José Maria da Costa Guerra, largo dos Remedios.

COMPANHIAS DIVERSAS.

Manufactora Caxiense — Kaminho — Directores — Antonio Bernardo Pinto Soriano Gomes; Raymundo Antonio de Moura, José Ferreira Guimarães e José Candido Branco da Cruz.

Industrial Caxiense — Typhis — Directores — Raymundo Antonio de Moura, gerente; José Ferreira Guimarães, Manoel da Gloria Ferreira de Britto e Antonio da Costa Leite.

Luiz Caxiense — Tecidos — Directores: Francisco Dias Carneiro, gerente;

Fonte: Gazeta Caxiense (1893).

[23] Certidão do cartório de registro de imóveis de Caxias – 1º Ofício.

O *Jornal Imparcial* noticia, em 1 de fevereiro de 1930, que operários se encontravam desocupados no Bairro Ponte, devido ao fechamento da Fábrica União. Os registros do final da década de 1930 demonstram uma redução significativa do número de operários, 27 operários, sendo 12 do sexo masculino e 15 do sexo feminino, conforme apresentado no Quadro 5. Apesar da quantidade reduzida de trabalhadores, é possível perceber, claramente, a divisão das funções por sexo, onde apenas no setor de embalador ocorre o trabalho simultâneo de ambos os sexos.

Quadro 5 - Divisão por sexo das funções dos operários da Companhia União Caxiense 1937-1940

FUNÇÕES	HOMENS	MULHERES
Salas de pano	0	1
Fiandeira	0	4
Carreteleira	0	3
Suplente	0	2
Urdidor	1	0
Gomador	1	0
Embalador	1	1
Tecelã	0	1
Foguista	1	0
Consertador de teares	1	0
Mestre de fiação	1	0
Maquinista	1	0
Descaroçador	1	0
Tintureiro	1	0
Vareiro	1	0
Batedor	1	0
Massaroqueiro	1	0
Passadeira	0	1
Alvejamento	0	1
Trama	0	1
TOTAL	**12**	**15**

Fonte: Teixeira (2003).

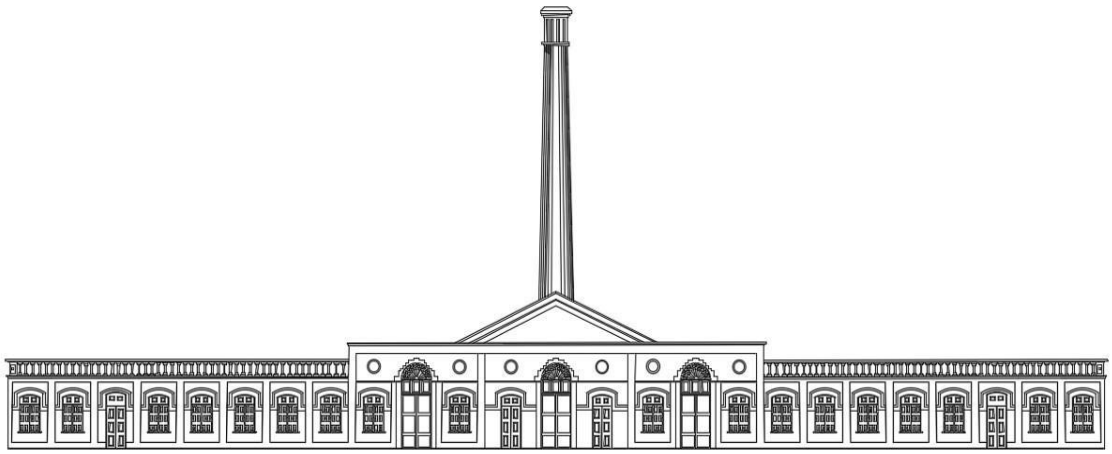
Em 1938 a Fábrica União havia encerrado suas atividades, segundo informações contidas no *Jornal Imparcial* publicadas naquele ano. Em 1947 encontrava-se totalmente abandonada, sendo autorizada pelos acionistas a venda do imóvel. A edificação fabril foi demolida e em seu lugar construída uma escola municipal, o Centro Educacional Aluísio Azevedo, restando apenas a grande chaminé como testemunho material de sua existência.

Figura 48 – Chaminé de grandes dimensões da antiga Fábrica União



Fonte: Acervo da autora (2018).

Figura 49 – Fachada da antiga Fábrica Manufatora de Caxias



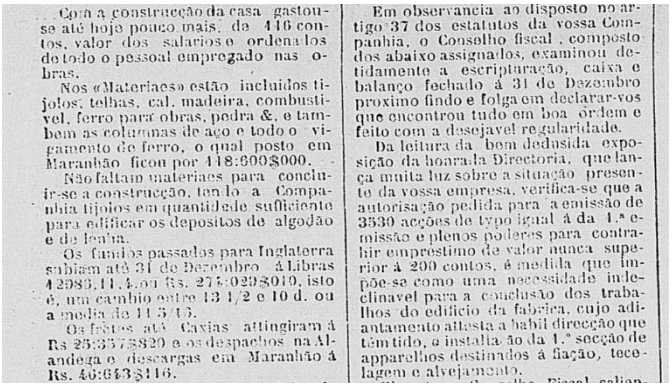
Fonte: Maranhão (1987).

A Fábrica Manufatora, fundada sob a denominação de Fábrica Gonçalves Dias, pertencia, inicialmente, à Companhia Manufatora Caxiense (CMC), construída entre 1893 e 1894. Cerca de dez anos após sua construção, por questões de ordem financeira, foi adquirida pela Companhia União Caxiense, em 1903.

Localizada em frente à Praça do Panteon, também denominada Praça Dias Carneiro, no Centro de Caxias, nas proximidades do Rio Itapecuru, possuía seções de tecelagem, fiação, tinturaria e alvejamento, onde funcionavam máquinas inglesas e alemães. Produzia morins, brins brancos e de cores, atoalhados para mesa, riscados, fios para rede e outros produtos relacionados à indústria do algodão (ÁLBUM DO MARANHÃO, 1923).

O prédio possui cerca de 6.200,00m², mede 98m de frente e 72m de fundo, dispunha de um motor de 400CV, com 6800 fusos e capital de 322.477$90. Empregava 300 operários, sendo 185 mulheres e 115 homens (TEIXEIRA, 2003). Edificada em alvenaria de tijolos cerâmicos maciços assentados em dupla amarração, suas paredes possuem cerca de meio metro de espessura. Os gastos com sua construção foram registrados no jornal local *Gazeta Caxiense*.

Figura 50 - Gastos com a construção e aquisição de material para a edificação da Fábrica Manufatora de Caxias



Com a construcção da casa gastou-se até hoje pouco mais, de 416 contos, valor dos salarios e ordenados de todo o pessoal empregado nas obras.

Nos «Materiaes» estão incluidos tijolos, telhas, cal, madeira, combustivel, ferro para obras, pedra &, e tambem as columnas de aço e todo o vigamento de ferro, o qual posto em Maranhão ficou por 118:000$000.

Não faltam materiaes para concluir-se a construcção, tendo a Companhia tijolos em quantidade sufficiente para edificar os depositos de algodão e de lenha.

Os fundos passados para Inglaterra subiam até 31 de Dezembro 4 Libras 42983.11.4 ou Rs. 275:029$010, isto é, um cambio entre 13 1/2 e 10 d. ou a media de 11 5/16.

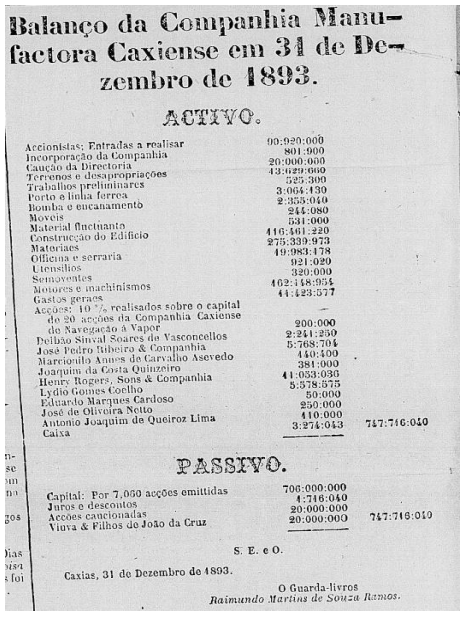
Os fretes até Caxias attingiram á Rs 25:357$820 e os despachos na Alandega e descargas em Maranhão á Rs. 46:643$116.

Em observancia ao disposto no artigo 37 dos estatutos da vossa Companhia, o Conselho fiscal, composto dos abaixo assignados, examinou detidamente a escripturação, caixa e balanço fechado á 31 de Dezembro proximo findo e folga em declarar-vos que encontrou tudo em boa ordem e feito com a desejavel regularidade.

Da leitura da bem deduzida exposição da honrada Directoria, que lança muita luz sobre a situação presente da vossa empresa, verifica-se que a autorisação pedida para a emissão de 3530 acções de typo igual á da 1.ª emissão e plenos poderes para contrahir emprestimo de valor nunca superior á 200 contos, é medida que impõe-se como uma necessidade indeclinavel para a conclusão dos trabalhos do edificio da fabrica, cujo adiantamento attesta a habil direcção que têm tido, e installação da 1.ª secção de apparelhos destinados á fiação, tecelagem e alvejamento.

Fonte: Gazeta Caxiense (1894).

Figura 51 - Balanço da Companhia Manufatora Caxiense, dezembro de 1893



Balanço da Companhia Manufactora Caxiense em 31 de Dezembro de 1893.

ACTIVO.

Accionistas: Entradas a realisar	90:920:000	
Incorporação da Companhia	801:000	
Caução da Directoria	20:000:000	
Terrenos e desapropriações	43:629:660	
Trabalhos preliminares	525:300	
Porto e linha ferrea	3:064:130	
Bomba e encanamento	2:355:040	
Moveis	244:080	
Material fluctuante	541:000	
Construcção do Edificio	416:461:220	
Materiaes	275:339:973	
Officina e serraria	19:983:178	
Utensilios	921:020	
Semoventes	320:000	
Motores e machinismos	462:148:954	
Gastos geraes	44:423:577	
Acções: 10 % realisados sobre o capital de 20 acções da Companhia Caxiense de Navegação á Vapor	200:000	
Delbão Sinval Soares de Vasconcellos	2:241:250	
José Pedro Ribeiro & Companhia	5:768:704	
Marcionilo Annes de Carvalho Asevedo	440:400	
Joaquim da Costa Quinzeiro	381:000	
Henry Rogers, Sons & Companhia	41:033:030	
Lydio Gomes Coelho	5:578:575	
Eduardo Marques Cardoso	50:000	
José de Oliveira Netto	250:000	
Antonio Joaquim de Queiroz Lima	410:000	
Caixa	3:274:043	747:716:040

PASSIVO.

Capital: For 7.050 acções emittidas	700:000:000	
Juros e descontos	4:716:040	
Acções caucionadas	20:000:000	
Viuva & Filhos de João da Cruz	20:000:000	747:716:040

S. E. e O.

Caxias, 31 de Dezembro de 1893.

O Guarda-livros
Raimundo Martins de Souza Ramos.

Fonte: Gazeta Caxiense (1894).

Após cerca de 3 anos parada, em 1903 foi adquirida pela Companhia União e voltou a atividade, com movimentação dos motores pelo "hábil mecânico Thomaz Pearce" (JORNAL PACOTILHA, 1903). A mão de obra estrangeira era empregada para compor o corpo técnico, sobretudo mecânicos; a massa operária formada pelas fiandeiras, tecelãs, carpinteiros, ferreiros e pedreiros, entre outros, exigiam menor qualificação. Havia interesse na qualificação dos

técnicos nacionais, pois serviria para substituir o técnico estrangeiro "a quem os empresários julgavam pagar um preço elevado pelos altos salários" (GIROLETTI, 2002, p.151).

A Manufatora ampliou expressivamente sua produção, a ponto de no ano de 1948 abrir uma filial com depósito e venda de produtos na cidade de São Paulo (CAXIAS, 1948). De acordo com informações contidas no site do IBGE, durante a Segunda Guerra Mundial ocorreu o apogeu da produção industrial da fábrica, com fornecimento de matéria prima para o exterior. Entretanto, passado o período do conflito mundial, a companhia declarou falência ao final da década de 1950.

A Fábrica Manufatora encerrou suas atividades em 1958, permaneceu cerca de 20 anos fechada, até que na década de 1980 a administração pública adquiriu o imóvel e o transformou em Centro Cultural. Cabe destacar que, segundo registro da Junta Comercial do Maranhão, a empresa ainda se encontra ativa e sua sede foi transferida para Cotia, São Paulo, em 2005.

Figura 52 – Fábrica Manufatora de Caxias



Fonte: Cunha (2008).

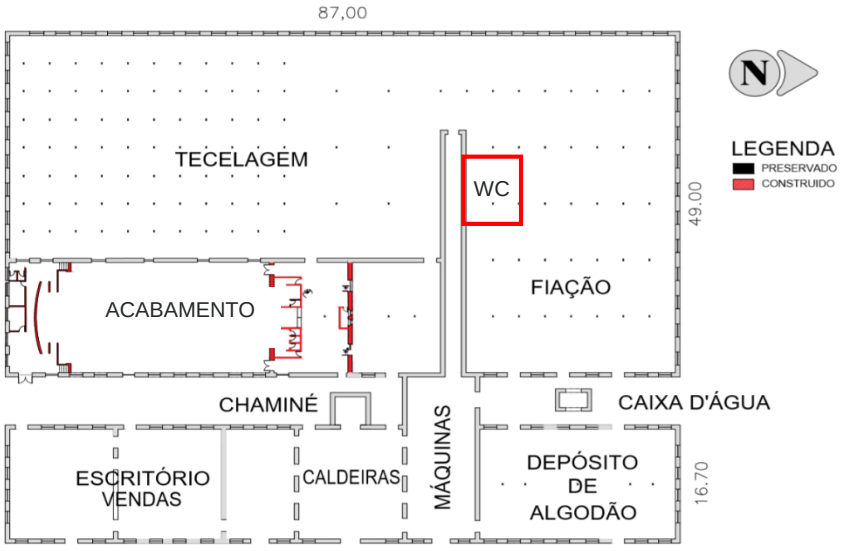
O prédio da Fábrica Manufatora, anteriormente de propriedade da Companhia União Caxiense, foi o primeiro tombamento isolado ocorrido na cidade de Caxias pelo Departamento do Patrimônio Histórico Artístico, Arquitetônico e Paisagístico do Maranhão (DPHAP/MA), órgão responsável pela preservação e conservação de imóveis de valor cultural a nível estadual no Maranhão. Tombada pelo Governo do Estado do Maranhão, através do Decreto nº 7.660 de 23 de junho de 1980, inscrição nº 4 no livro de tombo do Governo do Estado, às fls. 01, em 13 de agosto de 1980 (MARANHÃO, 1987). Parte da Cidade de Caxias, posteriormente, foi legalmente protegida através do Tombamento Estadual do Centro Histórico, Arquitetônico e Área Paisagística do Município, em 29 de novembro de 1990 (CAXIAS, 1990).

A edificação fabril passou por reformas na década de 1980 que tanto contribuíram para a sua conservação como para alteração de parte de suas características formais. O livro *Bens*

Tombados no Maranhão (1987, p. 10), publicado pela Secretaria da Cultura do Estado, traz a seguinte descrição tipológica da antiga fábrica de tecidos:

> Construção fabril com planta quadrangular e estreita área livre, onde se localiza a imponente chaminé e que separa o setor de produção – fiação, tecelagem e acabamento – das zonas de beneficiamento e apoio técnico-administrativo – escritório, oficina, sala de máquinas e caldeiras. Cobertura em estrutura metálica de origem inglesa, fachada em estilo Neoclássico, dando falsa ideia da organização espacial do prédio, pois o frontão principal não corresponde ao acesso, nem a qualquer espaço mais nobre, e sim ao trecho mais poluído do edifício a sala de máquinas.

Figura 53 – Planta baixa da antiga fábrica Manufatora de Caxias. Suposição do uso dos espaços a partir do fluxo de produção e da análise de suas características



Fonte: Maranhão (1987), com atualização da Autora (2019).

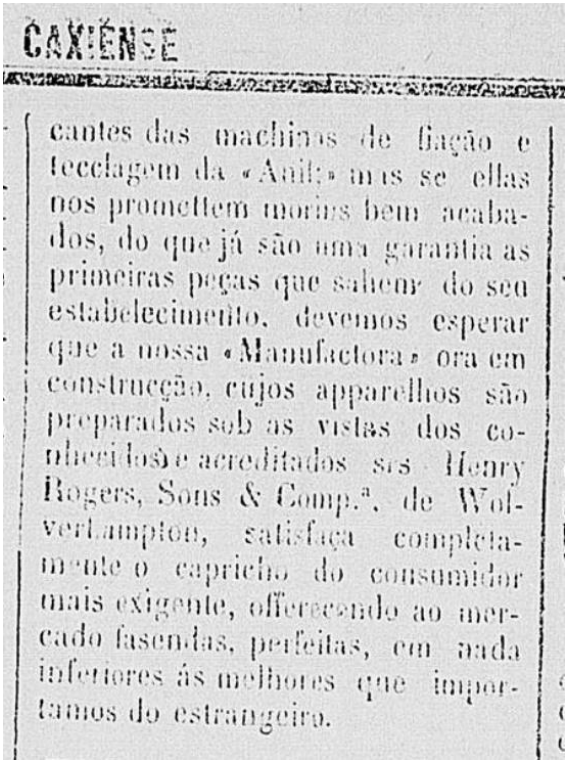
As telhas cerâmicas do tipo francesa, foram confeccionadas na Olaria Veneza, as quais acredita-se que tenham sido fabricadas em Codó, uma vez que são iguais às utilizadas na CMAM e sabe-se que além da produção de tecidos a fábrica de Codó produzia tijolos e telhas cerâmicas (JORNAL PACOTILHA, 1894). As estruturas de ferro que suportam a cobertura, são constituídas por pilares, vigas, tesouras, tirantes e perfis de contraventamento de origem inglesa, adquiridas através da *Empresa Henry Rogers Sons & Co*, de Wolverhampton, Inglaterra[24]. Empresa que igualmente forneceu as estruturas metálicas da Fábrica de Codó.

> Nas últimas décadas do séc. XIX, quando as indústrias de máquinas estrangeiras começaram a buscar encomendas, apareceram nos jornais do Rio propagandas de máquinas têxteis. A frente de todos estava a Henry Roger Sons & Co, entre as companhias de importadores que eram procuradas por brasileiros que necessitavam de projetos, máquinas e técnicos para suas fábricas. Os contratos estabelecidos com firmas estrangeiras por ocasião da primeira compra de máquinas e de suplementos

[24] Empresa em atividade de 1830 a 1900, fabricava e vendia componentes de motores, com estabelecimentos em Wolverhampton, Londres e Paris, com conexões na América do Sul (THE NATIONAL ARCHIVES, 2019).

eram frequentemente mantidos por longo tempo. O número de pessoal técnico inglês na indústria têxtil de algodão no Brasil era muito grande (STEIN, 1979).

Figura 54 - Aquisição dos equipamentos da Companhia Manufatora Caxiense


CAXIENSE

cantes das machinas de fiação e tecelagem da «Anil;» mas se ellas nos promettem moins bem acabados, do que já são uma garantia as primeiras peças que sahem do seu estabelecimento, devemos esperar que a nossa «Manufactora» ora em construcção, cujos apparelhos são preparados sob as vistas dos conhecidos e acreditados srs. Henry Rogers, Sons & Comp.ª, de Wolverhampton, satisfaça completamente o capricho do consumidor mais exigente, offerecendo ao mercado fasendas, perfeitas, em nada inferiores ás melhores que importamos do estrangeiro.

Fonte: Gazeta Caxiense (1894).

A chaminé da Fábrica Manufatora é construída completamente em tijolos cerâmicos maciços e possui cerca de 40 metros de altura. O topo é estriado com frisos argamassados, demonstrando a preocupação estética na execução deste elemento, símbolo da arquitetura fabril. Dentre as fábricas situadas no sertão esta é a que possui chaminé de maior dimensão, marcando de forma impactante a paisagem da cidade de Caxias, no interior do Maranhão.

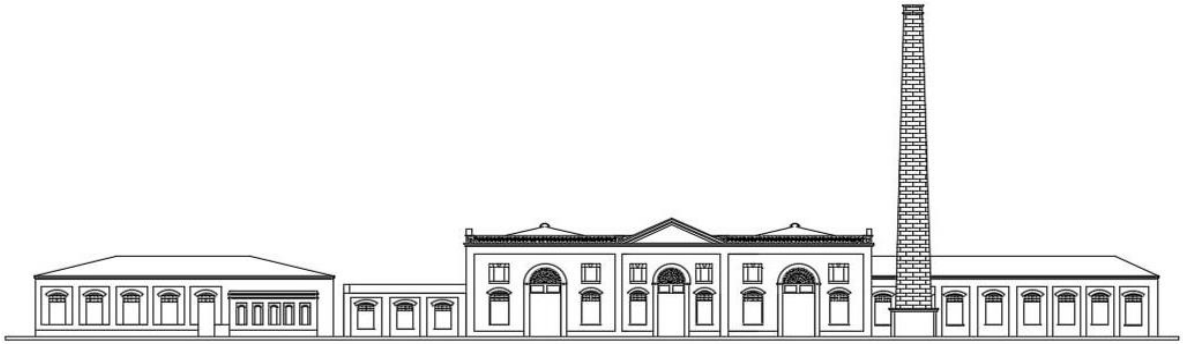
O imóvel, de propriedade do município, abriga atualmente o Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA) e as Secretarias de Cultura e de Obras da Prefeitura Municipal de Caxias, bem como o Centro Cultural José Sarney, desde a década de 1980.

2.4.3 Companhia Manufatureira e Agrícola do Maranhão – CMAM (1892)

A Fábrica Manufatureira e Agrícola do Maranhão foi construída em 1892 pelo engenheiro Palmério Cantanhede, responsável, ainda, pela construção da Fábrica Manufatora de Caxias, edificadas quase simultaneamente. Produzia panos de algodão e fios brancos, crus e tintos, cereais, além de telhas e tijolos. Encerrou suas atividades em meados da década de 1960. Atualmente, pertence ao Governo do Estado do Maranhão, que cedeu seu uso ao Município.

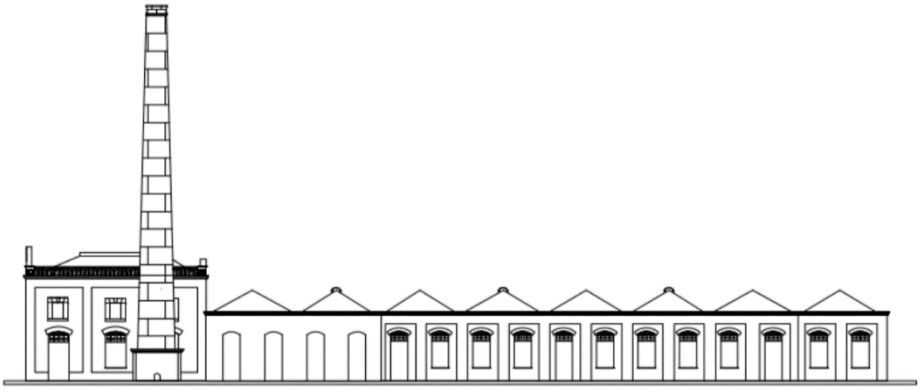
Após anos de abandono e sucessivas mutilações, foi adaptada pela Prefeitura Municipal de Codó para funcionar como unidade de ensino, inaugurada em agosto de 2020.

Figura 55 – Fachada frontal da antiga Companhia Manufatureira e Agrícola do Maranhão



Fonte: Acervo da autora (2018).

Figura 56 – Fachada lateral da antiga Companhia Manufatureira e Agrícola do Maranhão



Fonte: Acervo da autora (2018).

Situada na cidade de Codó, distante cerca de 100 Km de Caxias, a Companhia Manufatureira e Agrícola do Maranhão (CMAM), foi edificada com paredes externas em pedra lavrada e paredes divisórias em tijolos cerâmicos de produção local; suas estruturas metálicas foram fabricadas pela empresa *Henry Rogers Sons & Co*, de Wolverhampton, Inglaterra, cujo registro consta nos pilares de ferro. Mesma empresa que forneceu as estruturas de ferro da Fábrica Manufatora de Caxias, construída no mesmo período.

Localizada em terreno de 14.168,00m², murado com alvenaria de tijolos, possuía 4 portões metálicos de 2,50m de altura e área construída de 6.640,00m².[25] O número de funcionários era superior a 300, a maior parte eram mulheres.

O *Jornal Pacotilha*, do dia 30 de setembro de 1891, apresenta uma descrição da Companhia Manufatureira e Agrícola do Maranhão. A notícia data de 13 de setembro de 1891

[25] Certidão do cartório de registro de imóveis de Codó – 1º Ofício.

e relata o assentamento da primeira pedra do edifício da fábrica de tecidos e óleos de Codó, ocorrido em 7 de setembro daquele mesmo ano:

> O Reverendo Vigário da Freguesia realizou a bênção da pedra na presença de juízes de direito e dos intendentes municipais e funcionários públicos. Em seguida lavrado um auto, assinado pelas pessoas presentes, recolhido em uma caixa de vidro juntamente com os últimos exemplares de jornais da capital do Estado, as Constituições Federal e Estadual e colocada a dita caixa no vão destinado para recebê-la dentro da parede. Foi sobreposta uma grande pedra que cobria toda a largura da parede, deitando a primeira colherada de argamassa o presidente da Intendência Municipal, Coronel Raimundo César Brandão, ao som do hino nacional e do estampido de girândolas de foguetes [...] foram erguidos muitos vivas à Companhia, às autoridades, ao progresso e ao trabalho (JORNAL PACOTILHA, 1891, não paginado).

A segunda parte do referido artigo do *Jornal Pacotilha* descreve os espaços da Companhia e sua divisão em duas sessões, a Manufatureira e a Agrícola:

> Secção manufatureira - esta compõe-se de dois edifícios, um destinado ao preparo dos óleos de algodão, mamona, gergelim e coco, onde também funcionam os aparelhos de descaroçar, bater e limpar o algodão, e o outro onde serão assentados os aparelhos de fiar, tecer e tingir. A fábrica tem capacidade para 180 teares, sendo o departamento de fiação de grande capacidade, afim de produzir fios e cordas. A fábrica de óleos tem capacidade para extrair o óleo de 3.000 toneladas de caroços. Além disso, já estão montadas uma serraria a vapor, uma ferraria e uma olaria que vai trabalhar também a vapor, pois já estão encomendados aparelhos para preparar tijolos e telhas aperfeiçoados. Os edifícios da fabrica já estão com seus alicerces preparados, quase todos, e principiadas algumas paredes. A área ocupada pelos edifícios será superior a 5 mil metros quadrados. Está prestes a chegar uma linha férrea de 1 km para ligar a fábrica ao porto sobre o Rio Itapecuru, bem como um encanamento com bomba de elevação que suprirá d'água a mesma fábrica e as casas particulares de sua vizinhança. Acha-se extraída e colocada no local da fábrica toda a pedra de que tem ela necessidade e preparados 200 milheiros de tijolos em sua olaria. A pedra foi extraída das importantes pedreiras recentemente descobertas nas terras da Companhia. A cal consumida é da melhor qualidade para construções civis e procedente de uma riquíssima jazida descoberta nas proximidades da Villa;
> Secção agrícola - a companhia tem 50 hectares já queimados e está procedendo as destoque que, principiado ha poucos dias, já tem 8 hectares promptos [...] os aparelhos para esta seção já estão encomendados e alguns já no local do trabalho que dista 5 km da fábrica, a qual está ligado por uma estrada boa e sem ondulações (JORNAL PACOTILHA, 1891, não paginado).

No começo de suas atividades a fábrica produzia dois tipos de tecido: o brim e o riscado. Após a chegada do Sebastião Archer da Silva, em 1908, como gerente da empresa, novos tecidos foram fabricados: o Floriano, o Itapecuru, o Algodãozinho nas cores azul e vermelho e o 5R que representava os nomes dos 5 filhos de Sebastião Archer – Ruy, Renato, Remi, Rute e Ronaldo (MACHADO, 1999).

No ano de 1932, em frente a fábrica, foi iniciada a construção da Igreja São Sebastião, em terreno doado pela Companhia Manufatureira e Agrícola do Maranhão, com apoio

financeiro do gerente da citada Fábrica, Sebastião Archer, que contratou o pedreiro, Abdias Sousa, e o mestre de obras, Raimundo Alexandrino Soeiro (MACHADO, 1999).

Antes da construção da Igreja São Sebastião existia uma capela erguida em homenagem ao mesmo Santo, benzida pelo missionário capuchinho Frei Davi, no dia 5 de abril de 1896, mesmo mês em que a vila de Codó assumiu a condição de cidade e quatro anos após a construção da Fábrica Manufatureira de Codó (LIMA FILHO, 2014).

Após a construção da fábrica, no Bairro Alto, surgiram novas residências nas proximidades, tornando a capela pequena para abrigar o maior número de fiéis. Além disso, passados 36 anos da sua inauguração, a construção ameaçava desabar. Assim, em 1932 se deu início a construção do novo templo. Os festejos à São Sebastião são celebrados nesta Igreja desde janeiro de 1938. Contudo, a paróquia foi criada em 16 de junho de 1960 (MACHADO, 1999). Ao redor da praça Palmério Cantanhede e da Igreja São Sebastião, em frente à Fábrica Manufatureira de Codó, moravam o gerente e os diretores da Fábrica.

Figura 57 – Igreja São Sebastião a partir da Fábrica Manufatureira e Agrícola do Maranhão



Foto: Mariana Fensterseifer (2019).

Além de promover o culto à religião católica, a fábrica fornecia serviços como o abastecimento de energia e água encanada aos moradores do entorno e atendimento médico aos seus funcionários.

No final da década de 1930 a Fábrica de tecidos de Codó passou por dificuldades, permanecendo fechada por cerca de 4 anos, só voltou a funcionar em 1º de setembro de 1941, conforme registra o jornal *O Imparcial* do dia 02 de setembro daquele ano. Esse período de crise foi relatado na entrevista realizada com uma antiga funcionária, que trabalhou no escritório da Fábrica de Tecidos de Codó.

> Aquela fábrica parou, depois voltou. Olha, eu vou te contar uma coisa. Seu Sebastião era o dono da fábrica e não sei porque a fábrica faliu. Eu acho que ele não soube administrar. Aí, Seu Sebastião faliu e o filho Dr. Remi estudava no Rio de Janeiro. Estava fazendo o último ano da faculdade, quando a fábrica faliu. Então, quando ele veio para cá, a fábrica já não estava funcionando muito bem. Estava parada. Ele chegou formado engenheiro e chegou com a nomeação para ser diretor da Estrada de Ferro de São Luís. Aí, foi juntando um dinheirinho... foi que a fábrica voltou (Consuelo Machado, 2018).

O recorte do Jornal *O Imparcial*, de 28 de agosto de 1941, apresenta a comunicação do Ministro de Viação, respondendo a um pedido do Sr. Remi Archer, diretor da Estrada de Ferro São Luís- Teresina, solicitando auxílio para transporte de algodão, em virtude da crise econômica que se encontrava a Fábrica de Tecidos Manufatureira e Agrícola do Maranhão.

Figura 58 – Telegrama do Ministro de Viação ao Diretor da Estrada de Ferro São Luís-Teresina, Remi Archer



trabalham pelo alevantamento de nossa indústria, pelo desenvolvimento de nossa economia:

—"Dr. Remi Archer. Diretor Estrada Ferro S. Luiz-Terezina. — S. Luiz. — A Companhia Manufatureira Maranhão solicitou sr. Ministro concessão transporte sessenta toneladas algodão a título de auxilio argumentando se acha paralizada ha quatro anos com grande sacrificio vai reiniciar trabalhos industria amparando mais tresentas familias. Atendendo circunstancias expostas e tendo em vista orientação govêrno proteção indústria, determino de ordem sr. Ministro, essa estrada transportar, gratuitamente, até máximo sessenta toneladas algodão aproveitando apenas carros trafegarem vazios sem qualquer prejuizo demais serviços. Saudações — Vitor Taam, chefe gabinete ministro Viação".

***

Fonte: Jornal O Imparcial (1941).

Na década de 1950 a produção de tecidos tinha reduzido consideravelmente, cerca de 4.000 metros diários de tecido[26] e passou a produzir glicerina e sabões, usando como matéria prima o coco babaçu, quando se denominou Companhia Industrial de Babaçu e Algodão do Maranhão (CIBAM). Acredita-se que sejam desse período as edificações construídas aos fundos do terreno. O imóvel de propriedade do Governo do Estado do Maranhão, em uso pela Prefeitura Municipal, esteve em situação vulnerável por longo período, apesar disso, ainda possui remanescentes da casa de máquinas, com partes do motor a vapor, no seu interior.

[26] Entrevista realizada por Danielle Magalhães com Nicanor Monteiro dos Santos, na cidade de Codó-MA, em 4 de julho de 2018.

A edificação é sóbria, com ornamentos discretos, semelhantes aos utilizados nos estilos neoclássico e neogótico que estiveram voga no século XIX. A fachada frontal é seccionada em 3 partes, marcada por um frontão triangular ao centro, que destaca o acesso para o local onde estavam dispostos os grandes equipamentos situados na casa de máquinas e caldeiras, esse acesso central é ladeado por dois grandes vãos em arco e por outros vãos de menores dimensões, sendo coroada por platibanda com balaústres. As três portas de entrada da fachada frontal possuem bandeira em arco pleno fechadas com gradil de ferro trabalhado, contendo setas direcionadas para o centro, onde encontram-se inscrições sobre a edificação.

A unidade fabril apresenta uma escala bem maior que a dos edifícios secundários, especialmente a porção ao centro da fachada frontal, onde os vãos são mais alongados, mais largos e o pé direito é duplo. A escala do corpo frontal apresenta-se muito superior à humana, podendo transmitir a sensação de superioridade da indústria em relação ao seu operário. Por outro lado, as fachadas laterais e dos fundos, que circundam os salões de fiação e tecelagem, são menos adornadas, possuem sequência modulada de vãos em arco abatido, com moldura do tipo sobrancelha, separados por pilastras de tijolos cerâmicos rebocados.

Figura 59 – Fachada frontal da antiga Fábrica de Tecidos de Codó - CMAM



Fonte: Fundação Darcy Ribeiro (2016).

A partir do cômodo das máquinas, se desenvolve um longo corredor separando o salão de fiação e tecelagem. Junto aos salões, possui um cômodo menor, em separado, onde acredito que funcionava o setor de acabamento e ensacamento, a finalização do fluxo de produção. As paredes externas são estruturais, em alvenaria de pedra lavrada, e internamente são quase completamente edificadas em tijolos cerâmicos maciços, com exceção do comprido cômodo onde se localizam remanescentes de máquinas suspensas.

Figura 60 - Imóveis remanescentes do processo de industrialização têxtil da Cidade de Codó, em vermelho, inserção de novas construções no terreno da antiga fábrica de tecidos



Fonte: Google Earth (2019).

Legenda:
1 - Fábrica de tecidos da CMAM
2 - Usina de Algodão
3 - Escritório
4 - Reservatório de Água
5 - Torre do Relógio
6 - Igreja São Sebastião
7 - Casa do Gerente
8 - Casa de um dos diretores
9 - Casa de um dos diretores
10 - Casa de um dos diretores
11 - Quartel da Polícia Militar
12 - Subseção da OAB/MA

Além da edificação principal, onde funcionava a unidade fabril (1), ainda existem quatro outras antigas edificações erguidas no terreno da fábrica, duas de médio porte e duas de pequenas dimensões, todas localizadas à direita da edificação principal.

No primeiro prédio de médio porte, onde funcionava a fábrica de óleos, era realizado o descaroçamento e limpeza do algodão (2). No segundo prédio de médio porte, mais ao fundo do imóvel, funcionou o escritório da fábrica (3), quando sofreu ampliação, no século XX [27]. Com área construída de 227,00m², o antigo escritório possuía cobertura em madeira, telhas de cimento amianto, esquadrias de ferro e portas de madeira[28].

[27] Informações obtidas por meio da entrevista realizada por Danielle Magalhães com Maria Consuelo Machado, na cidade de Codó-MA, em 2 de novembro de 2018.
[28] Certidão do cartório de registro de imóveis de Codó – 1º Ofício.

Um dos prédios de pequeno porte abrigava o reservatório de água (4), com capacidade de 20.000 L, que era bombeada no Rio Itapecuru, passava pela Rua Vitorino Freire e pela Rua da Bomba[29]. O reservatório metálico encontra-se sobre base de alvenaria de tijolos com 2,5m de altura, ainda possui partes das conexões de distribuição da água, apresenta canais subterrâneos para passagem das tubulações que alcançavam os antigos tanques, localizados aos fundos da fábrica, demolidos mais recentemente, segundo um dos moradores vizinhos.

O quarto prédio, de pequena dimensão, é a torre do relógio (5) com 8 metros de altura e planta quadrangular para abrigo dos vigias. A base é constituída de paredes duplas até a altura de 4 metros. Possui laje de concreto armado e no topo da cobertura encontrava-se o "bronze", peça côncava outrora localizada acima do sino que marcava a entrada e saída dos operários.

Figura 61 – Reservatório de água e canais subterrâneos da CMAM



Fonte: Acervo da autora (2018).

Figura 62 – Torre do relógio da CMAM



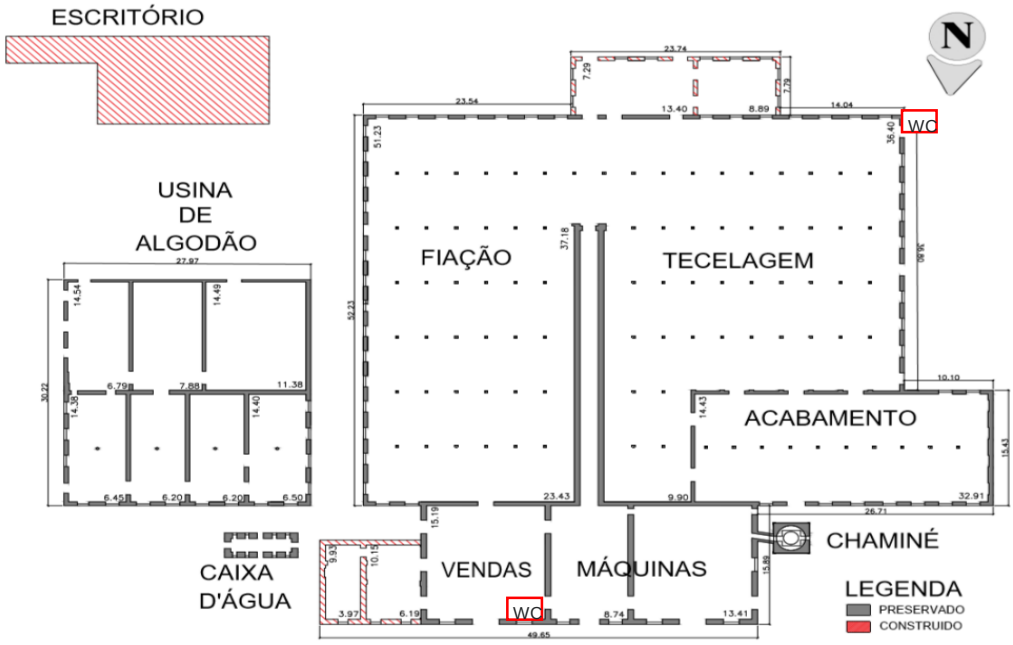
Fonte: Machado (1999) e Acervo da autora (2018).

[29] Informações obtidas por meio da entrevista realizada por Danielle Magalhães com Nicanor Monteiro dos Santos, na cidade de Codó-MA, em 4 de julho de 2018.

Afora as edificações construídas posteriormente, foram identificados dois trechos acrescidos na edificação fabril em período não determinado: um localizado na lateral direita da fachada frontal e outro na porção posterior, aos fundos da edificação.

Na ocasião do levantamento físico arquitetônico, com exceção do antigo escritório, as demais edificações construídas no séc. XX, haviam sido demolidas para dar lugar a novas construções. No local do antigo prédio de produção de glicerina da CIBAM foi construída a sede do Quartel do Batalhão da Polícia Militar de Codó (11), obra iniciada em 2013. No outro extremo, encontra-se em construção a sede da Subseção da OAB/MA de Codó (12).

Figura 63 - Companhia Manufatureira e Agrícola do Maranhão. Suposição dos espaços a partir do fluxo de produção e da descrição dos antigos funcionários



Fonte: Atualização da autora (2019) com base em planta cedida pelo DPHAP.

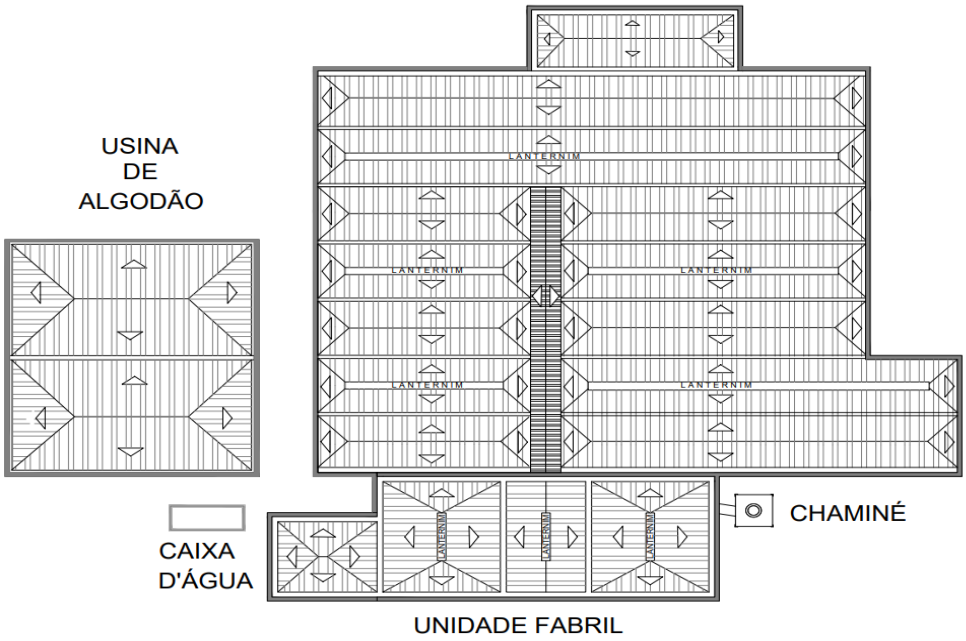
A chaminé em tijolos cerâmicos, com 33m de altura total, quando visitada em 2018, apresentava uma trinca vertical significativa na face externa da torre, além de várias lacunas de tijolos na borda superior, de modo que se encontrava em risco de perder sua integridade física devido a problemas estruturais graves, resultantes do longo período de abandono.

Figura 64 – Platibanda e chaminé da Companhia Manufatureira e Agrícola do Maranhão (CMAM)



Fonte: Acervo da autora (2018).

Figura 65 - Planta de Cobertura de parte das edificações da Companhia Manufatureira e Agrícola do Maranhão



Fonte: Elaboração autora (2019).

O manto de cobertura está distribuído em várias águas, onde o corpo principal da edificação se apresenta em módulos paralelos sequenciais, cobertos em quatro águas, com telhas cerâmicas do tipo francesas confeccionadas na Olaria Veneza, onde estão distribuídos lanternins metálicos, alternadamente, ao longo das cumeeiras. Toda a cobertura é circundada por calha metálica, guarnecida por platibanda de alvenaria. Recentemente, a cobertura sofreu intervenção pela Prefeitura Municipal de Codó, com substituição de parte das telhas cerâmicas.

Figura 66 – Marca da fundição inglesa registrada nos pilares de ferro: Hy Rogers, Sons & Co, Wolverhampton, England



Fonte: Acervo da Autora (2018).

Os pilares e demais estruturas de suporte, fabricados em ferro fundido, vieram da Inglaterra. Tanto pilares quanto tesouras são esbeltos e nos pilares encontram-se registros da empresa *Henry Rogers, Sons & Co,* Wolverhampton, Inglaterra. Esta empresa, que funcionou da década de 1830 até 1900 e manteve relações comerciais na América do Sul, forneceu as estruturas de ferro para a Fábrica de Tecidos de Codó e para a Fábrica Manufatora de Caxias.

Figura 67 – Remanescentes das tubulações de ferro e bobinas suspensas da CMAM



Fonte: Acervo da autora (2018).

Figura 68 - Componentes da casa de máquinas: volante de inércia e pistão da CMAM



Fonte: Acervo da autora (2018).

Dentro do prédio existem partes do motor a vapor que se constituía na força motriz da fábrica: o pistão e o grande volante de inércia[30], que movimentavam os maquinários de fiação e tecelagem. Parte da tubulação metálica, responsável pelo escape dos vapores excedentes, ainda existe; bem como, bobinas suspensas em vigas de ferro.

Segundo o *Almanak Administrativo Mercantil e Industrial do Maranhão*, editado em 1896, a sede do escritório da Companhia Manufatureira e Agrícola do Maranhão era localizada à Rua da Estrela nº 51, mesma rua onde ao lado oposto, funcionava a Companhia de Navegação a vapor do Maranhão (ALMANAK, 1896). Entretanto, um anúncio do *Jornal Pacotilha* (1896, p.1), convida os acionistas da Companhia para comparecerem ao escritório da Fábrica de Codó em São Luís, localizado na Rua da Estrela nº 49.

De acordo com o recenseamento de São Luís realizado em maio de 1855, documento consultado no Arquivo Público Estadual, as edificações nº 49 e 51 da Rua da Estrela são vizinhas. Segundo documentos cartoriais constantes dos processos administrativos do acervo da Superintendência do IPHAN-MA, o antigo nº 49, após reorganização da numeração passou a ser o nº 535 e o antigo número 51 atualmente corresponde ao imóvel nº 547, ambos localizados na quadra 136 do Centro Histórico de São Luís – MA.

Figura 69 – Pessoas no escritório da CMAM em São Luís - MA, Rua da Estrela, nº 49, atual nº 535



Fonte: IPHAN. Acervo digital (1950).

Cabe reiterar que em 2016, o Iphan recebeu denúncia de um dos representantes do Instituto Histórico e Geográfico do Município de Codó (IHGC) de que trechos da antiga fábrica

[30] Uma grande roda de ferro, que girando, fazia com que o motor tendesse a manter-se em movimento, permitindo a transferência de potência mais suave do motor para o eixo de carga de trabalho, tecnologia desenvolvida por James Watt em 1769.

de tecidos daquela cidade estavam sendo demolidos. Infelizmente, por não ser um imóvel protegido legalmente pelo Governo Federal, não foi possível evitar a perda parcial de edificações secundárias que compunham o conjunto edificado da referida fábrica.

Do mesmo modo, no carnaval de 2018, durante viagem para reconhecimento das fábricas, trecho do muro frontal da Fábrica de Tecidos de Codó tinham sido demolidos para permitir o acesso dos brincantes aos sanitários químicos dispostos nos intermuros do imóvel. Nesse mesmo período, foi montado o camarote de carnaval no terreno da antiga fábrica.

Figura 70 - Trecho do muro removido para dar acesso ao interior da CMAM, no carnaval de 2018



Fonte: Acervo da autora (2018).

Durante as pesquisas para elaboração deste trabalho, em novembro de 2018, o imóvel estava sendo utilizado como canteiro de obras para construção da sede do Quartel da Polícia Militar em um dos trechos do terreno que foi cedido para construções novas. Observou-se, ainda, que uma outra parte do muro frontal havia sido demolida.

Figura 71 - Trecho do muro frontal demolido e uso do interior da CMAM como canteiro de obras



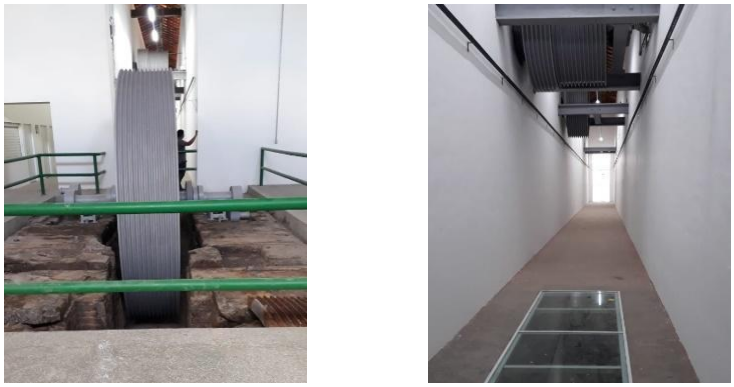
Fonte: Acervo da autora (2018).

Notícias divulgadas na página da Prefeitura Municipal de Codó (12/08/2019) indicavam o interesse em transformar a antiga fábrica em escola pública (CODÓ, 2019). Durante as festas natalinas de 2019, a fachada da fábrica sofreu pintura na cor branca e parte do muro frontal foi

demolida para permitir a visualização de projeções de imagens, seguindo a tendência de projeções tecnológicas que ocorre, no período do Natal, em cidades brasileiras.

Recentemente, a Fábrica passou por diversas intervenções para sediar o Liceu Codoense, inaugurado em 14 de agosto de 2020. Entre os serviços realizados destaca-se: substituição de telhas cerâmicas francesas por telhas contemporâneas; remoção de partes do muro frontal e inserção de gradil metálico; pintura na cor branca, com ressaltos em cinza; instalação de abraçadeiras, limpeza e tratamento da chaminé; manutenção dos equipamentos da casa de máquinas, instalação de guarda-corpo e assentamento de placas de vidro no piso; compartimentação interna para agenciamento de novos ambientes e funções.

Figura 72 – Intervenção nos equipamentos da casa de máquinas da CMAM



Fotos: Elias Araújo (2020).

Figura 73 – Aspecto atual da Companhia Manufatureira e Agrícola do Maranhão - CMAM



Foto: Elias Araújo (2020).

Apesar de algumas descaracterizações verificadas, como a remoção parcial do muro frontal e a substituição parcial das telhas francesas, foram preservados os remanescentes dos maquinários e grande parte dos elementos construtivos, incluindo a chaminé, o prédio principal e a antiga usina de algodão, de modo que se percebe a intenção em manter preservadas as características arquitetônicas que compõem a linguagem industrial do bem imóvel.

3 VALORES CULTURAIS ASSOCIADOS ÀS FABRICAS DE TECIDOS MARANHENSES

Neste capítulo serão discutidos alguns dos valores culturais vinculados aos bens resultantes do processo de fabricação de tecidos a partir do final do séc. XIX no Maranhão, envolvendo aspectos tangíveis e intangíveis, visando demonstrar a importância cultural desse legado da industrialização brasileira, localizado no interior maranhense.

Preliminarmente, se faz necessário explicitar que o processo de identificação de valores culturais de um bem, envolve não só o reconhecimento por parte dos especialistas, mas, principalmente, envolve a participação da comunidade para compreensão da significância cultural dos bens no contexto social que estão inseridos, bem como sua dinâmica de transformação. Assim, no desenvolvimento desta pesquisa foram envolvidos colaboradores locais, destacando-se entre eles a participação de antigos funcionários da indústria têxtil.

Essa afirmação visa corrigir uma atuação de preservação cultural estanque, concentrada mais nos objetos, que nos agentes que os geram, consomem e transformam. "Essa fascinação pelos produtos, o descaso pelos processos e agentes sociais que os geram, pelos usos que os modificam, leva a valorizar nos objetos mais a sua repetição que sua transformação" (CANCLINI, 2006, p.211).

Considerando a existência de uma diversidade de valores relacionados aos bens culturais, sejam eles industriais ou não, poderiam ser tratados o valor utilitário, econômico, turístico, entre tantas possibilidades. Entretanto, serão destacados neste estudo os valores histórico, arquitetônico, urbanístico e paisagístico, tecnológico e social, como resultado do que foi evidenciado nas fontes de pesquisa utilizadas para análise do patrimônio industrial em foco.

A história, a arquitetura, o ambiente, e a sociedade estão imbricados de tal forma, que as construções contam parte da história das sociedades e seus valores só podem ser compreendidos considerando o contexto em que foram construídas, a região geográfica com suas características próprias e por meio da participação efetiva da sua população.

Por esse motivo, o estudo dos valores culturais é multidisciplinar e bastante complexo. Não cabendo nesta pesquisa uma análise, suficientemente, aprofundada. Seria necessário o trabalho de uma equipe com diversas formações acadêmicas e a ampliação da participação social. Dessa forma, o que temos é uma discussão preliminar a respeito de valores que se destacam nos objetos de estudo em virtude do seu vínculo industrial.

Assim, foram considerados como relevantes, para entendimento da importância de bens resultantes de atividades de produção de tecidos, aspectos da evolução tecnológica, da

arquitetura fabril, do crescimento urbano, das transformações da paisagem rural em industrial, da importância histórica e social das mudanças que decorreram do desenvolvimento industrial e como todos esses fatores refletem dimensões culturais da nossa realidade.

O estabelecimento de políticas culturais democráticas aponta para o entendimento de que a finalidade da conservação e preservação do patrimônio não mais se dá na manutenção dos bens materiais em si mesmos, mas sim na manutenção dos valores neles representados, na sua representatividade sociocultural (CANCLINI, 2006). São os valores reconhecidos no bem cultural, pelos atores sociais, que atribuem sentido ao patrimônio. A identificação desses valores pretende firmar as bases de argumentação para a necessidade de preservação e conservação das antigas fábricas de tecidos maranhenses.

3.1 Do algodão ao tecido - evolução técnica e tecnológica na produção dos tecidos

O conhecimento tradicional do cultivo algodoeiro no Brasil foi associado ao processo de produção industrial de tecidos de algodão no séc. XIX, envolvendo a necessidade de qualificação e conhecimento técnico por parte de operários e mestres, bem como o emprego de tecnologia específica nos equipamentos utilizados para sua fabricação.

Segundo Alberto Cupani, "a técnica acompanhou e possibilitou o desenvolvimento da humanidade ao longo da maior parte da história, o surgimento da tecnologia foi condição de uma aceleração do progresso humano" (CUPANI, 2016, p.95).

A técnica é entendida por Cupani como a capacidade humana de modificar, deliberadamente, materiais, objetos e eventos, produzindo novos elementos não existentes na natureza. Essa capacidade do saber-fazer difere de outras do ser humano, como a de contemplar a realidade, a de agir, de experimentar sentimentos, expressar as próprias ideias, os anseios, manifestar a própria identidade mediante uma linguagem articulada. Esse caráter da técnica deve ser levado em consideração ao entender a tecnologia como modo de vida, na medida que esse modo de vida afeta outros modos em que podem prevalecer aquelas outras capacidades humanas mencionadas (CUPANI, 2016).

Tanto a técnica, como a tecnologia exigem um planejamento para a concepção do artefato, uma ação racional orientada. Para tanto são necessários conhecimentos, que podem ser já disponíveis ou novos. A técnica utiliza o saber vulgar, tradicional, não científico. A tecnologia envolve necessariamente o saber científico. Para a produção técnica ou tecnológica são necessárias regras e instruções no intuito de alcançar um objetivo determinado, e realizar com sucesso a execução de um artefato (BUNGE, 1985).

Para Mário Bunge, filósofo dedicado ao estudo da filosofia científica, "não existe tecnologia onde o homem se limita a aplicar um saber-fazer sem se perguntar pela sua base teórica, nem procurar o seu aperfeiçoamento". "A tecnologia pode ser definida como o campo de conhecimento relativo ao desenho de artefatos e a planificação de sua realização, operação, ajuste, manutenção e monitoramento, à luz do conhecimento científico" (BUNGE, 1985, p.231). A planificação consiste em articular uma sequência de tarefas ou rotinas, destinadas a alcançar o objetivo proposto.

A invenção técnica é reforçada pela tecnologia, que supõe o desenho, a planificação metódica do artefato a ser produzido. "Um projeto tecnológico é a representação antecipada de um artefato", com auxílio de algum conhecimento científico, com propósito de criar "sistemas funcionais que desempenhem, efetiva e eficientemente, funções úteis para determinadas pessoas" (BUNGE, 1985, p.242).

O conhecimento técnico possui um propósito eminentemente prático, utiliza esquemas e simplifica o domínio do que se ocupa. Por outro lado, "a tecnologia pode ser entendida como a concretização da ação plenamente racional", que se fundamenta na ciência. Portanto, "a tecnologia persegue a solução de problemas práticos mediante recursos científicos" (CUPANI, 2016, p.99 e 100).

Entretanto, o reconhecimento da importância tecnológica não significa que a tecnologia seja, ou tenha sido, sempre benéfica, uma vez que está sujeita aos interesses e propósitos humanos. Mário Bunge considera nefasta a noção de que a tecnologia seja axiologicamente neutra e defende uma ética que aponte as responsabilidades naturais e sociais da inovação tecnológica, afirma a necessidade de uma democracia integral, participativa e cooperativa, em que o desenvolvimento tecnológico possa estar a serviço de todos (BUNGE, 1989).

A técnica utilizada no séc. XIX até meados do séc. XX nas fábricas de tecidos maranhenses apresenta um fluxo complexo e exaustivo de tarefas para se alcançar o objetivo final, que poderia resultar no algodão beneficiado, nos fios ou nos tecidos de algodão. Nessa sequência de procedimentos, cada operário só participava de uma etapa específica do processo de produção, na qual desenvolvia habilidades para manuseio de máquinas apropriadas ao beneficiamento parcial da matéria prima.

A fabricação de tecidos pode se desenvolver com uso de diferentes matérias primas, de onde se obtém fibras naturais ou sintéticas, podendo, ainda, utilizar diversas combinações que mesclam as duas. Trataremos, exclusivamente, da técnica e da tecnologia empregadas na fabricação de tecidos de algodão no período entre o final do séc. XIX e meados do séc. XX.

Na produção de tecidos de algodão do período citado, o saber técnico dos operários e a tecnologia empregada no maquinário estão integrados em diversas fases necessárias para a transformação do algodão em tecido: desde a limpeza e descaroçamento do algodão, fiação, preparação dos fios para a tecelagem, até iniciar o processo de tecer propriamente dito.

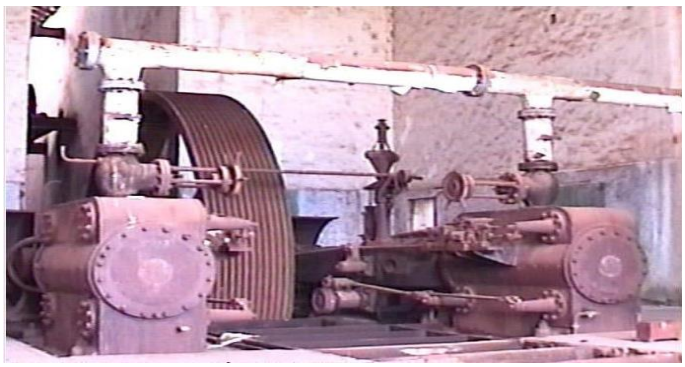
Esse conhecimento técnico relacionado com a manipulação das máquinas pelos operários e os métodos empregados nas etapas de produção do tecido compõe o valor tecnológico, um conjunto de instrumentos, métodos e técnicas utilizados na produção e que apresenta valor cultural por ser resultado da criatividade humana, vinculado a um determinado período histórico.

Cabe ressaltar que esse procedimento não se constitui um saber local. Praticamente, o mesmo método utilizado nas fábricas maranhenses para fabricar tecidos de algodão era utilizado em fábricas de tecidos na Europa desde o séc. XVIII, sendo que, no Brasil, essa atividade se iniciou mais tardiamente, como explicitado no capítulo anterior.

O valor tecnológico, altamente qualificado e pragmático, resulta da uma aplicação racional do conhecimento técnico e do uso de máquinas desenvolvidas pelo espírito inventivo do ser humano, para a resolução de problemas. Neste caso, o problema a ser solucionado era produzir mais tecido em menos tempo, reduzindo a quantidade de mão de obra envolvida.

O grande marco de inovação tecnológica do momento estudado é a máquina a vapor, que chega ao Maranhão como resultado de relações comerciais proporcionadas pela Revolução Industrial e advento do capitalismo. Grande parte das máquinas e estruturas que constituíram as fábricas brasileiras no séc. XIX e início do XX são de origem inglesa, berço da Revolução Industrial, executadas com ferro fundido, também uma inovação tecnológica do momento.

Figura 74 - Motor a vapor da Fábrica de Tecidos de Codó



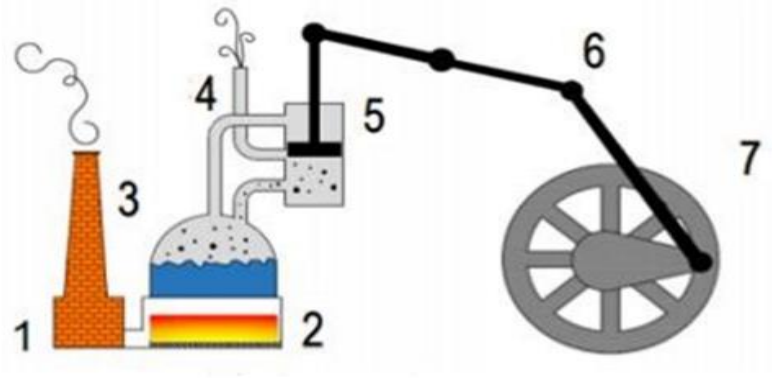
Fonte: Cândido Sousa (1995), acervo pessoal.

A aquisição desses equipamentos, de tecnologia avançada, provocava grande admiração e entusiasmo na população pela novidade e possibilidade de um futuro promissor. O contador da Fábrica Manufatureira de Codó, durante entrevista concedida para este estudo, destacou com

veemência a grande força do motor a vapor utilizado na fábrica: “o motor que botava pra funcionar era motor de navio, de alto comando, de alto potencial” (Nicanor dos Santos, 2018).

O motor a vapor transforma a energia a vapor (cinética) em mecânica. A força produzida pelos vapores move os instrumentos de fiar e tecer mecanicamente, através de um complexo sistema de engrenagens, correias e polias, que transmitem, o movimento de rotação do grande volante de inércia aos demais equipamentos. A Figura 75 apresenta, sucintamente, o complexo mecanismo que envolve o funcionamento fabril de um motor a vapor, composto, no mínimo, por: chaminé; fornalha; caldeira; chaminé metálica, pistão, virabrequim e volante de inércia.

Figura 75 – Funcionamento de um motor a vapor



1. Chaminé de tijolos (exaustão da fumaça);
2. Fornalha (aquece as águas da caldeira para produzir vapores).
3. Caldeira (produção de vapor em altas temperaturas);
4. Chaminé metálica (escape de vapores excedentes);
5. Pistão (movido pela força dos vapores, movimenta o virabrequim);
6. Virabrequim (transforma a energia a vapor em torque)
7. Volante de inércia (movido pela ação do virabrequim transmite a força mecânica ao demais equipamentos por meio de engrenagens e correias).

Fonte: Intervenção da autora (2019) com base em Mundo Primaria (2017).

A transmissão do movimento de rotação era realizada por eixos metálicos apoiados em suportes tipo “mão francesa”, que eram fixados nos pilares, percorrendo longitudinalmente os espaços, e de onde partiam as polias e correias que acionavam as diversas máquinas utilizadas na produção de fios e tecidos. As mãos francesas não foram registradas fisicamente nas fábricas do sertão maranhense, mas os locais de encaixe foram constatados (Figuras 77 e 78).

Figura 76 – Caldeiras e fornalhas da Fábrica Industrial de Caxias



Fonte: Acervo da autora (2018).

Figura 77 – Posição dos eixos de transmissão na Fábrica Industrial de Caxias



Fonte: Acervo da autora (2018).

Figura 78 – Posição dos eixos de transmissão e local de apoio das mãos francesas da CMAM



Fonte: Acervo da autora (2018).

Registros antigos de outras fábricas têxteis, somados ao estudo de remanescentes das fábricas de tecidos Progresso e a Santa Amélia (Figura 79), ambas em São Luís, colaboraram

para o entendimento do sistema mecânico e das estruturas de apoio dos eixos de transmissão. Esses mecanismos implicaram em um aumento significativo na produtividade, com redução do número de trabalhadores, das despesas e crescimento dos lucros dos empresários.

> O objetivo central da instalação das grandes fábricas foi a diminuição dos custos de reprodução da força de trabalho, aumento de produtividade, aceleração da circulação dos produtos e, consequentemente, redução dos preços das matérias-primas necessárias ao desenvolvimento dos países industrializados, de acordo com a lógica implantada pela divisão internacional do trabalho (GODOY, 2010, p.186).

Figura 79 – Local das mãos francesas nos pilares das Fábricas Progresso e Santa Amélia



Fonte: Acervo da autora (2018).

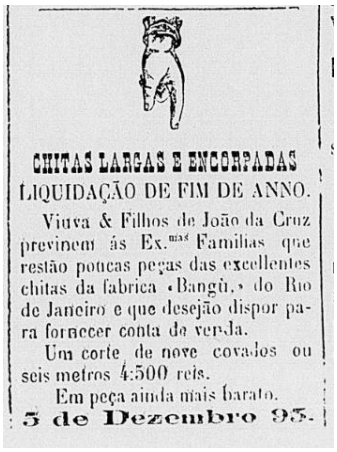
O surgimento dos teares elétricos no Brasil também é destacado na fala do antigo contador da fábrica de tecidos de Codó, que relata a crise de produção da Fábrica Manufatureira e Agrícola do Maranhão e a concorrência com a Fábrica Bangu[31], instalada no Rio de Janeiro, por possuir equipamentos mais modernos e teares automáticos.

> Eu trabalhei 16 anos na fábrica. Quando vim para cá, ela já estava numa situação precária. Vendia para determinadas cidades assim do interior (do Brasil) [...] Manaus, Belém, Pernambuco, Teresina, mas vendia em pouca escala. Aí entrou a Bangu do Rio de Janeiro, que produzia milhares de metros durante um dia, foi dominando o Norte e o Nordeste. Quase todo ano era queda de produção, até que chegou ao ponto de não ter mais condições de sobreviver. [...] A produção era pouca [...] aqui produziam uma faixa de 4 mil metros diários de tecido. Agora está automático, e uma pessoa só toma conta de 20, 30, 40 teares (Nicanor dos Santos, 2018).

Essa concorrência existia desde o início da mecanização de produção têxtil no Maranhão, como se pode observar a seguir, em um anúncio da época, no jornal local Gazeta Caxiense, ainda em 1895.

[31] Uma das grandes Fábricas de Tecidos instaladas no Rio de Janeiro, fundada em 1889. Na década de 1950 passou por modernização de equipamentos, adquiridos nos Estados Unidos, que resultou no aumento da produção e ampliação do mercado nacional e internacional (SILVA, 1989).

Figura 80 - Anúncio de venda de chitas da Fábrica Bangu, Rio de Janeiro, oferecidas na Cidade de Caxias-MA



CHITAS LARGAS E ENCORPADAS
LIQUIDAÇÃO DE FIM DE ANNO.

Viuva & Filhos de João da Cruz previnem ás Ex.mas Familias que restão poucas peças das excellentes chitas da fabrica «Bangú,» do Rio de Janeiro e que desejão dispor para fornecer conta de venda.

Um corte de nove covados ou seis metros 4:500 reis.

Em peça ainda mais barato.

5 de Dezembro 95.

Fonte: Gazeta Caxiense (1895).

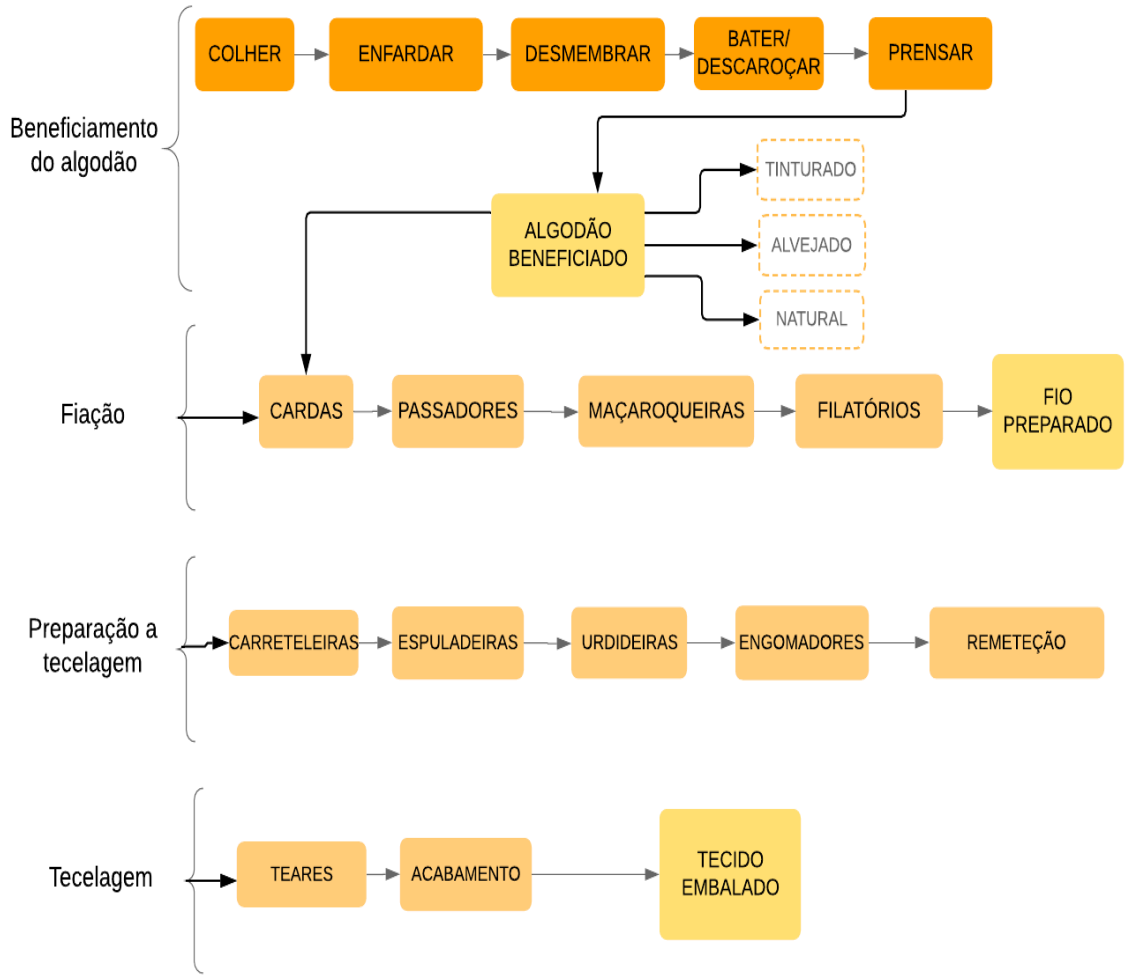
Quanto à técnica empreendida na produção dos tecidos ao final do século XIX, trata-se de uma longa série de procedimentos que só eram dominados por completo pelos mestres e gerentes de produção. Os operários só entendiam parte do processo em que estavam envolvidos. A Figura 81 apresenta um fluxograma contendo a sequência de atividades necessárias para a produção de algodão beneficiado, fios e tecidos no período em estudo.

Para entender um pouco mais sobre o processo de produção de tecidos de algodão visitei o Museu da Indústria têxtil em Vila Nova de Famalicão, cidade localizada na Bacia do Ave, em Portugal, onde se concentrou grande parte da indústria têxtil algodoeira portuguesa, inclusive com participação de um empresário conhecido na região como "o Brasileiro", o Conde de São Bento[32], incentivador do movimento de instalação de fábricas têxteis no eixo Famalicão-Guimarães, com destaque para a Fábrica de Fiação e Tecidos de Santo Tirso, fundada em 1896.

O museu da Indústria Têxtil, em atividade desde 3 de julho de 2000, visa preservar a memória da indústria têxtil da região, traça a história da atividade industrial de tecidos, desde a fundação da primeira fábrica moderna de Portugal, em 1845, e destaca as instalações industriais que se desenvolveram, sobretudo, por volta de 1890, mesmo período do apogeu da indústria têxtil no Brasil. A estrutura museológica inclui parte do maquinário têxtil em funcionamento, permitindo demonstrar o processo de transformação do algodão em tecido.

[32] Nascido em Portugal, fez fortuna no Brasil, onde se estabeleceu dos 12 aos 67 anos, quando retornou a Portugal.

Figura 81 - Processo de produção de algodão, fios e tecidos no séc. XIX



Fonte: Elaboração da autora (2019).

Relaciono, a seguir, as etapas de produção de tecidos de algodão com uma breve descrição de cada atividade e fotos dos maquinários tomadas durante a visita ao referido museu, com uma sucinta explicação de sua função dentro do fluxo de produção. O processo de fiação e tecelagem tem início com a chegada dos fardos de algodão beneficiado e prensado, enviado ao equipamento denominado abridor/batedor (Figura 82), responsável por abrir, limpar o algodão e preparar uma manta que irá alimentar a Carda.

A máquina de cardar (Figura 83), destrinça[33] e individualiza as fibras de algodão, que condensadas na saída, em forma de fita, são depositadas numa grande lata de cerca de 12 polegadas de diâmetro e 80cm de altura (MELO, 1990). Em seguida as fitas vão para os Passadores, para obter mais uniformidade por meio da estiragem[34] dos fios, paralelizando as fibras. Daí, seguem para as máquinas Maçaroqueiras, onde os fios são torcidos, afinados e

[33] Destrinçar é a ação de desprender ou separar as fibras do algodão.
[34] O estiramento dos fios se constitui o ato de alongando das fibras para que fiquem paralelas entre si.

paralelizados, cada vez em um grau maior que o anterior, conferindo resistência à tração, de modo a adquirir mais firmeza e resistir a possíveis quebras durante a tecelagem.

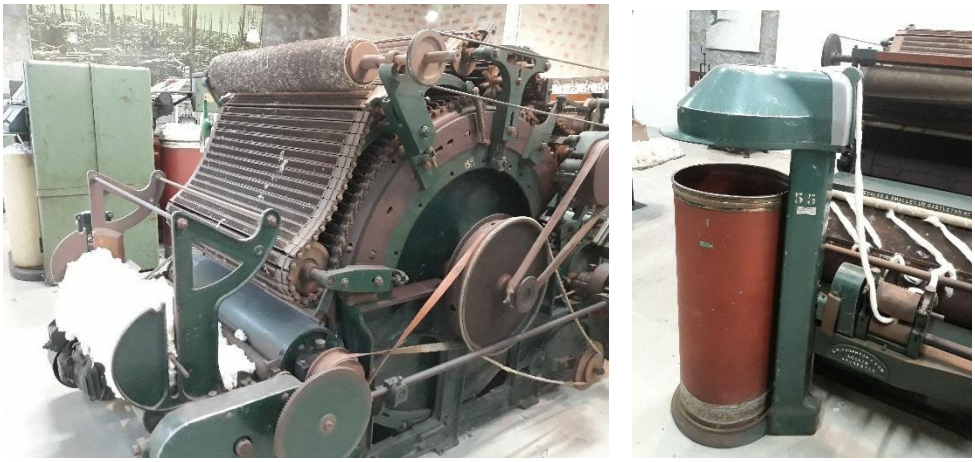
A partir daí se inicia a fiação de fato, com a tarefa de carregamento dos fusos, ou colocação das canelas[35]. Nos filatórios os fusos torcem e estiram os fios pela última vez, tornando-os mais resistentes; depois, são enrolados por Carreteleiras (Figura 84), onde são postos em carretéis levados às Urdideiras (Figura 85); ou seguem para a Espuladeira, enrolados em espulas[36] dispostas nas lançadeiras para compor os fios transversais do tecido.

Figura 82 - Batedor da Tweedales & Smalley Ltd, Manchester - Inglaterra, 1936. Museu da Indústria Têxtil – Portugal



Fonte: Acervo da autora (2018).

Figura 83 – Carda da Tweedales & Smalley Ltd, Manchester - Inglaterra, 1959. Museu da Indústria Têxtil – Portugal



Fonte: Acervo da autora (2018).

[35] Tubos posicionados nos fusos, para girar em conjunto com eles, sendo removidos para descarregar o fio.

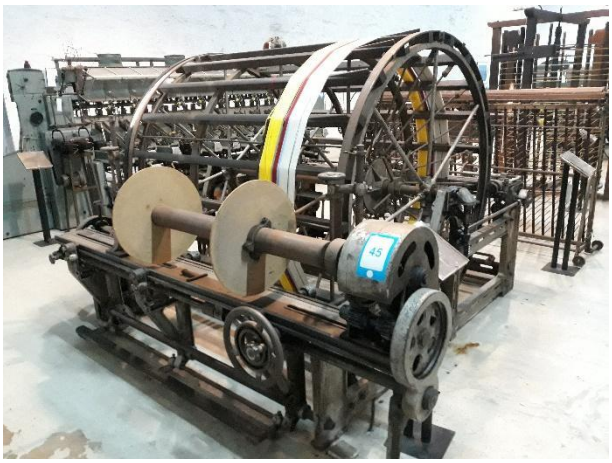
[36] Pequenas hastes de madeira onde os fios são enrolados para serem transportados pelas lançadeiras, em movimentos de vai e vem, formando os fios transversais do tecido.

Figura 84 - Carreteleira em exposição, Museu da Indústria Têxtil – Portugal



Fonte: Acervo da autora (2018).

Figura 85 - Urdideira horizontal (1920). Museu da Indústria Têxtil – Portugal



Fonte: Acervo da autora (2018).

Na Urdideira[37] os fios dos carreteis são recolhidos em cilindros, para a preparação do fio de urdimento que será enrolado na Bobinadeira[38] e encaminhado ao tear no final da preparação. Daí, os fios seguem para os Engomadores[39], que engomam os fios conferindo mais resistência e uniformidade. Os engomadores também são responsáveis pela medição do fio, marcado de vermelho a cada 20 metros de comprimento. Por fim, na Remeteção, os fios são enrolados para serem remetidos aos teares em bobinas (Figura 87).

No tear ocorre a tecelagem através do cruzamento ortogonal dos fios de urdimento, desenrolados das grandes bobinas localizadas nos teares, com os fios da trama, transportados

[37] Ocorre a organização dos fios paralelos e de comprimento igual, em número e ordem determinados pelo tipo de tecido que se quer produzir, formando a teia.

[38] As Bobinadeiras são responsáveis por enrolar os fios têxteis em cilindros denominados bobinas.

[39] Os engomadores impregnam os fios de urdume com uma substância aglutinante à base de polvilho para suportar a fricção dos pentes na tecelagem. Os rolos, depois de secos, seguem para os teares.

pelas lançadeiras (Figura 86). Os fios de urdume[40] são paralelos uns aos outros e os de trama são perpendiculares àqueles, no sentido da largura do tecido e cruzam, alternadamente, os fios de urdume por cima e por baixo, fazendo a tecitura com o auxílio da lançadeira. "Na tecelagem, pelo cruzamento e entrelaçamento, processava-se a conversão do fio em pano, sólido e resistente" (GIROLETTI, 2002, p.62).

Figura 86 - Tear mecânico e lançadeira, por Sington & Company, início do séc. XX, Manchester - Inglaterra. Museu da Indústria Têxtil - Portugal



Fonte: Acervo da autora (2018).

Figura 87 - Bobina de urdimento, por Sington & Company, início do séc. XX, Manchester – Inglaterra. Museu da Indústria Têxtil – Portugal



Fonte: Acervo da autora (2018).

Os teares automáticos (Figura 88) foram produzidos com o advento da energia elétrica e aceleraram a produção dos tecidos de forma significativa. O tear registrado no Museu da Indústria Têxtil produz tecido xadrez através do cruzamento dos fios em quatro cores distintas.

[40] O fio de urdume se constitui no fio longitudinal do tecido, também denominado fio de teia.

Figura 88 - Tear automático, produzido na Suíça, 1950. Museu da Indústria Têxtil – Portugal



Fonte: Acervo da autora (2018).

A Calandra (Figura 89) tem a função de passar o tecido entre dois rolos para melhorar o toque, o brilho e o encolhimento; um equipamento de finalização e acabamento do tecido. Porém, antes da etapa de acabamento existia uma seção de inspeção, denominada "sala de pano", "onde as operárias examinavam o tecido produzido, marcavam as partes defeituosas, cortavam e emendavam o tecido, faziam o controle de qualidade" (PEREIRA, 1979, p.64).

Figura 89 - Calandra, início do séc. XX, fabricada em Barcelona, pertenceu à Fábrica Industrial de Santo Tirso – Museu da Indústria Têxtil – Portugal



Fonte: Acervo da autora (2018).

Outra curiosa máquina era a picotadeira (Figura 90), utilizada na confecção de gabaritos para a produção de tecidos de diferentes padrões nos teares de Jacquard, empregava o sistema binário[41] que, anos mais tarde, veio influenciar o desenvolvimento do sistema de programação de computadores, utilizando o padrão 0 e 1, provavelmente a primeira máquina com uso de programação (CURY; CAPOBIANCO, 2011).

[41] O sistema binário, criado por Leibnitz, no séc. XVIII, instaurou a lógica formal e os conceitos verdadeiro/falso, ligado/desligado, válido/ inválido, princípio usado nos cartões perfurados do tear mecânico de Jacquard, a partir de 1801 (CURY; CAPOBIANCO, 2011).

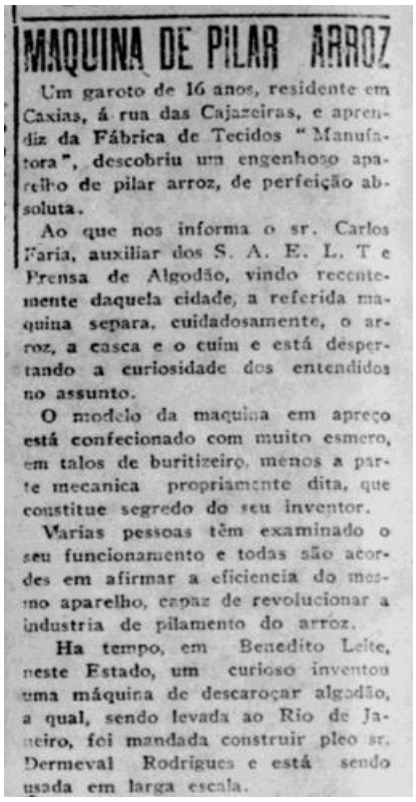
Figura 90 – Máquina picotadeira. Museu da Indústria Têxtil – Portugal



Fonte: Acervo da autora (2018).

O aprimoramento dos mecanismos utilizados para a produção industrial de tecidos percorreu um caminho progressivo de inovação tecnológica. O aperfeiçoamento das máquinas ocorre por meio da interação contínua de criatividade humana, ciência e técnica. As antigas invenções são revistas, transformadas e aglutinadas, de diversas formas, alcançando novos resultados. Exemplos dessas inovações tecnológicas, proporcionadas pelo engenho humano foram registrados no Maranhão, pelo jornal *O Imparcial*, em 1944.

Figura 91 – Aprendiz da Fábrica de Tecidos Manufatora de Caxias desenvolve máquina de pilar arroz



MAQUINA DE PILAR ARROZ

Um garoto de 16 anos, residente em Caxias, á rua das Cajazeiras, e aprendiz da Fábrica de Tecidos "Manufatora", descobriu um engenhoso aparelho de pilar arroz, de perfeição absoluta.

Ao que nos informa o sr. Carlos Faria, auxiliar dos S. A. E. L. T e Prensa de Algodão, vindo recentemente daquela cidade, a referida maquina separa, cuidadosamente, o arroz, a casca e o cuim e está despertando a curiosidade dos entendidos no assunto.

O modelo da maquina em apreço está confecionado com muito esmero, em talos de buritizeiro, menos a parte mecanica propriamente dita, que constitue segredo do seu inventor.

Varias pessoas têm examinado o seu funcionamento e todas são acordes em afirmar a eficiencia do mesmo aparelho, capaz de revolucionar a industria de pilamento do arroz.

Ha tempo, em Benedito Leite, neste Estado, um curioso inventou uma máquina de descaroçar algodão, a qual, sendo levada ao Rio de Janeiro, foi mandada construir pleo sr. Dermeval Rodrigues e está sendo usada em larga escala.

Fonte: Jornal O Imparcial (1944).

A continuidade entre técnica e tecnologia deixou suas marcas na sociedade contemporânea. Dentro e fora do Brasil, essas antigas estruturas originaram e continuam influenciando inovações tecnológicas, representando uma ligação entre diversos períodos, que, para além das novas invenções, deram início a uma nova sociedade, a sociedade moderna, cuja população desenvolveu novos hábitos de vida e trabalho. Entretanto, reiteramos que essas transformações tecnológicas não aconteceram de forma neutra.

> Marx, ao estabelecer um vínculo entre tecnologia e forma histórica de produção econômica, chamava atenção para os condicionamentos sociais do progresso científico. Para Marx, o processo de inovação tecnológica não estacionava na fábrica. Ele apresentava-se como um ponto de partida de um complexo e dinâmico relacionamento entre evolução técnico-científica, organização do trabalho e disciplinarização dos seus agentes. A mesma lógica implícita na introdução da maquinaria estaria presente no processo de renovação tecnológica a partir da instauração da fábrica (GODOY, 2010, p.178).

Considerando esse ponto de vista, a fábrica e seu maquinário representam a materialização do poder do capital, o espaço revelador do princípio da consolidação desse sistema, que modificou os hábitos, inserindo rotinas e horários, modos de produção em série, o trabalho árduo e contínuo, marcado pelo ritmo das máquinas.

O modo de fazer tecido de algodão empregado nestas fábricas não mais existe no Maranhão. Mas, o valor relacionado à técnica e à tecnologia desenvolvidas para funcionamento dos equipamentos ainda resiste ao passar do tempo e ao longo período de abandono dos seus suportes materiais.

Cabe destacar que não se trata de um conhecimento tradicional da região, mas de um fenômeno global de industrialização, que por meio da interação cultural tornou possível o encontro do cultivo de matéria prima local com a inovação tecnológica da época, cuja técnica e tecnologia empregadas eram comuns a quaisquer fábricas de tecidos movidas a vapor que existiram neste planeta. Portanto, essas estruturas remanescentes integram um conjunto maior que a região do sertão e do Estado onde se encontram erguidas.

3.2 Da fábrica à cidade – o monumento como documento histórico

As fábricas abordadas nesta pesquisa são edificações monumentais, incluindo todas as conotações que este termo possui. Apresentam grande volumetria e uma estética que as diferencia das demais edificações do município, agregam características e elementos construtivos que ajudam a compreender e podem, ainda, revelar parte de sua trajetória e da

história das cidades onde estão situadas. Estas fábricas integram extensos complexos industriais, sobretudo considerando o porte das cidades a que pertencem, onde se constituem os imóveis de maiores dimensões, tanto em termos simbólicos quanto de extensão.

O aspecto documental dos monumentos, relacionado ao seu valor histórico, já havia sido ressaltado nos estudos de Alois Reigl, ao início do séc. XX, conforme apresentado no primeiro capítulo. Essa abordagem dos monumentos como documentos foi enfatizada por Le Goff, ao final do séc. XX. Segundo este autor, "o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que detinham o poder" (LE GOFF, 2003, p.536). Le Goff (2003, p.525) considera que:

> [...] de fato o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada, quer pelas forças que atuaram no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam a ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores.

"O documento tomado como monumento é o resultado do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro, voluntária ou involuntariamente, determinada imagem de si próprias" (LE GOFF, 2003, p.538).

Defende que, para o entendimento de uma história integral, importa que os documentos não sejam isolados do conjunto de monumentos de que fazem parte. Esse aspecto foi reforçado a partir do nascimento da história quantitativa, com a revolução tecnológica do computador, de modo que o documento recebeu uma nova conotação, a do valor relativo (LE GOFF, 2003). Citando Michel Foucault, Jacques Le Goff afirma que:

> a história é o que transforma os documentos em monumentos e o que, onde dantes se decifravam traços deixados pelos homens, onde dantes se tentava reconhecer em negativo o que eles tinham sido, apresenta agora uma massa de elementos que é preciso depois isolar, reagrupar, tornar pertinentes, colocar em relação, constituir em conjunto (FOUCAULT, 1969, p.13-14 *apud* LE GOFF, 2003, p.536).

Segundo Le Goff (2003), os monumentos são suportes da memória coletiva e se constituem vestígios da cultura material, envolve tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, constante nos escritos, mas indo além do que está exposto, buscando aspectos menos evidentes, preocupando-se em não transmitir uma mensagem preconcebida e limitada a respeito da história. A leitura crítica dos monumentos é que os torna documentos, provas, instrumentos, testemunhos dos fatos ocorridos (LE GOFF, 2003). Os fundadores da revista francesa *Annales d'Histoire Économique et Sociale* foram pioneiros na crítica e na defesa de se ampliar a noção de documento.

> A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem. Com tudo que a habilidade do historiador lhe permite utilizar [...] com palavras, signos, paisagens e telhas (FEBVRE, 1953, p.428 *apud* LE GOFF, 2003, p.530).

Seus autores defendem a necessidade de discutir o documento tomando o seu sentido mais amplo, considerando as nuances de sua existência de forma não neutra. Deve-se "fazer falar as coisas mudas", de modo a produzir entre elas, uma "vasta rede de solidariedade e de entreajuda que supre a ausência do documento escrito" (FEBVRE, 1949, 1953, p.428 *apud* LE GOFF, 2003, p.530). A interpretação crítica irá possibilitar a leitura do objeto de diferentes pontos de vista, ampliando a compreensão dos significados, muitas vezes conflitantes, que lhe são atribuídos pela sociedade.

> O documento não é inócuo. É, antes de mais nada, o resultado de uma montagem consciente ou inconsciente da história, da época da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento que ele traz, deve ser em primeiro lugar analisado, desmistificando-lhe o seu significado aparente (LE GOFF, 2003, p.537-538).

Os objetos selecionados para este estudo são remanescentes industriais, tratam-se de "vestígios, documentos incompletos de fenômenos", "um fragmento do passado" (NASCIMENTO, 2016, p.129). Assim como se desenvolve a pesquisa arqueológica, a pesquisa histórica crítica deve considerar a diversidade de documentos e testemunhos, como uma exaustiva tarefa de "reunir bases documentais, compreender suas lógicas próprias e verificar as ausências" para, então, construir problemas (NASCIMENTO, 2016, p.130).

Os remanescentes materiais são interpretados como documentos de fatos ocorridos, pois, da análise da materialidade construtiva se obtém informações essenciais para a compreensão histórica. Dessa forma, a arquitetura e o espaço urbano se constituem "documento material como fonte testemunhal da história, passível de interpretação, questionamento, perguntas e problematização", tendo em vista que apresentam marcas relacionadas à sucessão de acontecimentos (NASCIMENTO, 2016, p.128).

A abordagem documental dos Complexos Industriais de Tecidos pesquisados, visa evidenciar a escrita da história da industrialização considerando a análise esmiuçada dos seus remanescentes materiais, desde elementos monumentais como a arquitetura de grande parte das edificações estudadas, de maior visibilidade, até os suportes materiais menos visíveis a serem percebidos e examinados com acuidade, incluindo estudos relacionados ao espaço urbano construído em consequência do processo de industrialização têxtil.

Os bens materiais analisados nesta pesquisa são testemunhos da história industrial maranhense e de sua sociedade, apresentando os valores culturais da época de sua edificação, especialmente através da estética, dos métodos de construção, da tecnologia empregada, dos usos dos ambientes internos, bem como do modo como afetaram o desenvolvimento das cidades onde foram implantados.

3.2.1 Arquitetura industrial do séc. XIX no Maranhão

Choay (2001, p.219) se refere às edificações industriais como "edifícios isolados, em geral de construção sólida, sóbria e de manutenção fácil, são facilmente adaptáveis às normas de utilização atuais e se prestam a múltiplos usos públicos e privados". Contudo, as características utilitárias das edificações fazem com que sejam valorizadas, sobretudo, pelo potencial econômico, a despeito do valor cultural que possuem.

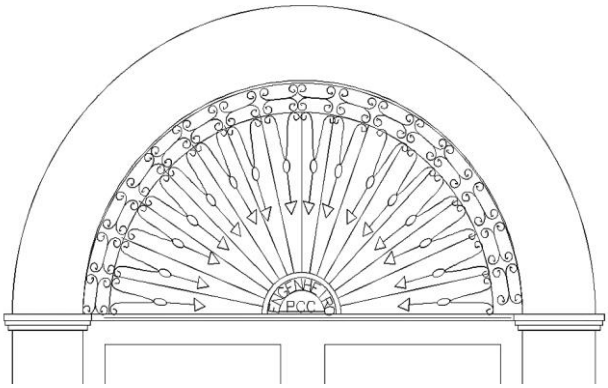
As construções fabris do final do séc. XIX, no Brasil, possuem um significado distinto daquelas que lhes sucederam, posto que se encontram no limiar entre as atividades manufatureiras e aquelas propriamente industriais. São fábricas do princípio da industrialização, onde, em algumas, ainda se utilizou o trabalho escravo. A mão de obra escrava, após a abolição, com "roupagem de trabalho livre" foi reinserida nas atividades fabris, mantendo-se a noção de que o trabalho braçal era inferior, não necessitava de grande treinamento (PESSOA, 2015, p.356).

No sertão do Maranhão, as antigas fábricas possuem como características arquitetônicas gerais: a simetria, a monumentalidade, a ocupação de grandes áreas e uma estética austera, pouco adornada. Os ornamentos utilizados, além da função decorativa, exerciam funções utilitárias. Como exemplo temos o frontão triangular que marca a entrada principal de três das fábricas estudadas, de modo a acentuar o trecho do imóvel considerado mais relevante.

As molduras dos vãos, para além do aspecto estético, são responsáveis por proteger a edificação da entrada de águas das chuvas, direcionando-as para fora das envasaduras. Os gradis de ferro decorativos (Figura 92), além de proporcionar aeração, são informativos, indicando a data de construção, as iniciais da nomenclatura do imóvel ou do seu construtor.

Nas antigas fábricas de tecidos estudadas é possível perceber o ritmo regular, contínuo e, praticamente, invariável no intervalo dos vãos de portas e janelas que se abrem em todas as fachadas. Por mais que existam pequenas diferenças nesses espaços, a percepção visual interpreta-os como iguais. Esse ritmo modulado também é percebido nos pilares do interior das edificações, refletindo a produção em série, bem característica do método construtivo industrial.

Figura 92 – Desenho de um dos gradis da CMAM, contendo as iniciais do Engenheiro Palmério de Carvalho Cantanhede (PCC)

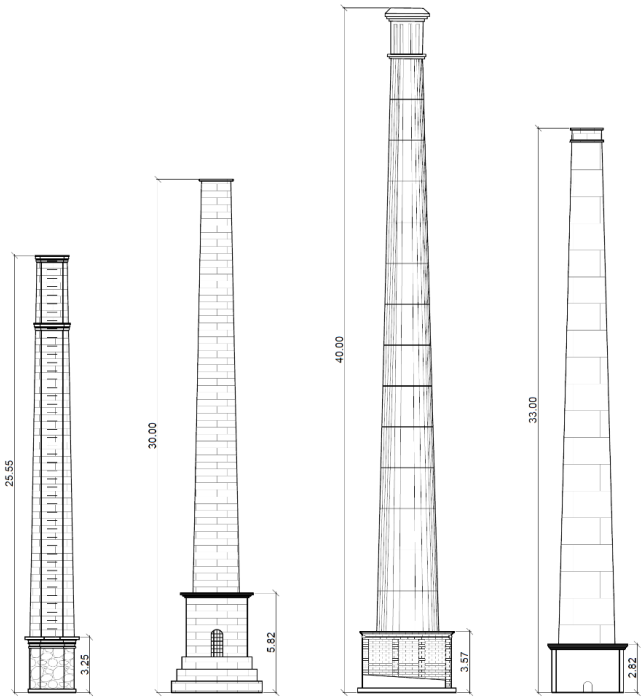


Fonte: Elaboração da autora (2018).

A distribuição de janelas por todas as fachadas, em grande quantidade, além da ventilação, se deve ao fato da necessidade de iluminação para realizar tarefas de precisão dentro da fábrica. Telhas de vidro também eram muito utilizadas nas coberturas para favorecer a iluminação, sobretudo nos setores mais distantes das janelas. Apesar de ser um elemento comum nas antigas fábricas de tecidos existentes em São Luís, dentre os remanescentes das fábricas localizadas no sertão maranhense foi constatado o uso de telhas de vidro apenas na Fábrica Manufatora de Caxias.

As chaminés de alvenaria, bens integrados às antigas fábricas, possuíam função de expelir a fumaça proveniente da combustão da lenha que aquecia as caldeiras. A chaminé é um elemento edilício essencial para a atividade das fábricas movidas a vapor, presente em todas as unidades fabris estudadas, em conjunto com os equipamentos da Casa de Máquinas, integra o sistema de funcionamento do motor a vapor, responsável por movimentar todos os demais equipamentos da produção industrial, evidentemente, por meio da condução dos operários.

Figura 93 – Chaminés das antigas Fábricas de Tecidos no interior maranhense, respectivamente, das fábricas: Industrial, União, Manufatora e CMAM



Fonte: Elaboração da autora (2018).

Como se pode aferir da Figura 93, a chaminé da Fábrica Industrial é a de menor dimensão dentre as analisadas, com cerca de 25m de altura, sua base é constituída de pedras pretas lavradas, adornada com cunhais e cimalha em argamassa e o fuste possui seção hexagonal, diferente das demais, construídas com fuste redondo e completamente em tijolos cerâmicos. Assim como sua chaminé atípica, a edificação é um exemplo ímpar de construção fabril em território maranhense.

Do conjunto de edificações analisadas, a Fábrica Industrial é a única que apresenta uma linguagem arquitetônica que dialoga com as construções tradicionais de influência portuguesa presentes nos antigos centros históricos do Brasil.

A Fábrica Industrial foi concebida com uso de materiais tradicionais, apresentando relação com a arquitetura luso-brasileira desenvolvida no Maranhão, utiliza telhas “coloniais”, estruturas de madeira, vãos em arco pleno, cimalhas e cunhais de perfis rebuscados. A escala é menos impactante que a das fábricas que a sucederam. Essas características formais contribuem para sua integração à paisagem do entorno. Destaca-se que o largo em frente a fábrica e a casa do gerente, citados no capítulo anterior, registrados em um jornal da época que trata da sua inauguração, já não existem, e o amplo pátio, antes aberto ao público, encontra-se, agora, com uso privativo, entre muros.

Figura 94 – Parte da fachada frontal da Fábrica Industrial Caxiense



Fonte: Acervo da autora (2018).

Outras duas fábricas estudadas, ainda existentes no interior maranhense – Manufatora de Caxias e Manufatureira e Agrícola do Maranhão – são de maior porte e seguem partidos arquitetônicos semelhantes entre si, não só por terem sido construídas pelo mesmo engenheiro, Palmério Cantanhede, mas por fazerem parte de um padrão construtivo que se consolidou ao longo do processo de formação do conjunto edificado de fábricas têxteis desse período, no Maranhão. Se verificou a presença de lanternins nas duas fábricas têxteis tratadas neste estudo e construídas após a implantação da Fábrica Industrial, no sertão maranhense. Esses elementos são empregados para promover a exaustão do ar quente do interior das unidades fabris, função também promovida pelas esquadrias elevadas, como óculos e janelas altas existentes no corpo frontal das referidas fábricas.

Percebe-se, assim, que os elementos compositivos da arquitetura fabril, mesmo aqueles explicitamente decorativos, possuem funções que vão além do estético, demonstrando a valorização da funcionalidade nessas construções.

Nestor Goulart descreve a arquitetura fabril como edificações cujos interiores eram montados com estruturas metálicas. Entretanto, as fachadas ocultavam tais soluções, organizando-se de modo que ofereciam às ruas aspecto tradicional (REIS FILHO, 2004).

Figura 95 – Fachada frontal da Fábrica Manufatora Caxiense



Fonte: Silva ([19--]).

Figura 96 – Fachada frontal da Fábrica Manufatureira e Agrícola do Maranhão



Fonte: Cândido Sousa (2015).

Figura 97 – a) Óculo existente na fachada frontal da Fábrica Manufatora de Caxias e b) janela elevada da Fábrica Manufatureira e Agrícola do Maranhão



a)



b)

Fonte: Acervo da autora (2018).

O processo construtivo foi racionalizado e organizado de forma metódica, criando edifícios com trechos desmontáveis, onde cada parte era projetada para servir uma função específica. A tecnologia das construções em ferro tornou possível edificações em maior escala, vãos mais amplos, pilares esbeltos, criando uma composição em que, a princípio, a própria estética da estrutura exposta de ferro era rejeitada, questionada, criticada por arquitetos da época e camuflada em muitas edificações emblemáticas do período oitocentista, como ocorreu em muitos teatros das cidades brasileiras.

Externamente, as fábricas eram erguidas com uso de sistemas construtivos semelhantes aos utilizados nas demais edificações existentes nas cidades e apenas no seu interior eram expostas as estruturas modulares rígidas, repetidas, de ferro fundido. Estas primeiras plantas industriais apresentam uma relação íntima entre forma e função, que viria a ser um dos princípios da arquitetura modernista. Entretanto, o foco dessas construções não está direcionado à função social da edificação, mas ao funcionamento da indústria.

Outro aspecto a destacar é o fato de que os projetistas, se deparavam com necessidades novas no território brasileiro, mas que já haviam sido discutidas e implantadas em outros países. Por conta desse contexto, os projetos eram, muitas vezes, adquiridos de empresários europeus, marcadamente ingleses, que comercializavam tanto as máquinas, quanto os elementos construtivos em ferro, a exemplo do que ocorreu em Caxias e Codó.

> A maquinaria e todo tipo de utensílios chegavam praticamente prontos da Europa e criavam o mercado disponível e continuo para reposição de material e equipamentos, assim como de tecnologia para operação e administração das empresas (COSTA, 2001, p.34-35).

No processo evolutivo da composição das edificações fabris, com o advento da energia elétrica como força motriz, e de outras inovações tecnológicas nos sistemas construtivos, a exemplo do concreto armado, as plantas das fábricas passarão pelo processo de verticalização.

Esse estágio, praticamente, não atinge as fábricas analisadas, mas pode ser percebido no trecho ampliado da Fábrica Industrial de Caxias, ocorrido no século XX, quando funcionou como fábrica de beneficiamento de arroz. Os materiais utilizados, o sistema construtivo e o aspecto formal não dialogam com a estética fabril da edificação construída para abrigar a fábrica de tecidos, mas sim com as demais edificações construídas, posteriormente, no seu entorno, destinadas às novas funções industriais adquiridas.

Figura 98 - Trecho da Fábrica Industrial Caxiense que sofreu ampliação no séc. XX



Fonte: Acervo da autora (2018).

Por outro lado, as fábricas Manufatora de Caxias e CMAM se assemelham a outras existentes em São Luís, tanto com relação à escala monumental, como aos elementos construtivos utilizados: pilares e vigas metálicas de origem estrangeira – geralmente oriundos da Grã-Bretanha; telhas cerâmicas do tipo francesa; lanternins metálicos; predominância de esquadrias em arco abatido e molduras do tipo sobrancelha; presença de adornos na fachada que parecem remeter ao movimento arquitetônico do ecletismo.

A arquitetura eclética está bastante presente nas construções do final do séc. XIX até o início do séc. XX no Brasil. Era muito comum nos centros antigos das cidades a modificação de edificações tradicionais portuguesas para obter feições ecléticas com inserção de platibandas, pináculos, volutas, guirlandas e frontões, entre outros elementos, que, sobretudo, fazem referência ao estilo neoclássico e, especialmente na construção de igrejas, se utilizou de elementos representativos do neogótico.

O ecletismo na arquitetura é caracterizado pela mistura de estilos de épocas distintas, sem o rigor formal exigido anteriormente, preconiza a liberdade compositiva e foi bastante aceito pela classe burguesa brasileira, em formação no séc. XIX (ROTH, 2017). Todavia, as características estéticas das fachadas das edificações fabris em análise são mais austeras e menos adornadas que as edificações, propriamente, ecléticas.

Essa austeridade arquitetônica, me fez investigar um pouco mais as referências estilísticas das edificações fabris e ao analisar um antigo tratado de arquitetura denominado *Vitruvius Britannicus*, publicado na Inglaterra por Colen Campbell, em 1715, com obras do próprio Campbell e de Inigo Jones, baseadas nos elementos clássicos greco-romanos das construções de Palladio, percebi referências da corrente Neopaladiana Inglesa na arquitetura fabril maranhense, especialmente nas Fábricas Manufatureira e Agrícola do Maranhão - CMAM, na Fábrica Manufatora de Caxias e, ainda, na Fábrica União Caxiense, já demolida.

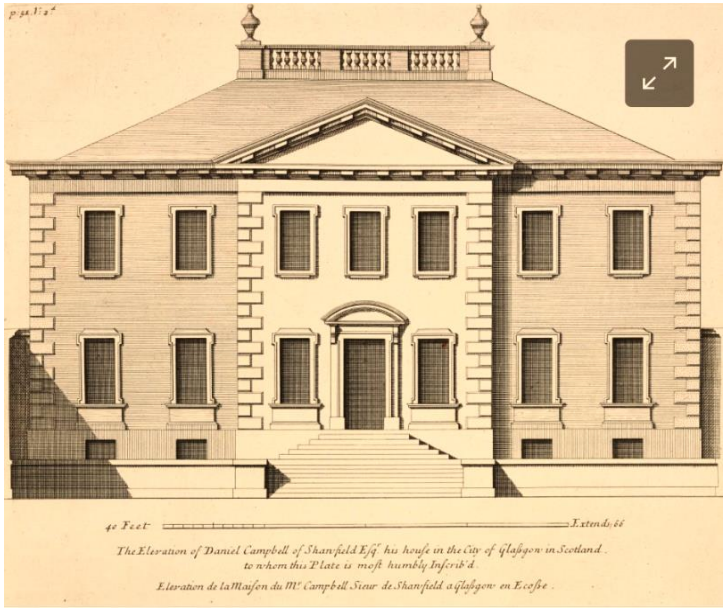
O tratado *Vitruvius Britannicus* resultou da tradução pra o inglês de “Os quatro livros da arquitetura”, de autoria de Palladio, que “deslanchou um Renascimento Palladiano na Inglaterra e em suas colônias americanas no séc. XVIII” (ROTH, 2017, p.357). O estilo Palladiano foi escolhido como a nova arquitetura nacional Inglesa no início do séc. XVIII, refletia o progresso da nação, a aparência de um ambiente estável, seguro e representava um Estado iluminado. O Neopaladianismo se configura como uma expressão do Neoclassicismo em sua fase exploratória inicial, o precursor menos resolvido, com formas simplificadas que antecederam uma estética mais coesa, facilmente demonstrada no Neoclassicismo (FRY, 2006).

O livro *Vitruvius Britannicus*, contendo plantas, elevações e seções de edifícios construídos na Grã-Bretanha, promoveu a disseminação do conhecimento desse estilo entre as classes mais abastadas inglesas, entre os acadêmicos e, até mesmo, entre os comerciantes de ferro. Há indícios de que esses acadêmicos universitários tiveram influência nas inclinações estéticas de seus alunos e de vínculos desse estilo ao grupo emergente de mercadores ricos (FRY, 2006), o que popularizou e difundiu, ainda mais, o Neopaladianismo.

Acredita-se que essa linguagem arquitetônica utilizada nas fábricas de tecidos do interior do Maranhão seja resultado da formação acadêmica do Engenheiro Palmério Cantanhede, que estudou engenharia na Escola Politécnica de Troy, Nova York - a mais antiga dos Estados Unidos, era membro do *Rennslaer Society of Engineers*, onde além de engenharia, se estudava outras ciências como arte e arquitetura, além de bacharel em matemática pela faculdade de Ciências da Universidade de Genebra (BIBLIOTECA BENEDITO LEITE, 1885).

A descrição de uma das edificações constantes do segundo Volume publicado por Campbell, Shawfield (Figura 99), construída por ele próprio em 1712, caberia para descrever o corpo frontal da Fábrica Manufatureira e Agrícola do Maranhão, ou da Fábrica Manufatora Caxiense, com exceção da posição do trecho balaustrado na culminação do telhado. “O edifício apresenta fachada tripartite em articulação com um elemento central projetado em três vãos, frontão encimado por um telhado de quatro águas menor, que é balaustrado e plano em sua culminação” (CAMPBELL, 1715 *apud* FRY, 2006, p.100).

Figura 99 – Elevação de Campbell, Shawfield, na cidade de Glasgow, Escócia, construída em 1712



Fonte: Campbell (1715).

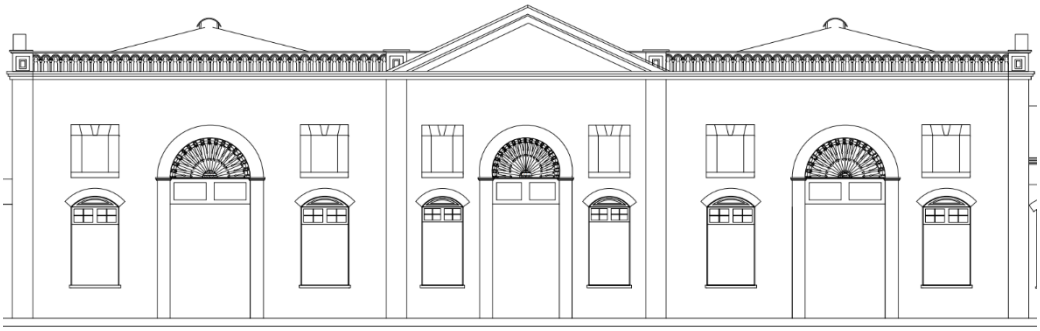
Figura 100 – Trecho central do Palácio Whitehall, projetado por Inigo Jones em 1639, para o Rei Charles I



Fonte: Campbell (1715).

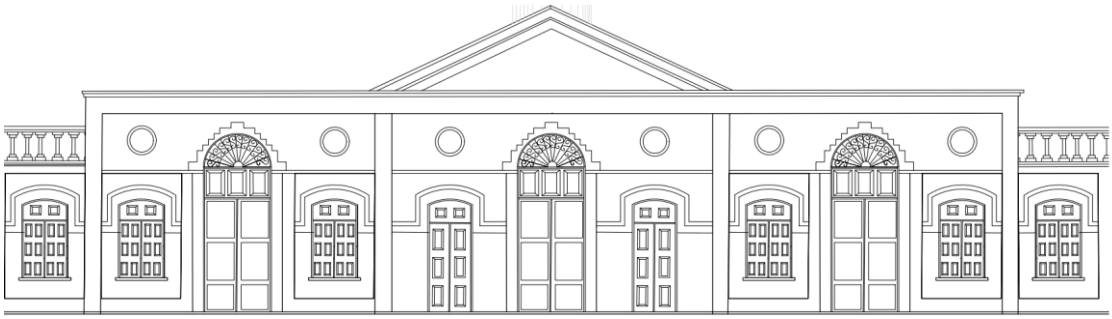
Outra solução arquitetônica apresentada no livro *Vitruvius Britannicus* que parece dialogar com as fábricas de tecidos construídas em Caxias e Codó é o Palácio de Whitehall, projetado por Inigo Jones para o rei Charles I (Figura 100), contendo um grande arco pleno ao centro ladeado por dois arcos menores, encimados por um frontão triangular.

Figura 101 – Trecho central da fachada da Fábrica Manufatureira e Agrícola do Maranhão



Fonte: Acervo da autora (2019).

Figura 102 – Trecho central da fachada da Fábrica Manufatora Caxiense



Fonte: Acervo digital do DPHAP.

Segundo a arquitetura desenvolvida por Andrea Palladio, "aos primeiros cidadãos da República convêm casas com loggie[42] e salas espaçosas e ornamentadas, enquanto aos gentis-homens menores hão de convir também construções menores, de menor despesa e sem adornos" (COLE, 2011, p.272).

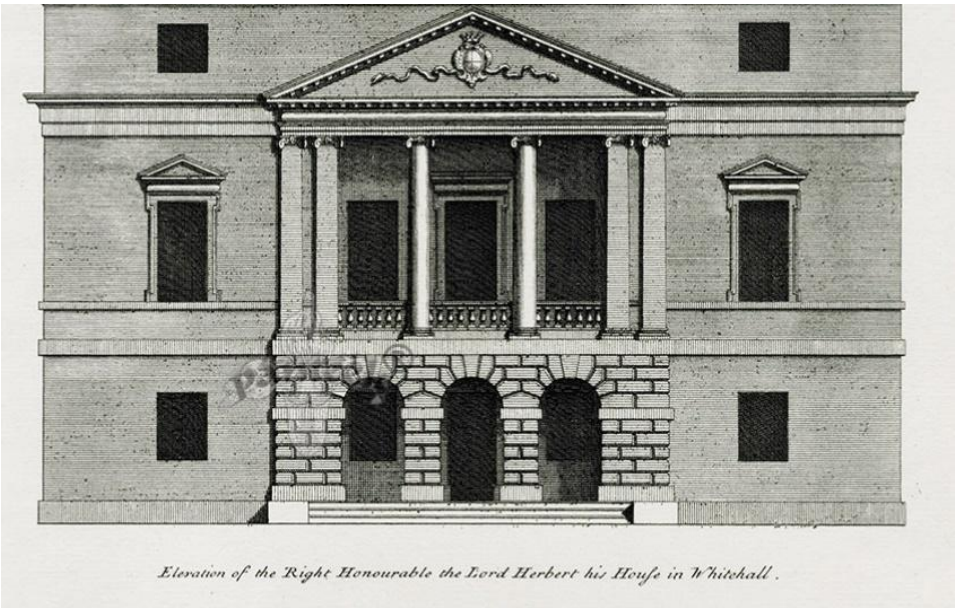
O exame das propostas arquitetônica das fábricas de tecidos do sertão maranhense nos mostra que a Casa de Máquinas era o ponto de maior relevância nas edificações fabris, localizada na parte frontal, ao centro, destacada por um elemento marcante como o frontão triangular. A fachada frontal é o local onde estão dispostos os adornos, onde, além da máquina motriz era localizado o setor do escritório, diferenciando sua composição das demais fachadas da edificação fabril, onde funcionavam os setores de fiação e tecelagem, de menor porte e menos adornadas, setores utilizados pela maior parte dos operários.

"Uma varanda sob um frontão, erguido em uma arcada serliana tornou-se fórmula padrão para o frontispício das casas Palladianas de campo e urbanas" (COLE, 2011, p.275).

[42] Elemento compositivo da arquitetura greco-romana muito utilizado por Palladio, reinserido na arquitetura Renascentista e Neopalladiana, consta de um terraço suportado por arcos plenos consecutivos, também denominado de arcada serliana, por ter sido amplamente utilizada por Sebastiano Serlio na arquitetura clássica (COLE, 2011).

Essa composição consta do projeto de Campbell para a casa do Lord Herbert, em Whitehall, datada de 1714. Solução bem simplificada, porém, com arranjo semelhante, constituía o trecho ao centro da antiga Fábrica União Caxiense, apresentado na Figura 104.

Figura 103 – Trecho central da casa do Lord Herbert, em Whitehall, 1714



Fonte: Campbell (1715).

Figura 104 – Trecho central da fachada da Fábrica União Caxiense



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2019).

Interessante explicitar que as proporções utilizadas na construção dos elementos da fachada frontal da Fábrica de Tecidos de Codó (Figura 101), especialmente sua altura, largura e as dimensões dos vãos, seguem, aproximadamente, o sistema de proporções Palladiano, onde

a dimensão da porta e das janelas é o resultado do duplo quadrado, sua largura e altura no vão estão relacionadas ao tamanho do lado do quadrado. Outra evidência que coaduna para a utilização da simetria empregada nos projetos de Palladio, está na relação da distância existente entre as colunas de ferro (intercolúnio) e os demais elementos construtivos, que parece ser a medida padrão utilizada para compor o módulo quadrado que, aparentemente, compõe os vãos e as alturas de pé direito dos cômodos.

Os indícios demonstram que o lado do quadrado teria o tamanho de 3m, a mesma distância entre as colunas. Entretanto, tratam-se de indícios a serem investigados, seria necessário realizar um levantamento de precisão para dar prosseguimento a esta análise, direcionada aos demais elementos arquitetônicos e aos demais cômodos da edificação.

Assim como a referência do estilo arquitetônico de inspiração estrangeira, as estruturas em ferro fundido foram utilizadas no Brasil como status de modernidade, distinção e enriquecimento (COSTA, 2001). Escadas, gradis, luminárias, varandas e estruturas de sustentação das edificações eram produzidas em série e vendidas em catálogos. Os elementos em ferro estão ligados aos surtos de prosperidade e riqueza oriundas da industrialização, sendo encontrados em cidades do Norte do Brasil, como Belém e Manaus, como resultado do período de exploração da borracha; no Sudeste, em São Paulo e no Rio de Janeiro, em consequência do comércio do café; e em São Luís, Caxias e Codó, entre outras cidades do Nordeste brasileiro, como resultado da riqueza oriunda da produção algodoeira.

"Última manifestação de vitalidade econômica na arquitetura e no urbanismo, esse conjunto de fábricas é o símbolo de um período predominantemente voltado para o processamento de tecidos e se constitui no derradeiro eco da economia do algodão" (ANDRÉS, 2008, p.268).

A descoberta de novos materiais, em especial o uso do ferro, aplicado sobretudo em obras de engenharia, proporcionou uma ruptura com as técnicas tradicionais de construção. O fato de as estruturas de ferro serem fabricadas em uma cidade e poderem ser transportadas a outras para montagem, ampliou as possibilidades de comercialização e estandardização das construções, dando início às estruturas pré-fabricadas, utilizadas em pontes, ferrovias, estações de trem, mercados e também nas fábricas pioneiras de tecidos.

Para além das estruturas em ferro, a pré-fabricação também é evidenciada nas balaustradas das platibandas (Figura 105). Estes artefatos eram concebidos em fôrmas e aplicados nas construções, possibilitando a reprodução de cópias fidedignas de um mesmo elemento construtivo, testemunhos da substituição progressiva do trabalho artesanal pelo industrial.

Figura 105 – a) Balaústres pré-moldados que compõem a platibanda da Fábrica Manufatora de Caxias e b) Balaústres da platibanda da CMAM


a)


b)

Fonte: Acervo da autora (2018).

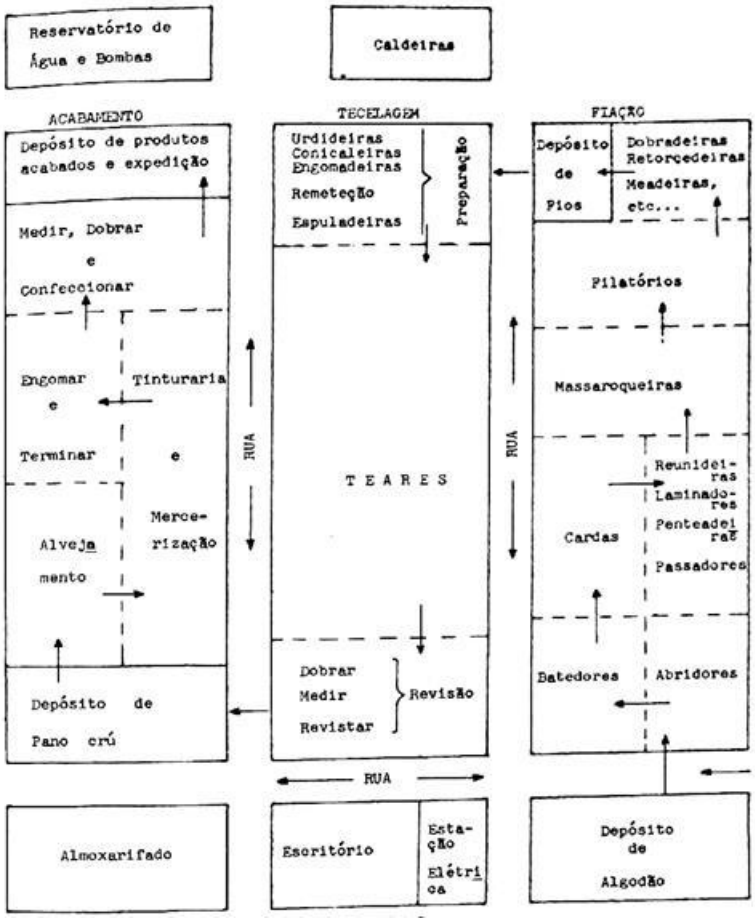
A linguagem arquitetônica, além de demonstrar a estética predominante e o sistema construtivo utilizados à época, guarda o cotidiano do trabalho em cômodos com funções distintas, prova concreta do trabalho setorizado: casa de máquinas, salões de fiação, de tecelagem, escritório, setor de acabamento e vendas. Nos seus interiores, as fábricas apresentam características físicas que se apoiam na forma hierarquizada, seriada e compartimentada de trabalho, onde homem e máquina se complementam em tarefas repetidas. Uma associação de forças desiguais, que colocou à prova a resistência do corpo humano e deixou evidente a super valorização do progresso tecnológico e do acúmulo de capital, colocando os operários como "peças" complementares, necessárias para o bom funcionamento fabril.

As plantas fabris são distintas, mas contém semelhanças na distribuição dos espaços, principalmente pela necessidade de seguir um fluxo de tarefas pré-estabelecido para a produção de tecidos, só modificado com a introdução de novas tecnologias (Figura 106).

Outro condicionante, para o resultado formal da arquitetura industrial em foco, era o tipo de transmissão da força motriz. Nas fábricas movidas a vapor, "a transmissão era feita por eixos fixados no teto, que percorriam longitudinalmente as seções, para a direita e para a esquerda, dependendo da planta das fábricas" (GIROLETTI, 2002, p.60).

O fluxo de produção determinava a disposição das máquinas e a organização do espaço interno. As soluções arquitetônicas eram determinadas pela localização do eixo de transmissão principal da força motriz, que partia da Casa de Máquinas. Não por acaso as máquinas motoras estavam localizadas no corpo central das edificações estudadas, essa localização reduzia os percursos entre a fonte de energia e seu destino, as máquinas, diminuindo os custos e ampliando a eficiência do funcionamento fabril.

Figura 106 - Fluxo de atividades e setores da indústria têxtil dos Estados do Rio de Janeiro e Guanabara



Fonte: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE ([196?]).

Os elementos e sistemas construtivos são dados que demonstram a tecnologia utilizada e sua origem, o processo produtivo, entre outros aspectos que nos contam mais sobre a história da sociedade e da trajetória das edificações fabris. É possível identificar partes acrescidas, indicando a ampliação do espaço, o aparecimento de novas necessidades, em virtude de novos hábitos sociais ou em consequência do aumento da produção, assim como vãos fechados em período posterior, como indicativo de novos fluxos ou novas atividades atribuídas ao imóvel. Todos esses indícios merecem ser investigados

Percebeu-se, ainda, que os cômodos reservados aos sanitários são de pequenas dimensões e inseridos posteriormente, como anexos, não compõem a estrutura primária da edificação, conforme pode-se observar das plantas apresentadas no capítulo anterior.

Não foram identificados, no interior das edificações fabris, espaços específicos de sociabilidade. Pelos relatos colhidos, as relações sociais ocorriam durante a atividade laboral, ou, nos intervalos de almoço e antes de iniciar os trabalhos, na parte externa, abaixo das árvores, no largo fronteiriço ao prédio da fábrica.

A igreja e, mais tarde, as associações operárias[43], a exemplo da "União Artística Operária de Caxias" criada em meados do séc. XX, funcionavam como espaços de lazer e agregação social dos operários e demais funcionários. Nas associações era comemorado o dia 1º de Maio e outras festividades, como a festa do algodão e bailes de carnaval, com carreatas e apresentação de bandas de música formadas pelos operários fabris. "A música era um componente essencial nas celebrações festivas" que ocorriam nessas associações (MELO; SOUZA; SALAZAR, 2016, p.130).

Alguns elementos, a exemplo da torre do relógio e guarita simbolizam a relação de tempo, produção e trabalho supervisionado; a chaminé, elemento arquitetônico responsável pela exaustão da fumaça, presente em qualquer edificação fabril movida a vapor, representa um ícone dessas edificações; assim como a igreja católica, construída em homenagem a São Sebastião, com recursos doados pela própria fábrica, demonstram a religião também como uma imposição cultural dos seus dirigentes, erguida e adornada com elementos de inspiração neogótica, onde mais uma vez a estética arquitetônica europeia foi utilizada como referência, demonstrando o valor de arte relativo à sociedade da época de sua construção.

Figura 107 – a) Torre do Relógio e b) Igreja São Sebastião, componentes do Complexo Industrial da CMAM


a)


b)

Fonte: Silva ([19--]) e Acervo da autora (2018).

A torre do relógio e o apito da fábrica apresentam um forte valor simbólico, intrinsicamente ligado à rotina e ao ritmo dos funcionários no trabalho industrial. As próprias máquinas funcionavam como meios de determinação do novo ritmo de trabalho, que modificou os hábitos rurais do trabalhador. O controle do tempo, sua conexão direta com a produção fabril

[43] As associações operárias eram espaços de entretenimento familiar destinados para as classes trabalhadoras, que, quando da sua criação, não frequentavam os mesmos espaços de sociabilidades das classes burguesas. "A priori, o público da União não frequentava o Casino Caxiense e os dançantes do Casino não podiam frequentar a União Artística" (MELO; SOUZA; SALAZAR, 2016, p. 131).

e, consequentemente, a acumulação de capital são elementos fundamentais para compreender o contexto social em que estas fábricas foram implantadas.

Para seu funcionamento, a unidade fabril, a fábrica vista de forma isolada, requeria a colaboração de edificações acessórias, que, ou participavam diretamente da atividade de produção ou foram concebidas a partir da necessidade do funcionamento fabril; edificações utilizadas por proprietários, diretores, funcionários, como residência ou em atividades laborais e de sociabilidade, que foram essenciais para que a atividade industrial ocorresse daquela forma, e não de outra, entre o final do séc. XIX e meados do séc. XX.

Esses complexos industriais são responsáveis pela formação de aglomerados urbanos em seu entorno, pela configuração de novos bairros, com impactos na paisagem e na dinâmica da cidade onde estão implantados, conforme discorreremos a seguir.

3.2.2 Crescimento urbano e composição da paisagem industrial

A construção das fábricas impulsionou a modernização das cidades com implantação de serviços de infraestrutura, como redes de abastecimento de água e energia, instalação de ferrovias, equipamentos de iluminação, entre outros. Esse novo ambiente urbano, surgido com inovações tecnológicas, representava prosperidade e progresso, e assim como as edificações fabris, são resultado do processo de industrialização mundial.

As inovações técnicas e tecnológicas absorvidas na cidade de fora para dentro, quase como uma imposição, resultaram na carência de mão de obra qualificada para trabalhar em atividades que não existiam anteriormente, como nos telégrafos, nas caldeiras, nos teares movidos a vapor e em serviços de escritório, a exemplo de um dos entrevistados, formado em contabilidade, no Rio de Janeiro, que veio trabalhar na Fábrica de Tecidos de Codó.

Esse contexto, exigiu que as vilas abrigassem dezenas de pessoas de diversas localidades de dentro e fora do Estado para fazer funcionar as fábricas (CALDEIRA, 1988). Cresceu a necessidade de construir habitações e a população se acomodou ao redor das fábricas, fenômeno que ocorreu não só no interior do Maranhão, mas na capital e nas demais cidades brasileiras que compartilharam, no mesmo período, do processo de industrialização têxtil.

Associada à necessidade de habitações, essa população crescente requeria o aumento da produção de alimentos, de roupas e de outros bens de consumo, assim como serviços de educação, saúde, transporte, entre outros. A associação dessas necessidades, ampliadas com as inovações tecnológicas, verificadas sobretudo nos meios de produção, de transporte e comunicação, acelerou ainda mais o crescimento urbano.

Assim, integrado ao valor arquitetônico, em uma escala mais abrangente, temos o valor urbanístico e paisagístico relacionado à industrialização, visto que as fábricas instaladas deram início a construção de um conjunto arquitetônico industrial, que abrange edificações do seu entorno e afeta o ambiente da cidade como um todo, conferindo características peculiares.

A implantação desses complexos fabris influenciou a configuração urbana das cidades onde foram instalados, especialmente quanto ao surgimento da rede viária e ferroviária, de infraestrutura, e de edificações, tanto residenciais, como comerciais e industriais, que constituíram novos bairros, a princípio periurbanos e posteriormente integrados à cidade.

As ruas e praças do entorno imediato das fábricas de tecidos receberam nomes de pessoas relacionadas à atividade fabril na cidade ou ao uso antigo dos espaços, como exemplo temos em Codó a Praça Palmério Cantanhede, nome do engenheiro que construiu a Fábrica de Tecidos, e a Rua da Bomba, que resultou do percurso entre as instalações de abastecimento de água da citada fábrica até o Rio Itapecuru, onde era localizada a bomba d'água, fazendo um trajeto em diagonal, que difere da malha viária adjacente.

Em Caxias o logradouro onde encontra-se situado o prédio da antiga Fábrica Industrial, no Bairro Ponte, recebeu o nome de Travessa Francisco Castro, proprietário da referida fábrica quando, na segunda metade do séc. XX, mudou do ramo têxtil para o agroalimentar, beneficiando arroz, denominada Fábrica Francastro, nome pelo qual é mais conhecida entre a população local. Ainda em Caxias, a Praça ao largo da Fábrica Manufatora foi denominada Dias Carneiro, um dos seus fundadores.

A fábrica, a igreja, a vila operária, a residência do gerente e muitas vezes escolas e áreas de lazer, como os campos de futebol, faziam parte de uma lógica construtiva industrial que se repetiu em muitos complexos fabris, verificados em outras fábricas maranhenses, como a Fabril e a Fábrica Rio Anil. Essa composição urbanística também foi verificada em fábricas localizadas no Estado do Rio de Janeiro, como a Fábrica Bangu e a Fábrica Petropolitana[44], apenas para exemplificar entre algumas das grandes fábricas brasileiras que seguiam os padrões construtivos dos complexos fabris, edificados como vilas industriais, comuns na Inglaterra.

Cabe destacar que a disponibilidade de matéria prima, mão de obra e infraestrutura são fatores de suma importância para o desenvolvimento das indústrias. Assim, reafirma-se que a instalação dessas fábricas no interior do Maranhão está intimamente ligada à existência de fontes de energia hidráulica, possibilidade de meio de transporte fluvial, de implantação de ferrovias, à proximidade dos produtores de algodão e da mão de obra antes escrava e agora

[44] A Companhia Petropolitana era composta de fábrica, armazéns, moradias operárias e destacou-se entre as indústrias têxteis de Petrópolis, fundada em 1883 e tombada no contexto urbano desde 1982 (LYRA, 2016).

disponível como mão de obra “livre”. Esse conjunto de fatores contribuiu para a instalação dos complexos na região do sertão, onde o cultivo de algodão era promissor, próximo ao Rio Itapecuru, que a princípio era, ao mesmo tempo, o meio de transporte e o fornecedor da energia propulsora das máquinas, água. Paralelamente à implantação das fábricas, se deu início a formação da rede ferroviária, cuja rota, acompanha o percurso do Rio Itapecuru, relacionando-se à disposição das fábricas no território.

Assim, os núcleos urbanos contemporâneos são resultado do processo de industrialização e, ao mesmo tempo, dão suporte ao seu desenvolvimento, em um sistema de retroalimentação. A industrialização funciona como um impulso para a ampliação do território, para a acumulação de capital e o crescimento das cidades. Dado esse vínculo urbano da atividade industrial, as cidades passam por transformações significativas em sua base territorial.

Para análise do crescimento urbano proporcionado pela implantação das fábricas, deve-se estudar de forma associada os complexos industriais, as ferrovias e os portos como partes conectadas, geradoras de uma cadeia produtiva e comercial interligando cidades. A articulação entre essas estruturas promoveu o crescimento e a formação de novos aglomerados urbanos.

Figura 108 – Localização do primeiro Complexo Ferroviário do Maranhão, entre o Rio Itapecuru e a Fábrica Manufatora de Caxias



Fonte: Google Earth (2020).

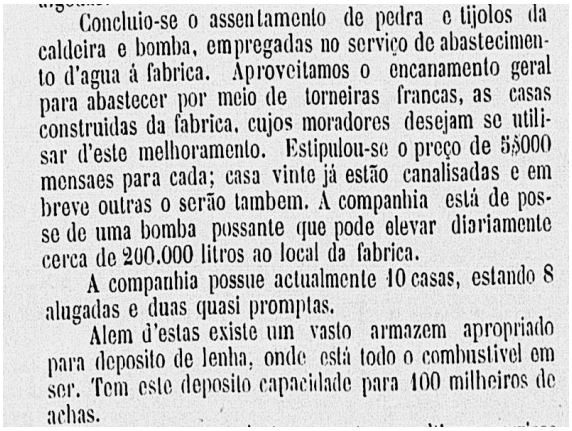
Essa relação entre indústria e vias de transporte, seja ele ferroviário, fluvial ou marítimo, pode ser observada na proximidade existente entre o antigo pátio ferroviário de Caxias, localizado entre o Rio Itapecuru e a Companhia Manufatora Caxiense, no Centro da Cidade. O transporte da produção industrial iniciava com a utilização das ferrovias e o seu trajeto era

complementado com o transporte fluvial ou marítimo até os portos de outras cidades, como Teresina-PI e São Luís - MA, de onde a produção seguia para outros destinos.

A implantação das fábricas trouxe a reboque serviços e infraestrutura urbana, a exemplo do que ocorreu no Bairro Alto em Codó, onde o fornecimento de água e energia elétrica iniciou com o abastecimento da Companhia Manufatureira e Agrícola do Maranhão (CMAM) e sua distribuição para edificações do seu entorno. Existia "um gerador, para fornecer a iluminação, não só para a própria fábrica, mas ainda ao bairro onde moravam diretores, mestres, operários e seus familiares" (LEIA HOJE, 2000, p.15).

A rede de abastecimento de água da CMAM, bombeada do Rio Itapecuru, foi aproveitada para abastecer as casas do entorno, onde, residiam diretores e funcionários da Companhia, entre outras pessoas (DIÁRIO DO MARANHÃO, 1895).

Figura 109 - Relatório da Diretoria da CMAM



Concluio-se o assentamento de pedra e tijolos da caldeira e bomba, empregadas no serviço de abastecimento d'agua á fabrica. Aproveitamos o encanamento geral para abastecer por meio de torneiras francas, as casas construidas da fabrica, cujos moradores desejam se utilisar d'este melhoramento. Estipulou-se o preço de 5$000 mensaes para cada; casa vinte já estão canalisadas e em breve outras o serão tambem. A companhia está de posse de uma bomba possante que pode elevar diariamente cerca de 200.000 litros ao local da fabrica.

A companhia possue actualmente 10 casas, estando 8 alugadas e duas quasi promptas.

Alem d'estas existe um vasto armazem apropriado para deposito de lenha, onde está todo o combustivel em ser. Tem este deposito capacidade para 100 milheiros de achas.

Fonte: Diário do Maranhão (1895).

"Mais tarde a Cia. fez um ramal da estrada de ferro para que o trem de lenha pudesse descarregar a madeira no pátio interno, em frente às caldeiras" (LEIA HOJE, 2000, p.15). A fala do Sr. Nicanor, antigo funcionário da fábrica de Codó, corrobora com essa afirmação:

> O trem saía na rota São Luís - Teresina, fazia manobra e subia, até dentro da fábrica para receber a produção. Depois da Companhia Manufatureira, foram criando muitas indústrias de beneficiamento de algodão, aí foram surgindo outras indústrias [...]. Aqui, tinham duas indústrias de beneficiamento de algodão, aliás três, uma era do Naby Salem, uma do Zé Gerude e a Companhia Manufatureira e Agrícola... pra beneficiar o algodão (Nicanor dos Santos, 2018).

Em 1938, o Município de Codó possuía uma estação telegráfica, instalada desde de 1884, em comunicação com estações de Monte Alegre, numa distância de 23Km, Bacabal 110 Km e Caxias 70 Km; duas agências de correio, sendo uma na sede e outra no interior, que recebiam malas por meio da Estrada de Ferro São Luís-Teresina, no trajeto da capital à Flores.

Funcionavam no município os seguintes estabelecimentos industriais: uma fábrica de tecidos de algodão, a Companhia Manufatureira e Agrícola do Maranhão, instalada no perímetro da cidade; três usinas de beneficiar algodão e arroz movidas a vapor, na sede; quatro usinas para o mesmo trabalho, movidas à explosão, no interior; nove usinas para beneficiamento de algodão à tração animal e uma máquina de gelo (JORNAL PACOTILHA, 1938).

Afora a construção de novas indústrias, no entorno das fábricas de tecidos, como na Fábrica de Codó, surgiu um núcleo urbano, composto por residências e pelo largo da Igreja São Sebastião, que deu origem a uma paisagem diferenciada, uma paisagem urbana industrial.

A paisagem urbana apresenta estágios estratificados da passagem do tempo, mesclando a dinâmica e a estética atuais da cidade às edificações anteriores que nos contam histórias de sua origem e da evolução de sua sociedade.

> A paisagem traz a marca da atividade produtiva dos homens e de seus esforços para habitar o mundo, adaptando-o às suas necessidades. Ela é marcada pelas técnicas materiais que a sociedade domina, e moldada para responder às convicções religiosas, às paixões ideológicas ou aos gostos estéticos dos grupos. Ela constitui dessa maneira um documento-chave para compreender as culturas (CLAVAL, 2005, p.14 *apud* PIMENTA; PIMENTA, 2010, p.57).

Em Codó, a paisagem fabril criada a partir da lógica do capital industrial da época, onde o gerente e os diretores, morando nas proximidades, podiam controlar a produção e o cumprimento das regras do trabalho operário, é composta por estruturas concretas que representam os mecanismos de controle do trabalho, possuem vínculos com a montagem do sistema de dominação capitalista. Estruturas que representam o caráter autoritário, despótico e paternal, que predominava nas relações entre patrões e trabalhadores, marcante e próprio do início das atividades industriais.

As chaminés, assim como as torres das igrejas, se constituem marcos na paisagem das cidades, que podem ser vistos a longa distância e que sem emissão de fumaça simbolizam o fim da produção fabril têxtil. Os remanescentes das indústrias de tecidos agregados a outros elementos urbanísticos construíram uma nova paisagem. Esse conjunto de edificações é representativo do ideal capitalista e social posto ao final do século XIX e que caracterizou as transformações no espaço urbano, baseados no conceito de progresso e civilidade que redesenharam o urbanismo e a sociedade, tanto nacional, como internacionalmente.

Figura 110 – Vista aérea do complexo industrial da Fábrica Manufatureira e Agrícola do Maranhão



Fonte: PARTIUBR (2019).

Figura 111 – Vista geral da Cidade de Caxias, ao fundo, Fábrica Manufatora em funcionamento, escapam vapores da chaminé metálica das caldeiras



Fonte: Silva ([19--]).

"As cidades comerciais modernas se destacavam em decorrência da magnitude dos seus mercados e da força política e econômica da sua classe dominante" (SPOSITO, 2000, p.54). Quanto às relações de mercado, sabe-se que as fábricas forneciam algodão e tecidos tanto para outros estados do país como para o mercado externo. Nos balanços financeiros da Companhia União, constam negociações com firmas comerciais da Alemanha e França, mas o grosso da produção era destinada ao mercado interno brasileiro. Transações comerciais com a Região Sudeste do Brasil, foram registradas em diversas correspondências constantes do arquivo do Centro de Cultura de Caxias (TEIXEIRA, 2003).

A importância política desse território, à época, pode ser demonstrada em três momentos distintos em que recebeu o primeiro chefe do Governo Brasileiro. Três presidentes da república estiveram visitando as cidades de Caxias e Codó entre as primeiras décadas e a segunda metade do séc. XX. No ano de 1906, Codó e Caxias receberam a visita do Presidente Afonso Pena, que chegou a bordo do vapor São Salvador, cuja finalidade era verificar as condições de navegação do Rio Itapecuru, ocasião em que conheceu as fábricas de tecidos da região. Em 23 de setembro de 1933 o Presidente Getúlio Vargas participou de encontros políticos nas cidades de Codó e Caxias (LEIA HOJE, 2000, p.6). Em 1966, o Presidente da República, Marechal Castelo Branco, realizou visita à Cidade de Caxias, onde se reuniu na sede da União Artística Operária (MELO; SOUZA; SALAZAR, 2016, p.134).

"A indústria têxtil era o carro-chefe da modernização capitalista do Brasil" (GIROLETTI, 2002, p.27). É nesse cenário de modernidade do processo de industrialização que se inserem as fábricas de tecidos do final do século XIX no Maranhão, com ideias progressistas defendidas pela República do país.

Essas construções promoveram a passagem do processo de produção artesanal para a industrial, alterando o aspecto físico das cidades, transformando paisagens rurais em urbanas. A indústria permitiu a produção em larga escala, provocando a constituição de uma sociedade de consumo de massa. Esse processo promovido a partir do século XIX, se desenvolveu no decorrer do século XX e continua nos dias atuais, provocando uma homogeneização cultural, incluindo os padrões construtivos, que se refletem na paisagem urbana.

Dessa forma, a urbanização deve ser entendida como produção social dos espaços, apresentando também uma linguagem estética, resultado das relações da sociedade com o ambiente. Entretanto, há uma tendência em tratar a preservação dos complexos fabris de forma pontual, não articulada entre as diversas estruturas formadoras do aglomerado urbano. É primordial que esses complexos industriais sejam considerados como parte de um todo orgânico, que é a cidade, a ser percebida como um inteiro e não apenas como somatório de partes isoladas (KUHL, 2008).

Em casos como estes, em que a escala dos complexos industriais é relativamente grande, a solução se torna mais complexa, "devendo-se fazer uso dos instrumentos de planejamento urbano e territorial" (KUHL, 2008, p.138). O estudo urbanístico se faz necessário para compreender de que forma esses complexos se articulam com a cidade, considerando a situação social, econômica e política, no intuito de encontrar soluções adequadas à cada realidade.

Tanto em Caxias quanto em Codó os Planos Diretores Municipais incluíram estes espaços em seu planejamento urbano como áreas de interesse cultural a serem preservadas.

Apesar de constarem nos respectivos Planos Diretores, estes instrumentos se mostraram insuficientes para a adequada preservação e conservação dos complexos industriais.

O prédio da antiga Fábrica Manufatora de Caxias atualmente abriga o Centro Cultural José Sarney, o IEMA, a Secretaria Municipal de Cultura e outros setores da Prefeitura Municipal; possui um auditório que nunca funcionou plenamente, pois não dispõe de mobiliário. Na ocasião em que o visitei, este espaço encontrava-se alagado e sem abastecimento de energia elétrica; um outro trecho do imóvel havia sofrido um incêndio e o telhado encontrava-se desabado. A antiga Fábrica Manufatureira e Agrícola de Codó, após longo período de abandono, e sucessivos episódios de usos danosos e mutilações, recentemente foi adaptada e irá funcionar como escola pública, o Liceu Codoense.

Apenas a Fábrica Industrial de Caxias, a pioneira entre as unidades fabris de tecidos maranhenses, de propriedade particular, continua em estado precário, sendo subutilizada, com um percentual pequeno de sua área construída empregada para a fabricação de produtos de limpeza. Apesar disso, mesmo sem possuir um bom estado de conservação, mantém preservadas características essenciais da edificação e sua função industrial permanece até os dias atuais, o que a torna um interessante estudo de caso.

Não cabe neste trabalho uma análise aprofundada sobre às intervenções efetuadas na Fábrica Manufatureira e Agrícola do Maranhão, em Codó, ou a respeito da requalificação da Fábrica Manufatora de Caxias, realizada na década de 1980. Mas o ideal é que as iniciativas sejam mais abrangentes oferecendo maior integração com os espaços da cidade, incluindo todo o complexo industrial e as demais edificações que fazem relação com esses espaços, levando em conta, ainda, a participação dos habitantes, especialmente quanto às decisões a respeito do destino desses imóveis e não apenas mantendo-os como expectadores de obras inauguradas.

Na Cidade de Codó, atividades culturais, festejos religiosos e carnavalescos, acontecem habitualmente na Praça Palmério Cantanhede, em frente a Fábrica de Tecidos, inclusive utilizando o espaço interno da fábrica, sendo este um ambiente de grande concentração social, circundado por bares, lanchonetes, restaurantes e outros equipamentos com função de encontro e lazer para a população.

A Companhia Manufatureira e Agrícola do Maranhão, responsável pela formação do Bairro Alto, denominação atribuída devido à sua topografia em relação ao Centro da Cidade de Codó, localizado em plano mais baixo, ocupava aproximadamente uma área de 28.000m². Entretanto, a área ocupada atualmente pelos remanescentes do Complexo fabril é de cerca de 16.000m², pois sofreu uma redução considerável com a construção de novas edificações no terreno. Se considerarmos as áreas pertencentes ao conjunto edificado de origem industrial, que

inclui a Igreja São Sebastião, a Praça Palmério Cantanhede, a casa do gerente e dos diretores, estamos tratando de um espaço ambiental urbano de aproximadamente 45.000m², que pode chegar a 80.000m² se ampliarmos a área de entorno e considerarmos os imóveis lindeiros das quadras vizinhas como diretamente afetados pela construção do complexo.

A área ocupada pela Fábrica Manufatora de Caxias, somada a seu entorno imediato, delimitado pelas avenidas de contorno, possui aproximadamente 30.000m², sendo cerca de 17.000m² referente à quadra onde a edificação fabril está implantada. Entre os imóveis vizinhos encontramos a Praça Dias Carneiro, nome de um dos diretores e fundadores da fábrica, também denominada Praça do Panteon, área arborizada localizada à frente da unidade fabril, ocupando o espaço do antigo largo industrial; ao redor da Praça localizam-se diversas edificações, entre as quais destacamos a Prefeitura Municipal, cuja sede é o antigo Mercado Central da cidade, o cartório, a delegacia e o prédio dos Correios, além de edificações comerciais, que atraem a população cotidianamente, uma vez que estamos tratando do centro da Cidade de Caxias.

O uso atual do imóvel, como Centro Cultural, também contribui para a manutenção de sua relação com os habitantes e com a cidade, um local onde as datas festivas são comemoradas, agregando funções de várias ordens, de lazer, de utilidade pública e de símbolo histórico e cultural do período áureo da produção de tecidos, tendo em vista que a Fábrica Manufatora se destaca, como o primeiro imóvel no Município reconhecido como bem cultural pelo Governo Estadual, em 1980. Esse trecho da Cidade de Caxias é parte integrante do Centro Histórico tombado pelo Governo do Estado do Maranhão, na década de 1990, caracterizando-se por ser uma área bastante adensada em termos construtivos.

O caso da Fábrica Industrial Caxiense é completamente diverso. Implantada em uma extensa área, estimada em 8 hectares (80.000m²), seu terreno de forma triangular é delimitado de um lado pelo Rio Itapecuru, de outro pelo Riacho Ponte, fazendo fronteira com o espaço urbano em uma extensão de 150m, aproximadamente, trecho isolado com a construção de um muro (Figura 112). Assim os cursos d'água funcionam como barreiras naturais, favorecendo o isolamento do imóvel, e o fechamento do espaço com muros promoveu o bloqueio físico e visual, um distanciamento populacional, e um aparente desligamento com o aspecto urbano e paisagístico da cidade.

Quando funcionou como fábrica de beneficiamento de arroz, denominada Francastro, o muro era bem mais próximo da edificação fabril, conforme registro fotográfico de meados do séc. XX, (Figura 113) constante do livro *Álbum de Caxias, MA: a princesa do sertão* (MEDEIROS, 2014). No entanto, o vínculo com a paisagem ainda se mantém quando vislumbramos a fábrica a partir da BR-316 (Figura 114).

A integração entre o imóvel e o espaço urbano, bem como a relação com a população encontram-se prejudicados, diferente do que ocorre com as áreas de entorno da antiga Fábrica Manufatora de Caxias e da antiga Fábrica de Tecidos de Codó, ambas voltadas para uma praça onde a atividade e a dinâmica urbana colocam os habitantes, frequentemente, em contado direto com essas antigas edificações fabris.

Figura 112– Implantação da Fábrica Industrial Caxiense, entre o Riacho Ponte e o Rio Itapecuru, junto à BR-316



Fonte Google Earth (2020).

Figura 113 - Antiga Fábrica Industrial Caxiense, quando sediou a Francastro



Fonte: Medeiros (2014).

Figura 114 - Vista do prédio da antiga Fábrica Industrial de Caxias a partir da BR-316



Fonte: Acervo da autora (2018).

As questões urbanísticas precisam ser consideradas, em virtude desses complexos possuírem possibilidade de resolver problemas de maior escala, tendo em vista suas dimensões e localização estratégica (KUHL, 2008). Assim, as características peculiares de cada um desses complexos industriais merecem ser analisadas com profundidade, quando da intervenção nesses bens, para que as ações de preservação e conservação qualifiquem, além da unidade fabril, os aspectos ambientais e urbanísticos.

Nesse sentido, os remanescentes fabris estudados, entendidos como grandes complexos industriais, compreendendo áreas extensas, foram percebidos como elementos estruturantes das cidades do interior maranhense, que suscitaram e ainda provocam impactos significativos no território e na paisagem urbana.

3.3 Do individual ao coletivo – a memória do trabalho e seu valor social

Tendo como objetivo evocar a memória coletiva dos operários e dar voz a atores envolvidos diretamente com a história dos bens industriais pesquisados. A coleta de depoimentos de antigos funcionários das fábricas de tecidos do Maranhão, aconteceu em dois momentos, em julho e em novembro de 2018. Na ocasião, foram localizados quatro antigos funcionários, sendo duas tecelãs, e dois funcionários do setor administrativo; três dos entrevistados trabalharam na Companhia Manufatureira e Agrícola do Maranhão (CMAM), em Codó e uma das tecelãs na Fábrica Manufatora de Caxias.

Uma das tecelãs, a **Sra. Teresinha de Jesus Pereira Souza**, nasceu em Codó/MA no ano de 1932, trabalhou na Companhia Manufatureira e Agrícola do Maranhão, entre 1947 e 1951, inicialmente na Seção de Urdimento e, posteriormente, na Tecelagem. Começou a

trabalhar com 17 anos e casou-se com o mestre do setor de fiação. Aos 86 anos de idade, descreveu com detalhes seus sentimentos em relação ao trabalho, a convivência entre os funcionários, a assistência médica imposta aos operários. Enfim, apresentou de forma geral como era o trabalho na fábrica de tecidos.

Outro entrevistado, o **Sr. Nicanor dos Santos**, nasceu em 1930, em Salvador/BA é contador, trabalhou na Companhia Manufatureira e Agrícola, em Codó, por 16 anos. Chegou ao Maranhão com 24 anos, recém formado no Rio de Janeiro, e exerceu a função de contador na fábrica de Codó entre 1954 e 1970, sendo que nos últimos 5 anos a unidade fabril já não produzia tecidos (o encerramento das atividades de produção de tecidos ocorreu por volta de 1965), ao final de suas atividades a fábrica trabalhava com beneficiamento de algodão e de óleo babaçu, quando passou à denominação de Companhia Industrial de Babaçu e Algodão do Maranhão (CIBAM). Durante a entrevista, com 88 anos de idade, em julho de 2018, relatou como era o trabalho, o fornecimento de algodão, as cidades para onde eram vendidos os tecidos, e descreveu os espaços da edificação durante visita ao imóvel.

Outra antiga tecelã, **Sra. Maria Nunes da Conceição**, nasceu em Caxias em 1920. Trabalhou em duas Fábricas de Tecidos da Cidade de Caxias, uma delas a Fábrica Manufatora e a outra localizada no Bairro Ponte, possivelmente, a Fábrica União, já demolida e que pertencia a mesma Companhia. Trabalhou na seção de tecelagem, por longo período e com 98 anos, quando entrevistada em julho de 2018, buscou na memória fatos sobre sua experiência de trabalho, mesclados com muita emoção, sobretudo quando lembrava de sua mãe levando o almoço no trabalho.

A última funcionária entrevistada foi a **Sra. Consuelo Machado**, nascida em 1928, com 90 anos na data da entrevista. Trabalhou como auxiliar de caixa, no setor administrativo da Fábrica de Tecidos de Codó, no escritório ocupado por cerca de 10 a 12 pessoas. Seu depoimento foi coletado ao final do ano de 2018, por conta de estar ausente da cidade de Codó em julho, quando realizei as demais entrevistas.

Alguns trechos dos depoimentos serão apresentados a seguir. Cabe esclarecer que o uso da norma culta não foi aplicado com o rigor defendido em algumas bibliografias consultadas, pois entende-se que a linguagem é uma das formas de expressão da identidade do sujeito e as alterações de termos e da forma coloquial empregada daria um tom de formalidade que não se configurou durante a coleta dos depoimentos.

Por meio dos relatos das experiências vividas consegue-se reconstruir o ambiente de trabalho fabril, parte da rede de mercado e produção que existiu entre as cidades próximas do Estado do Maranhão e entre outros Estados da Federação envolvidos no plantio e

beneficiamento do algodão, assim como na produção e comercialização de tecidos. Os depoimentos discorrem, ainda, a respeito da relação do Rio Itapecuru com o abastecimento de água, o transporte de produtos agrícolas, de lenha e sobre o uso da Estrada de Ferro São Luís-Teresina para escoamento da produção.

A coleta e registro das lembranças e experiências vividas por essas pessoas constituem parte da história do início da industrialização do Brasil no Estado do Maranhão, das relações sociais desenvolvidas, assim como das edificações fabris e das cidades onde estão localizadas. A partir da memória coletiva de ex-funcionários das Fábricas de Tecidos de Codó e Caxias, foi possível identificar valores culturais referentes, sobretudo, às mudanças sociais ocorridas a partir do desenvolvimento do trabalho industrial, à relação simbólica e afetiva que os entrevistados possuem com o espaço pesquisado, bem como perceber o sentimento de tristeza pelo fato destas estruturas terem ficado esquecidas por tanto tempo; estruturas que poderiam e ainda possuem potencial de cumprir sua função social, se reinseridas no contexto socio urbano.

Para Pierre Nora a memória é um fenômeno sempre atual "um laço eterno vivido no presente" (NORA, 1984 *apud* NORA, 2008, p.21). "O processo da memória no homem faz intervir não só a ordenação de vestígios, mas também a releitura desses vestígios" (CHANGEUX, 1972, p. 356 *apud* LE GOFF, 2003, p.420).

A descrição das fábricas pelos entrevistados contribuiu para compilar informações referentes à construção dos espaços fabris em épocas distintas e entender a localização das funções e atividades que se desenvolviam no seu interior, assim como para o entendimento da sociabilidade no ambiente de trabalho do espaço fabril, com relatos sobre as relações interpessoais entre funcionários e seus chefes, e dos funcionários entre si.

> [...] É da experiência de um sujeito que se trata; sua narrativa acaba colorindo o passado com um valor que nos é caro: aquele que faz do homem um indivíduo único e singular em nossa história, um sujeito que efetivamente viveu – e, por isso dá vida a – as conjunturas e estruturas que de outro modo parecem tão distantes. [...] É como se pudéssemos obedecer a nosso impulso de refazer aquele filme, de reviver o passado, através da experiência do nosso interlocutor. E sua presença nos torna mais próximos do passado, como se pudéssemos restabelecer a continuidade com aquilo que já não volta mais (ALBERTI, 2004, p.14).

Nos depoimentos é possível identificar a relação afetiva com o local de trabalho fabril, em especial com os demais colegas, aflorar aspectos sociais de relações trabalhistas, bem como se percebe a vontade de voltar a ver os imóveis sendo utilizados, e de alguma forma dar continuidade à relação dinâmica que existiu entre esses espaços, a comunidade e a cidade.

As primeiras tecelagens e fábricas, como as do Maranhão no século XIX, exploravam os trabalhadores com horas excessivas de trabalho e péssimas condições ambientais. A mão de

obra era sobretudo feminina e infantil. Essa situação foi sendo amenizada com o passar do tempo, através das lutas, organização de greves e manifestações trabalhistas.

"É necessário pontuar que a presença de escravos nas indústrias de fiação e tecelagem do século XX foi minoritária, tanto nas atividades complementares quanto nas fabris", sua incorporação ocorreu em posições subalternas, na serraria e carpintaria em que foi possível aproveitar sua especialização anterior. A contratação de trabalhadores livres e assalariados "predominou na ocupação da maior parte dos cargos e dos mais importantes do ponto de vista do sistema produtivo fabril" (GIROLETTI, 2002, p.93).

Os operários industriais estavam classificados em dois grupos. O primeiro composto por homens livres e escravos, eram carpinteiros, serradores, ferreiros, pedreiros, recrutados para construir os prédios das fábricas, as casas dos diretores e gerentes, realizaram as obras de infraestrutura, extração de madeiras, de pedras, fabricaram ferramentas. Os escravos podiam ser propriedade das fábricas ou "de ganho", quando eram alugados dos próprios sócios ou de terceiros, cujo pagamento era feito em dinheiro aos seus respectivos donos. (GIROLETTI, 2002). O segundo grupo era maior, formado por operários livres, contratados para produzir fios e tecidos. "Será um segmento importante da futura classe operária, trabalhadores da indústria moderna desprovidos de meios próprios de produção e dependendo exclusivamente da venda do trabalho para sobreviver" (GIROLETTI, 2002, p.93)

Não havia salário-mínimo e o pagamento era realizado por tarefa, o que exigia maior esforço físico por parte do trabalhador para aumentar sua produção e ampliar sua renda. Cabe ressaltar a instituição do salário-mínimo em 1940, através do Decreto-Lei nº 2162 de 1º de Maio, correspondente a 260 cruzeiros para a indústria no Maranhão a partir de dezembro de 1943 (MELO, 1990).

Em alguns trechos das entrevistas os antigos funcionários demonstram a percepção da exploração do seu trabalho, do seu desgaste físico e o enriquecimento direcionado aos proprietários. A exemplo do antigo contador, que aos 88 anos, lembra exatamente a data em que começou a trabalhar na Fábrica Manufatureira e Agrícola do Maranhão, "12 de novembro de 54" e em parte do seu relato faz o seguinte desabafo: "trabalhei só para enriquecer os outros, só para enriquecer os outros [...] Saía de um buraco e ia para outro buraco".

Questionada se teria vontade de voltar a trabalhar na fábrica, se ainda fosse jovem, a antiga tecelã entrevistada respondeu: "hoje em dia tem outras coisas melhor para a gente trabalhar, né? [...] Eu não sentia porque já estava acostumada".

Pelos relatos colhidos, paradoxalmente, apesar dessas condições, os funcionários descrevem sua experiência de trabalho com saudosismo, especialmente quando tratam das

relações de sociabilidade, como pode ser percebido nas palavras de uma antiga tecelã da Fábrica de Tecidos de Codó:

> Quando a fábrica apitava 12:00 horas, nós saía de casa para o serviço, pra chegar na hora certa. Mas, às vezes, nós chegava cedo e ficava conversando debaixo do pé de manga. E conversava, que quando olhava para o relógio dizia: 'vixe tá na hora, já vai apitar!'. Aí nós entrava e ela apitava: 'taaaam' [...] Era muito alto o apito dela! Era bonito demais! [...] A gente amava aquele trabalho! No dia que a gente não ia sentia aquela falta (Teresinha de Jesus, 2018).

O apito das fábricas de tecidos ficou registrado na memória dos funcionários e traz lembranças diversas, uma dessas lembranças relatadas está relacionada à ocasião da morte do, então presidente, Getúlio Vargas: "Pois no ano que Getúlio Vargas se matou a fábrica estava funcionando. Ela estava funcionando, que na hora que ocorreu a notícia ela apitou: plim...plim. Era umas 2:00 horas por aí assim, quando ela começou apitando. Por causa da morte dele".

Aspectos de distribuição das funções por sexo são evidenciados nas memórias colhidas por meio dos depoimentos dos antigos funcionários. O relato de uma das tecelãs confirma a supremacia da mão de obra feminina no trabalho de preparação dos fios para tecelagem:

> Na Fábrica eu trabalhava na urdideira. A urdideira enrola o fio no tamborzão grande assim [...] De lá ela vai para tecelagem [...]. Na hora de encher a gaiola, que a gente chamava gaiola, encher com o carretel que era para passar um fio para aquele tambor, aí tinha um rapaz para ajudar a gente. A gente enchia um lado, e o outro enchia o outro lado. Nessa seção de urdideira tinha os homens só pra consertar uma coisa e outra. Na urdideira, mesmo, era só mulher que trabalhava (Teresinha de Jesus, 2018).

A maior parte da mão de obra empregada na indústria de tecidos era feminina, aos homens cabiam os cargos de supervisores e mestres, bem como as tarefas pesadas de carregar fardos de algodão e fazer a limpeza preliminar da matéria prima, utilizando máquinas denominadas abridores/batedores, cardas e passadores. A força masculina era demandada também ao final do processo para o carregamento dos rolos de tecidos prontos (MELO, 1990).

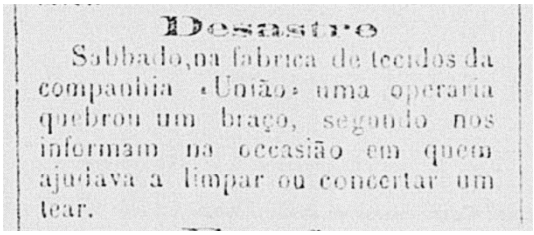
Após a limpeza preliminar, os homens levavam as pesadas latas com a matéria-prima beneficiada para o setor da maçaroqueira, onde trabalhavam homens e mulheres, neste caso as mulheres realizavam tarefas com maçarocas mais leves. A mão de obra feminina era utilizada predominantemente nos setores de fiação e tecelagem propriamente dita, setores que demandavam maior número de pessoas em atividade e o fluxo de tarefas era longo, passando por filatório, carreteleiras, espuladeiras, urdideiras, remeteção e tecelagem. As fiandeiras trabalhavam duas a duas e o salário das duas operárias era dividido por dois, situação que estimulava o interesse de ajudarem-se mutuamente. Por outro lado, as tecelãs operavam de 2 a 4 teares, geralmente de dois tipos, lisos e xadrez e trabalhavam sozinhas (MELO, 1990).

Os homens operavam nos setores que exigiam o uso de maior força física, como nos engomadores, sacaria e tinturaria do algodão, na casa de máquinas, caldeiras e oficinas. O conserto e manutenção das máquinas era realizado por eles. Havia, geralmente, um homem responsável por supervisionar o trabalho e outro dedicado à manutenção de equipamentos.

> Cada seção tinha um chefe. Qualquer problema que desse aqui na máquina, aí chamava o moço que trabalhava consertando, o que na tecelagem chama tear. Se, por acaso, aqui teve qualquer coisa - que a lançadeira era assim grande e colocava aquele tubinho dentro da lançadeira e colocava lá no tear - se apresentasse qualquer defeito, aí você ia atrás do rapaz que trabalhava consertando as coisas, as máquinas. Ele vinha e consertava aquilo tudo. E o chefe ia lá só se fosse fazer aquela vistoria, ia corrigir alguma coisa, mas que a seção do chefe era ali mesmo (Teresinha de Jesus. 2018).

Grande parte do operariado executava tarefas que exigiam apenas atenção e destreza. Era basicamente a categoria de mestres e contramestres, além da área de acabamento, onde os operários eram especializados, como químicos e desenhistas. Os operadores de máquinas necessitavam de certa qualificação, mas os setores de fiação e tecelagem não requeriam grande treinamento A mão de obra feminina e infantil predominava pelo fato de serem mais baratas que a masculina e menos indóceis (GIROLETTI, 2002). Nas pesquisas em jornais antigos encontrou-se muitos relatos de acidentes de trabalho graves, incluindo mulheres e crianças.

Figura 115 - Acidente com operária da Companhia União Caxiense

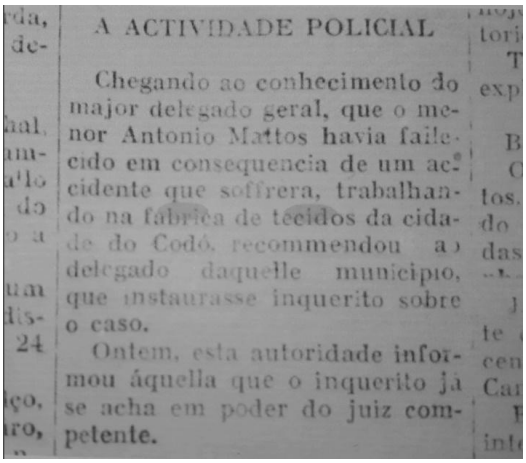


Desastre

Sabbado, na fabrica de tecidos da companhia «União» uma operaria quebrou um braço, segundo nos informam na occasião em quem ajudava a limpar ou concertar um tear.

Fonte: Jornal Gazeta Caxiense (1895).

Figura 116 - Acidente com menor de idade na CMAM



A ACTIVIDADE POLICIAL

Chegando ao conhecimento do major delegado geral, que o menor Antonio Mattos havia fallecido em consequencia de um accidente que soffrera, trabalhando na fabrica de tecidos da cidade do Codó, recommendou ao delegado daquelle municipio, que instaurasse inquerito sobre o caso.

Ontem, esta autoridade informou áquella que o inquerito já se acha em poder do juiz competente.

Fonte: Jornal O Imparcial (1932).

Como toda mercadoria, o trabalho é dotado de valor financeiro que por sua vez é determinado pelo tempo necessário à sua produção. O controle no processo de trabalho capitalista está relacionado ao controle que o capitalista exerce sobre o trabalho do operário e a sua produção, denominado por Marx de alienação do trabalho e alienação da produção, que se refere à venda da sua força de trabalho e à não apropriação do produto pelo produtor direto. Marx entende como força de trabalho ao "conjunto de faculdades físicas e mentais existentes no corpo e na personalidade viva de um ser humano, as quais ele põe em ação toda vez que produz valores de uso de qualquer espécie" (MARX, 2005, p.187).

O pagamento dos operários era realizado por peça, ou produção, também conhecido como pagamento por tarefa. O salário por peça possui características próprias, de grande relevância para a produção capitalista, essa forma de pagamento faz com que o trabalhador colabore com o capitalista nos seus intentos de exploração, despertando no trabalhador a vontade de prolongar a jornada de trabalho a fim de aumentar o seu salário, diretamente proporcional à produção. No regime de salário por peça tem-se a remuneração diária, semanal ou quinzenal, de acordo com o setor em que o operário trabalhava era acordado pela administração. Esse tipo de atividade estimulava a competição entre os operários, que dependiam de suas habilidades individuais para ampliar os seus ganhos (MELO, 1990).

Essa situação de trabalho assalariado por produção levava o operário ao constante prolongamento de sua jornada de trabalho, chegando o mais cedo possível e tentando prolongá-lo ao limite de suas forças, no intuito de aumentar a sua retribuição financeira. Vejamos o testemunho abaixo que reafirma o exposto:

> Naquela época era assim, a gente tinha que produzir era lá que dava muita renda, viu? A gente ganhava pelo que fazia, era produção [...] O salário era a produção. Se eu preparasse 10 tambores daqueles da urdideira, aí eu ganhava por aqueles 10 tambores. E nós recebia por quinzena. Eu gostava de trabalhar com dois teares, trabalhava com um de xadrez e com um liso [...] Às vezes, tinha gente que tocava 4 teares. Esse que tocava três a quatro teares a renda era melhor. Se você tirava uma peça de pano todo dia - uma peça de pano era 22 m, por aí, quando era no final da semana estava com um dinheiro mais ou menos (Teresinha de Jesus, 2018).

Observa-se no depoimento que o trabalho por tarefa exigia do trabalhador que empregasse um aumento de intensidade na sua força do trabalho visando melhor salário. Outra tecelã da Fábrica Manufatora de Caxias, relata como era sua rotina de trabalho na tecelagem:

> O dia todinho trabalhava. Só parava pra comer. De manhã, parava pro almoço, aí parava pra janta. A mamãe ia deixar janta pra mim... Mamãe levava pra eu comer era no serviço. Aí eu voltava e trabalhava. Eu trabalhava na Manufatora. Fazia pano. Eu tinha dois teares, um na frente e outro atrás. Fazendo pano... Quando eu não queria ir em casa, a mamãe ia deixar o cumê para mim lá na Fábrica (Maria Nunes da Conceição, 2018).

A cena relatada pela antiga tecelã remete a uma das imagens icônicas contidas no filme "Tempos modernos", do britânico Charlie Chaplin, onde um dos funcionários de uma fábrica fica preso em uma das máquinas e seu almoço é, ironicamente, servido por Chaplin com o operário embaixo das engrenagens, evidenciando a interação descomedida na relação entre homem e máquina.

Figura 117 - Foto extraída do filme Tempos Modernos, fevereiro de 1936



Fonte: Adoro Cinema (2007).

A fábrica representa uma etapa conclusiva de uma revolução no processo de trabalho, determinada por relações sociais de produção mais amplas, que são as relações capitalistas; é 'a materialização do domínio que o capital exerce sobre o trabalho, não mais formalmente, como ocorria na manufatura, mas como realidade técnica, transformando o trabalhador num mero complemento da máquina' (SILVA, 1996, p.15 *apud* GODOY, 2010).

Era comum a prática de adiantamento de dinheiro, pois os operários tendo que satisfazer suas necessidades entravam em um esquema de dependência econômica, fortalecida com o passar do tempo. A seguir trechos de uma entrevista que trata da emissão de vales aos operários:

> Tinha aqui o Amaral, o chefe lá dentro da fábrica, ele que fazia aquelas folhas de pagamento, ele fazia o pagamento, tudo era ele, e eu ficava fazendo pedido de vale. Eu fazia o adiantamento. Já estava acostumada naquilo, já sabia quem vinha pedir, já sabia até quanto eles queriam (Consuelo Machado, 2018).

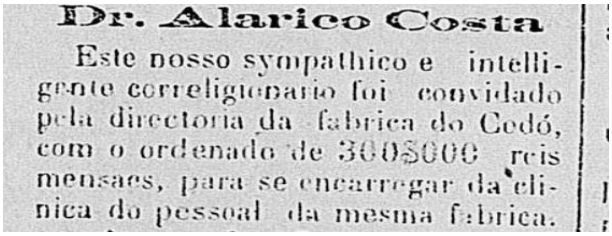
O controle e a disciplina dos funcionários dentro da fábrica tinham como objetivo alcançar maior produção e consequentemente mais capital. Uma das tecelãs conta como era supervisionado o trabalho na CMAM:

> A gente não saía de uma seção para outra, a gente não tinha muito controle com as outras seções, cada qual na sua seção para não atrapalhar o trabalho. Tinha um mestre da seção que era o Zé Miranda. Na tecelagem era o mestre da seção e dois

> consertadores de máquinas. Em cada seção tinha o consertador daquelas máquinas, a pessoa que entendia (Teresinha de Jesus, 2018).

Esse controle extrapolava o espaço fabril, alcançando muitas vezes atividades de lazer, religiosas e pode ser verificada na assistência médica oferecida aos funcionários. Os donos das fábricas, geralmente, forneciam serviços médicos, de modo que a saúde do trabalhador também estivesse sob seu controle. Essa situação pode ser comprovada por meio de notícia jornalística da época e mais bem compreendida no relato de uma antiga tecelã:

Figura 118 - Responsável pelo atendimento clínico dos funcionários da CMAM



Dr. Alarico Costa

Este nosso sympathico e intelligente correligionario foi convidado pela directoria da fabrica do Codó, com o ordenado de 300$000 reis mensaes, para se encarregar da clinica do pessoal da mesma fabrica.

Fonte: Jornal Gazeta Caxiense (1894).

> Meu marido quando entrou na fábrica tinha sete anos. Já está com 55 anos que ele faleceu. Era o mestre da fiação [...] Ele adoeceu e o médico de lá era Doutor Sebastião. Ele não queria que consultasse com outro médico, tinha que ser de lá (da Fábrica). Se por acaso você era funcionário consultasse com outro médico, fosse com a receita de outro médico, eles botavam você de lá para fora... Logo, a gente tinha que ter muito cuidado mesmo (Teresinha de Jesus, 2018).

O marido dessa antiga tecelã faleceu aos 56 anos, já próximo de se aposentar. Era a década de 60 do séc. XX e a esposa obteve o direito de receber pensão e auxílio funerário. Na ocasião em que estava doente procurou um outro médico na cidade para auxiliar no diagnóstico da doença e sua esposa foi alertada pela população sobre os riscos dele perder o emprego:

> Aí, meu marido era só piorando e a febre em cima, e era uma febre que eu fui bater no doutor Anselmo. Eles disseram: 'tu vai onde o Anselmo, mas eles vão botar o teu marido para fora'. Eu disse: 'não importa que bote ele para fora, mas eu vou onde Dr. Anselmo, que eu quero saber o que meu marido tem' [...] Com 15 dias que ele morreu chegou a aposentadoria dele [...] Naquele tempo era dinheiro demais. 21.000 réis. E quando a pensão chegou, veio com auxílio funerário. Porque a pessoa que é aposentado em qualquer estabelecimento, no tempo certo, tem direito ao auxílio funerário quando morre. Isso ainda não foi tirado não. Aí, veio 50.000 réis de auxílio funerário (Teresinha de Jesus, 2018).

O ambiente insalubre de trabalho provocava doenças constantes sobretudo por conta do barulho das máquinas, das poeiras das fibras de algodão que ficavam suspensas, e das altas temperaturas a que estavam submetidos os operários. Há diversos relatos nos jornais da época de problemas de saúde relacionados a doenças pulmonares e ao ambiente confinado das fábricas. Uma das antigas funcionárias relata que deixou o trabalho por conta de ter

desenvolvido uma pneumonia. “Meu pai não quis mais que eu trabalhasse na fábrica porque eu peguei uma pneumonia. E ele dizia que foi de levantar cedo, naquela neblina” (Consuelo Machado, 2018).

A fábrica se revela um meio de exploração civilizada, espaço da alienação, da ausência de autonomia, da disciplina militarizada e do esgotamento físico e intelectual do trabalhador (GODOY, 2010). As regras e as disciplinas da fábrica dificultavam que o operário mantivesse seus hábitos antigos de trabalho no campo, que poderiam contribuir para ampliar sua renda, uma vez que os salários eram insuficientes para seu sustento. Esta situação se percebe nos versos de uma antiga operária, Sra. Joana Batista Dias, que possuía uma roça e trabalhava na Fábrica Manufatureira e Agrícola do Maranhão, em Codó. Os versos declamados por sua filha, Maria Judith Dias Salazar, presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Codó, quando visitei a cidade, em 2018, falam da dificuldade de conseguir uma licença para colheita do arroz.

> Coronel Sebastião a licença eu vou tirar
> Tenho uma roça de arroz é preciso eu ir cortar
> Tenho três filhos no colégio e o ordenado não dá
> Eu só volto para o serviço se o ordenado aumentar

O valor social dos bens vinculados às atividades industriais, está, ainda, relacionado aos movimentos operários, às lutas por melhores condições de trabalho e à formação dos sindicatos com ganhos na redução da jornada diária de trabalho, entre outros direitos adquiridos.

Nas unidades fabris estudadas, a princípio, os operários trabalhavam dez horas por dia, iniciando a jornada, oficialmente, às 7 horas com intervalo de almoço, finalizando as 17 horas, restando ainda uma hora para organização dos materiais e limpeza das máquinas, após a finalização do serviço de produção. Mas o horário dos funcionários do escritório era diferenciado, começavam a trabalhar às 8:00 horas da manhã, o intervalo do almoço era de 12:00 às 14:00 e saíam às 17:00 horas, totalizando sete horas de trabalho por dia. Uma das tecelãs fala como era a rotina de horários:

> Nós entrávamos 7:00 horas, ou até antes, mas o horário certo era 7:00 horas. Quando dava 7:00 horas fechava. Aí só tinha 15 minutos de tolerância, mas depois de 7:15 não entrava mais. Aí a saída 11:00 horas, para o almoço. Ela apitava meio-dia e meio-dia e meio, aí tornava entrar. Meio-dia e meio nós entrava novamente, aí saía às 5:00 horas da tarde. Nós trabalhava sábado até 11:00 horas. Aí parava e entrava a limpeza [...] cada um limpava a máquina que trabalhava. Tinha que deixar Limpo. Quando apitava 12:00 horas ia para casa. Dia de sábado nós saia 12:00 horas por causa da limpeza da fábrica (Teresinha de Jesus, 2018).

Outra entrevistada, antiga tecelã da Fábrica Manufatora de Caxias, questionada se era permitido algum atraso para entrar na fábrica e iniciar o trabalho, respondeu: “Nós não chegava

atrasado. A Fábrica apitava, nós derrapava, caía fora" (Maria Nunes da Conceição, 2018). Este trecho do depoimento deixa claro que não havia muita tolerância com o horário de entrada dos funcionários.

Posteriormente, a carga horária de trabalho nas fábricas foi reduzida para 8 horas diárias, benefícios conseguidos através de lutas e greves que ocorreram por todo o país. No Maranhão essas manifestações aconteceram muitas vezes através da Associação dos Trabalhadores Agrícolas do Maranhão (ATAM). Em 1958 foi realizada, por meio dessa associação, a chamada Passeata da Fome, um protesto contra o custo de vida (MELO, 1990).

Em 1959 dirigentes sindicais, entre eles o presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de São Luís, subscreveram um manifesto provocando todas as categorias profissionais, liberais e autônomos, a comparecerem ao primeiro Congresso dos trabalhadores do Maranhão, onde foram discutidos temas como o salário e custo de vida, organização sindical, previdência e assistência trabalhista, além da situação econômica do Estado (ALFREDO WAGNER *apud* MELO, 1990).

As fábricas simbolizam a materialização do domínio do capital sobre o trabalho humano, o aprofundamento das relações capitalistas através da nova organização do processo de trabalho nos moldes fabris da época, atendendo a um novo ritmo e às necessidades do mundo moderno. O trecho a seguir demonstra as dificuldades financeiras vividas e apresenta uma dimensão do que era possível adquirir com o salário recebido.

> Eu era solteira, vivia com meus pais. Ajudava meu pai, mas ele não exigia. Sabia a situação como era e ajudava. Quando eu recebia aquele salariozinho, aí dividia no meio, dava uma parte para meu pai e a outra eu ficava. Às vezes, meu pai dizia assim: 'Ô, minha filha, hoje a coisa tá tão ruim. Eu tô sem dinheiro'. Aí, eu não gastava meu dinheiro que era para eu comprar minha mudinha de roupa, para mim e para dois irmãos que eu tinha. Uma irmã e um irmão. Do pouco que eu ganhava, eu ficava e ainda ajudava meus irmãos a comprar camisa e roupa (Teresinha de Jesus, 2018).

Além do aspecto social relatado nos depoimentos, o resgate das memórias das experiências vividas pelos antigos funcionários demonstra sentimentos relativos ao valor simbólico e afetivo destes espaços. A produção têxtil marcou a história da sociedade brasileira, implicando em impactos na cultura, na forma de trabalho, nos espaços de sociabilidade, nas questões trabalhistas, de modo que está vinculada a sentimentos de identidade e pertencimento.

> Os valores afetivos incluem as relações subjetivas do indivíduo em sociedade, embutidas aí todas as cargas simbólicas identitárias de pertencimento. Essa categoria de valor está diretamente ligada à necessidade da comunidade, em perpetuar o significado original dos monumentos, que caracterizam os grupos minoritários da sociedade, como os próprios operários no caso das fábricas (DEZEN-KEMPTER, 2011, p.5).

Segundo Pollak (1992), existem lugares da memória, particularmente ligados a uma lembrança, que pode ser uma lembrança pessoal, mas também pode não ter apoio no tempo cronológico. Afirma, ainda que:

> A memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em reconstrução de si (POLLAK, 1992, p.204).

Destaco um trecho saudosista dito durante as entrevistas, que revela o afeto dos antigos funcionários para com o período em que trabalhavam na indústria de tecidos, a despeito das dificuldades enfrentadas e da exploração da sua mão de obra:

> Eu fico às vezes pensando: ô tempo bom! A ida para lá a gente já ia brincando [...] Mas eu gostava, era tempo bom. A gente distraia... tinha quem fazia raiva para gente, a gente largava para lá. Mas era bom [...]. Faz dó, dá uma tristeza em mim quando eu passo lá (Consuelo Machado, 2018).

Por fim, seguem palavras de dois entrevistados, contendo declarações explícitas da vontade de ver o lugar onde trabalharam por anos, funcionando, dinamizando a economia da cidade, sendo útil e revalorizado, atendendo à população local com um uso coletivo que mantivesse os elos do espaço com a comunidade:

> Pro meu gosto, ainda hoje a fábrica funcionava. Porque para nós aqui era um auxílio. Um auxílio, porque ela funcionando tinha muita gente trabalhando e tudo. Já hoje, que tem todo direito, né? Para dentro mesmo da cidade era uma bênção (Teresinha de Jesus, 2018).
>
> A gente sente. Porque isso aqui poderia ser aproveitado. Podia ser uma escola boa, uma faculdade de primeira ou a prefeitura. Se você for em Caxias vai ver a diferença. O estilo da fábrica é o mesmo, é a mesma coisa. São três a quatro fábricas, tudo no mesmo estilo. Aqui, em São Luís, em Caxias [...] É uma pena que ninguém tenha feito mais nada. É falta de interesse dos dirigentes, dos nossos dirigentes (Nicanor dos Santos, 2018).

Espera-se com este registro guardar um pouco da história vivida, das lembranças dessas pessoas, da opressão velada e até despercebida ou naturalizada pelos próprios entrevistados e pela sociedade da época. Lembranças frágeis, tendo em vista que se tratam de entrevistados com idade avançada, cujo passar do tempo colabora para o esquecimento e perda da memória. "Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores dos mecanismos de manipulação da memória coletiva" (LE GOFF, 2003, p.422). Apesar dos antigos funcionários representarem um recorte limitado da população das Cidades de Caxias e Codó, entende-se que os depoimentos coletados foram muito valiosos para compreender o contexto social em que funcionaram as antigas fábricas de tecidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, as fábricas de tecidos foram analisadas, buscando um contexto global, no sentido de atingir o complexo significado cultural que possuem, para, de forma ampla, fornecer subsídios ao conhecimento de parte do patrimônio industrial brasileiro, visando compreender seu valor para a sociedade maranhense e brasileira.

A presente pesquisa, apresentou reflexões sobres aspectos da história da industrialização brasileira, em especial a maranhense, das mudanças sociais provocadas a partir da implantação de complexos industriais, do processo de composição da arquitetura fabril, sobre o desenvolvimento técnico, e tecnológico, sobre o crescimento urbanístico, assim como as modificações e a formação de uma paisagem industrial no interior do Maranhão. Os dados levantados neste trabalho abrangem, além dos remanescentes materiais, a memória de parte dos trabalhadores envolvidos na produção têxtil das referidas fábricas, com propósito da compreensão sistêmica de como se deu o processo de produção de tecidos no sertão maranhense.

Todos esses aspectos refletem dimensões culturais da nossa sociedade e foram estudados para possibilitar a discussão das significações sociais vinculadas ao processo de fabricação de tecidos, no séc. XIX, visando desenhar uma proposta prelimitar de identificação de valores culturais, que sirva de argumentação para a preservação e conservação desses bens.

O referencial teórico e conceitual apresentado no primeiro capítulo teve como finalidade delimitar a abrangência dos objetos de estudo e clarificar o entendimento dos termos e conceitos principais tratados na pesquisa, os valores culturais do patrimônio industrial. Esse entendimento, fez com que a delimitação do objeto pesquisado extrapolasse a edificação isolada, a fábrica propriamente dita, e abrangesse seu entorno, como partes documentais de um mesmo processo histórico, alcançando o contexto urbano onde as indústrias de tecidos foram implantadas e considerando outras implicações decorrentes, como as mudanças no cotidiano da população e as transformações na paisagem do interior do Maranhão.

Por meio da análise da lista de processos com pedidos de tombamento abertos no IPHAN de 1938 a 2019, foi possível observar a pouca relevância manifestada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional na defesa da preservação do Patrimônio Industrial e a baixa representatividade dessa categoria de patrimônio no Brasil, que alcança apenas 4% do universo de bens protegidos no âmbito federal. A citada lista, demonstra, ainda, que grande parte do patrimônio construído resultante da industrialização é protegido, sobretudo, pelo seu valor histórico, deixando à margem outros valores não menos importantes.

A partir do segundo capítulo são apresentados os vínculos existentes entre a industrialização brasileira e o mercado externo. Conexões globais que influenciaram a forma de participação brasileira na comercialização do algodão e, posteriormente, de tecidos. Nesse cenário, evidenciou-se a separação dos países em dois grupos, aqueles que forneciam matéria prima e o grupo de países industrializados, que dominavam a tecnologia de produção. Grupo que o Brasil começou a integrar, como fabricante de produtos têxteis, essencialmente, entre as décadas de 1880 e 1890, quando ocorreu um grande impulso na industrialização têxtil brasileira.

Esse estudo mostrou a importância histórica desses complexos industriais, expondo a indústria de tecidos como o primeiro ramo industrial que se desenvolveu de forma significativa no Brasil, tendo iniciado o processo com a exploração da matéria prima para a confecção dos tecidos, o algodão, no Estado do Maranhão. A formação do parque industrial no Maranhão teve a atividade agroexportadora como eixo central da indústria, onde se destacou o beneficiamento e comercialização do algodão, movimentando a economia a ponto de influenciar o desenvolvimento urbano regional, com crescimento dos principais núcleos urbanos da época, resultando na implantação do conjunto de edificações fabris tratadas nesta pesquisa.

As relações de trocas culturais foram percebidas por meio das características das estruturas industriais implantadas, onde foi materializada a influência internacional na formação do conjunto fabril, numa lógica de importação de tecnologia e estética, integrada com o conhecimento técnico e a exploração de produtos agrícolas locais, que se repetiu em parte significativa do Brasil ao final do século XIX e princípio do séc. XX. Foram apresentados fatores socioeconômicos e políticos que influenciaram as transformações deste ramo industrial, fatores externos e internos que interferiram em sua gênese e decadência no Maranhão.

As fábricas de tecidos de Caxias e Codó foram analisadas pormenorizadamente, e demonstrou-se sua importância para o crescimento urbano da região, influenciando a implantação do sistema ferroviário no Estado do Maranhão e a expansão urbana. Destacou-se que a construção da rede ferroviária teve início na cidade de Caxias, à época, segunda cidade maranhense em termos demográficos e urbanísticos.

Por meio da análise das entrevistas foi possível reconstruir o ambiente de trabalho fabril e entender como as atividades se desenvolviam no seu interior, considerando as formas de sociabilidade, a relação afetiva com o local e com os demais colegas, aflorando, especialmente, aspectos sociais de relações trabalhistas. Os antigos operários se remetem a emoções e sentimentos, relacionados às experiências vividas nesses espaços. As emoções e significados emanados pela população são a base para a formação e entendimento dos valores sociais. Percebeu-se, sobretudo, a vontade dos antigos operários, que se constituem moradores locais,

de resgatar o valor utilitário dos imóveis, e de alguma forma dar prosseguimento à relação que existiu entre esses espaços, a comunidade e a cidade.

A pesquisa desenvolvida mostra que apesar de parte dessas estruturas constarem inseridas no planejamento territorial urbano dos municípios de Caxias e Codó, passaram por longo tempo de esquecimento e abandono, notadamente por parte dos gestores e órgãos de preservação. Independentemente de seu acautelamento institucional, esse legado continua presente e estimado pelos seus habitantes.

A partir da análise dos diferentes aspectos possibilitada pelos remanescentes das edificações e maquinários, pela conformação e uso dos espaços, pelos registros escritos e pela transmissão oral da memória do trabalho fabril, se pôde reconstruir, parcialmente, a organização do processo produtivo das fábricas de tecidos e compreender as interligações globais da história das sociedades, da evolução e inovação tecnológica, do desenvolvimento da arquitetura funcional, da história econômica, com estreita relação com o capitalismo mundial. Esses elementos influenciaram e repercutem no desenvolvimento social e urbano das cidades brasileiras até os dias atuais.

Os remanescentes das fábricas de tecidos em pauta se constituem documentos históricos do princípio da industrialização brasileira e maranhense, refletindo materialmente as mudanças mundiais na forma de produzir, a interação excessiva entre máquina e operário, a inclusão e exploração do trabalho feminino e infantil, relações de hierarquia entre patrão e operário, as ligações mercantis e econômicas entre cidades e países, demonstrando o período de dependência tecnológica e econômica do Brasil em relação a outros países, como os Estados Unidos e a Inglaterra. Através dos elementos materiais e imateriais, como a memória dos funcionários, demonstrou-se as mudanças nos padrões de vida e trabalho, na relação entre tempo e produção, com transformações relevantes no hábito dos trabalhadores e da sociedade maranhense.

Os antigos complexos industriais de tecidos localizados às margens do rio Itapecuru, são estruturas que materializam memórias e compõem a identidade dos cidadãos maranhenses. Espaços que merecem ser reapropriados pela população, em diferentes possibilidades de uso, que, independentemente de ter ou não atividade produtiva, agregam valor simbólico, memorial e integram parte da história industrial brasileira, características que devem ser ressaltadas em qualquer intervenção futura que venham sofrer.

Em virtude dessa análise percebeu-se as estruturas remanescentes das fábricas de tecidos como um legado industrial, ainda não consagrado no âmbito federal. A indústria têxtil representa o princípio da industrialização moderna brasileira, responsável por grandes

mudanças econômicas e sociais. Embora ainda não seja patrimonializada de modo significativo, apresenta grande potencial para ter reconhecidos oficialmente seus valores culturais.

Pelo exposto, para além dos valores histórico, arquitetônico e urbanístico, tradicionalmente acentuados nas análises de bens culturais realizadas pelos órgãos de preservação, o legado industrial, caracterizado pela interdisciplinaridade, possibilitou a inclusão de novos parâmetros de valores culturais, a exemplo dos componentes técnico, tecnológico, paisagístico e social que envolve esses bens.

Os valores culturais e a construção do patrimônio ocorrem por escolhas e significados que emergem da sociedade, as pessoas que atribuem valor ao patrimônio. Os remanescentes materiais dessas antigas estruturas fabris se constituem referências culturais, são manifestações físicas dos valores construídos em sociedade e a forma como são utilizados na atualidade demonstra muito sobre seu significado, no presente, para a comunidade local.

Dentre os valores apresentados, o processo de transformação do algodão em tecido, o modo de fazer tecido de algodão com uso de máquina a vapor, foi destacado como uma atividade extinta no Maranhão, pois o procedimento técnico completo era de domínio apenas dos gerentes de seção, que não transmitiram esse conhecimento, uma vez que a tecnologia empregada ficou obsoleta e esse processo de produção de tecidos foi encerrado há cerca de 60 anos no sertão maranhense.

Esse antigo método de produção empregado para a confecção de tecidos de algodão, perdurou no Maranhão do final do séc. XIX até o início da segunda metade do séc. XX, e só pôde ser compreendido por meio da análise de registros documentais, em especial das edificações e máquinas remanescentes. Com efeito, a existência de parte da maquinaria, permitiu o estudo do espaço fabril de forma mais precisa. Esses equipamentos, analisados em conjunto com outras máquinas têxteis do período estudado, permitiram o entendimento da forma de fazer tecido e dos fluxos internos de trabalho, e consequentemente, da concepção arquitetônica. Em outras regiões do país os métodos de produção de tecidos foram e continuam evoluindo, em sucessivo desenvolvimento tecnológico, que, em muitos casos, se sobrepõe e apaga parte da história e dos métodos anteriores empregados.

Assim, as fábricas aqui estudadas conservam fragmentos do princípio da industrialização, mesmo quando esquecidas e desgastadas pelo tempo, representam um retrato parcial de uma tecnologia já superada, de um sistema construtivo pretérito, e de memórias que ficaram guardadas, o que torna seus remanescentes ainda mais caros para a preservação.

Esta pesquisa possibilitou o registro das características físicas materiais de uma parcela significativa dos remanescentes das indústrias têxteis das cidades de Caxias e Codó, no interior

do Maranhão, incluindo bens móveis e imóveis, assim como de bens intangíveis, como a história da industrialização e a memória coletiva dos trabalhadores que, pela sua natureza e pela idade avançada dos entrevistados, encontrava-se mais suscetível a perdas irreversíveis.

A abordagem desses monumentos como documento histórico, visou reafirmar a necessidade de uma análise crítica dos elementos disponíveis, aproximando história e arqueologia, envolvendo, ainda, outras ciências necessárias para o entendimento holístico da questão posta nesta pesquisa: **a significação cultural dos remanescentes da indústria têxtil localizados no interior do Maranhão**. Esses remanescentes foram entendidos como provas palpáveis do modo como se desenvolveu a história da industrialização no Nordeste do país.

Os bens remanescentes dessa fase inicial da industrialização brasileira, no Maranhão, merecem ser divulgados, conhecidos e discutidos para que a preservação de seus valores culturais tenha continuidade. Através do acautelamento formal estas estruturas poderão ter prolongadas suas existências físicas e contribuir para a preservação da memória industrial, tanto a nível local e regional, como nacional.

> O património industrial deve ser considerado como uma parte integrante do património cultural em geral. Contudo, sua proteção legal deve ter em consideração a sua natureza específica. Ela deve ser capaz de proteger as fábricas e as suas máquinas, os seus elementos subterrâneos e as suas estruturas no solo, os complexos e os conjuntos de edifícios, assim como as paisagens industriais (TICCIH, 2003, p.8).

A participação da população e o envolvimento das instâncias Municipal, Estadual e/ou do Governo Federal, na institucionalização de lugares de valor cultural, lugares de memória como estes complexos fabris, se faz premente, não só pelo risco de perda de elementos tangíveis e intangíveis, abandonados por longo período, mas sobretudo para o reconhecimento institucional da importância que tiveram na história industrial e na formação urbana do país.

A patrimonialização apresenta impactos concretos na materialidade e na vida das pessoas detentoras dos bens culturais, pois implica em ações políticas e envolve o poder delegado às instituições de preservação de referendar e reconhecer oficialmente os sítios, objetos e manifestações culturais como patrimônio. Trata-se de um posicionamento político diante da constituição do nosso patrimônio.

O apoio do Governo Federal no acautelamento dos Complexos Fabris de Tecidos, tem possibilidade de se somar às ações de proteção e conservação Municipais e Estaduais iniciadas, podendo potencializar os resultados obtidos e consolidar o valor cultural desse patrimônio, ainda não consagrado no âmbito federal. A ação conjunta das instâncias governamentais deveria se encaminhar de modo a favorecer o protagonismo social e ampliar o foco da intervenção,

localizado na fábrica, direcionando-o para o conjunto ambiental e urbano constituído a partir do seu funcionamento, valorizando tanto aspectos históricos, arquitetônicos, tecnológicos e utilitários, como paisagísticos, urbanísticos e, sobretudo, os aspectos sociais que envolvem esses bens.

Dentre os instrumentos de preservação existentes, o registro não poderia ser aplicado para proteção dos remanescentes industriais das fábricas em estudo, pois "o saber fazer" não mais existe no Maranhão. O instrumento do Tombamento é uma possibilidade de proteção dos bens móveis e imóveis estudados, mas precisaria ser readequado de modo a contemplar a proteção da memória do trabalho e de outros aspectos imateriais, como os valores social, afetivo e simbólico, aspectos dinâmicos que necessitam da participação da população detentora desses bens. Importa destacar o Tombamento como ação de proteção relativa, exclusivamente, a bens culturais materiais, instituído desde o final da década de 1930, através do Decreto-Lei nº 25 de 27 de novembro de 1937, o instrumento de proteção mais utilizado pelos órgãos de preservação.

Outro instrumento de proteção que poderá ser utilizado para o acautelamento do patrimônio industrial em questão, é a Chancela da Paisagem Cultural instituída pelo IPHAN por meio da Portaria nº 127, promulgada em abril de 2009. A citada Portaria, em seu artigo primeiro, define Paisagem Cultural como "uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores". Dessa forma, "considera o caráter dinâmico da cultura e da ação humana sobre as porções do território" (Art. 1º e 3° da Portaria nº 127/2009).

Cabe ressaltar que esse instrumento pode ser complementado pelo Tombamento, ou outras formas de proteção e mecanismos existentes em outras esferas, a exemplo de instrumentos de planejamento territorial urbano como os Planos Diretores Municipais (CASTRIOTA; MONGELLI, 2017). Essa nova categoria de preservação enfatiza tanto as manifestações culturais físicas construídas e naturais, quanto os valores imateriais, de significados simbólicos, resultado das relações da população com o lugar, fatores expressos em forma de paisagem que evolui constantemente, mostrando-se bastante condizente para a proteção do patrimônio industrial analisado nesta pesquisa.

Os Complexos Fabris aqui estudados, além de estarem relacionados ao convívio social dinâmico e possuírem significados simbólicos e afetivos com a comunidade, compõem uma paisagem singular no interior do Maranhão. São resultado das inovações tecnológicas e construtivas, propiciadas pela criatividade e ciência humanas, integradas às características naturais do território, com forte vinculação à existência do Rio Itapecuru, elemento natural

estruturante para a ocupação do sertão maranhense e para a implantação das fábricas de tecidos movidas a vapor do interior do Maranhão.

Os instrumentos de acautelamento disponíveis precisam ser considerados em busca da melhor forma de proteção dos bens culturais em análise. Para tanto, devem ser desenvolvidos meios de interlocução que possibilitem que a população tenha voz ativa no processo de patrimonialização, permitindo a escuta dos seus anseios; de modo a agregar o conhecimento técnico, dos especialistas dos órgãos de preservação, à memória, ao afeto e ao significado simbólico que só por meio dos detentores é possível aferir.

A noção contemporânea de preservação cultural, baseada nos princípios democráticos da nossa Constituição Federal de 1988, coloca a sociedade como ator principal do processo de patrimonialização. A população precisa ser encarada como o ponto focal das questões patrimoniais, a partir e para quem a cultura deve ser preservada. Por esse ângulo, não há como intervir no patrimônio cultural sem comunicação direta com a população.

A permanência desses grandes complexos industriais ao longo do tempo estabeleceu elos com a comunidade, vínculos reforçados cotidianamente por meio da vivência desses espaços pela população local. As antigas fábricas de tecidos se constituem "verdadeiros monumentos da memória, onde o imaterial se materializa" (NORA, 2008, p.35), são resultado da construção de uma cultura híbrida característica da América Latina, mesclando relações contraditórias entre hegemônicos e subalternos, tradicional e moderno, cultura popular e massiva (CANCLINI, 2006).

Dessa forma, os remanescentes industriais estudados estão imbricados de diversos valores culturais, que se sobrepõem e se complementam. Se faz necessário preservar tais monumentos como documentos concretos que merecem cumprir sua função social no presente e servir para o usufruto e fonte documental de pesquisa às gerações futuras, testemunhos materiais da história da indústria de tecidos brasileira.

Por tudo que foi exposto, considerando os valores culturais difusos identificados nos remanescentes da industrialização têxtil, é que advém a importância de preservar esse legado da indústria de tecidos de algodão no Maranhão, ampliando o quadro atual de bens protegidos representantes dessa categoria dentro do IPHAN. A documentação e divulgação deste estudo tem como propósito plantar uma semente para o reconhecimento institucional da importância cultural das antigas fábricas de tecidos que (r)existem no interior maranhense.

REFERÊNCIAS

ADORO CINEMA. **Charles Chaplin**. [*S.l.: s.n.*], 2007. Disponível em: http://www.adorocinema.com/personalidades/personalidade-5711/. Acesso em: 20 ago. 2020.

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ÁLBUM DO MARANHÃO. **Belém**: Graphica Amazonica, 1923. Disponível em: http://casas.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc_bpbl/acervo_digital/arq_ad/20140827221432140918847 2_95931409188472_9593.pdf. Acesso em: 20 ago. 2019.

ALMANAK Administrativo Mercantil e Industrial do Maranhão. [*S.l.*]: Livraria de João D'Aguiar Almeida & C., 1896.

ANDRÈS, Luiz Phelipe de Carvalho. **Arquitetura na formação do Brasil**. A arquitetura maranhense e a economia do algodão. Brasília: UNESCO/IPHAN, 2008.

ARCHIVES HUB. **Records of Mirrlees Watson Co Ltd, sugar machinery manufacturers, Glasgow, Scotland.** [*S.l.*]: Universidade de Glasgow, 2020. Disponível em: https://archiveshub.jisc.ac.uk/search/archives/081fc24a-a1fe-3416-badf-d9683849a7f2. Acesso em: 30 jun. 2019.

ARQUIVO NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2018.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO. São Luís: Arquivo Público Estadual, 2020-2021.

BIBLIOTECA BENEDITO LEITE. **A commissão hydraulica do Maranhão e o engenheiro Palmerio de Carvalho Cantanhede.** Maranhão: Typographia a vapor da Pacotilha, [*S.l. s.n.*], 1885. Disponível em: http://casas.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc_bpbl/acervo_digital/arq.ad/20140827221439140918847 9_73871409188479_7387.pdf. Acesso em: 05 jan. 2021.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 25 de 27 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm. Acesso em: 17 ago. 2020.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1937. Disponível:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm.Acesso:20 set.2020.

BRASIL. Portaria nº 127, de 30 de abril de 2009. **Diário Oficial da União**, seção 1. Brasília, 2009. Disponível em: http://sigep.cprm.gov.br/destaques/IPHAN_portaria127_2009PaisagemCultural.pdf. Acesso em: 20 ago. 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 ago. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 3.551 de 04 de agosto de 2000**. Institui o Programa Nacional e o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro. Brasília: Presidência da República, 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm#:~:text=Institui%20o%20Registro%20de%20Bens,Imaterial%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAncias. Acesso em: 20 nov. 2020.

BUCHANAN, Robert Angus. **History of technology**. [*S.l.: s.n.*], 2019. Disponível em: https://www.britannica.com/contributor/Robert-AngusBuchanan/410. Acesso: 28 ago. 2019.

BUNGE, Mario. **Philosophy of science and technology**: parte II: life science, social science and technology. Dordrecht: Reidel, 1985.

BUNGE, Mario. **The good and the right**. Dordrecht: Reidel, 1989.

CALDEIRA, José Ribamar Chaves: estudo microssociológico da instalação de um parque fabril em região do nordeste brasileiro no final do século XIX. 1988. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, 1988.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Decreto-Lei n. 2162 de 1º de maio 1940**. Brasília, 1940. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2162-1-maio-1940-412194-norma-pe.html. Acesso em: 20 ago. 2019.

CAMINHA, Pero Vaz de. **Carta de Pero Vaz de Caminha**. A el-rei D. Manuel sobre o achamento do Brasil. reimpressão. São Paulo: Martin Claret, 2003.

CAMPBELL, Colen. [*S.l.*]: Royal Academy, 1715. Disponível em: https://www.royalacademy.org.uk/art-artists/book/vitruvius-britannicus-or-the-british-architect-1. Acesso em: 20 ago. 2019.

CANCLINI, Nestor Garcia. O porvir do passado. *In*: **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. 4. ed. São Paulo: Ed. USP, 2006.

CARREIRA, António. **A companhia geral do Grão-Pará e Maranhão**. São Paulo: Editora Nacional, 1988.

CARTA DE NIZHNY TAGIL. Rússia, 2003. Disponível em: www.ticcih.org/wpcontent/uploads/2013/04/NTagilPortuguese.pdf. Acesso em: 15 ago. 2019.

CARVALHO, Carlos Jesus de. **Ascensão e crise da economia açucareira no Maranhão**: 18501910. São Luís: Ed. UEMA, 2015.

CASTRIOTA, L. B.; MONGELLI, M. de M. *In*: COLÓQUIO IBERO-AMERICANO: PAISAGEM CULTURAL, PATRIMÔNIO E PROJETO, 1, 2010. Belo Horizonte. **Anais** [...]. Belo Horizonte, MG, 2010.

CAXIAS (Maranhão). **História**. Caxias, MA: Prefeitura de Caxias, 2019. Disponível em: http://caxias.ma.gov.br/historia. Acesso em: 29 ago. 2019.

CAXIAS. **Ata nº 317, de 22 de dezembro de 1948, da Companhia União Caxiense Agrícola Industrial e Exportadora**. Caxias, MA: [*s.n.*], 1948.

CAXIAS. Decreto n° 12.681, 30 de novembro de 1990. **Diário Oficial do Município**, Caxias, MA: [*s.n.*], 1990. Disponível em: http://caxias.ma.gov.br/diario-oficial-do-municipio/. Acesso em: 20 ago. 2019.

CAXIAS. Lei n. 1.637/2006. **Plano Diretor de Caxias**. Caxias, MA: Prefeitura de Caxias, 2017. Disponível em: http://caxias.ma.gov.br/wp-content/uploads/2017/08/docs/Lei-1637-aprova-plano-diretor-do-municipio.pdf. Acesso em: 20 ago. 2020.

CEPAL - Comissão Econômica para América Latina. **A produtividade da mão de obra têxtil em 5 países da América Latina**. Rio de Janeiro, RJ: CEPAL, 1951.

CETex. Indústria têxtil algodoeira. [S.l.]: Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, 1946.

CODÓ. **Lançada a pedra fundamental para construção da Escola Municipal Fábrica de Sonhos**. Codó, MA: Prefeitura de Codó, 2019. Disponível em: http://www.codo.ma.gov.br/portal/lancada-a-pedra-fundamental-para-construcao-da-escola-municipal-fabricade-sonhos/. Acesso em: 20 jul. 2020.

CODÓ. Lei n° 1.449, de 14de dezembro de 2007. Dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Codó. **Plano Diretor de Codó**. Codó, MA: Prefeitura de Codó, 2007. Disponível em: http://www.codo.ma.gov.br/x/leis/1.449%20de%2014.12.2007.pdf. Acesso em: 20 ago. 2020.

COLE, Emily. **História ilustrada da arquitetura**. São Paulo: Publifolha, 2011.

COSTA NETO, Yttrio Corrêa da. **Bancos Oficiais do Brasil**: origem e aspectos de seu desenvolvimento. Brasília: Banco Central do Brasil, 2004.

COSTA, Clerisvaldo. **Imigração portuguesa para o Maranhão em meados do século XIX**: o caso da Colônia Petrópolis em Codó. Codó-MA: UFMA, 2018.

COSTA, Cacilda Teixeira da. **O sonho e a técnica**: a arquitetura do ferro no Brasil. 2. ed. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2001.

COUTINHO, Milson. **Caxias das Aldeias Altas**: subsídios para sua história. 2. ed. São Luís/ Caxias: Ed da Prefeitura de Caxias, 2005.

CUNHA, Gaudêncio. **Maranhão 1908**. 2. ed. São luís: edições AML, 2008.

CUPANI, Alberto. **Filosofia da tecnologia**: um convite. 3. ed. Florianópolis: UFSC, 2016.

CURY, Lucilene; CAPOBIANCO, Ligia. Princípios da história das tecnologias da informação e comunicação: grandes invenções. *In:* ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 8, 2011, Guarapuava- PR.**Anais** [...].Guarapuava: Unicentro, 2011.

DEZEN-KEMPTER, Eloisa. O espaço fabril enquanto lugar da memória. CIEC/UNICAMP. **Revista Urbana**, ano 3, n. 3, 2011.

DIÁRIO DO MARANHÃO. **Jornal do Commercio, lavoura e industria**. São Luís, 4 fev. 1887. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720011&Pesq=Fabrica%20Tecidos&pagfis=18728. Acesso em: 20 ago. 2019.

DIÁRIO DO MARANHÃO. **Jornal do Commercio, lavoura e industria**. São Luís,11 dez. 1888. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720011&Pesq=Fabrica%20Tecidos&pagfis=20727. Acesso em: 20 ago. 2019.

DIÁRIO DO MARANHÃO. **Jornal do Commercio, lavoura e industria**. São Luís, 9 jan. 1904. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720011&Pesq=Fabrica%20Tecidos&pagfis=36532. Acesso em: 20 ago. 2019.

DIÁRIO DO MARANHÃO. **Jornal do Commercio, lavoura e industria**. São Luís, 30 jan. 1905. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720011&Pesq=Fabrica%20Tecidos&pagfis=37804. Acesso em: 20 ago. 2019.

DIÁRIO DO MARANHÃO. **Jornal do Commercio, lavoura e industria**. São Luís, 1 jun. 1892. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720011&Pesq=Fabrica%20Tecidos&pagfis=24046. Acesso em: 20 ago. 2020.

DIÁRIO DO MARANHÃO. **Jornal do Commercio, lavoura e industria**. São Luís, 28 out. 1893. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720011&Pesq=Fabrica%20Tecidos&pagfis=25747. Acesso em: 20 ago. 2019.

DIÁRIO DO MARANHÃO. **Jornal do Commercio, lavoura e industria**. São Luís, 17 ago. 1895. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720011&Pesq=Fabrica%20Tecidos&pagfis=27733. Acesso em: 20 ago. 2020.

DIÁRIO DO MARANHÃO. **Jornal do Commercio, lavoura e industria**. São Luís, 26 mar. 1896. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720011&Pesq=Fabrica%20Tecidos&pagfis=24202. Acesso em: 20 ago. 2020.

ESPAÇO FÁBRICA SÃO LUIZ. **A Fábrica São Luiz**. São Paulo, 2020. Disponível em: https://espacofabrica.com.br/a-fabrica-sao-luiz/. Acesso em: 28 ago. 2020.

FEITOSA, Antônio Cordeiro. **O Maranhão primitivo**: uma tentativa de reconstituição. São Luís: Editora Augusta, 1983.

FONSECA, Maria Cecília. Londres. **O patrimônio em processo**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

FREITAS, Sônia Maria de. **História oral**: possibilidades e procedimentos. São Paulo: Editora Humanitas, 2006.

FRY, Carole Anne **The Dissemination of Neo-Palladian Architecture in England 1701-1758**. [*S.l.*]: University of Bristol, Faculdade de História da Arte, ago. 2006.

FUNDAÇÃO DARCY RIBEIRO. **Mapeamento cultural nos Municípios de Codó, Santo Antônio dos Lopes, Capinzal do Norte e Dom Pedro no Maranhão**. [*S.l. s.n.*], abr. 2016.

GALVES, M. C.; NUNES, J. M. S. **Caminhões, rainhas e desfiles**: a festa do arroz em Caxias, Maranhão. Jataí-GO, 2016.

GAZETA CAXIENSE. **Companhia união caxiense**. Caxias, ano VII, n. 23, 26 maio 1893. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=238589&pasta=ano%20189&pesq=Companhia%20Uni%C3%A3o%20Caxiense&pagfis=37. Acesso em: 20 ago. 2019.

GAZETA CAXIENSE. Caxias, 16 jan. 1894. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=238589&pasta=ano%20189&pesq=Companhia%20Uni%C3%A3o%20Caxiense&pagfis=213. Acesso em: 20 ago. 2019.

GAZETA CAXIENSE. Caxias, 5 dez. 1895. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=238589&pasta=ano%20189&pesq=Companhia%20Uni%C3%A3o%20Caxiense&pagfis=789. Acesso em: 20 ago. 2019.

GIROLETTI, Domingos. **Fábrica**: convento e disciplina. 2. ed. Brasília: UnB, Brasília, 2002.

GODOY, João Miguel Teixeira de. A fábrica e o mundo fabril nos estudos acadêmicos brasileiros. **História Questões e Debates**, Curitiba: Editora UFPR, p. 175 a 203, jan./jul. 2010.

GOMES, Laurentino. **1889**: como um imperador cansado, um marechal vaidoso e um professor injustiçado contribuíram para o fim da Monarquia e a proclamação da República no Brasil. São Paulo: Globo, 2013.

GOOGLE EARTH. **Fábrica Manufatureira e Agrícola do Maranhão em Codó**. [*S.l.: s.n.*], 2019. Disponível em: https://www.google.com.br/intl/pt-BR/earth/. Acesso em: 8 dez. 2020.

GOOGLE EARTH. **Localização da Fábrica Industrial Caxiense, em Caxias**. [*S.l.: s.n.*], 2020. Disponível em: https://www.google.com.br/intl/pt-BR/earth/. Acesso em: 25 nov. 2020.

GRILLO, Flávio. Projeto de Restauração e Requalificação da Fábrica Progresso Maranhense. 2015. Acessível no Centro de Documentação da Superintendência do IPHAN no Maranhão, São Luís, Brasil.

GUIMARÃES, M. de L. R. **Cândido Ribeiro**: o maior industrial do Maranhão dos séculos XIX e XX. São Luís: EDUFMA, 2010.

HESSEN, J. **Filosofia dos valores**. Universidade de Colônia, 1932. Tradução de L. Cabral de Moncada. 5. ed. Coimbra: Arménio Amado, Editor Sucessor, 1980.

HOBSBAWM, Eric. J. **A era das revoluções**: 1789-1848. 37. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

HUDSON, Kenneth. **Social historian with forward-looking ideas on museum presentation**. [*S.l.: s.n.*], 2018. Disponível em: http://nationalheritage.org.uk/wordpress/wp-content/uploads/2018/05/KennethHudson.pdf. Acesso em: 18 ago. 2019.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. São Luís: IPHAN. Acervo digital, 1950. Disponível em: http://acervodigital.iphan.gov.br/xmlui/discover?query=S%C3%A3o+Lu%C3%ADs%2C+Maranh%C3%A3o+%28MA%29&filtertype=format&filter_relational_operator=equals&filter=Fotografias. Acesso em: 20 ago. 2020.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Processo de Tombamento nº 1054-T-82, Fábrica de vinho Tito Silva**. Rio de Janeiro: Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro, 1985.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Processo de Tombamento nº 1144-T-85, Fábrica Santa Amélia**. Rio de Janeiro: Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro, 1985.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Portaria do SPHAN nº 11 de 11 de setembro de 1986**. Rio de Janeiro, 1986. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_11_de_11_de_setembro_de_1986.pd. Acesso em: 20 set. 2020.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Processo de Tombamento nº 1202-T-86, Engenho Central de São Pedro, Pindaré Mirim - MA**. Rio de Janeiro: Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro, 1986.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Cartas Patrimoniais**. 3. ed. rev. aum. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Processo de Tombamento nº 1706-T-14, Fábrica de tambores SESC Pompéia, São Paulo - SP**. Rio de Janeiro: Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro, 2014.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Portaria nº 127 de 30 abril de 2009**. [*S.l.: s.n.*], 2009. Disponível em: https://www.normasbrasil.com.br/norma/portaria-127-2009_214271.html. Acesso em: 20 ago. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. [*S.l.: s.n.*], 2020. Em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ma/codo.html. Acesso em: 20 ago. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Fábrica de tecidos**. Caxias, MA. [*S.l.: s.n.*], 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=448998&view=detalhes. Acesso em: 20 ago. 2020.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. [*S.l.*]: IPHAN, 2020. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/. Acesso em: 28 ago. 2020.

INVENÇÕES NA HISTÓRIA. **A invenção da máquina de fiar e o tear mecânico**. [*S.l.: s.n.*], 2018. 1 vídeo (13:09). Publicado pelo canal Invenções na História. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=B9gf1D-WcYs. Acesso em: 1 jan. 2019.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. Refletindo sobre a história oral: procedimentos e possibilidade. *In*: MEIHY, J. C. S. B. (Org). **(Re)introduzindo história oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996.

JORNAL O ESTADO. São Luís: Imirante, 20 mar. 2019. Disponível em: https://imigrante.com. Acesso em: 28 ago. 2019.

JORNAL O IMPARCIAL. **Noticia**. São Luís, 1 fev. 1930 Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=107646&pasta=ano%20193&pesq=%22F%C3%A1brica%20Uni%C3%A3o%22%20oper%C3%A1rios&pagfis=7781. Acesso em: 20 ago. 2020.

JORNAL O IMPARCIAL. **Ordenada uma depuração na França**. São Luís, 29 ago. 1941. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=107646&pasta=ano%20193&pesq=bairro%20ponte&pagfis=29620. Acesso em: 20 ago. 2020.

JORNAL PACOTILHA. **Bordo do vapor Barão de Grajahú**. [*S.l.: s.n.*], 7 jan. 1888. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=168319_01&pasta=ano%20188&pesq=Lima%20Campos&pagfis=7398. Acesso em: 20 ago. 2020.

JORNAL PACOTILHA. [*S.l.: s.n.*], 20 set. 1894. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=168319_01&pasta=ano%20190&pesq=setembro%201891%20Olaria&pagfis=15777. Acesso em: 20 ago. 2019.

JORNAL PACOTILHA. [*S.l.: s.n.*], 8 de dez. 1903. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=168319_01&pasta=ano%20190&pesq=setembro%201891%20Olaria&pagfis=27154. Acesso em: 20 jun. 2019.

JORNAL PACOTILHA. [*S.l.: s.n.*], 13 ago. 1896. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=168319_01&pasta=ano%20190&pesq=setembro%201891%20Olaria&pagfis=18116. Acesso em: 20 ago. 2019.

JORNAL PACOTILHA. [*S.l.: s.n.*], 17 fev. 1916. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=168319_02&pasta=ano%20191&pesq=F%C3%A1brica%20Industrial%20Maranhense&pagfis=8057. Acesso em: 20 ago. 2019.

JORNAL PACOTILHA. [*S.l.: s.n.*] , 27 dez. 1938. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=168319_02&pasta=ano%20193&pesq=Munic%C3%ADpio%20de%20Cod%C3%B3&pagfis=33357. Acesso em: 20 ago. 2020.

JORNAL O IMPARCIAL. São Luís, 6 set. 1932. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=107646&pasta=ano%20193&pesq=f%C3%A1brica%20tecidos%20Cod%C3%B3&pagfis=12441. Aceso em: 20 ago. 2020.

KUHL, Beatriz Mugayar. **Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização**: problemas teóricos de restauro. Cotia - SP: Ateliê Editorial, 2008.

LAGO, Antônio Bernardino Pereira do. **Estatística histórico-geográfica da Província do Maranhão**. São Paulo: Siciliano, 2001.

LE GOFF, J. **História e** memória. Tradução de Bernardo Leitão *et al*. 5. ed. Campinas: UNICAMP, 2003.

LEIA HOJE. **Enciclopédia do Maranhão**. [*S.l.: s.n.*], ano VI, n. 49, 2000

LIMA FILHO, Arthur Almada. A. **Efemérides Caxienses**. Imperatriz - MA: Ed. Ética, 2014.

LIMA, Heitor Ferreira. **História político-econômica e industrial do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

LYRA, Cyro Corrêa. **Preservação do Patrimônio edificado**: a questão do uso. Brasília, DF: Iphan, 2016.

MACHADO, João Batista. **Codó**: histórias do fundo do baú. Codó: FACT/UEMA, 1999.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória MP nº 291, de 22 de fevereiro de 2019**. São Luís: Secretaria de Transparência e Controle. Disponível em: http://stc.ma.gov.br/legisla-documento/?id=5394. Acesso em: 20 ago. 2020.

MARANHÃO. **Bens Tombados do Maranhão**. São Luís: Secretaria da Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico, 1987.

MARQUES, César Augusto. **Dicionário histórico-geográfico da Província do Maranhão**. Rio de Janeiro: Editora Fon - Fon, 1970.

MARX, Karl. **O capital**: o processo de produção do capital. São Paulo: Civilização Brasileira, 2005.

MATHIAS, H. G. **Algodão no Brasil**: cotton in Brazil. São Paulo: Ed. Index, 1988.

MEDEIROS, Raimundo. **Álbum de Caxias, MA**: a princesa do Sertão. São Luís: Academia Caxiense de Letras, 2014.

MELO, Maria Cristina Pereira de. **O bater dos panos**: um estudo das relações de trabalho na indústria têxtil do Maranhão 1940-1960. São Luís: SIOGE, 1990.

MELO, Salânia M. Barbosa; SOUZA, Joana Batista de; SALAZAR, Denise C. da Silva Campos. **Caxias**: memórias, histórias e outros saberes. Teresina: EDUFPI, 2016.

MEMÓRIA SOBRE A CULTURA DOS ALGODOEIROS. **Oferecida ao Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, Ministro e Secretário de Estado da Repartição da Marinha e Negócios Ultramarinos**. [*S.l.: s.n.*], 1797. manuscrito.

MENEGUELLO, C.; GERIBELLO, D. F. Dossiê: Patrimônio Industrial. **Revista URBANA**, ano 3, n. 3, 2011.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. **O campo do patrimônio Cultural: uma revisão de premissas. Conferência Magna proferida durante o I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural**. Ouro Preto – MG: IPHAN, 2009.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. **Os usos culturais da cultura: contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais**. Texto transcrito de palestra proferida no encerramento do Congresso Internacional de geografia e planejamento do Turismo/Sol e território. [*S.l.*]: Transcrição de Cíntia Nigro, 1996.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. Repovoar o patrimônio. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Patrimônio Desafios e Perspectivas**, n. 36, p. 39-51, 2017.

MILKOV, Nicolay. **Hermann Lotze e Franz Brentano**. Universität Paderborn, Institut für Humanwissenschaften. Tradução de Evandro O. Brito, Ernesto M. Giusti, Bruno Aislã dos Santos e Camila Bozzo. Deutschland, 2017. *In:* Guairacá Revista de Filosofia, Guarapuava-PR, v. 34, n. 1, p. 26-44, 2018.

MINHA VELHA SÃO LUÍS. São Luís, 2020. Facebook: @MinhaVelhaSaoLuis. Disponível em: https://www.facebook.com/MinhaVelhaSaoLuis. Acesso em: 28 ago. 2020.

MOTTA, Lia. **Um panorama do campo da preservação do patrimônio cultural**. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015.

MOTTA, Lia. Valor de patrimônio e saber técnico institucional. *In*: CUREAU, S. *et al*. (coord.). **Olhar multidisciplinar sobre a efetividade da proteção do patrimônio cultural**. Belo Horizonte: Fórum, 2011. p.183-199.

NASCIMENTO, Flávia Brito do. Patrimônio Cultural e escrita da história: a hipótese do documento na prática do Iphan nos anos 1980. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, [S. l.], v. 24, n. 3, p. 121-147, 2016. DOI: 10.1590/1982-02672016v24n0305. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/126845. Acesso em: 22 fev. 2017.

NEVES, Diogo Guagliardo. **A Cânhamo**: uma história fabril e familiar. São Luís: Ed. Resistência Cultural, 2019.

NORA, Pierre. **Les lieux de mémoir**. Tradução Laura Masello. Montevideo: Trilce, 2008.

O OPERÁRIO. [*S.l.: s.n.*], 1893. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=761214&pasta=ano%20189&pesq=F%C3%A1brica%20Industrial%20de%20Caxias&pagfis=31. Acesso em: 20 ago. 2019.

O PAIZ. [*S.l.: s.n.*], 7 jan. 1888. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=704369&pasta=ano%20188&pesq=%22F%C3%A1brica%20Industrial%22%20inaugura%C3%A7%C3%A3o&pagfis=11138. Acesso em: 20 ago. 2020.

O'BRIEN, Patrick. **The Precocious Mechanization of a Global Industry**: English Cotton Textile Production from the Flying Shuttle (1733) to the Self-Acting Mule (1825): A Bibliographical Survey and Critique. LSE. March, 2019.

PARTIUBR. **Codó visto de cima, 22 de dezembro de 2018**. [S.l.: s.n.], 2019. 1 vídeo (3:37min.). Publicado pelo canal PARTIUBR. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=cmQ5z8pV9FQ Consultado em 25/08/2020.https://www.youtube.com/watch?v=cmQ5z8pV9FQ. Acesso em: 25 ago. 2020.

PEARSE, Arno S. **Brazilian Cotton**. [*S.l.*]: Internacional Federation of Master Cotton Spinner's & Manufactures' Associations, Manchester/England, 1921.

PEREIRA, Vera Maria Cândido. **O coração da fábrica**: estudo de caso entre operários têxteis. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

PESSOA, J. M. A passagem do trabalho escravo para o trabalho livre na Cidade de Caxias no final do século XIX. *In:* **O Maranhão oitocentista**. São Luís: Café & Lápis; UEMA, 2015. p.341-360.

PIMENTA, Margareth de Castro Afeche; PIMENTA, Luís Fugazzola. Paisagem e diversidade culturais como perspectiva de construção social, p. 51-71. *In:* COLÓQUIO IBERO-AMERICANO: PAISAGEM CULTURAL, PATRIMÔNIO E PROJETO, 2010, Belo Horizonte. **Anais** [...]. Belo Horizonte - MG, 2010.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Estudos históricos. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS. **São Luís, Ilha do Maranhão e Alcântara**: guia de arquitetura e paisagem. José Antônio Viana Lopes. Ed. Bilingue. Sevilha: Consejería de Obras Públicas y Transportes, Dirección General de Arquitetura y Vivienda, 2008.

PRINCÍPIOS DE DUBLIN. Princípios conjuntos do ICOMOS–TICCIH para a Conservação de Sítios, Estruturas, Áreas e Paisagens de Património Industrial. **Arqueologia Industrial**, 2017. Disponível em: https://www.academia.edu/36427980/Princ%C3%ADpios_conjuntos_do_ICOMOS_TICCIH_para_a_Conserva%C3%A7%C3%A3o_de_S%C3%ADtios_Estruturas_%C3%81reas_e_Paisagens_de_Patrim%C3%B3nio_Industrial. Acesso em: 20 jul. 2020.

RAMOS, Paulo Oliveira. A expressão ‘arqueologia industrial’: um tema para uma viagem no espaço e no tempo. CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE PATRIMÔNIO INDUSTRIAL, 2., 2014. **Anais** [...]. [S.l.], 2014. Disponível em: https://citar.artes.porto.ucp.pt/sites/default/files/files/artes/ActasIICongressoPatrimonioIndustrial.pdf. Acesso em: 20 ago. 2019.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da arquitetura no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

REVISTA DO NORTE. [*S.l.: s.n.*], ano I, n. 2, set. 1901.

REVISTA DO NORTE. [*S.l.: s.n.*], ano III, n. 64, 1904.

REVISTA ELEGANTE. Maranhão, ano IX, n. 98, 1900.

RIEGL, Alois. **El culto moderno de los monumentos**: caracteres y origem. Madrid-España: Visor Distribuciones, 1987.

RIELLO, Giorgio. The Spinning World: A Global History of Cotton Textiles, 1200-1850. **OUP/Pasold Research Fund**, 22 set. 2011.

ROSA, C. L. **O patrimônio industrial**: a construção de uma nova tipologia de patrimônio. *In:* SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 25., 2011, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo, 2011.

ROTH, Leland M. **Entender a arquitetura**: seus elementos, história e significado. Tradução de Joana Canêdo. São Paulo: Gustavo Gili, 2017.

SANTOS, Helena Mendes dos; TELLES, Mário Pragmácio. **Dicionário do IPHAN**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2020. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/. Acesso em: 20 ago. 2020.

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA DE ALAGOAS. **Usina Hidrelétrica de Angiquinho**. Delmiro Gouveia, AL: SECULT-AL, 2006. Disponível em: http://www.ipatrimonio.org/delmiro-gouveia-usina-hidreletrica-deangiquinho/#!/map =38329&loc=-9.39135703137584,-38.19469928741451,17. Acesso em: 28 ago. 2020.

SILVA, Olavo Pereira. da. **Arquitetura luso-brasileira no Maranhão**. 2. ed. Belo Horizonte: Formato, 1998.

SILVA, Gracilda Alves de Azevedo. **BANGU 100 anos**: a fábrica e o bairro. Rio de Janeiro: Sabiá Produções, 1989.

SILVA, S. S. da. **Companhia de fiação e tecidos União Caxiense S. A.**: Caxias, MA. [S.l.: s.n.], [19--]. *In:* INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2019. https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/bibliotecacatalogo?view=detalhes&id=448996. Acesso em: 20 ago.2019.

SPOSITO, Maria Encarnação B. **Capitalismo e urbanização**. São Paulo: Contexto, 2000.

STEIN, Stanley J. **Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil**: 1850-1950. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1979.

STREET, Ernesto. **Revista do Departamento Econômico da Confederação Nacional da Indústria**. A indústria têxtil no Brasil. Separata de estudos econômicos. Rio de Janeiro, 1950.

TEIXEIRA, Cleudia Menezes Graça. **Ciclo de desenvolvimento da indústria têxtil em Caxias-MA**. Campinas, SP: [*s.n.*], 2003.

THE INTERNATIONAL COMMITTEE FOR THE CONSERVATION OF THE INDUSTRIAL HERITAGE. **Carta de Nizhny Tagil**. Rússia: TICCIH, 2003. Disponível em: www.ticcih.org/wp-content/uploads/2013/04/NTagilPortuguese.pdf. Acesso em: 28 jul. 2019.

THE INTERNATIONAL COMMITTEE FOR THE CONSERVATION OF THE INDUSTRIAL HERITAGE. **Guiding Principles & Agreements**. [*S.l.: s.n.*], 2019. Disponível em: https://ticcih.org/about/about-ticcih/. Acesso em: 28 jul. 2019.

THE NATIONAL ARCHIVES. [*S.l.: s.n.*], 2019. Disponível em: https://discovery.nationalarchives.gov.uk/details/r/N14010014. Acesso em: 20 ago. 2019.

THIESEN, Beatriz Valladão. Arqueologia industrial ou arqueologia da industrialização? Mais que uma questão de abrangência. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v.4, p. 1-4, 2006. Dispo nível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/arqueologia_industrial.pdf.

TRATO FEITO. **Modelo de utilidade de uma caldeira 1856**, 2019. 1 vídeo (2:53 min.). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=FDCxD6909Og. Acesso: 20 ago. 2019.

UNESCO. **World Heritage List**. Disponível em: http://whc.unesco.org/en/list/32. Acesso em: 20 mar. 2018.

UNIVERSIDADE DE GLASGOW. **Registros da Mirrlees Watson Co Ltd, fabricantes de máquinas de açúcar, Glasgow, Escócia**. [*S.l.: s.n.*], 2020. Disponível em: https://archiveshub.jisc.ac.uk/search/archives/081fc24a-a1fe-3416-badf-d9683849a7f2. Acesso em: 17 nov. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. **Diagnóstico de organização e administração da Indústria têxtil dos Estados do Rio de Janeiro e Guanabara, [1967-1969]**. Rio de Janeiro: GEPI – Grupo de Estudos de Produção Industrial, [196?].

VIVEIROS, Jerônimo de. **História do Comércio do Maranhão 1896-1934**. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1954.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Bens de origem industrial tombados pelo IPHAN

1930 - 1939

Fábrica de Ferro Patriótica: ruínas, Ouro Preto – MG (1938)

1940 - 1949

1950 - 1959

Trecho ferroviário Mauá-Fragoso, Magé – RJ (1954)

Estação de Hidroaviões, Rio de Janeiro – RJ (1957)

1960 - 1969

Teatro José de Alencar, Fortaleza – CE (1964)

Remanescentes da Real Fábrica de Ferro de Ipanema, Iperó – SP (1964)

Palácio de Cristal, Petrópolis – RJ (1967)

Estação Rodoviária de Paraibuna – RJ (1967)

1970 - 1979

Mercado de São José, Recife – PE (1973)

Mercado "Ver-o-Peso", Belém – PA (1977)

1980 - 1989

Ruínas do Sítio de Santo Antônio das Alegrias ou do Físico, São Luís – MA (1981)

Cais do Porto: pórtico central e armazéns, Porto Alegre – RS (1983)

Caixa D'Água, Pelotas – RS (1984)

Fábrica de Vinho Tito Silva, João Pessoa – PB (1984)

Açude do Cedro, Quixadá – CE (1984)

Reservatório de Mocó, Manaus – AM (1985)

Estação Ferroviária, Lassance – MG (1985)

Antiga Fábrica de Chá, Casarão do Chá, Moji das Cruzes – SP (1886)

Mercado Adolfo Lisboa ou Mercado Municipal, Manaus – AM (1987)

Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Porto de Manaus – AM (1987)

Fábrica Santa Amélia, São Luís – MA (1987)

Prédio da Light, Rio de Janeiro – RJ (1988)

Complexo ferroviário de São João del Rei a Tiradentes – MG (1989)

1990 - 1999

Chafariz de ferro fundido, Rio de Janeiro – RJ (1990)

Estação da Luz, São Paulo – SP (1996)

Engenho Central São Pedro, Pindaré – MA (1998)

Hangar de Zepelins, Rio de Janeiro – RJ (1998)

2000 - 2009

Estação Ferroviária de Mayrink – SP (2004)

Edificações e bens móveis da Companhia Paulista de Estrada de Ferro, Jundiaí – SP (2004)

Central do Brasil, Rio de Janeiro – RJ (2008)

Pátio ferroviário da estrada de ferro Madeira-Mamoré, Porto Velho – RO (2008)

Ponte Hercílio Luz, Florianópolis – SC (2008)

Vila Ferroviária de Paranapiacaba, São Paulo – SP (2008)

2010 - 2019

Elevador Lacerda, Salvador – BA (2011)

Ponte Metálica João Luís Ferreira, Teresina – PI (2011)

Museu do Trem: Acervo móvel e imóvel, Rio de Janeiro – RJ (2011)

Ponte Internacional Mauá, Jaguarão – RS (2012)

Vila Serra do Navio – AP (2012)

Estação Barão de Mauá e Estação e Oficinas de Praia Formosa, Rio de Janeiro – RJ [2012]

Conjunto da Estação Ferroviária de Teresina – PI (2013)

Imigração Japonesa no Vale do Ribeira - Fábrica de chá Amaya, Registro – SP (2013)

Imigração Japonesa no Vale do Ribeira - Fábrica de Chá Kawagiri, Registro – SP (2013)

Imigração Japonesa no Vale do Ribeira - Fábrica de Chá Shimizu, Registro – SP (2013)

Complexo ferroviário da antiga Estrada de Ferro Noroeste do Brasil – EFNOB, Campo Grande – MS (2014)

Ponte Ferroviária Eurico Gaspar Dutra sobre o Rio Paraguai, Corumbá – MS (2014)

Ponte Pênsil Affonso Penna, Itumbiara – GO (2014)

Fazendas Nacionais do Piauí: Fábrica de Manteiga e Queijo, Floriano – PI (2015)

Edificações da imigração em Santa Catarina - Estação Ferroviária, Joinville – SC (2015)

Sesc Pompeia (Fábrica de tambores), São Paulo – SP (2015)

Prédios das estações telegráficas, Vilhena – RO (2016)

Prédios das estações telegráficas, Ji Paraná – RO (2016)

Prédio das Antigas Docas Dom Pedro II, Rio de Janeiro – RJ (2016)

APÊNDICE B – Entrevistas com antigos funcionários das fábricas têxteis

Práticas Supervisionadas

Superintendência do IPHAN/MA – São Luís
Aluna: Danielle Nogueira Magalhães
Supervisora: Marise Ferreira Alves
2º Produto

Tecendo lembranças:
Retalhos da memória fabril no interior do Maranhão
- Entrevistas –

.



Teresinha de Jesus - tecelã da Fábrica de Tecidos de Codó - CMAM



Maria Nunes da Conceição - tecelã da Fábrica Manufatora de Caxias



Nicanor Monteiro dos Santos - contador da Fábrica de Codó - CMAM



Maria Consuelo Machado – auxiliar de caixa da Fábrica de Codó - CMAM

Colaboração para realização das entrevistas:

Elias Alves de Araújo Neto – Membro do Instituto do Histórico e Geográfico de Codó

Luis Cândido Sousa Rocha – Membro do Instituto do Histórico e Geográfico de Codó

Jeffersson Alves – Membro do Instituto do Histórico e Geográfico de Codó

Wybson Carvalho – Coordenador de Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal de Cultura de Caxias

1. ENTREVISTA COM TERESINHA DE JESUS

FICHA TÉCNICA

Denominação:	Teresa de Jesus Pereira Souza (Nasceu em 1932, Codó/MA)
Identificação do Arquivo:	CODÓ_TJ_23.07.2018
Razão da entrevista:	Teresinha de Jesus foi uma das tecelãs que trabalhou na antiga Fábrica de Tecidos de Codó, denominada Companhia Manufatureira e Agrícola do Maranhão. Trabalhou na Seção de Urdimento e, posteriormente, na Tecelagem. Entre os anos de 1947 a 1951, aproximadamente.
Data:	23 de julho de 2018
Local:	Residência à Rua Espírito Santo, Codó/MA (entre a Trav. Menino Jesus e Trav. Rotery Club, próximo à Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Codó/MA)
Duração:	49 minutos e 46 segundos
Suporte:	Gravador digital de voz
Entrevistadora:	Danielle Nogueira Magalhães (DM)
Sumário:	Identificação; início das atividades e descrição de suas funções na Fábrica de Tecidos de Codó como urdideira e tecelã; questões sobre a idade dos operários e trabalho infantil; sobre horário de trabalho; período em que a fábrica fechou; o relacionamento com demais funcionários e sentimentos coletivos; sobre os trabalhadores do escritório; valor salarial e produção; abastecimento de água e lenha ; transporte e habitação; trilhos internos e Estrada de Ferro; demonstra relação de afeto com o período relatado; proprietários da Fábrica; doença do seu marido e assistência médica fornecida no trabalho; relata como gostaria que estivesse a Fábrica hoje e fala de outras fábricas que funcionam na Cidade; descreve as divisões das atividades no interior do prédio e as funções dos trabalhadores na seção de tecelagem.

Entrevista com a senhora Teresinha de Jesus, realizada em 23 de julho de 2018. Antiga operária da Companhia Manufatureira e Agrícola do Maranhão – CMAM, fundada em 1892 na Cidade de Codó. Começou a trabalhar com 17 anos na fábrica, trabalhou por cerca de 4 anos entre 1947 a 1951. Casou-se com o mestre do setor de fiação. Com 86 anos de idade descreve como era o trabalho.
DM – Danielle Magalhães
TJ – Teresinha de Jesus

DM – Então, D. Teresinha de Jesus...
TJ – Pereira Souza.
DM – A senhora está com quantos anos?
TJ – 86 anos. Trabalhei 4 anos na Fábrica. Lá, meu marido trabalhava na fiação. Era mestre da fiação.
DM – Ele que lhe colocou lá?
TJ – Não. Eu conhecia a família dele, tudo. Mas ele, mesmo, trabalhava lá dentro. Porque a gente não saía de uma seção para outra, a gente não tinha muito controle com as outras seções, cada qual na sua seção para não atrapalhar o trabalho. Aí, antes de quatro anos eu passei a conhecer ele, ele ficou viúvo, eu me casei. Aí lá, ele não quis mais que eu trabalhasse na Fábrica.
DM – Ele pediu para a senhora sair?
TJ – Não, ele não deixou mais eu trabalhar na Fábrica e nós casamos.
DM – A senhora fazia o quê na Fábrica?
TJ – Na Fábrica eu trabalhava na urdideira. A urdideira, ela enrola o fio no tamborzão grande assim (gesto com as mãos). Aí, ela enrola. De lá ela vai para tecelagem.
DM – Era muita gente que trabalhava nesse setor com a senhora?
TJ – Era muita gente, tanto trabalhava adulto como criança. Criança de 8 anos para cima já trabalhava.
DM – Da sua família trabalhava só a senhora?
TJ – Só eu.
DM – E aí, a senhora conheceu o seu marido lá que era de outra seção?
TJ – Foi. Ele trabalhava na fiação. Na fiação, como **mestre** da fiação. Fiação é onde tem vários maquinários: tem um maquinário que enrola os fios, tem um maquinário que tira do algodão para ir para fiação. Tudo tem na seção que ele trabalhava. Agora, na seção que eu trabalhava era só mesmo a urdideira, chama-se **urdideira**. Eu trabalhava na urdideira, aí depois de dois anos eu enjoei, porque era muito pesado para puxar, assim.
DM – Era a senhora e mais alguém que trabalhava, era um par?
TJ – Não. Na hora de encher a gaiola, que a gente chamava gaiola, encher com o carretel que era para passar um fio para aquele tambor, aí tinha um rapaz para ajudar a gente. A gente enchia um lado, e o outro enchia o outro lado, era para funcionar.
DM – Era só mulher que trabalhava nessa seção?
TJ – Nessa seção de urdideira tinha os homens só para um negócio que precisa, consertar uma coisa e outra. Agora, na urdideira mesmo era só mulher.
DM – A senhora lembra que ano foi?
TJ – Eu me casei em 1951...trabalhei... E saí da Fábrica em 1951, agora conta para trás mais quatro anos de 51.
DM – Vai dar 1946, 1947...
TJ – Mais ou menos isso, sei que eu trabalhei uns 4 anos lá.
DM – E a Fábrica, depois que a senhora saiu, não demorou muito fechou? A senhora lembra quando foi?

TJ - Quando a fábrica fechou eu já tinha filho, porque quando ela fechou, ela passou pra essa... Ela não trabalhou mais com algodão, foi trabalhar parece que com negócio de coco, essas coisas assim.
DM – Foi com óleo de babaçu?
TJ – Sim, trabalhava com coco. Meu marido ficou trabalhando porque eles não podiam botar ele para fora. Ele ficou trabalhando até completar o tempo de aposentar.
DM – A senhora lembra quando fechou a parte que trabalhava com tecido?
TJ – ...Teve um ano que... Foi Getúlio Vargas que se matou?
DM – Foi.
TJ – Pois no ano que Getúlio Vargas se matou ela tava funcionando. Ela tava funcionando, que na hora que ocorreu a notícia ela apitou: *plim...plim*. Era umas 2:00 horas por aí assim, quando ela começou apitando. Por causa da morte dele.
DM – Era um apito ou um sino?
TJ – Era um apito de alarme.
DM – Era um apito que marcava a hora de vocês entrarem e saírem?
TJ – Não. Batia o relógio. Ainda hoje tem um relógio lá. Eu não sei se ele tá funcionando. Acho que ele não funciona mais não. Ele funcionava. Chamava-se **o bronze**, lá quando ele batia hora daqui a gente escutava. Era: *tam...tam*.
DM – E vocês entravam que horas para trabalhar e saíam que horas?
TJ – Nós entrava 7:00 horas. Entrava até antes, mas o horário certo era 7:00 horas. Quando dava 7:00 horas fechava. Aí só tinha 15 minutos de tolerância, mas depois de 7:15 não entrava mais. Aí a saída 11:00 horas, para o almoço. Ela apitava meio-dia e meio-dia e meio, aí tornava apitar. Meio-dia e meio nós entrava novamente, aí saía às 5:00 horas.
DM – Era muito puxado, era cansativo?
TJ – Não, não. Naquela época era assim, a gente tinha que produzir era lá que dava muita renda, viu?
DM – Era bom o salário?
TJ – A gente ganhava pelo que fazia, era produção. Tinha os que trabalhavam sem produzir, tinha aquelas mocinha, aqueles rapazinho que trabalhava sem ser por produção. Eu não sei o salário. Essa parte eu não sei.
DM – O seu a senhora se lembra?
TJ – Não. Nós ganhava por produção.
DM – Tinha um salário base mais a produção?
TJ – Não. O salário era a produção. Era pelo que fazia. Se eu preparasse 10 tambores daqueles da urdideira, aí eu ganhava por aqueles 10 tambores.
DM – Era mais ou menos isso que a senhora produzia, uns 10 tambores por mês ou por dia?
TJ – Não, depende. Porque era muito grande. Era por mês, mas nós recebia por quinzena. Antes do mês tinha a quinzena. A gente tinha... Como é que se diz, meu Deus? A gente recebia um quarto... Parece que era um quarto do que a gente ganhasse...um pouco do que a gente ganhava. Aí era pouquinho. Naquele tempo era 10.000 réis, ainda era no réis. Às vezes, 15.000 réis. Depende do que a pessoa produzia.
DM – Dava para viver?
TJ – Dava. Naquela época dava. Eu era solteira vivia com meus pais. Eu ajudava meu pai, mas ele não exigia. Eu sabia a situação como era e eu ajudava. Quando eu recebia aquele salariozinho, aí eu dividia no meio, dava uma parte para meu pai e a outra eu ficava. Às vezes, meu pai dizia assim: *"Ô, minha filha, hoje a coisa tá tão ruim. Eu tô sem dinheiro".* Aí, eu não gastava meu dinheiro que era para eu comprar minha mudinha de roupa, para mim e para dois irmãos que eu tinha. Uma irmã e um irmão. Do pouco que eu ganhava, eu ficava e ainda ajudava meus irmãos a comprar camisa e roupa. Depois de um ano e pouco,

eu enjoei de trabalhar na urdideira e fui para seção da tecelagem, onde tece. Lá eu trabalhei até quando me casei. Também era com produção, lá era assim.
DM – Você gostou mais desse setor, de trabalhar na tecelagem?
TJ – Não. Lá no serviço da parte que trabalhei gostei. Porque, de qualquer maneira, era da onde a gente vivia, né? A gente **amava** aquele trabalho. No dia que a gente não ia, sentia aquela **falta**.
DM – Fez muitos amigos?
TJ – Aquilo era uma **baderna**! (Risos). Baderna assim, porque a gente era animado, tudo brincalhão, mas dentro do respeito. No outro tempo não é como hoje, não. Era aquelas brincadeiras, mas dentro do respeito.
DM – E tinha uma pessoa que ficava vigiando o trabalho de vocês, um supervisor, alguém?
TJ – Não. Assim, cada seção tinha um chefe. Qualquer problema que desse aqui na máquina, aí chamava o moço que trabalhava consertando, o que na tecelagem chama o **tear**. Se, por acaso, aqui teve qualquer coisa - que a lançadeira era assim grande e colocava aquele tubinho dentro da lançadeira e colocava lá no tear - se apresentasse qualquer defeito, aí você ia atrás do rapaz que trabalhava consertando as coisas, as máquinas. Ele vinha e consertava aquilo tudo. E o chefe ia lá só se fosse fazer aquela vistoria, ia corrigir alguma coisa, mas que a seção do chefe era ali mesmo. Era **muito** legal!
DM – Era boa essa relação do chefe com vocês?
TJ – No outro tempo, a gente tinha que ser unido com o nosso chefe e o chefe com a gente. Hoje é que tem baderna aí para todo lado, tanta coisa...
DM – Não tinha greve, essas coisas? Vocês não faziam?
TJ – Não, não. Nunca teve greve não.
DM – Tinha horário de descanso? Vocês paravam algum momento ou era direto trabalhando?
TJ – Nós entrava 7:00 horas, saía 11:00 horas. Nosso descanso era só para hora do almoço. Agora tinha muita gente que morava para o outro lado do rio, tinha o carro para levar, o carro levava.
DM – Eles davam alguma casa para algum funcionário?
TJ – Não. Nesse tempo ninguém dava casa para o outro não. A gente era por conta da gente mesmo.
DM – Você morava com seus pais perto de lá da fábrica?
TJ – É perto, não é longe não que eu morava. Sabe ali onde é a Praça da Bandeira? Ali, para lá da Praça da Bandeira. Sabe aquela outra pracinha? Bem ali, naquela pracinha eu morava. Nesse tempo a rua era aberta, depois que botaram o banco que fecharam ali, mas era aberto. Nós ia por ali, os que moravam ali perto, ia tudinho. Aí, quando a fábrica apitava 12:00 horas, nós saía de casa para o serviço para chegar na hora certa. Mas, às vezes, nós chegava cedo e sentava debaixo daquele pé de manga conversando. E conversava, que quando olhava para o relógio: *"vixe tá na hora, já vai apitar!"*. Aí, nós entrava e ela apitava: *tam ...*
DM – Mas a senhora vinha almoçar em casa e voltava? Escutava de casa o apito?
TJ – Ora, eu morando aqui, ela apitava lá, eu escutava. Era muito alto o apito dela! Era **bonito** demais.
DM – A senhora sente saudades dessa época?
TJ – Ah...sim, sinto saudade.
DM – Se a senhora pudesse trabalhar lá de novo trabalhava?
TJ – Não. Hoje não, porque eles não aceitam mais. Logo, minha vista não dá mais.
DM – Não nessa idade. Mas se a senhora tivesse a oportunidade e fosse ainda mais jovem?

TJ – Não. E sabe por quê? Porque hoje em dia tem outras coisas melhor para a gente trabalhar, né? Mas se fosse o caso, eu iria mesmo. Eu não sentia porque já estava acostumada.
DM – E a senhora **trabalhou** só quatro anos. Teve gente que trabalhou muito mais tempo ainda?
TJ – Ah! ... Meu marido quando entrou na fábrica tinha sete anos de idade.
DM – Ele já é falecido?
TJ – Já está com 55 anos que ele faleceu. Era o mestre da fiação e o mestre da tecelagem chamava-se José Miranda. Ele era preto.
DM – A maioria dos funcionários era negro?
TJ – Não.
DM – Tinha gente de fora que veio trabalhar aqui, a senhora lembra?
TJ – Tinha, às vezes tinha gente de fora. Mas era os grandão do escritório.
DM – O escritório funcionava onde?
TJ – Lá mesmo. Não tem o portão do relógio? Na entrada nós entrava lá, na saída nós saia naquela outra parte.
DM – Esse outro portão não sei onde é.
TJ – Bem ali, para lá do relógio. Aqui é o canto do relógio (gesto com as mãos), aí você vai direto. Não vai para o fórum, ali na outra lateral. Porque o relógio fica bem no canto. Hoje que eles fizeram aquele muro, mas o relógio ficava bem no canto. Você pode prestar atenção lá. Tem outro muro, mas não é do lado. Ainda tem um muro velho da fábrica, lá adiante tem o portão que era para o escritório. Antes do relógio era para os funcionários entrar. Lá (indicando a outra entrada), era para quem ia tratar de negócio, lá no escritório.
DM – A senhora sabe de onde vinha o algodão que eles usavam, se era daqui mesmo da região?
TJ – Minha irmã, eu não sei não.
DM – Chegava como, era de trem? O trem passava ali na frente da fábrica?
TJ – Não. Aqueles trilhos que tinha da Fábrica - hoje não sei se ainda tem - ia lá para beira do rio, para bomba, levar a lenha para bomba. Porque a fábrica funcionava com lenha e a bomba que trazia água.
DM – Tinha um porto só da fábrica? Essa lenha chegava no porto?
TJ – Chegava lá dentro da fábrica mesmo. Às vezes, chegava os carros cheios de lenha e jogava lá. Tinha lá a parte de uso. O carrinho que vinha no trilho, vinha só para bomba, pegava a lenha lá na fábrica e descia para bomba, que era lá onde tem a ponte de cimento. Pois do lado da ponte de cimento tem o mercado, logo tem uma descida, que eles chamam "suou banhou". Porque, antigamente, os portos tinham os seus nomes. "Suou banhou", quer dizer que era só dos homens. Mais em cima, um pouquinho, era a bomba. A bomba já ficava perto da ponte de cimento.
DM – E passava barco mesmo lá, no Rio Itapecuru?
TJ – Nessa época já não andava mais vapor, às vezes andava lancha, mas vapor não. Os últimos que andaram nesse Rio Itapecuru foi em 1946 ou 1947. Depois era lancha, aí acabou o negócio de lancha. Vinha aquelas balsas cheia de madeira do interior, que descia de lá para cá, trazia fruta buriti pequi, bacuri, tudo vinha do interior, vinha nas balsas
DM – Quando colocaram a estrada de ferro aqui, quando começou a funcionar a estação, ela fazia algum abastecimento para fábrica?
TJ – Não. Essa estrada de ferro foi construída em 1916. Eu sei muito bem, porque meu pai trabalhou nessa estrada de ferro. Eles trabalhavam assim: de Coroatá para São Luís era uma turma e de Coroatá a Timon era outra turma. Aí, depois que prepararam Timon foi que prepararam Teresina.

DM – E o tecido que produzia nessa fábrica era distribuído de barco ou de ferrovia? Onde que era vendido, a senhora lembra?
TJ – Não. Logo, nessa época a gente não fazia muito parte dessas coisas. Só o pessoal mesmo do escritório.
DM – E essa casa que tinha bem em frente, quem morava lá?
TJ – Bem em frente era do Sebastião Archer.
DM – Ele que era o dono na época que a senhora trabalhou?
TJ – Mas, quando eu trabalhei na fábrica, Sebastião Archer não era mais vivo, era os filhos dele, os três ou quatro filhos dele. Lembro do Dr. Remi, porque Dr. Remi trabalhou, era o que tomava de conta da fábrica era o Dr Remi. Tinha o seu Renê que trabalhou lá também, que era aparentado deles. Foi pouco tempo que Renê trabalhou lá.
DM – Quando a gente fala assim da fábrica, quando a senhora tenta lembrar, o que mais vem na sua cabeça, quando pensa na Fábrica de Tecidos daqui de Codó? Quais as suas lembranças?
TJ – Só lembro mesmo que quando a gente... das nossas companheiras, dos companheiros todos juntos, às vezes daquelas brincadeiras.
DM – A senhora tem saudade?
TJ – Não.
DM – Mas era bom?
TJ – Ser bom, era. Porque era do que a gente vivia. Porque naquela época, quando eu passei a trabalhar na fábrica, eu tinha 17 anos de idade. E saí da fábrica ia completar 20 anos. Eu acho que não foi nem quatro anos não, foi três anos. Entrei com 17 anos e saí ia completar 20 anos.
DM – Mas seu marido continuou trabalhando?
TJ – Meu marido só saiu quando deu entrada na aposentadoria dele. Ele ficou...já ia dizendo o nome da fábrica, da outra... que ficou funcionando. Ah, meu Deus! Como era o nome da fábrica? Parece que era de óleo. Aí, quando ele deu entrada na aposentadoria dele, ele adoeceu...
Era CIBAM
[1] o nome da fábrica... Ele adoeceu. Eu morava bem ali na Avenida São Benedito, onde mora minha filha. Aí, ele adoeceu e o médico de lá era Doutor Sebastião. Ele não queria que consultasse com outro médico, tinha que ser de lá da Fábrica. Se por acaso você era funcionário consultasse com outro médico, fosse com a receita de outro médico, eles botavam você de lá para fora. Eu tinha muita intimidade com doutor Anselmo, muita coisa de medicina eu aprendi. Era o médico daqui indo e voltando.
DM – Tinha muito acidente dentro da Fábrica?
TJ – Não. Era difícil. Logo, a gente tinha que ter muito cuidado **mesmo**. Aí, meu marido era só piorando e a febre em cima, e era uma febre que eu fui bater no doutor Anselmo. Eles disseram: *"tu vai onde o Anselmo, mas eles vão botar o teu marido para fora"*. Eu disse: *"não importa que bote ele para fora, mas eu vou onde Dr. Anselmo, que eu quero saber o que meu marido tem"*. Que o médico disse que ele estava com impaludismo. Minha irmã, era com **paratifo**, é uma febre de 46 graus.
DM – Foi disso que ele faleceu?
TJ – Foi. Quando o Dr. Anselmo chegou disse: *"ô, meu Deus!*". Ele me disse: *"não vai se assustar não. Mas seu marido não vai escapar, não tem cura. Porque a doença dele é o paratifo e ele tá com edema pulmonar devido o remédio que o médico passou".*
DM – Vocês tiveram quantos filhos?
TJ – Eu tive oito filhos. Quer dizer, dois fora de tempo. Tive dez, mas eu tive oito dele.

[1] Companhia Industrial de Beneficiamento de Babaçu e Algodão do Maranhão.

DM – Ele estava com quantos anos quando faleceu?
TJ – Com 56 anos. O nome dele era Plácido.
DM – Nem chegou a se aposentar?
TJ – Não. Ele já tinha dado entrada. Com 15 dias que ele morreu chegou aposentadoria dele. Nesse tempo o dinheiro vinha do Rio. Tinha um rapaz, muito legal com a gente, fazia quase parte da família, devido a delicadeza dele. Ele devolveu a aposentadoria dele, nove meses foi que chegou o meu aposento. Naquele tempo era dinheiro demais. 21.000 réis. E quando a pensão chegou, veio com auxílio funerária. Porque a pessoa que é aposentado em qualquer estabelecimento, no tempo certo, tem direito ao auxílio funerário quando morre. Isso ainda não foi tirado não. Aí, veio 50.000 réis de auxílio funerário. Deu para ajudar.
DM – A senhora não lembra mais de ninguém que trabalhou na fábrica?
TJ – Não.
DM – D. Terezinha, a senhora aceitaria visitar a fábrica comigo?
TJ – Minha irmã, lá não tem mais nada não. Não tem a delegacia lá atrás? Ali detrás, era dentro da Fábrica. Ali tudo, a gente vai, só tem mato. Eu acredito que lá não tem mais nada dessas coisas, não. Eu acho que tiraram tudo, não sei. Faz muitos anos.
DM – Quando a senhora passa na frente fica triste, quando olha ela abandonada desse jeito?
TJ – Não.
DM – A senhora queria que fosse diferente?
TJ – Pro meu gosto, ainda hoje ela funcionava. Porque para nós aqui era um auxílio. Um auxílio, porque ela funcionando tinha muita gente trabalhando e tudo. Já hoje, que tem todo direito, né? Para dentro mesmo da cidade era uma **benção**. Agora, hoje a gente fica aí, só com a FC Oliveira[2], com... teve seu Biné[3] com aquela empresa dele. Mas, nem isso eu sei se ainda funciona. A gente não participa, não sabe. Eu ainda participei muito com ele, porque no tempo da política eu acompanhava era ele. Ele foi um companheirão com a gente todo tempo. Seu Biné foi Prefeito daqui várias vezes.
DM – O urdimento, a fiação e a tecelagem, eram vários salões um perto do outro? Era dividido ou era um só?
TJ – Lá na fiação não era dividido com parede, era dividido em seção. Era um salão só. Agora, naquele salão tinha várias seções. Tinha a seção de... (tentando lembrar).
DM – Tinha área do batedor, a parte de limpar o algodão?
TJ – Na parte do algodão tinha um salão. Esse era separado por causa da poeira, pra lá. Tinha que limpar o algodão que já vinha pra cá, pra seção, já vinha limpo.
DM – Tingia ou só fazia tecido branco?
TJ – Era tingido. Lá na urdideira quando nós recebia o fio, já era dividido, já era colorido.
DM – Então tinha uma seção de tingimento?
TJ – Eu acho que tinha. Mas isso já era para outra parte. Já chegavam prontos, lá onde eu trabalhei urdideira, os carretéis eram cheios de fios. Nós colocamos e aí puxava aquele fio, levava lá para o tambor. Agora, já vinha dividido. Vinha o branco, vinha de toda cor. Lá na tecelagem quando aquele fio saía de lá, daqueles tambor, ia lá para... Como é o nome da seção?[4] E daqueles tambor já passava para outros tambores menores, que era para colocar nos teares.
DM – A senhora chegou a trabalhar nos teares também?

---

[2] Indústria de produção de material de limpeza localizada em Codó, de propriedade de Francisco Oliveira, pai do atual prefeito da Cidade.
[3] Biné Figueiredo é ex prefeito de Codó e proprietário da Cosama – Companhia de Sacos do Maranhão, indústria têxtil do ramo de sacos de ráfia, do Grupo Figueiredo.
[4] Possivelmente, faz referência a seção de Engomadores que era alimentada pelos rolos de Urdideira, segundo consta no livro *O bater dos panos* (MELO, 1990, p.59).

TJ – Quando saí da seção de urdideira passei para seção de tecelagem. Lá na tecelagem eu tecia o pano listrado, tecia liso, do jeito que vinha o pedido. Que vinham os tambores, daquele jeito tecia, se colocava nos teares.
DM – Um tear era só pra fazer tecido liso e o outro só para fazer listrado, era separado?
TJ – Sim. O tecido liso era um tear simples. Agora pro tecido listrado o tear era maior, era com mais outros. Aquele sobe e desce assim, aí vai para dividir para fazer as listras. Por exemplo, aqui tem uma divisão, aqui tem um carretel. Vai fazer a lista, coloca dois carretel **junto** e aí vem pra cá. Coloca... tem o nome lá que a gente mete?[5] Tipo assim, a gente mete aqui o fio, sai aqui no tear. Aí, amarra ele no outro, que é para continuar. Terminava um rolo, botava outro rolo.
DM – Era uma pessoa por tear?
TJ – Uma para cada tear. Tinha um mestre, tinha um mestre da seção que era o Zé Miranda. Na tecelagem era o mestre da seção e dois consertadores de máquinas. Em cada seção tinha o consertador daquelas máquinas, que entendia.
DM – D. Teresinha, muito obrigada por a senhora poder conversar assim. Foi muito bom. Muito obrigado por ter colaborado.
TJ – De nada. O prazer é todo meu. E se mais não explico, é porque eu fiquei com muito esquecimento. As coisas que tem lá tudinho, se fosse no tempo da minha mente normal, dava **detalhadinho**.
(Continua uma conversa informal sobre a visita da entrevistadora à fábrica).
TJ – Aquelas colunas de ferro era onde descia a parte da energia. Porque era toda cheia de fiação de energia, mas a energia dela era **a vapor**.
DM – A senhora lembra quantos funcionários tinha na fábrica?
TJ – Não. Era um *bocado*. A fábrica era grande, só o pessoal que ia de carro... o carro ia cheinho... um caminhão grande...ia deixar nas casas...o carro ia para o almoço. A tarde não, mas para o almoço eles iam deixar e iam buscar no ponto certo. E quando era 5:00 horas cada qual ia embora para sua casa.
DM – Trabalhavam sábado?
TJ – Até meio-dia. Nós trabalhava sábado até 11:00 horas. Aí parava e entrava a limpeza. Nós ia limpar as máquinas tudinho, cada um limpava a máquina que trabalhava. Tinha que deixar Limpo. Quando apitava 12:00 horas ia para casa. Dia de sábado nós saia 12:00 horas por causa da limpeza da fábrica.
DM – Parava o trabalho 11:00 horas e passava 1:00 hora organizando?
TJ – Era. Por exemplo, se estava tecendo uma peça de pano e aquela peça já estava completa eu parava e ia limpar. Eu gostava de trabalhar com dois teares, trabalhava com um de xadrez e com um liso.
DM – A senhora sozinha?
TJ – Dava conta. Às vezes, tinha gente que tocava 4 teares. Esse que tocava três a quatro teares a renda era melhor. Se você tirava uma peça de pano todo dia - uma peça de pano era 22 m, por aí -quando era no final da semana estava com um dinheiro mais ou menos. Agora não me lembro o valor da peça...
DM – Tudo bem, não tem problema.
TJ – Pois é isso aí.
DM – D. Teresinha, muito obrigada, **mesmo**, por ter aberto as portas e me receber.
(Continua uma conversa informal sobre outros assuntos).

[5] Se refere à lançadeira, ferramenta usada para transportar o fio de trama de um lado para o outro do tear durante a produção do tecido, na seção de tecelagem (MELO, 1990, p.60).

2. ENTREVISTA COM NICANOR DOS SANTOS

FICHA TÉCNICA

Denominação:	Nicanor dos Santos (Nasceu em 1930, Salvador/BA)
Identificação do Arquivo:	CODÓ_NS_24.07.2018
Razão da entrevista:	Nicanor dos Santos é contador, trabalhou na Companhia Manufatureira e Agrícola do Maranhão, a Fábrica de Tecidos de Codó, no período de 1954 até o encerramento das atividades de produção de tecidos, por volta de 1965.
Data:	24 de julho de 2018
Local:	Rua Agenor Monturil, Bairro Alto – Codó/MA.
Duração:	32 minutos e 26 segundos
Suporte:	Gravador digital de voz
Entrevistadora:	Danielle Nogueira Magalhães (DM)
Sumário:	Empréstimo à entrevistadora, da Revista Enciclopédia dos Municípios Maranhenses – Codó; início do trabalho na Fábrica de Tecidos de Codó, sua chegada do Rio de Janeiro; do incentivo do governo para funcionamento de indústrias; do período de fechamento da Fábrica; cita nome de antigos diretores; trata sobre o abastecimento de água para funcionamento da Fábrica; da ligação com a Estação Ferroviária; do porto; das empresas beneficiadoras de algodão da região; dos municípios que forneciam matéria prima; das cidades que compravam os tecidos; da queda da produção e da mudança de ramo de tecidos para produção de sacos e óleo, com a construção de novos prédios para instalação de setores da nova empresa CIBAM; descreve os espaços e setores da Fábrica; relata a relação com os demais funcionários; conta o que gostaria que funcionasse no prédio e da tristeza de ver tudo abandonado.

Entrevista com o senhor Nicanor dos Santos realizada em Codó, no dia 24 de julho de 2018. Trabalhou como contador da Companhia Manufatureira e Agrícola do Maranhão – CMAM, fundada em 1892 na Cidade de Codó. Chegou do Rio de Janeiro em 1954, com 24 anos e exerceu essa função na fábrica por 16 anos. Atualmente, com 88 anos de idade relata como era o trabalho, trata do fornecimento de algodão, das cidades para onde eram vendidos os tecidos, descreve os espaços da edificação a partir de uma fotografia antiga e durante visita ao imóvel.

DM – Danielle Magalhães
NS – Nicanor dos Santos

NS – E quando... muita luta... a história de Codó todinha (tá) aqui. Você já teve a oportunidade de pegar em uma revista dessas, não?
DM – Não. Como é que chama essa revista?
NS – Deixa eu ver aqui... [barulho de veículos] Se ficar ... muitas coisas se perdem.
DM – Agora era bom tirar uma cópia, né Seu Nicanor?!
NS – É! Isso aqui vai te ajudar muito. (lendo) Companhia Manufatureira e Agrícola do Maranhão. Aqui diz quase tudo, tá? Se quiser tirar uma xerox.
DM – Vou tirar uma cópia e trago de volta.
NS – Tem outras coisas mais aí do Maranhão. Vai te auxiliar bastante, sabe.
DM – Enciclopédia do Maranhão - Codó, **que legal**.
NS – É a mesma coisa que eu chegar e falar pra ti, entendeu como é que é?
DM – Mas... agora eu queria saber do senhor. Eu me interesso pela sua experiência, entendeu? Dentro da fábrica.
NS – Eu era contador da fábrica, para substituir o Diolindo. Aí, nessa altura, cheguei aqui em 1954. A fábrica funcionava precariamente. Eu saí do Rio de Janeiro pra cá, diretamente, né? Pra servir, pra passar o ano, terminei passando, prorrogando para dois, depois desses dois aí, eu fiquei definitivamente.
DM – O senhor tem que idade?
NS – Eu cheguei com 24 anos. Hoje tenho 88.
DM – E o senhor trabalhou quantos anos?
NS – Eu trabalhei 16 anos lá dentro. Saí de lá, fui trabalhar com o grupo Figueiredo. Saí do buraco de tatu e entrei no buraco da raposa.
(Risos)
DM – E como era o serviço aqui, na fábrica?
NS – É... o serviço aqui trabalha com teares antigos, né? Nesses teares trabalhavam a faixa de duas a três mulheres, num tear só. Aí, envolve o maquinário tudo antiquado. Não fizeram a remodelação. O governo deu a oportunidade pra isso, no tempo da Sudene, Sudam.
DM – Tinha investimento...
NS – Era mas...eles... (barulho de buzina). E naquela época tinham que dar 50 % de capital próprio, e os outros 50 % do governo, e eles não quiseram investir. Aí, foi só vivendo com a falta da maior potencialidade de produção.
DM – Aí, ficou ultrapassado.
NS – A tendência era cair mesmo, fechar, né?
DM – Em que ano fechou, o senhor lembra?
NS – Ela fechou... Ela fechou, deixa eu ver uma coisa aqui. Ela fechou... (segundos de silêncio).
DM – O senhor trabalhou 16 anos nela?!
NS – Trabalhei 16 anos. Lá, quando eu trabalhei e vim para cá, já estava numa situação precária. Ela deixou de produzir linho, pra produzir saco. Pano para saco, né?

DM – E era para cá mesmo, para cidade ou levava pra outros lugares?
NS – Vendia para determinadas cidades assim do interior, como seja, Manaus, Belém, Pernambuco, Teresina. Aí vendia em pouca escala. Aí, entrou a Bangu[6] do Rio de Janeiro, que produzia milhares de metros durante o dia. Ehh, vai dominando o norte e o nordeste, né?
DM – Impactou muito, né?
NS – Quase todo ano era queda de produção, até que chegou ao ponto de não ter mais condições de sobreviver. Quem poderá dizer, assim, o ano que ela fechou, é essa menina que mora aqui perto. Ela trabalhou na fábrica. Mas nesse tempo já estava praticamente fechada. Eu saí em 1970, eu saí em 70 da fábrica.
DM – Ela ainda funcionava em **70**?
NS – Em 70, precariamente.
DM – Funcionou bastante, eu pensei que tinha fechado antes.
NS – Ela fechou antes. Quer dizer, ela fechou não, ela deixou de produzir determinados panos, que chama tecidos, e entrou na produção de sacos, de pano pra sacos.
DM – Ah, só pra sacos.
NS – Ela fechou em 1965, 60 a 65 nesse período.
DM – E o senhor tinha contato... o senhor era do escritório, da parte de contabilidade né? Aí tinha contato com o proprietário, com os outros chefes?
NS – Nessa época os diretores eram o doutor Remi Archer, tinha mais, o Renê Bayma, depois saiu, largou e foi para o Rio de Janeiro. Era Renê Bayma, doutor Remi Archer... Tu vai encontrar tudinho aí, direitinho (apontando para a revista).
DM – E o Sebastião Archer?
NS – O Sebastião Archer, no período que eu cheguei aqui ele deixou de trabalhar.
DM – Deixou de trabalhar, aí assumiu o Remi?
NS – Porque nessa época ele entrou na política, aí o doutor Remi que assumiu.
DM – O filho dele?
NS – O filho dele, Remi Archer.
DM – O seu contato era mais com os proprietários?
NS – Era mais com os diretores que eram justamente o doutor Remi, Remi e Renato Bayma...Amaral, tinham outros, outros mais aí. Depois disso, surgiu outros diretores, mas assim... momentos, de momentos, né?
DM – E o senhor gostava do seu trabalho?
NS – Como eu fazia meu trabalho, como profissional eu sempre gostei, né? Depois que eu me aposentei que, eu zangado, abandonei definitivamente, né?
DM – E quando o senhor olha a fábrica nesse estado que ela está hoje, o que o senhor sente?
NS – Ah não, hoje em dia não tem mais nada, só o esqueleto mesmo. Que foram capando tudo aí, né? Aí, o motor dessa fábrica, que botava pra funcionar, era motor de navio, de alto comando, de alto potencial... motor... [tentando lembrar] não sei como se chama um motor daquele, daquela época pra cá.
DM – Motor a vapor, né?
NS – Parece que é a vapor, ou de trem, né?
DM – E como era que chegava a água, pra abastecer?
NS – A água vinha da Rua da... vinha do Itapecuru, lá do rio do Itapecuru, pela rua, essa rua que tem aqui ehh ...Vitorino Freire, e deixava lá na... puxava pra fábrica, né?
DM – Tinha uma bomba?
NS – Na bomba, né? Por meio de bomba.
DM – Lá era o porto que chegavam também os produtos?

[6] Uma das maiores Fábricas de Tecidos do Rio de Janeiro, fundada em 1889 (SILVA, 1989).

NS – Chegavam os navios, atracavam os navios. Onde atracavam os navios propriamente ditos era mais lá para baixo, né? Lá onde tá a igreja, naquela região ali que atracavam os navios, alí. Bastante vinha à burro, cavalo, que seja, para cá, aqui pro alto. Agora tinha o trem também, que subia até aqui na fábrica.
DM – E esse trem passava por onde?
NS – Saía na rota que ele faz, a São Luís-Teresina, ele fazia manobra e subia, até dentro da fábrica, para receber a produção, e depois da Companhia Manufatureira, criaram muitas indústrias, como seja, de algodão, beneficiamento de algodão, glicerina... Porque o pessoal foi vendo a fábrica e aí foram surgindo outras indústrias, né?
DM – E esse trem levava para onde?
NS – Esse trem levava pra... pra aí, pra Pernambuco. Aliás, o trem vinha já com o vagão vazio, enchia o vagão, digamos o seguinte, para o Ceará, para Pernambuco, e ia distribuindo aí por essas partes.
DM –Por essa estação ferroviária que vai até Teresina?
NS – É justamente, ela vai embora, ela vai até a Paulistana[7]. Hoje em dia tenho impressão que está indo além da Paulistana. Que é Pernambuco, né?
DM – Certo, e o algodão que vocês utilizavam, quem fornecia?
NS – O algodão daquela época, o Maranhão produzia muito algodão, né?
DM – Vinha daqui mesmo da região?
NS – Da região e vinha de outra região, como seja, de Presidente Dutra, Tuntum, Gonçalves Dias. Vinha dessa região. Aqui que era o ponto chique, o ponto.... a parte principal, né?
DM – Para receber a produção?!
NS – Era tudo praticamente Codó, vinha para cá para Codó.
DM – Mas vinha de barco?
NS – Não, vinha de lá para cá de caminhão. De vez em quando a produção era muito grande e tinham muitos caminhões.
DM – Vinha algodão para fazer a limpeza?!
NS – Para fazer a limpeza. Aqui não produzia algodão, Codó não produzia algodão. Algodão vinha de outros municípios.
DM – E onde que faziam essa limpeza do algodão aqui na fábrica? Qual era o setor?
NS – Aqui tinham duas indústrias de beneficiamento de algodão, aliás três, uma era do Nady Salém, do Zé Gerude e a Companhia Agrícola, a Companhia Manufatureira e Agrícola pra beneficiar o algodão, algodão asiático. O algodão vinha aquela parte que chama de... pécula, pécula, né?. Aí, ia pro beneficiamento, né? E saía algodão já beneficiado, fardado, sacos de180 ou 200 quilos.
DM – Isso faziam aqui na fábrica, essa limpeza? E faziam os fardos?
NS – Aí já saía o algodão limpo, o algodão mesmo puro. Aí, foi caindo algodão, foi caindo babaçu, foi caindo milho, foi caindo tudo, né? A produção caiu de alto a baixo. No Codó chegou uma situação que aqui entrava durante o dia uma faixa de 50 a 80 caminhões carregados de celeiro, algodão, arroz, babaçu, milho, o movimento era muito grande.
(Entra uma pessoa para falar com o Sr. Nicanor)
NS- Mas aí vai te ajudar muito essa revista.
DM– Com certeza.
(Entra outra pessoa no recinto)

[7] Localizada no Estado do Piauí, a Estação Paulistana foi inaugurada entre 19350 e 1938 (disponível em: www.estacoesferroviarias.com.br/ba_paulistana/paulistana.htm).

NS –A produção era pouca. Aqui produziam uma faixa de 4 mil metros diários de tecido[8], na minha época.
DM – Já tinha caído mais a produção?
NS – Aí caiu muito a produção. Os teares eram antiquado, né? Existia do automático, e uma pessoa só toma conta de 20, 30, 40 teares. Nessa época o tear era só 2 ou 3 pessoas trabalhando, dai não fazia diferença né.
(Entra uma pessoa e conversa com o Sr. Nicanor)
DM – O senhor lembra qual era o setor que ficava o escritório? Era essa edificação separada?
NS – O escritório era separado.
DM – Deixa eu lhe mostrar um (livro)...
NS – Separado é o modo de dizer. Tinha a fábrica, tinha a parte de tecidos e tinha a parte de escritórios, que acontece.... era outro departamento. Entendeu, como é que é?
DM – Era outra edificação que ficava do lado?
NS – Ficava do lado, ficava do lado!
DM – Deixa eu ver se lhe mostro aqui, eu tenho uma foto. [Barulho mexendo em pasta] Tenho um livro aqui, que é de um codoense que tem a foto bem na frente. Aqui [Mostrando o livro] tem a parte maior, não é isso? Que tinham ficado os salões grandes, esse prédio aqui do lado que era o escritório?
NS – Era a parte do escritório, ficava aqui do lado, aqui assim.
DM – Certo. Que é um prédio um pouco menor do que esse, separado.
NS – Esse parque aqui assim, tudo era fábrica, já era fábrica.
DM – E esse relógio que controlava entrada e saída, o horário?
NS – Não, bom, controlava porque naquela época tinha a igreja e quando dava determinada hora a igreja: plam, plam, plam (onomatopeia do sino). Entendeu?! E tinha o relógio que dava sinal também.
DM – E tocava? Aqui é um sino, né? (mostrando a foto do livro). Tocava também... badalada?
NS – Tocava! Na hora de entrar, sair.
DM – Mas para vocês que trabalhavam no escritório não tinha esse horário rígido assim, não?
NS – Não, sob hipótese alguma.
DM – O senhor entrava para trabalhar que horas?
NS – Eu entrava a partir de 8 horas, saía às 12, voltava às 2, saía às 5.
DM – O senhor sempre morou aqui, nessa casa perto?
NS – Não, eu morei... bom, aqui nessa rua morei muitos anos, aqui próximo né? Porque nesse tempo eu era solteiro, tinha uma república, mas a maior parte do tempo morei aqui.
DM – Mas eles não ofereciam casa? O proprietário da fábrica não fornecia a casa dos operários, não?
NS – Fornecia, tinha uns operários. Tinham determinados operários que tinham casa dadas pela própria empresa naquela época.
DM – Mas o senhor não chegou a receber?
NS – Não, casa não, casa não recebi não.
DM – A casa do Archer fica bem em frente, né?
NS – A casa do Archer fica bem em frente.
DM – E eles estavam sempre lá no escritório acompanhando?

[8] Para se ter uma ideia da produção, a Fábrica Santa Amélia produzia de 8 a 12 mil metros de tecido por dia na década de 1960 (Livro de produção de tecidos da Fábrica Santa Amélia, 1965. Arquivo da Fundação Municipal do Patrimônio Histórico – FUMPH da Prefeitura de São Luís).

NS – Tem aquela parte que hoje em dia é a paróquia da igreja, morava os diretores, aqui na esquina, antes de você chegar aqui na avenida, que tinha outra diretoria, de frente a fábrica. Tinha a praça, tinha a casas de diretores. Os diretores tinham as casas próprias, né?
DM – O senhor topa a gente andar lá para me mostrar, ou vai lhe incomodar muito? O senhor aceitaria de a gente andar para o senhor me mostrar como era?
NS – Tem um lugar que não podemos entrar mais, porque está meio interrompido. Mas tem a paróquia, subindo? A parte que você, chegando ali na primeira rua... vou mostrar onde que passa o carro na Vitorino. Onde tem o posto de gasolina, ali em frente, do lado tinha uma residência, do outro lado também residência, e outra mais subindo também era residência.
DM – Tudo de funcionários?
NS – Tudo que fazia parte da diretoria.
DM – Só os diretores é que recebiam essa casa...Tinha médico, né, que trabalhava?
NS – Tinha médico, era o doutor Sebastião Reis, que dava assistência aos funcionários, e aos diretores também.
DM – E acontecia muito acidente de trabalho? Acontecia muito acidente, assim, de as pessoas se machucarem?
NS – Não, sabe que dificilmente acontecia acidente! Adoecia por causa da precariedade das pessoas. São pessoas tudo pobre, trabalhavam muito.
DM – O ambiente era insalubre ou não? Era muito quente?
NS – Era quente!
DM – Era quente dentro do salão e na diretoria?
NS – Não, não. Era quente em função da própria fábrica.
DM – Da caldeira?
NS – Da caldeira, apesar de que a caldeira era separada.
DM – Onde que era a caldeira?
NS – A caldeira fica bem próxima onde tem aquela parte do...
DM – Da chaminé, ali?
NS – Da chaminé ali, que pegava a caldeira.
DM – Deixa eu ir lhe mostrando aqui, aqui está a chaminé e está aqui a parte central.
NS – Ah... aqui. A chaminé é na parte de trás, a caldeira ficava por aqui assim.
DM – Bem perto da chaminé?
NS – É, quase perto da chaminé. Era movida... à lenha.
DM – Chegava a lenha, para esquentar a água da caldeira.
NS – É, tinha a caldeira, né?
DM –E na chaminé, essa fumaça que saía era... era da lenha da caldeira?
NS – Era da própria Caldeira, né?
DM – Tinha uma tubulação, porque hoje não tem mais... por isso que eu tô tentando entender.
NS – Não, a tubulação não tem mais não...
DM – Tinha uma tubulação que levava até a chaminé, porque a chaminé tem uma entradinha em arco...
NS – Tem. Ali eu nunca mais entrei ali não, não sei como está a situação.
DM – O senhor não toparia a gente entrar lá? O senhor poderia me acompanhar lá, para a gente conversar?
NS – Até posso, não resta dúvida. Só que tem uma parte da fábrica, que hoje em dia é quartel, o policiamento.
DM – Lá atrás é a polícia, né?
NS – Tem vários prédios ali. Que ali onde tem o pelotão da polícia militar, era onde tinha a glicerina, anteriormente, outra parte da frente tem o fórum, né? Do lado, do outro lado da avenida, já tem... já construíram umas casas ali, do lado, do terreno, né?

DM – E essa parte que fazia o branqueamento do algodão, a limpeza do algodão, era separada?
NS – Não. Era...era separado, era outro, outro, era outro...
DM – Prédio?!
NS – Outro prédio... outro depósito, né?
DM – Ele ainda existe ou eles já derrubaram?
NS – Bem, ali, era parte do... tá tipo um esqueleto... a outra parte roubaram tudo.
DM – Sabe o que eu tinha vontade de entender? Porque tem aqui a parte grande, e tem essa outra edificação que era o escritório. Bem na frente do escritório tem uma edificação pequenininha, essa aqui, o senhor lembra o que funcionava aqui?
NS – Era o almoxarifado.
DM – Era almoxarifado?
NS – Almoxarifado!
DM – Porque ela é um pouco funda. Eu pedi para o pessoal medir, e tem um buraco, uma parte funda.
NS – Um buraco?
DM – De dois metros. Eles disseram que era mais ou menos uns dois metros para baixo. Eu fiquei curiosa se não era algum equipamento.
NS – Deve ser alguma parte correspondente a... a usina de beneficiamento, com certeza.
DM – Como é que funcionava essa usina de beneficiamento?
NS – A usina era com os maquinários, com maquinário próprio, né?
DM – O almoxarifado era uma edificação maior?
NS – É, o almoxarifado era maior.
DM – Porque essa era pequena...
NS – Era tudo coligado a fábrica, né? Mas era separado, entendeu como que é?
DM – Entendi. Tinha uma edificação que era almoxarifado, tinha outra que era diretoria.
NS – Diretoria...
DM – E a fábrica mesmo, maior.
NS – Tinha o almoxarifado, a diretoria, e tinha a parte de vendas... o setor de vendas. Que recebia a produção, e a central e o... setor de depósitos correspondentes a...entrada e saída de material, né?
DM – Aí que era o almoxarifado mais ou menos?
NS – Não, o almoxarifado era para material, para efeito de manutenção da própria empresa. Agora a produção, tinha um setor de produção que recebia produção para vender.
DM – Entendi. Era perto desses portões?
NS – Era tudo coligado, tudo coligado! Tudo fazia parte aqui da... tudo coligado (demonstrando no livro). Aqui a fábrica, aqui ela vinha para cá, essa parte aqui, era parte da fábrica propriamente dita, aqui era depósito, correspondente a algodão, depósito de algodão, depósito de receber materiais, almoxarifado.
DM – Certo.
NS – Aqui já era separado, essa parte aqui era separado, que agora é separado, que antigamente era a entrada. A entrada era aqui, nessa parte daqui, aqui o portão.
DM – Da frente.
NS – Aqui é o portão.
DM – E tem outro portão aqui na lateral.
NS – Não, não tinha nada, o portão...
DM – Era só esse?
NS – Era só esse aqui, esse aqui foi depois...
DM – Foi depois que fizeram.
NS – Aí foram abrindo lá, abriram por conta deles mesmo.

DM – Entendi.
NS – Mas a entrada era aqui, nessa parte aqui, aqui o relógio, aqui era a entrada...
DM – No portão. Entrava e saía por aí, todo mundo.
NS – Todo mundo.
DM – A parte da diretoria, os operários...
NS – Saía todo mundo, e entravam por aí, por esse portão.
DM – Aqui em cima, tinha um segundo pavimento? Tinham dois andares?
NS – Não, não. Era só um andar só.
DM – Era só um andar. Essa janela era para sair o calor, né?
NS – Aqui era alto, aqui era muito alto. Aqui era só uma janela só, não tinha andar não.
DM – Eu fiquei com essa dúvida, porque tem a janela.
NS – Não, não tinha andar não. Era alto e bem feito, né? Agora tá tudo demolido, e derrubaram muita coisa daí, sabe?! Se quiser eu dou uma olhadinha contigo lá.
DM – Vai chegar um carro pra me buscar, que eu não vou demorar a viajar. Chegando esse carro que vem me buscar, o senhor topava a gente ir lá?
NS – Dá, dá para ir lá.
DM – Porque aí o senhor me mostrava, ficava mais fácil.
NS – Dá, ligeiramente dá. Agora isso aqui é para você tirar xerox. Do outro lado do fórum, onde tem o colégio com a esquina, tem uma esquina que tira xerox. Se você quiser tirar xerox ali, tudo bem.
DM – Certo, eu já podia ir tirando xerox né, mas ele deve estar para chegar.
NS – Se ele chegar você tira xerox aqui.
DM – Aí a gente pode ir junto lá?
NS – Pode, podemos ir. Até aproveitar o momento e fazer uma viagem só. Mas acho que para tirar tudo vai demorar um pouco, né? Aqui são... deixa eu ver quantas páginas são (manuseia o material emprestado).
DM – Desculpe, deixa eu ver se tem alguma pergunta que eu esqueci de fazer. Da sua família, só o senhor que trabalhava lá?
NS – Só eu mesmo, sabe. Era contador da empresa.
DM – O senhor entrou com 20 e...
NS – 24 anos, em mil novecentos... 12 de novembro de 54.
DM – E se aposentou por lá? Ou não chegou a aposentar porque a fábrica fechou antes?!
NS – Não, não porque eu já trabalhava anteriormente, eu comecei a trabalhar com 14 anos de idade. Eu morava no Rio de Janeiro. Aí tem também o doutor Remi, que fazia parte de uma das empresas que eu trabalhava e que me convidou para vir para cá para passar um período aqui com ele, né? Aí, desse período para cá, até hoje. Esse aqui é o filho do doutor Remi Archer: Ricardo Archer (mostrando a revista).
DM – Esse foi prefeito também aqui?
NS – Foi prefeito.
DM – Seu Nicanor, se o senhor tivesse a oportunidade de trabalhar de novo na fábrica, o senhor gostaria?
NS – Não, não, trabalhar não quero mais não, trabalhei demais.
DM – Se o senhor fosse mais novo?
NS – Se eu fosse mais novo era outra coisa, né? Era outro pensamento né, hoje em dia... Trabalhei só para enriquecer os outros, só para enriquecer os outros.... Saía de um buraco e ia para outro buraco.
DM – Aí depois funcionou o que aí? Era qual empresa?
NS – Aí depois funcionou a indústria de beneficiamento de óleo.
DM – Era para fazer sabão, ou era só óleo mesmo?
NS – Pertencia a outro grupo.

DM – Aí o senhor continuou trabalhando ou saiu?
NS – Já saí, trabalhava com o grupo Figueiredo.
DM – Na FC?
NS – Não, não é a FC não. Era outro, é outro grupo, do Biné Figueiredo.
DM – Ah, tá.
NS – Aqui (mostrando a revista) a história da Companhia Manufatureira e Agrícola do Maranhão. Dimensão econômica do setor de produtivos.
DM – Essa foto está boa também. Parece com essa aqui do livro.
NS – Aqui vai te ajudar muitas coisas e auxiliar a adquirir outras coisas daqui, sobre Codó.
DM – Outras informações.
NS – É!
DM – E o senhor fez muitos amigos na fábrica?
NS – Ah tinha, todo mundo era amigo um do outro.
DM – Tinha um grupo. A relação era boa?
NS – Não existia inimizade não, todo mundo era amigo. Trabalhava nessa época uma faixa de trezentas e poucas pessoas. Maior parte mulheres, né?
DM – Trabalhavam crianças também?
NS – Não, criança não trabalhavam não, trabalhavam só já adultos, né? Trabalhava adultos, criança não trabalhavam não.
DM – Certo!
NS – **Eita**! Isso tudo era mato quando eu cheguei aqui, mato, mato, mato mesmo.
DM – Aí o senhor morava em outra casa, não era nessa?
NS – Morava lá em cima...
DM – Ia caminhando todo dia?
NS – Caminhando. Caminhando vinha gente do interior para cá, né? Era estrada de chão.
DM – Não tinha transporte, né? A empresa dava transporte para quem morasse mais longe ou não?
NS – Não, cada um... porque morava, automaticamente, quase no mesmo setor.
DM – Todo mundo morava perto.
NS – O que morava mais longe... quem morava mais longe era eu, que morava lá em baixo né, morava lá... perto do... na descida, né? Em frente à estação, por sinal. Ficava mais próximo do pessoal, da sociedade, tudo. Aí depois que eu saí de lá de baixo, vim morar aqui no alto. Eu tinha a lambreta, chamava-se lambreta naquela época. Aí, depois adquiri um Jeep, que fazia meu transporte. Mas é perto. Dá de vir até a pé.
DM – Eu vim andando, cheguei cansada, mas vim andando de lá para cá.
NS – Naquela época, todo mundo era amigo, não existia desavença. Desavença política né? Portanto, onde tem ali o Centro de Cultura, para cá era de um político, do outro lado já era de outra parte política, né? Se criou em Codó essa pouca vergonha... Só o povo que sofre com essa parte.
DM – É verdade.
NS –Codó era para ter universidade, aqui dentro, ter um bom posto de saúde, hospitais e etc, mas é precário, funciona precariamente. Só esse chefe que eu trabalhei, Biné Figueiredo, no tempo do Sarney brigou com o Sarney, de besta, né? Aí, quem foi prejudicado com isso foi o próprio povo de Codó. Porque o Sarney não ia dar apoio para ele, era inimigo dele, ele não ia jogar nada para Codó.
DM – Aí, acabou prejudicando. É, uma pena. Ele foi prefeito o seu Biné, né?
NS –O Biné foi prefeito, foi prefeito duas... duas vezes, pegou dois pleitos.
DM – E depois que fechou a parte de tecido, que ficou trabalhando com óleo, aí qual era a empresa?

NS – Ficou trabalhando um tempo com óleo, depois glicerina. Era a mesma empresa (se refere a produção de óleo e glicerina). Era CIBAM. Criaram outra empresa, independente da Companhia Manufatureira.
DM – Aí o senhor não ficou mais trabalhando?
NS – Fui pra outro trabalho, que é a CIBAM – Companhia Industrial de Babaçu e Algodão do Maranhão. Lá dentro mesmo do quarteirão da fábrica.
DM – Dentro do quarteirão, mas não utilizavam o prédio?
NS – Utilizavam. Não o prédio da Companhia Manufatureira e Agrícola do Maranhão, de tecido... Era separado. Aí criaram outro depósito para glicerina.
DM – Atrás? Que é onde eles derrubaram para construir esses prédios novos?
NS – Justamente.
DM – Ah, agora que eu entendi. Mas na época que funcionava como tecido não existia esses prédios atrás, de glicerina, não?
NS – Não, não. Foi criado após o surgimento da CIBAM. Era outra empresa, mas, porém, ali dentro do intermuro, do próprio muro da fábrica.
DM – Sim, dentro do terreno, que é uma quadra inteira, né? Uma quadra grande. A fábrica ocupava o quarteirão todo.
NS – O quarteirão que era a fábrica, e criaram do outro lado, criaram a CIBAM, que era extração de glicerina, a outra parte era beneficiamento de algodão, depois a outra parte de óleo, de beneficiamento de óleo.
DM – Tudo prédios separados?
NS – Tudo separados os prédios, tudo separado.
DM – Entendi. Eu vou ver se chegou o moço, a gente podia ir caminhando?
NS – Você mora em Caxias, é?
DM – Não. Eu moro em São Luís.
NS – Ah, você mora em São Luís, né?
DM – Eu vou para pesquisar.
NS – A trabalho, também?
DM – Também. As mesmas coisas que eu estou fazendo aqui, eu vou perguntar lá.
NS – Aqui, eu não sei porque, problema político, né? Pouca vergonha! Infelizmente essa política do Maranhão é um negócio fora do sério. Em Caxias, os políticos ainda fizeram muita coisa bonita na fábrica, porque fez lá...não sei se é escola que funciona... é um determinado departamento.
DM – Lá é a Secretaria de Cultura.
NS – Aproveitaram o prédio. Aqui não, aqui deixaram por conta do tempo, né?
DM – O que o senhor acha que poderia ser nessa fábrica?
NS – Aqui? Aqui poderia ser uma faculdade, aí dentro poderia ser... parece que uma faculdade pelo menos. Ou então, os prédios da prefeitura, ao invés de estar um, dois, três, quatro, cinco, oito, dez prédios alugados, então colocava tudo lá dentro. Problema político também, né?
DM – Quando o senhor olha ela assim abandonada, o senhor sente alguma coisa? Alguma tristeza?
NS – Ah, dá uma tristeza dentro da gente, né? Principalmente a outra indústria. Antes da FC, tinha uma indústria de lá que também eu era contador, foi construída pela gente também. É... ali trabalhava muita gente. Dá uma tristeza...era o que tinha, o que via-se anteriormente e vê agora, dá uma tristeza, falando sério. Eu estive lá até agora, há poucos momentos. Era parada, lá tem um depósito que é de 100, não 200 por 100, 100 por 300 que é o tamanho. Lá era uma companhia referente à produção de saco raceo, aquele saco de carregar trigo, uma delas... e outra parte era de saco plástico.
DM – Aqui?

NS – Não, lá em cima. Do grupo Figueiredo.
DM – Seu Nicanor, eu volto aqui depois e a gente dá essa volta lá na fábrica?
NS – Tá certo. Pode ser.
DM – Eu lhe agradeço.
NS – Nada moça, estou ao dispor.

TRANSCRIÇÃO DA VISITA NA FÁBRICA DE CODÓ – VÍDEO

NS – Esse prédio pequeno que era... (indica o menor prédio na parte frontal da fábrica e fica pensativo)
DM – Ele parece que era para algum equipamento. É estreito e profundo dentro.
NS – Tenho a impressão que era o motor que fazia a sucção da bomba da beira do rio para cá. A bomba vinha por aquela outra rua que nós passamos, que tinha o posto. A bomba vinha de lá, a água vinha de lá por meio de sucção daqui. Tinha o motor que puxava.
NS – Aqui era outra seção, bem aqui mais outra seção (apontando para os cômodos da frente da Fábrica).
DM – Onde era a Caldeira?
NS – A Caldeira era aqui nessa parte (aponta para o cômodo ao lado da chaminé). A chaminé é aqui, a Caldeira é aqui.
DM – E esse setor?
NS – Esse setor era o setor de vendas. Agora a força motora ficava aqui.
DM – A casa de máquinas, né? Olha como tem um tubo, ainda.
NS – Aqui era a casa de máquinas... A chaminé (apontando para o cômodo ao lado).
DM – Caldeira era aqui? (cômodo ao lado da chaminé)
NS – Era. A Caldeira era aqui.
DM – E tem uma ligação com um duto, ali tem um arco que leva para chaminé.
NS – Tem.
NS – Aqui era a sessão dos teares (aponta para o salão ao lado esquerdo do prédio principal).
DM – Era aqui nesse salão?
NS – Era...
DM – Entrava e saía por ali (apontando para o portão ao lado do relógio)?
NS – Tudo era por ali.
DM – Não tinham essas outras aberturas não?
NS – Não... A estrada de ferro era aqui nessa parte (indicando o trecho frontal da Fábrica). (Anda mais um pouco e para em frente a chaminé).
NS – Essa parte já tinha ligação com a fábrica. Era o depósito de guardar as coisas, tecido... de beneficiamento, né? Tem tanto tempo que a gente até esquece.
DM – E quando você olha a fábrica nesse estado, o que sente? Você fica triste ou já está acostumado?
NS – Não. A gente sente. Porque isso aqui poderia ser aproveitado. Podia ser uma escola boa, uma faculdade de primeira ou a prefeitura. Se você for em Caxias vai ver a diferença. O estilo da fábrica é o mesmo, é a mesma coisa. São três a quatro fábricas, tudo no mesmo estilo. Aqui, em São Luís, em Caxias e tem uma outra...
DM – Olha! Aqui que eu lhe falei que tinha uma roda grande. Deixa eu lhe mostrar.
NS – É a casa de máquinas! Aqui que tinha a máquina que movimentava **toda** a fábrica. Esse tubo que jogava o ar quente para cima faz parte da parte de força.
DM – A parte de branqueamento do algodão era em outro prédio?
NS – Era outro prédio que fazia o algodão.
DM – E o prédio do escritório, ainda existe?

NS – O escritório é na outra parte, ali... A de Caxias eles aproveitaram. Se não me engano, parece que a prefeitura funciona na de Caxias.
DM – É, a Secretaria de Cultura da Prefeitura que funciona na de Caxias. É Tombada pelo Governo do Estado. Tem uma outra que é particular e não é protegida: a Industrial de Caxias.
NS – A Industrial era de óleo, não era?
DM – A Industrial **depois** passou a ser de óleo, mas ela também começou com tecido. Fazia saco e rede.
NS – Era saco... era de saco.
DM – Vocês tinham ligação, faziam comunicação entre uma fábrica e outra?
NS – Não, não tinha não. Era independente uma da outra. Eram outros dirigentes.
DM – Eram concorrentes? (risos)
NS – Eram concorrentes! O escritório era aqui assim (se posiciona em frente ao prédio de porte médio ao lado direito da fábrica).
DM – Era nesse prédio o escritório, o senhor lembra?
NS – Era aqui nessa parte.
DM – Aqui era o almoxarifado, que o senhor falou.
NS – Uma parte almoxarifado e outra escritório.
(caminhamos em direção a parte posterior do terreno)
NS – Esses prédios para cá foram mais recentes, foram construídos mais recentes.
DM – Daqui dá para ver a parte do salão de teares.
NS – O escritório era ali (aponta em direção ao prédio maior). Aqui já era o almoxarifado. Aqui a usina de beneficiamento do algodão (aponta para o prédio de média dimensão à direita do prédio principal). E tem a glicerina que ficava lá atrás.
DM – Então esse trecho final que era o escritório?
NS – Era o escritório...
DM – Vocês entravam por onde?
NS – A entrada por aqui assim, mais ou menos por essa região aqui (aponta para um vão). Ainda tem essa saída... (olhando para o prédio em construção) Eu não sei o que vai ser aqui.
DM – É a OAB - Ordem dos Advogados do Brasil. Mas antes tinha uma saída aqui nos fundos?
NS – Tinha outra saída alí. Sempre teve. Eram várias divisões. Aqui é a parte da polícia. Essa parte da polícia que tinha a glicerina, quando era outra empresa.
DM – Quando era a CIBAM?
NS – CIBAM ... tinha o beneficiamento de algodão... era aqui (aponta novamente para o prédio de média dimensão, à direita da edificação principal). Tinha o almoxarifado. Alí tinha o escritório (aponta para a parte posterior da edificação principal).
DM – E esse pedacinho que avança um cômodo, o senhor lembra o que funcionava?
NS – Eu não tenho lembrança, não. Parece que era a fábrica também...A glicerina ficava bem onde está o pelotão.
DM – Esse trecho aqui o senhor não lembra? (apontando para o mesmo cômodo aos fundos que avança no sentido posterior)
NS – Era outra seção. Agora não me recordo. Não sei se era parte de botar os tecidos para enrolar ou os tecidos para embarque. Não estou lembrado não.
DM – O trilho chegava aqui, ou chegava só até lá?
NS – Não. O trilho chegava até lá, no portão. Aquela parte que tinha a motora, a parte motora. O trilho vinha até ali.
DM – O senhor lembra de mais alguma coisa que queira falar?
NS – Não, não estou lembrado não.
DM – A ligação da água era ali?
NS – A ligação de água era lá.

DM – E o algodão chegava por ali também, naquela entrada?
NS – Não. O algodão vinha de caminhão e descarregava. Tinha o depósito que era para máquina de beneficiamento. Esse aqui era o salão. Salão dos teares aqui (apontando para o prédio principal).
DM – E o lado de lá?
NS – Tinha várias divisões que eu não tenho mais ideia como é que era. Depois que derrubou a gente se perde. Esse depósito aqui funcionava a usina de beneficiamento do algodão (apontando mais uma vez para a edificação de porte médio ao lado da fábrica).
DM – Se tivesse uma planta era bom, não é ?
NS – Rapaz... não tem ninguém que possa informar... tinha os encarregados aqui, mas morreram todos. Era o Amaral, que era o gerente da fábrica. Maneco Bayma, que era um dos funcionários mais antigos que conhecia tudo aqui dentro. Já faleceu também.
DM – E o senhor está com 88 anos, cheio de saúde.
NS – Estou com 88. Eu cheguei aqui com 24 anos. Tinha formado. Formei em 1953, 1954 no Rio de Janeiro. Nascido em Salvador, criado no Rio de Janeiro e vivido no Maranhão.
DM – É brasileiro.
(risos)
NS – Nesse depósito aqui funcionava a usina de beneficiamento de algodão (mais uma vez aponta para o prédio de média dimensão à direita do prédio principal)
DM – Era perto de onde chegava o caminhão?
NS – Justamente o caminhão entrava aqui direto (aponta para entrada lateral perto do relógio).
NS –...É uma pena que ninguém tenha feito mais nada. É falta de interesse dos dirigentes, dos **nossos** dirigentes.
DM – A concorrência acabou atrapalhando. O maquinário antigo que o senhor falou, não é?
NS – **Antiquíssimo**, de mil novecentos e tanto... mil e oitocentos. É tão antigo que eu já perdi até a conta.
DM – Então vamos. Está tudo registrado aqui, as suas explicações.
NS – A gente entrava por aqui (aponta para o portão da frente). O trem entrava por aqui assim direto (indicando a parte frontal do terreno da fábrica). Chegava até aqui assim (indica a posição em frente ao pequeno prédio que, supostamente, suportava os equipamentos da bomba de sucção). Aí, os vagões vinham para cá e descarregavam. Vinham os caminhões e despejavam... Esse relógio aqui está com o filho do Archer. Ele que tem esse relógio. Venha com mais calma conversar com ele. Ele sabe dessas coisas melhor do que eu. Ricardo é carioca também, mas foi criado aqui.
(Saímos do terreno da fábrica através do portão frontal ao lado do relógio).

3. ENTREVISTA COM MARIA NUNES DA CONCEIÇÃO

FICHA TÉCNICA

Denominação:	Maria Nunes da Conceição (Nasceu em 20/06/1920, Caxias/MA)
Identificação do Arquivo:	CAXIAS_MC_25.07.2018
Razão da entrevista:	Maria da Conceição é tecelã, trabalhou em duas Fábricas de Tecidos da Cidade de Caxias, uma delas a Fábrica Manufatora e a outra localizada no Bairro Ponte. Trabalhou na Seção de Tecelagem, por tempo indeterminado.
Data:	25 de julho de 2018
Local:	Lar da Divina Providência – Organização de Amparo ao Idoso, Av. 04, Quadra 21, nº1729, Bairro Cohab – Caxias/MA.
Duração:	18 minutos e 47 segundos
Suporte:	Gravador digital de voz
Entrevistadora:	Danielle Nogueira Magalhães (DM)
Outros participantes:	Uma das cuidadoras e Wybson Carvalho
Sumário:	Identificação e apresentação como costureira; descrição limitada do trabalho nas Fábricas de Tecidos de Caxias, em função da idade avançada e esquecimentos; trata de questões como a idade dos operários; a jornada de trabalho, com intervalo para almoço; vestimenta no trabalho; relacionamento com demais funcionários; ida coletiva para a Fábrica; capacidade de compras com o salário; período de fechamento da Fábrica do Ponte; trabalho inicial na Fábrica do Bairro Ponte e depois na Fábrica Manufatora; relata a permanência de funcionários do escritório após a saída dos operários; relata sentimentos de afeto com o período de trabalho nas Fábricas; demonstra alguma sensação de abandono.

Entrevista com a senhora Maria Nunes da Conceição realizada em Caxias, no dia 25 de julho de 2018. Tecelã que trabalhou em duas Fábricas de Tecidos da Cidade de Caxias, uma delas a Fábrica Manufatora e a outra localizada no Bairro Ponte, acredita-se ter sido a Fábrica Sanharó. Trabalhou por longo período e com 98 anos tenta buscar na memória fatos sobre sua experiência de trabalho, que são mesclados com muita emoção, sobretudo quando lembra de sua mãe.

DM – Danielle Magalhães
MC – Maria da Conceição

DM – A senhora está com quantos anos?
MC – Não sei... não lembro.
DM – Lembra a data em que a senhora nasceu?
MC – Não...Não sabe não...
DM – E o seu nome completo?
MC – Maria Nunes da Conceição, filha da Maria.
DM – A senhora trabalhou muitos anos na Fábrica Manufatora?
MC – Trabalhei um *mucado*.
DM – O que a senhora fazia lá?
MC – Fazia roupa.
DM – Qual a seção que a senhora trabalhava? Na fiação, na tecelagem?
MC – Não lembro não...
DM – Faz tempo, né? Como era, a senhora gostava?
MC – Gostava. Me aposentei. Eu sei costurar, sei fazer roupa, camisa, vestido de noiva. Tudo eu sei fazer.
DM – E tudo a senhora aprendeu onde, na Fábrica?
MC – Antes, quando eu fui eu já sabia.
DM – A senhora lembra com quantos anos começou a trabalhar na Fábrica?
MC – Bem novinha... Na fábrica... Na Manufatora.
DM – Só a senhora que trabalhava lá da sua família, ou trabalhavam outras pessoas? Tinha algum irmão ou irmã.
MC – Irmão não tinha não, mas tinha outras pessoas.
DM – A senhora lembra de alguma coisa que aconteceu dentro da Fábrica, durante o seu trabalho?
MC – Não, não aconteceu nada não. Não teve briga, não teve nada.
DM – Era um bom trabalho?
MC – Era. Fazia pano.
DM – Era muita produção, fazia bastante pano?
MC – Era **muito**. O dia todinho trabalhava. Só parava pra comer.
DM – A senhora lembra a hora que entrava na Fábrica?
MC – Lembro tudo. De manhã. Parava pro almoço, aí parava pra janta. A mamãe ia deixar janta pra mim... (choro)... Já morreu.
DM – E a senhora voltava à tarde, voltava pra trabalhar? ... Que horas vocês saíam para o trabalho?
MC – ... Não lembro...
DM – Trabalhava de manhã e trabalhava de tarde, era assim?
MC – Era.
DM – Voltava para casa caminhando?
MC – Voltava caminhando.
DM – A senhora ia sozinha ou ia uma turma?

MC – (Incompreensível) Quando chegava lá nós ia junto.
(Pergunta dirigida à uma das cuidadoras)
DM – Você sabe com quantos anos ela está?
CUIDADORA – 99. Completou dia 20 de junho.
DM – **99 anos** que a senhora tem. Que bom, né? É uma benção.
(risos)
DM – A senhora tem saudade desse tempo que trabalhava lá na Manufatora?
MC – Ah! Eu tenho.
DM – Fez muitos amigos?
MC – Tudo era amigo, moça, rapaz, tudo era amigo.
DM – Era divertido, era cansativo?
MC – Era divertido. Eu tinha minha mãe. Mamãe levava de cumê pra mim.
DM – Aí, a senhora parava rapidinho comia e voltava?
MC – Não. Eu comia era... Mamãe levava pra eu comer no serviço. Ela levava (incompreensível). Aí voltava e trabalhava.
DM – A senhora lembra se trabalhava na tecelagem? Era no setor que fazia os panos?
MC – Ah! fazia os panos. Eu fazia pano. Eu tinha dois tear.
DM – A senhora dava conta de dois teares?
MC – Dava. Nós dava. Nós tudinho.
DM – Aí ganhava por produção, quanto mais produzia mais recebia?
MC – Ah! Verdade... Falou a verdade.
DM – A senhora, recentemente, olhou a Fábrica que tava fechada? Depois ela abriu, foi reformada. Atualmente é utilizada pela Prefeitura. Nunca mais a senhora entrou lá?
MC – Nunca mais eu fui. Ela não ficou aqui não... Foi embora a fábrica... Não sei para onde?
DM – Ficou longe, né?
MC – Foi embora para longe. [Eu queria ir] até no Ponte. Lá no Ponte tinha outra.
DM – Tinha outra fábrica?
MC – Tinha.
DM – A senhora lembra dessa também? O que a senhora lembra?
MC – Fazia pano também.
DM – Era muita gente que trabalhava?
MC – Era muita gente. Mas fechou e acabou tudo. Eu morava .... Eu moro lá perto da fábrica.
DM – Da Manufatora ou da Ponte?
MC – Da Manufatora (risos)... Era Manufatora mesmo.
DM – Tá... Eu queria era saber isso: das suas lembranças, como era o trabalho lá dentro.
MC – Fazendo pano.
DM – Trabalhava criança?
MC – Não. Só adulto.
DM – Tinha muitas mulheres?
MC – Muita. Mulher e homem.
DM – O que os homens faziam?
MC – Não sei, porque na parte de homem eu não sei não.
DM – A sua parte era só de mulheres? Essa parte que a senhora trabalhava era só mulheres com os teares?
MC – Não. Todo mundo trabalhava. Cada qual tinha a sua profissão.
DM – E a senhora olhava o dono da Fábrica, ele costumava visitar o espaço?

MC – Costumava. Ele acabou... Eu não sei para onde foi embora. Eu não sei para onde. [Eu ia] até no Ponte[9].
DM – As duas fábricas trabalhavam juntas, a do Ponte e a Manufatora?
MC – Não. A manufatura é uma e a do Ponte é outra.
DM – A fábrica do Ponte era a Fábrica União?
MC – Eu acho que era.
DM – Ou era Industrial? Porque as duas eram no Ponte, né?
WYBSON – Tinha a Industrial e tinha a Sanharó.
MC – Ah! Era **Sanharó**.
(Diálogo paralelo interrompe, rapidamente, a entrevista)
MC – Eu trabalhava na Manufatora. Fazia pano. Eu tinha dois teares, um na frente e outro atrás. Fazendo pano... (choro). Mamãe ia deixar o *cumê* lá pra mim.
DM – Quantos anos a senhora trabalhou lá? Aposentou lá?
MC – Faz tempo. Eu comecei até na Fábrica do Ponte, na outra, depois eu fui para a Manufatora mesmo (risos). Era **tão bom** de trabalhar...
DM – Era bom? Fez muitos amigos?
MC – Muitos amigos... A mamãe ia deixar meu *cumê.* Quando eu não queria ir em casa, a mamãe ia deixar o *cumê* para mim lá na Fábrica (choro).
DM – Calma, não vá se emocionar muito.
MC – Tá bom de conversar, tá bom.
DM – Tá sendo bom?
MC – Tá...
DM – Não fique triste. Lembrou da mãe, se emocionou, né?
MC – Não fico não...
DM – O que eu ia lhe perguntar era sobre o salário. Se a senhora gostava do salário. O salário era bom?
MC – Era, era. Era bom.
DM – Dava para viver com o que ganhava na Fábrica? Dava para ajudar em casa?
MC – Ajudava. Eu vestia, calçava, comprava roupa para mim.
DM – E a roupa que vocês usavam, vocês usavam uma farda ou era roupa normal?
MC – Normal.
DM – Eram muito rígidos com o horário, podia chegar atrasado? Eles brigavam se chegasse atrasado?
MC – Não, não. Nós não chegava atrasado. A Fábrica apitava, nós derrapava, caía fora (risos).
DM – Corria (risos). Na hora de entrar e sair ela apitava?
MC – **Não**, na entrada. Na saída apitava, nós ia embora.
DM – Saía todo mundo, a turma toda?
MC – Saía, ficava só os competentes pra ficar lá.
DM – Os diretores?
MC – Não sei mais, não.
DM – Seus colegas que trabalhavam, a senhora lembra?
MC – Eu lembro. Era uma turma.
DM – Vocês conversavam durante o trabalho ou era só no intervalo que conversavam?
MC – Não, não. Nós conversava lá dentro também.
DM – Era quente o espaço ou era ventilado? Fazia muito calor?

[9] No Bairro Ponte funcionaram três fábricas de tecidos: Industrial Caxiense (1883); Fábrica União (1889) e Fábrica Sanharó (1891), as duas últimas foram demolidas no séc. XX em data indeterminada.

MC – Era ventilado. As máquinas faziam pano. Eu fazia pano. Agora, não tenho nadinha. Só tenho minha casa. Mamãe morreu, morreu...
DM – E a senhora está vivendo bastante. Graças a Deus! Já trabalhou bastante.
MC – Trabalhei bastante. Mas eu costurava, eu fazia era costurar.
DM – A senhora já sabia costurar antes de entrar na fábrica ou aprendeu lá?
MC – Não. Antes de entrar.
DM – A senhora lembra com quantos anos começou a trabalhar, mais ou menos?
MC – Não lembro, não. Umas mulheres trabalhavam na Fábrica fazendo pano, [mas outras] fazia era costurar... Tinha dois teares, um aqui na frente e outro atrás.
DM – Fazia pano liso, colorido, listrado?
MC – Fazia todo pano. Fazia. E era tão bom trabalhar na fábrica, né?
DM – Era bom?
MC – Era. Mas hoje eu sou aposentada.
DM – Aposentou pela fábrica? Depois a senhora trabalhou em outro lugar?
MC – Não por minha conta mesmo. Eu paguei. Mamãe ia deixar cumê pra mim (choro).
DM – Não se emocione tanto...
DM – Tá bom, eu queria era só isso: pra senhora contar um pouco dessa história, de como foi esse trabalho na fábrica.
MC – Graças à Deus foi bem. Agora ela foi embora. Não sei para onde ela foi.
DM – Ela tá lá, no mesmo lugar.
MC – Ah tá? Eu não sabia não.
DM – Sr. Wybson (gesto indicando a pessoa logo ao lado) trabalha lá. Lá dentro da Fábrica, hoje, é a Secretaria de Cultura. É a Prefeitura que funciona lá.
MC – E, é? Não sabia, não.
DM – Faz tempo que a senhora não vai lá, né?
MC – Faz tempo. Não vou lá não.
DM – Lá é a **Prefeitura**. Em frente tem uma praça. Como era antes lá em frente?
MC – Não sei. Mas eu trabalhava na fábrica e costurava em casa. Eu sou é **costureira**.
DM – Costureira boa!
MC – Ora! Fazia calça, camisa, camisola, fazia tudo. Hoje, tô aqui jogada aos matos (risos).
DM – Não, não tá jogada não (risos).
DM – Pois é, eu estou estudando essas fábricas. Meu trabalho é estudar as fábricas que faziam tecido aqui em Caxias e lá em Codó. Estou conversando com os ex funcionários. A senhora é uma delas, que trabalhou...
MC – **Muito!**
DM – Era cansativo?
MC – Não, não era não. Mãe ia deixar comida para mim. Eu comia lá. Mas já morreu.
DM – Não ia nem em casa, ficava lá mesmo direto?
MC – Não, eu ia dormir em casa.
DM –Tá certo!... Obrigada, D. Maria. A senhora poder contar um pouco da sua história.
MC – Ô, minha filha! Obrigada você ter vindo aqui. Eu que agradeço.
(A conversa se desenvolve sobre outros assuntos)
MC – Quando quiser conversar, pode vir. Conversa **boa**!
DM – Tá bom! Muito obrigada!

4. ENTREVISTA COM CONSUELO MACHADO

Entrevista com a Sra. Maria Consuelo Machado, realizada em 23 de novembro de 2018, após a entrega do Produto 2 das Práticas Supervisionadas. Nascida em 1928, trabalhou como auxiliar de caixa na Companhia Manufatureira e Agrícola do Maranhão – CMAM, no setor do escritório, durante 4 anos. Com 90 anos de idade, apresenta como era o trabalho no escritório e colabora com a identificação do prédio onde funcionou o escritório durante visita à Fábrica.

DM – Danielle Magalhães
CM – Consuelo Machado

DM - A senhora trabalhou na fábrica de tecidos de Codó por quanto tempo?
CM - Trabalhei quase quatro anos.
DM - O que a senhora fazia na fábrica?
CM - Eu era secretária da Zenita, que era caixa. Eu era auxiliar dela.
DM - Qual era o serviço de vocês nesse setor?
CM - Ela fazia a folha de pagamento dos funcionários do escritório, tinha aqui o Amaral, que era o chefe lá dentro da fábrica, ele era o que fazia aquelas folhas tudo de pagamento, ele fazia o pagamento, tudo era ele, e eu ficava fazendo pedido de vale eu fazia o adiantamento. Já estava acostumada naquilo já sabia quem vinha pedir, já sabia até quanto eles queriam. Pra eu adiantar o serviço, quando era sexta-feira, às vezes não tinha quase serviço, aí eu dava a fazer adiantando. Quando aqueles chegavam, Dona Consuelo me dá um vale de tanto. Eu já tava com ele pronto. Perguntava só a Zenita se podia dar para ele, aí Zenita mandava ele assinar.
DM - A senhora lembra o nome de Dona Zenita, o sobrenome?
CM - Eu só sei que chamavam ela aqui de Zenira Bayma, era cunhada do seu Sebastião Archer, que era o dono da fábrica. A esposa do dono era Bayma, a gente só chamava ela Bayma.
DM – Eram, mais ou menos, quantas pessoas que trabalhavam no escritório?
CM - Deixa-me ver... era pouca gente lá no escritório. Era a Zenita, seu Raul, seu Diolindo, tinha um rapazinho que não lembro o nome dele, eu, Lili, Eloir. Era pouca, não tinha muita gente não.
DM- Tinha quantas mulheres?
CM - Só eu, Zenita, Lili e Eloir. Era de 10 a 12 pessoas, mais ou menos.
DM - A senhora lembra onde funcionava, qual era o espaço que vocês trabalhavam? CM – Lembro. Olha os operários entravam no portão quase perto do escritório, ali perto do relógio. Você conhece lá?
DM – Conheço.
CM - Ali tem uma entrada. Eles entravam por ali e nós mais adiante. Você chegando no relógio, vai direto lá.
DM - Como é o nome dessa rua?
CM - Não sei não.
DM - Tem a rua que dá de frente para praça.
CM - Não, é a outra. Nosso portão era lá perto do escritório. O escritório como que ficava por ali na entrada. Se a gente quisesse entrar lá pelo escritório podia, mas a gente passava mais aqui, porque lá a calçada era mais alta um pouco. Pra gente não subir essa calçada.
DM - O escritório ficava dentro do edifício da fábrica mesmo ou era uma construção separada?

CM - Era não. Não era separada não, era dentro mesmo. Era desse muro, continuava e o escritório ficava naquele muro. Pararam o muro aqui e fizeram o escritório. Lá, de onde continuava o muro... Sabe como é? Era lá.
DM - E de onde vocês ficavam, conseguiram olhar o pessoal trabalhando ou era separado?
CM – Não, a entrada era lá. Eles entravam aqui no portão e entrada da casa pra trabalhar na era longe. Era um pouco distante.
DM - A senhora acha que conseguiria, não sei se a senhora tem disponibilidade, mas a gente poderia dar uma volta lá na fábrica, depois, para tentar me mostrar?
CM - Ainda tem alguma coisa lá?
DM - Tem o prédio, as máquinas não têm mais. É só para tentar me situar, a senhora acha que é possível?
CM – Vou, não estou fazendo nada.
DM – Então, tá. A sua função era de auxiliar de caixa?
CM – Sim.
DM - Era só a senhora da sua família ou trabalhava mais alguém lá?
CM - Só eu. E meu pai nem queria, dizia: "enquanto eu for vivo não precisa você trabalhar não". Mas eu gostava.
DM - Trabalhou quantos anos?
CM - Quase quatro anos.
DM - E quando a fábrica fechou, parou de fazer tecido, a senhora se recorda?
CM - Também não. Você sabe porquê? Eu era mocinha, né?
DM - Qual era a sua idade?
CM - Eu devia ter vinte e poucos anos, por aí. Por isso, meu pai não queria que eu trabalhasse. Eu só fiz o primário, mas eu gostava. Zenita era muito boa comigo, muito educada. Eu gostava também muito dela, né? Se eu dissesse assim: "ôh, Zenita! Hoje eu estou passando mal". Ela dizia: "pera aí, vou mandar te deixar".
DM - E tinha um médico que atendia, né? Ele atendia vocês também?
CM - Eu não gostava dele, não. Porque ele era médico de criança.
DM - Mas ele atendia o pessoal do escritório?
CM - Atendia também. Eu não gostava dele de jeito nenhum.
DM - Que horas vocês entravam na fábrica? Assim, que horas entrava e saía?
CM - Quando a fábrica apitava 7 horas era para estar lá, já trabalhando. Eu nunca cheguei atrasada. Um dia eu fui chegando, aí Dr. Remi, que era o chefão, quem era o chefe mesmo era seu Sebastião Archer, que era o dono da fábrica, mas ele já estava velho. O filho veio um dia, terminou os estudos, veio trabalhar aí. Ele se formou no Rio de Janeiro. Aí, Dr. Remi veio trabalhar. Quando chegou, a primeira coisa que fez? Aposentou o pai dele e ficou tomando conta da fábrica.
DM - Vocês trabalhavam das 7 horas da manhã até que horas?
CM - 7:00 horas até meio-dia. Ia em casa, almoçava e tudo. Quando dava 2:00 horas era para tá lá de novo, até às 6:00 horas. Todo dia, até sábado até meio-dia. Das 7:00 horas até meio-dia, a mesma coisa.
DM – E, além da sua relação com Dona Zenita, como era com os outros colegas de trabalho?
CM - Os colegas eram tudo unido. Quando queria dizer uma coisa, só olhava para o outro, ele já sabia. Eles lá, não eram enjoados não, só quem era enjoado era um tal de Raul.
DM - Qual era a função dele?
CM - Era um dos donos, por isso que ele era enjoado. Mas, Dr. Remi era muito bom. Ele era assim, ficava ali sentado. Porque, quando era seu Sebastião ele mandou fazer uma parede de compensado separando o canto dele da gente. Quando a gente entrava aqui, ele já estava sentado. A gente passava, e ele: "bom dia Lili!".
DM – Pra olhar quem passava?

CM – Era. Aí, Dr. Remi chegou, mandou tirar (o compensado). Todo mundo ficou junto, num espaço só. Mas, ele era assim. Se ele tava fazendo um serviço aqui, você virasse assim, para falar qualquer coisa com o colega, ele: "o que que foi dona?". Assim era o Dr. Remi. Já Seu Sebastião, nem se importava.
DM - Vocês tinham contato com outros funcionários da fábrica, que trabalhava na tecelagem?
CM – Não. Era separado.
DM - Não dava nem para ver?
CM – Não. era lá numa casa, para lá, num salão que tinha lá. Eu fui lá uma vez para conhecer a máquina toda, foi logo quando eu cheguei.
DM - Saía do escritório, caminhava um pouco e depois que entrava na fábrica? Assim, na edificação onde o pessoal tava fazendo o tecido, mesmo?
CM – É, entrava aqui e ia. A porta lá do salão deles era longe.
DM – Então, era outro prédio. E tinha uma usina de algodão? A senhora lembra? Quem me contou isso, não sei se a senhora conheceu, foi seu Nicanor, que era contador.
CM - Ele veio para cá, eu tinha saído. Quando ele chegou eu não tava mais lá, não.
DM – Agora, deixa eu lhe perguntar, se a senhora fosse mais nova, se pudesse voltar no tempo, a senhora trabalharia novamente na fábrica? Se pudesse, repetia essa experiência?
CM - Se fosse com aquele pessoal, sim. Porque era muito bom. Só era ruim, que eu achava, era seu Raul. Bruto que era seu Raul. Já o seu Diolindo, nem moça não tinha educação que ele tinha. Gente boa, boa mesmo, o seu Diolindo.
DM - A senhora lembra o que aconteceu com ele, porque ele saiu? O Seu Nicanor veio para substituir o seu Diolindo.
CM – Eu nem sabia. Porque Seu Diolindo era doente. Ele era mais velho.
DM - Quando a gente fala, assim, do seu trabalho na fábrica, o que mais vem nas suas lembranças, na sua memória, quando pensa na fábrica de tecidos de Codó?
CM - Em relação lá? Eu acho que... tudo quando eu trabalhava lá, eu fico às vezes pensando: "Oh, tempo bom!". A ida para lá a gente já ia brincando.
DM - A senhora ia caminhando, era uma turma?
CM – Não, só eu, a Lili e a Eloir. A Lili era contadora também.
DM - Como era o nome dela, a senhora lembra para eu registrar?
CM - Maria Helena Carvalho.
DM - E Eloir, fazia o quê?
CM - Ajudava na escrita. Eu não mexia com nada daquilo. só eu e a Zenita, só nós duas.
DM - Mas trabalhava todo mundo perto?
CM -Tudo perto, uma mesa aqui, outra ali, era assim. Mas, a Zenita era uma das donas e era o caixa. Ela sentava assim, eu aqui. Ela só fazia aqui com a perna, com a cadeira e virava para mim e nós ficava conversando. Dr. Remi podia vir, ela não tava nem aí. Eu não ia dizer nada. Eu estou ali conversando porque ela que viro. Ele não me chamava atenção.
DM - Não sei se tinha conhecimento disso, mas, a senhora lembra de onde vinha o algodão que abastecia a fábrica?
CM – Ah, não sei.
DM - E para onde vendia os tecidos?
CM - Também não.
DM - A senhora lembra do trem, se ele passava lá perto? Se os tecidos eram distribuídos através da ferrovia? Porque tem gente que fala que tinha um trilho que passava ali na frente.
CM - Mas passava lá perto. Quando nós formos lá, eu te mostro. Passa ali perto do relógio, do lado de fora, não entrava na fábrica, não. Era entre a praça e a fábrica. Eu vou te mostrar lá. Mas eu gostava, era tempo bom! A gente distraia. Tinha quem fazia raiva para gente, a gente largava para lá. Mas, era bom.

DM - Foi o único trabalho da senhora?
CM – Não, eu trabalhei lá, depois, eu tinha um cunhado. Ele com um amigo inventaram de abrir uma casa para vender discos, rádios, essas coisas, e me botaram para vender. Eu abria e fechava.
DM – A senhora saiu do seu serviço da fábrica porquê?
CM - Meu pai não quis mais porque eu peguei uma pneumonia. E ele dizia que foi de levantar cedo, naquela neblina. É frio demais! ele disse: "não vai mais, não".
DM - Se a senhora pudesse sugerir um novo uso para fábrica, o que eles poderiam fazer para aproveitar esse prédio? Um prédio grande, né?
CM - Faz dó, né? Dá uma tristeza em mim quando eu passo lá. Mais triste eu fico quando vejo a casa do seu Sebastião Archer. Sobradinho tão bonzinho, ficou lá abandonado. Eu acho que já até vendeu, ouvi dizer que vendeu para aquele Chiquinho. Um rico, que tem fábrica, não sei de que?
DM - Além da casa dos eu Archer, que é em frente, tinham outras casas dos funcionários?
CM - Tinha a casa do Seu Veiga.
DM - A senhora pode mostrar, também?
CM – Mostro. É tudo lá pertinho, minha filha. Olha, é aquela do Seu Sebastião, lá....Seu Veiga, depois seu Diolindo, do lado assim, o Raul.
DM - Era só habitação, ou tinha alguma área de trabalho, também?
CM – Não, não.
DM - Eram só os diretores que moravam ali?
CM -Eu acho que aquelas casas eram do Seu Sebastião Archer. Eu acho que ele dava para morar, porque era só parente. Acho que ele dava para morar.
DM - Mas esses diretores, que a senhora está falando, eles eram daqui mesmo da cidade?
CM - Era daqui mesmo.
DM - Eu li que a Igreja São Sebastião foi construída pelos donos da fábrica. Tem isso registrado num livro.
CM – É... foi.
DM - Mas a senhora lembra o período?
CM – Ah.. foi muito antigo. Quando eu me entendi no mundo foi vendo aquela igreja e a fábrica. Aquela fábrica parou, depois voltou, Olha eu vou te contar uma coisa. Seu Sebastião era o dono da fábrica e não sei porque a fábrica faliu. Eu acho que ele não soube administrar. Aí, Seu Sebastião faliu e o filho Dr. Remi estudava no Rio de Janeiro. Seu Sebastião tinha uma irmã que morava no Rio, ele ia para casa da irmã, para estudar e tava fazendo o último ano, quando a fábrica faliu.. Então, quando ele veio para cá, a fábrica já não tava funcionando muito bem. Tava parada. Ele chegou formado Engenheiro e chegou com a nomeação para ser diretor da Estrada de Ferro de São Luís. Aí, foi juntando um dinheirinho... foi que a fábrica voltou. Aí, veio a notícia da nomeação do Dr, Remi para o INSS, diretor do INSS. Aí, quando ele foi para o INSS melhorou, ganhava mais, Saiu da estrada e foi para São Luís.
DM - Tinha muita gente empregada na fábrica?
CM - Era muita gente, tinha uns trezentos e tantos funcionários.
DM - A senhora tem algum registro guardado desse período?
CM - Não tenho, não.
DM – A D. Zenita já é falecida?
CM - Há muito tempo. Ah, se eu tivesse lá e a Zenita tivesse morrido, eu saía. Eu gostava demais dela.
DM - Como a senhora começou a trabalhar na fábrica?
CM - Eu nem sei. Eu acho que foi a Zenita quem me chamou. Meu pai nem queria, mas eu fui. Eu gostava muito dela.

DM - A senhora saiu porque seu pai pediu?
CM – Pediu, não. Ele disse que eu não ia mais. Não sei se mandou avisar que eu não ia mais. Ele não queria que eu trabalhasse. Só tinha eu pra olhar as coisas.
[conversa interrompida com a chegada de alguém]
DM – Então, eu vou encerrar nossa conversa por aqui e a gente faz uma visita lá na fábrica.

Roteiro de entrevista

1- Com quantos anos você começou a trabalhar na fábrica? E por quanto tempo?

2- Qual era a sua função?

3- Outras pessoas da sua família também trabalhavam na fábrica?

4- Me conte como era o trabalho. Tinha muitas mulheres e crianças? Era cansativo?

5- Você gostava do que fazia?

6- Que horas entrava e saía do trabalho? Quantas horas de trabalho por dia?

7- Como era a relação com os outros funcionários e com o chefe do setor?

8- Você gostaria de voltar a trabalhar nesse espaço, se fosse possível?

9- Que lembranças lhe vêm na memória quando tratamos desse trabalho na fábrica?

Perguntas a serem realizadas durante visita ao imóvel:

1- Você pode me falar um pouco mais de como era o trabalho? Onde estava cada setor? Como funcionava dentro da fábrica?

2- O que você sente ao entrar nesse lugar?

3- Fique à vontade para me falar sobre suas lembranças.

APÊNDICE C – Inventário dos remanescentes da indústria têxtil de Caxias e Codó

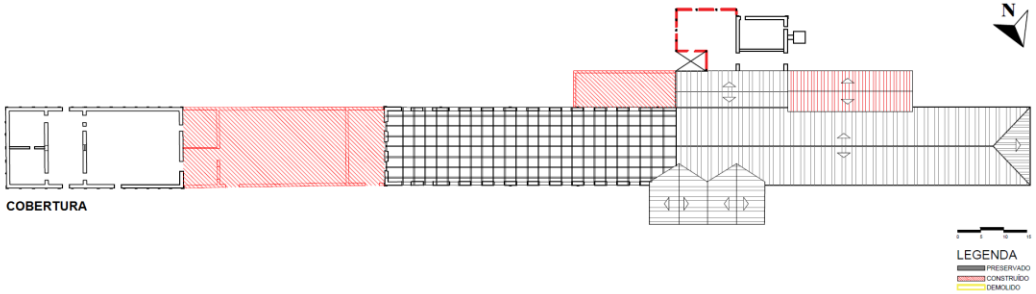
INVENTÁRIO DOS BENS REMANESCENTES DO PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO TÊXTIL DAS CIDADES DE CAXIAS E CODÓ.			
Título – Fábricas esquecidas no sertão do Maranhão	***Responsável Técnica*:** Danielle Nogueira Magalhães		***Unidade*:** Superintendência do IPHAN - MA.
FICHA TÉCNICA 01: Companhia Industrial Caxiense	***Endereço*:** Bairro Ponte - Caxias/MA		***Coordenadas*:** 4°48'10.27" S; 7°35'33.89" W
***Denominações*:** Companhia Industrial Caxiense / Fábrica Industrial de Caxias	***Nome Empresarial*:** Caxias Industrial S/A – fiação e tecelagem	***Natureza Jurídica*:** Sociedade Anônima Fechada	***Número de Identificação do Registro da Empresa*:** 21 3 0000693-1
***Objetivo Social*:** Exploração da indústria de fiação e tecelagem de algodão e anexos, inclusive os artefatos que forem convenientes e o aproveitamento de resíduos.			
***Apresentação*:** Situada entre o Riacho Ponte e o Rio Itapecuru, a primeira fábrica de tecidos do Maranhão, praticamente desconhecida pelos técnicos de preservação, foi fundada em 1883, iniciou suas atividades em 1886, funcionou até 1903. Após anos desativada, voltou a produção de tecidos, quando adquirida pelo industrial caxiense Cândido Ribeiro. Posteriormente, sediou a empresa Francastro, beneficiando arroz e atualmente fabrica saponáceos, sede da Empresa Incomsol.			
***Utilização atual*:** Fábrica de saponáceos	***Proprietário*:** Edson S. Amâncio	***Proteção existente*:** Inserida na área de Tombamento Estadual nº11.681/90	
***Estado de preservação*:** Pouco Alterado		***Estado de conservação*:** Ruim	

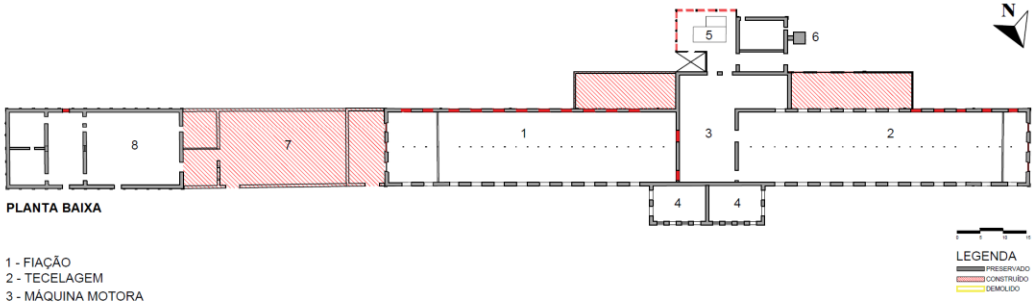
Elementos de identificação gráfica e fotográfica:



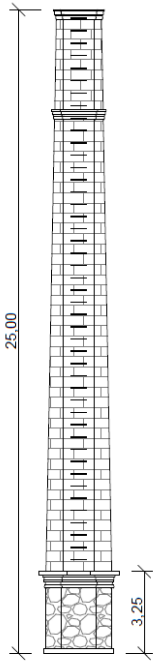


Colaboradores: *Motorista* - Bernardo de Sousa Santos Filho *Arquiteta* - Mariana Fensterseifer (levantamento fotográfico) *Engenheiro Civil* - Stenio Luis Costa Moreira (levantamento físico)	***Vetorização:*** Danielle Magalhães / Mayara Cavalcante ***Compilação:*** Danielle Magalhães / Rafael Corrêa ***Revisão:*** Danielle Nogueira Magalhães	***Data*:** setembro de 2019 ***Data*:** ago./set. de 2020 ***Data*:** setembro de 2020

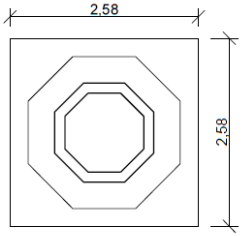




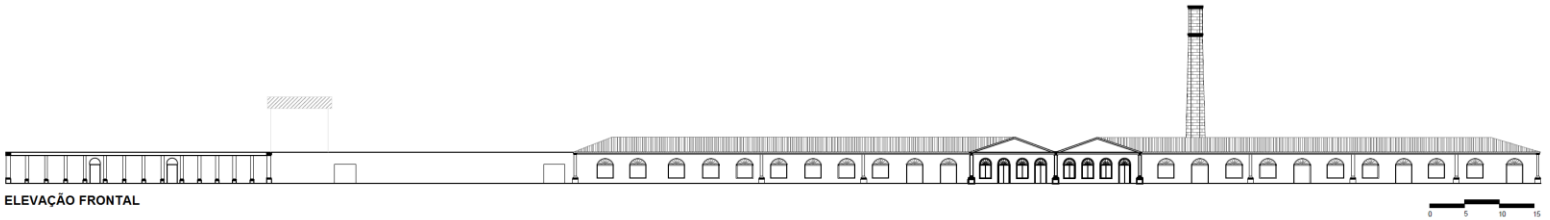
1 - FIAÇÃO
2 - TECELAGEM
3 - MÁQUINA MOTORA
4 - ESCRITÓRIOS
5 - CALDEIRAS
6 - CHAMINÉ
7 - TRECHO AMPLIADO
8 - DEPÓSITO E BENEFICIAMENTO DE ALGODÃO



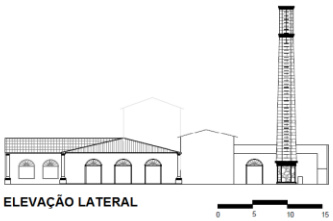
ELEVAÇÃO CHAMINÉ



VISTA DE TOPO CHAMINÉ



ELEVAÇÃO FRONTAL



ELEVAÇÃO LATERAL

***Dados complementares*:**

***Histórico e situação atual*:** Primeira Fábrica de Tecidos do Maranhão foi fundada em 1883, iniciativa do Dr. Francisco Dias Carneiro. Em 1884 conseguiu reunir 58 acionistas, que representavam 792 ações, para dar início a construção da fábrica. Iniciou seus trabalhos com 50 teares e capital de 400$000 réis. O início das atividades se deu em 1886, cerca de 5 anos antes da primeira Fábrica de Tecidos ser construída na Capital, São Luís. Chegou a ter 2.957 acionistas em 1891, totalizando 3.846 ações. Passou muitos anos com as atividades paralisadas e no dia 21 de julho de 1941 reiniciou os trabalhos de tecelagem com celebração de missa campal em frente ao prédio da Fábrica. De propriedade particular, encontra-se em condições precárias, apesar de estar inserida na poligonal de tombamento do Governo do Estado do Maranhão. Atualmente é utilizada para fabricação de sabões, detergentes e outros produtos de limpeza, pela Empresa INCOMSOL: Indústria e Comércio de Saponáceos e Óleos Ltda.

***Dados tipológicos*:**

***Fábrica*:** Fábrica: A construção é visivelmente influenciada pela arquitetura portuguesa desenvolvida no Maranhão, com vãos em arco pleno em todas as fachadas, molduras argamassadas, cobertura em telhas cerâmicas de seção curva, estrutura do telhado e pilares em madeira, bem como cunhais e cimalha em massa. Talvez por ter sido a fábrica de tecidos pioneira, não segue as mesmas características tipológicas das demais. O seu formato é longilíneo, foi implantada, a princípio, em dois blocos de comprimento muito maior que a largura. Posteriormente interligados, os dois blocos, atualmente, conformam uma edificação única de cerca de 200,00m de comprimento por 20,00m de largura. Apesar da grande horizontalidade, sua baixa estatura contribui para integrar a construção à paisagem circundante. Edificação térrea, ocupa uma área de quase 5.000,00m², construída em tijolos cerâmicos maciços, com amarração dupla, resultando em paredes de aproximadamente 0,50m. Suas esquadrias são dispostas num ritmo constante que se repete em todas as fachadas. O piso é em ladrilho de tijolos cerâmicos maciços, assentados com padrão similar ao utilizado para elevação das paredes de alvenaria. Tesouras e pilares são confeccionados em madeira. Pilares com seção transversal quadrangular de cerca de 20 x 20 cm, em modulação regular de 2,20 metros, com poucas variações que chegam no máximo à 2,50m de espaçamento. Os vãos livres entre os apoios das tesouras perfazem 7,50m, o que é significativo para estruturas esbeltas de madeira. O Cômodo do antigo escritório é atualmente utilizado como laboratório da indústria de sabões; a ala lateral esquerda, onde funcionou a tecelagem, é utilizada para a fabricação dos produtos de limpeza; os demais cômodos da antiga unidade industrial estão sem uso e em estado avançado de deterioração. O trecho da antiga unidade fabril em uso como fábrica de sabões corresponde a cerca de 30% da edificação, considerando a área ampliada, e encontra-se em estado regular de conservação. Em um dos cômodos da ala lateral direita da unidade fabril foram encontrados dormentes de madeira, sinalizando a existência de trilhos para carregamento de material, provavelmente fardos de algodão, que pesavam de 180 a 200 Kg.










***Chaminé*:** Sua chaminé possui características singulares. A base quadrada (2,58 x 2,58m), com 3,25m de altura, construída com pedras lavradas rebocadas, possui ornamentos em massa que remetem à arquitetura luso-brasileira encontrada no Maranhão, com molduras, cunhais e cimalha em argamassa de perfilatura rebuscada. A cimalha encontra-se pintada na cor verde e os demais elementos em branco. Um pequeno beiral aparente de telhas cerâmicas de seção curva, com acabamento do tipo beira e bica, contorna e protege o topo da base, que se apoia em cimalha com capitel em relevo nas quatro extremidades, onde se encontram os cunhais. Possui fuste octogonal em tijolos cerâmicos maciços (0,25 x 0,06 x 0,14m) aparentes. Com cerca de 25,00 metros de altura, pode ser acessada por escada executada em vergalhão de ferro, do tipo marinheiro, localizada em uma de suas faces externas. Na porção inferior da base, apresenta dois vãos em arco pleno, um deles emparedado com tijolos cerâmicos e o outro interligado a edificação por meio de galeria de tijolos refratários. Possui um reforço em abraçadeira de ferro entre trechos de tijolos, localizados na base. Seu estado de conservação é ruim sobretudo devido a problemas estruturais graves, onde a ausência de reboco expõe sua estrutura às intempéries, sendo possível perceber trechos de pedras em desagregação, podendo colocar em risco de desmoronamento toda a construção.






***Maquinário*:** As Caldeiras, juntamente com os motores e o grande volante compunham o conjunto de equipamentos que constituíam a casa de máquinas, o coração mecânico da fábrica. Desse conjunto, restam remanescentes das duas caldeiras tubulares que geravam energia a vapor para movimentação dos demais maquinários. Tratam-se de máquinas essenciais para o funcionamento da fábrica de tecidos, não sendo encontradas outras dessa natureza em nenhuma das demais fábricas maranhenses do período estudado.

Essa energia de propulsão a vapor era transformada em energia mecânica e transmitida às máquinas de fiação e tecelagem por meio de engrenagens, roldanas e correias. Registramos algumas roldanas entre um vão de porta localizado ao centro da fachada frontal, junto ao cômodo onde atualmente funciona o laboratório da indústria de sabões.

As caldeiras tubulares encontram-se revestidas por tijolos cerâmicos refratários, possuem uma chaminé de ferro fundido para escape dos vapores excedentes, e três compartimentos sobrepostos, cada uma. Por meio de análise de caldeiras similares chegou-se ao seguinte entendimento: o compartimento mais próximo ao chão servia para a remoção das cinzas da lenha; ao centro eram dispostos os feixes de lenha; e o terceiro compartimento, fechado com duas portas de ferro era responsável por permitir a entrada do oxigênio para a queima e aquecimento da água localizada no interior da caldeira.

As portas de ferro contêm o registro da fábrica de fundição desses equipamentos, de origem escocesa, fabricados na Cidade de Glasgow pela empresa "The Mirrless Watson Cº LTD Engineers". Consultando o serviço de arquivos da Universidade de Glasgow, obteve-se a informação de que esta empresa de fundição funcionou entre 1840 e 1974 e inicialmente fabricava máquinas de engenharia mecânica para produção de açúcar. Os arquivos da referida universidade apresentam a trajetória da empresa e as diversas denominações que adquiriu ao longo de sua existência, sendo possível afirmar que, pela grafia constante das portas das caldeiras, trata-se de um equipamento datado de 1882 a 1900, data que coincide com a criação da Companhia e construção da Fábrica.






INVENTÁRIO DOS BENS REMANESCENTES DO PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO TÊXTIL DAS CIDADES DE CAXIAS E CODÓ.

Título – Fábricas esquecidas no sertão do Maranhão	***Responsável Técnica*:** Danielle Nogueira Magalhães	***Unidade*:** Superintendência do IPHAN - MA
FICHA TÉCNICA 02: Companhia União Caxiense	***Endereço*:** Bairro Ponte - Caxias/MA	***Coordenadas*:** 4°47'57.20" S; 7°35'39.91" W

***Denominações*:** Companhia União Caxiense / Fábrica União Caxiense	***Nome Empresarial*:** Companhia União Caxiense S/A – agrícola, industrial e exportadora	***Natureza Jurídica*:** Sociedade Anônima Fechada	***Número de Identificação do Registro da Empresa*:** 21 3 0000418-1 (CNPJ – 06082061/0001-42)

***Objetivo Social*:** Exploração das terras de sua propriedade ou que resolva arrendar, exploração da Fábrica de tecidos Manufatora, de sua propriedade, de fiação e tecelagem de algodão e outras fibras, tinturaria e branqueamento e correlatos, inclusive os artefatos que forem convenientes às fábricas de óleo e sabão, o comércio e a exportação de gêneros do Estado.

***Apresentação*:** Fundada em 1889, a Companhia União Caxiense possuía duas fábricas: uma de óleos, sabões e tecidos, a Fábrica União, e outra de tecidos, a Manufatora, que adquiriu posteriormente. A Fábrica União foi quase completamente demolida, restando apenas a grande chaminé de tijolos cerâmicos como testemunho material de sua existência.

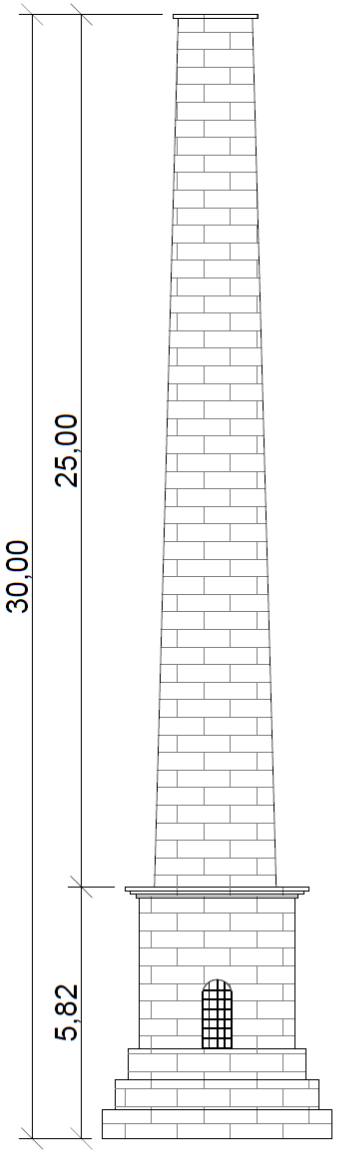
***Utilização atual*:**	***Proprietário*:** Prefeitura de Caxias – MA	***Proteção existente*:** Não existe
Estado de preservação Muito Alterado	***Estado de conservação*:** Ruim	

Elementos de identificação gráfica e fotográfica:

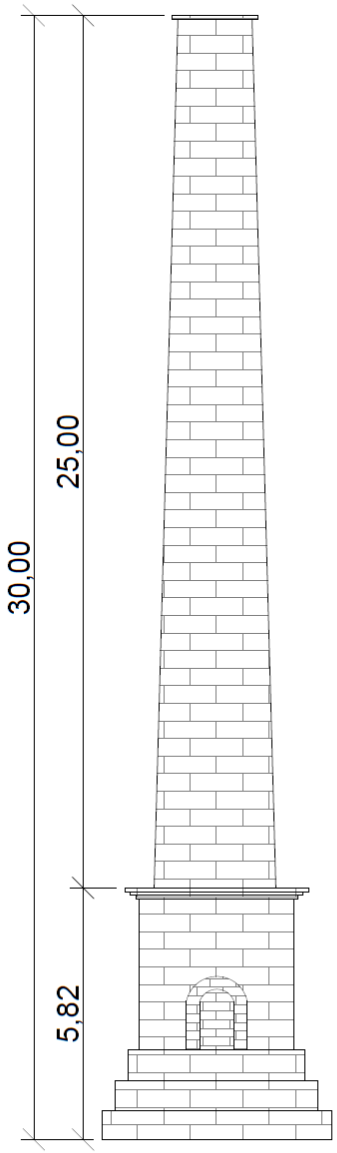




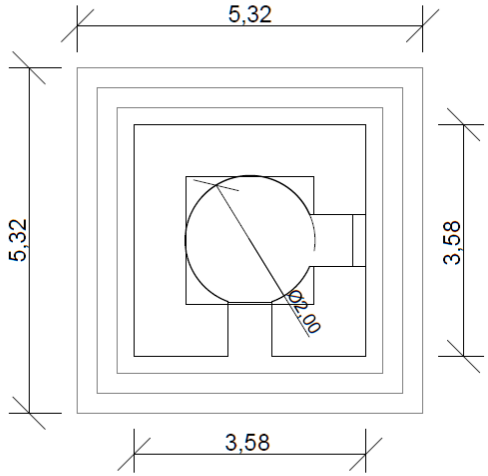
Colaboradores:	***Vetorização:*** Danielle Magalhães / Mayara Cavalcante	***Data*:** setembro de 2019
Motorista - Bernardo de Sousa Santos Filho	***Compilação:*** Danielle Magalhães / Rafael Corrêa	***Data*:** ago./set. de 2020
Arquiteta - Mariana Fensterseifer (levantamento fotográfico)	***Revisão:*** Danielle Nogueira Magalhães	***Data*:** setembro de 2020
Engenheiro Civil - Stenio Luis Costa Moreira (levantamento físico)		



ELEVAÇÃO FRONTAL



ELEVAÇÃO LATERAL



VISTA DE TOPO

***Dados complementares*:**

***Histórico e situação atual*:** A Companhia União Caxiense, era composta por duas unidades fabris, uma fábrica localizada no bairro Ponte, a Fábrica União, que produzia tecidos, óleos e sabões, já demolida, e outra em frente à Praça do Panteon, a Companhia Manufatora Caxiense, de fiação e tecelagem, localizada no Centro de Caxias.
A Fábrica União Caxiense, fundada em 1889, período de expansão industrial no Brasil, além de tecidos de algodão, produzia óleos e sabões usando como matéria prima o coco babaçu. Em 1947 encontrava-se totalmente abandonada, sendo autorizada pelos acionistas da Companhia a venda do imóvel. A edificação fabril não mais existe e em seu lugar foi construída uma escola municipal, denominada Centro Educacional Aluísio Azevedo.

***Dados tipológicos*:**

***Fábrica*:** O registro fotográfico encontrado demonstra uma edificação de grande porte dividida em base, corpo e coroamento, com porção central em dois pavimentos e alas laterais direita e esquerda térreas. O módulo central era composto de um alpendre frontal, formado por dois arcos plenos que sustentavam um pequeno terraço no piso superior. Esse elemento compositivo, denominado *loggie*, típico da arquitetura greco-romana foi muito utilizado por Palladio, reinserido na arquitetura Renascentista e Neopalladiana. A fachada frontal do térreo era composta por quatro vãos de esquadrias, aparentemente, duas portas ao meio com uma janela de cada lado, que se repetiam no pavimento superior. Arrematando o corpo central da edificação, um frontão triangular com óculo ao centro, apoiava as duas águas de telhado. As alas laterais eram distribuídas em quatro módulos, cada um composto por três vãos de janela em arco pleno, intercalados por pilastras e cobertos por duas águas de telhado, apoiadas em frontão triangular, com óculo ao centro. As fachadas laterais eram arrematadas por platibanda de alvenaria e as esquadrias seguiam os moldes das janelas existentes na fachada frontal, com peitoril de alvenaria e verga em arco pleno. O muro frontal era composto de base de alvenaria, pilares modulados em alvenaria, intercalados por gradil de ferro, com ponteiras em lança.



Registro fotográfico da Fábrica União Caxiense. Fonte: site IBGE.

***Chaminé*:** Chaminé austera de grande porte, com cerca de 30,00m de altura total, construída em tijolos cerâmicos maciços. Possui base quadrada de 3,58 x 3,58 m, cujas paredes possuem 0,80m de espessura, apoiadas sobre três grandes degraus de aproximadamente 0,70m cada um. A altura do terreno até o limite superior da base é de 5,82m e a torre circular possui cerca de 25,00m de altura e 2,00m de diâmetro interno. Não apresenta muitos adornos, apenas uma cimalha que contorna a base, também executada em tijolos cerâmicos, atualmente aparentes (0,25 x 0,065 x 0,125 m). Em duas das paredes externas da base possui acessos em arco pleno, um deles fechado com gradil de ferro e o outro emparedado com tijolos cerâmicos. Este último, ao que tudo indica, era interligado à casa de máquinas da edificação fabril por meio de galeria de tijolos refratários. O acesso ao topo se faz utilizando-se de uma escada de marinheiro executada em vergalhões de ferro, disposta na face interna da torre. Encontra-se em regular estado de conservação.



***Maquinário*:** Não existe

INVENTÁRIO DOS BENS REMANESCENTES DO PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO TÊXTIL DAS CIDADES DE CAXIAS E CODÓ.

Título – Fábricas esquecidas no sertão do Maranhão	***Responsável Técnica*:** Danielle Nogueira Magalhães	***Unidade*:** Superintendência do IPHAN no Maranhão.
FICHA TÉCNICA 03: Companhia Manufatora Caxiense	***Endereço*:** Praça do Panteon, Bairro Centro - Caxias/MA	***Coordenadas*:** 4°46'54.10" S; 7°35'34.04" W

***Denominações*:** Companhia Manufatora Caxiense / Companhia Manufatora Gonçalves Dias / Fábrica de Tecidos Manufatora	***Nome Empresarial*:** Companhia União Caxiense S/A – agrícola, industrial e exportadora	***Natureza Jurídica*:** Sociedade Anônima Fechada	***Número de Identificação do Registro da Empresa*:** 21 3 0000418-1 (CNPJ:06082061/0001-42)

***Objetivo Social*:** Exploração das terras de sua propriedade ou que resolva arrendar, da Fábrica de tecidos Manufatora, de sua propriedade, de fiação e tecelagem de algodão e outras fibras, tinturaria e branqueamento e correlatos.

***Apresentação*:** Construída em 1893, foi adquirida pela Cia União Caxiense em 1903. Ampliou significativamente sua produção, a ponto de no ano de 1948 abrir uma filial com depósito e venda de produtos na Cidade de São Paulo. A Fábrica Manufatora encerrou suas atividades em 1958. Em 2005, a empresa transferiu sua sede para Cotia, São Paulo. A edificação foi tombada pelo Governo do Estado do Maranhão desde 1980, passou por intervenção arquitetônica em 1986 para abrigar o Centro Cultural José Sarney. De propriedade do Município de Caxias, abriga o Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão, e as Secretarias Municipais de Cultura e de Obras.

***Utilização atual*:** Sec. Municipais: Industria, Cultura e Turismo; IEMA – Instituto de Educação do Maranhão	***Proprietário*:** Governo Estadual do Maranhão	***Proteção existente*:** Tombada pelo Governo do Estado do Maranhão Decreto nº 7.660 de 23 de junho de 1980

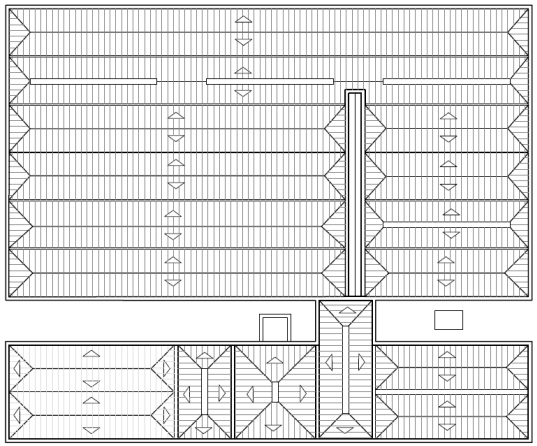
***Estado de conservação*:** Pouco Alterado	***Estado de conservação*:** Regular

Elementos de identificação gráfica e





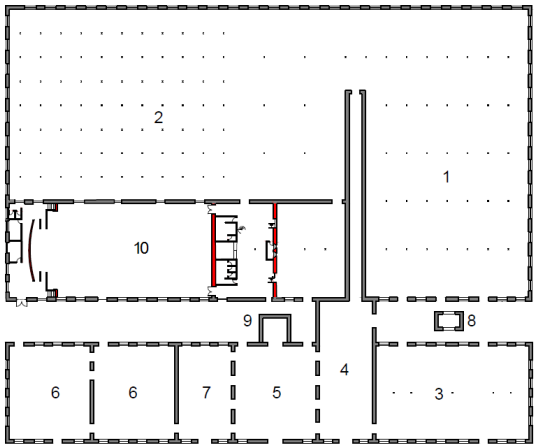
Colaboradores:	***Vetorização:*** Danielle Magalhães / Mayara Cavalcante	***Data*:** setembro de 2019
Motorista - Bernardo de Sousa Santos Filho	***Compilação:*** Danielle Magalhães / Rafael Corrêa	***Data*:** ago./set. de 2020
Arquiteta - Mariana Fensterseifer (levantamento fotográfico)	***Revisão:*** Danielle Nogueira Magalhães	***Data*:** setembro de 2020
Engenheiro Civil - Stenio Luis Costa Moreira (levantamento físico)		



COBERTURA



LEGENDA
PRESERVADO
CONSTRUÍDO
DEMOLIDO

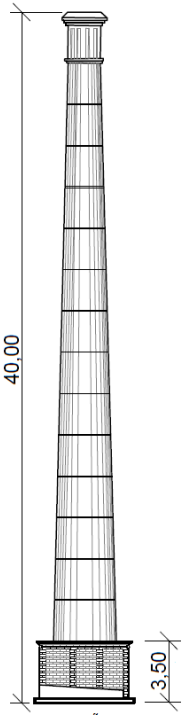


PLANTA BAIXA

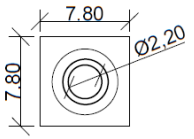


LEGENDA
PRESERVADO
CONSTRUÍDO
DEMOLIDO

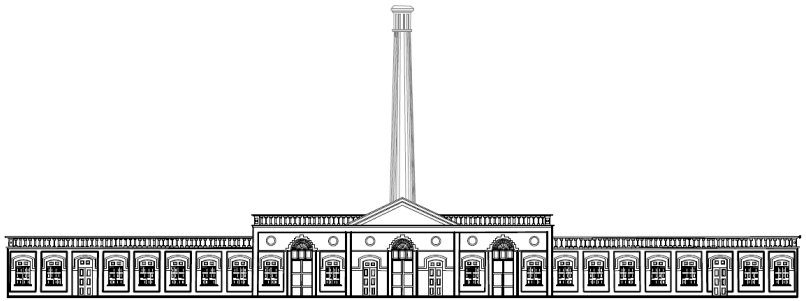
1 - FIAÇÃO
2 - TECELAGEM
3 - DEPÓSITO DE ALGODÃO
4 - MÁQUINAS
5 - CALDEIRAS
6 - ESCRITÓRIO / VENDAS
7 - OFICINA
8 - CAIXA D'ÁGUA
9 - CHAMINÉ
10 - ACABAMENTO



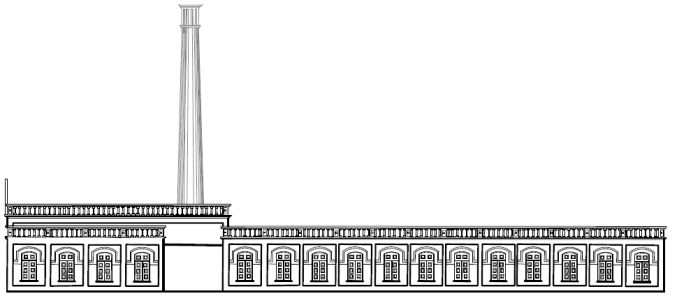
ELEVAÇÃO CHAMINÉ



VISTA DE TOPO CHAMINÉ



ELEVAÇÃO FRONTAL



ELEVAÇÃO LATERAL



***Dados complementares*:**

***Histórico e situação atual*:** Fundada por Antônio Joaquim Ferreira Guimarães, Dr. Francisco Dias Carneiro e Manuel Correia Bayma do Lago em 1889, sob a denominação de Companhia Manufatora Caxiense - CMC, localiza-se em frente à Praça do Panteon, também denominada Praça Dias Carneiro, no centro de Caxias. Foi tombada pelo Governo do Estado do Maranhão, através do Decreto nº 7.660 de 23 de junho de 1980, inscrição nº4 no livro de tombo do Governo do Estado, às fls. 01, em 13 de agosto de 1980.

O prédio da Fábrica Manufatora, anteriormente de propriedade da Companhia União Caxiense, foi o primeiro tombamento isolado ocorrido na cidade de Caxias pelo Departamento do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico e Paisagístico do Maranhão - DPHAP/MA, órgão responsável pela preservação e conservação de imóveis de valor cultural a nível estadual no Maranhão. Dispunha de um motor de 400CV, com 6800 fusos e capital de 322.477$90. Empregava 300 operários, sendo 185 mulheres e 115 homens. Após aproximadamente 3 anos parada, em 1903 foi adquirida pela Companhia União e voltou a atividade, com movimentação dos motores pelo "hábil mecânico Thomaz Pearce", estando as máquinas prontas para receber o algodão. Tendo paralisado completamente suas atividades fabris em 1958, a edificação permaneceu cerca de 20 anos abandonada, até que na década de 1980 a administração pública adquiriu o imóvel e o transformou no Centro de Cultura Acadêmico José Sarney.

***Dados tipológicos*:**

***Fábrica*:** Possui cerca de 6.200,00m², mede 98m de frente e 72m de fundo. Sua planta quadrangular apresenta um pequeno pátio interno onde, ao centro, está localizada a enorme chaminé. Edificada em alvenaria de tijolos cerâmicos maciços, assentados em dupla amarração, suas paredes possuem cerca de 0,50m. As telhas cerâmicas do tipo francesa, foram confeccionadas na Olaria Veneza. As estruturas de ferro que suportam a cobertura, são constituídas por pilares, vigas, tesouras, tirantes e perfis de contraventamento de origem inglesa, adquiridas através da Empresa Hy Rogers Sons & Co, de Wolverhampton, Londres. A fachada frontal com referências Neopalladianas, possui divisão tripartite, marcada por um grande arco pleno ao centro ladeado por dois arcos menores, encimados por um frontão triangular.












***Chaminé*:** A chaminé da Fábrica Manufatora é construída completamente em tijolos cerâmicos maciços, sua base quadrangular possui 5,20 x 5,20m, e 3,50m de altura. O fuste, de seção circular, apresenta cerca de 37,00m de altura e 2,20 m de diâmetro interno, chegando a um diâmetro total de quase 4,00m, junto à base. Dentre as fábricas estudadas está é a que possui chaminé de maior dimensão, marcando de forma impactante a paisagem da cidade de Caxias, no interior do Maranhão. Possui tirantes de ferro na parte superior da base e abraçadeiras no mesmo material na torre da chaminé, dispostas em módulos de cerca de 2,40m. O topo é estriado com frisos argamassados, demonstrando a preocupação estética na execução deste elemento, símbolo relevante da arquitetura fabril. Pode ser acessada por escada de marinheiro, disposta no interior da torre, executada em vergalhão de ferro.





***Maquinário*:** Não existe

INVENTÁRIO DOS BENS REMANESCENTES DO PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO TÊXTIL DAS CIDADES DE CAXIAS E CODÓ.

Título – Fábricas esquecidas no sertão do Maranhão	***Responsável Técnica*:** Danielle Nogueira Magalhães		***Unidade*:** Superintendência do IPHAN no Maranhão.
FICHA TÉCNICA 04: Companhia Manufatureira e Agrícola do Maranhão	***Endereço*:** Praça Palmério Cantanhede, Bairro Alto - Codó/MA		***Coordenadas*:** 4°23'38.27" S; 7°04'21.48" W
***Denominações*:** Companhia Manufatureira e Agrícola do Maranhão - CMAM / Fábrica Manufatureira de Codó / Fábrica de Tecidos de Codó	***Nome Empresarial*:** Companhia Manufatureira e Agrícola do Maranhão – CMAM	***Natureza Jurídica*:** Sociedade Anônima Fechada	***Número de Identificação do Registro da Empresa*:** 21 3 0000439-4

***Objetivo Social*:** Sem registro

***Apresentação*:** A Fábrica Manufatureira e Agrícola do Maranhão foi construída em 1892 pelo engenheiro Palmério Cantanhede, responsável, ainda, pela construção da Fábrica Manufatora de Caxias. Produzia panos de algodão e fios brancos, crus e tintos, cereais, além de telhas e tijolos. Encerrou suas atividades em meados da década de 1960. Atualmente pertence ao Governo do Estado e recentemente, passou por diversas intervenções para sediar o Liceu.

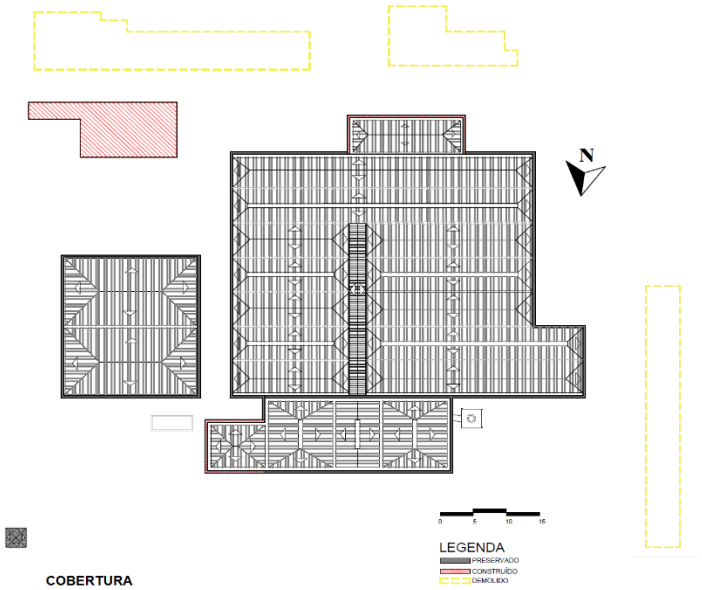
***Utilização atual*:** Unidade de Ensino	***Proprietário*:** Governo Estadual do Maranhão	***Proteção existente*:** Não existe
***Estado de preservação*:** Pouco Alterado	***Estado de conservação*:** Regular	

Elementos de identificação gráfica e fotográfica:





Colaboradores: *Motorista* - Bernardo de Sousa Santos Filho *Arquiteta* - Mariana Fensterseifer (levantamento fotográfico) *Engenheiro Civil* - Stenio Luis Costa Moreira (levantamento físico)	***Vetorização:*** Danielle Magalhães / Mayara Cavalcante ***Compilação:*** Danielle Magalhães / Rafael Corrêa ***Revisão:*** Danielle Nogueira Magalhães	***Data*:** setembro de 2019 ***Data*:** ago./set. de 2020 ***Data*:** setembro de 2020

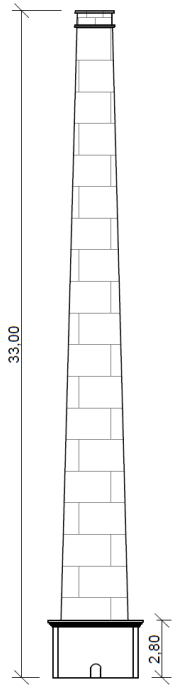


COBERTURA

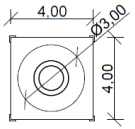


PLANTA BAIXA

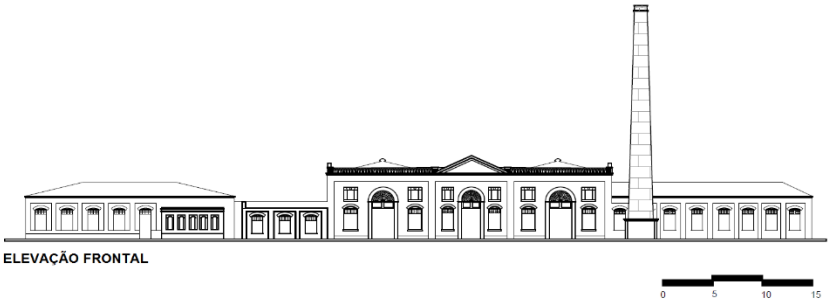
1 - FIAÇÃO
2 - TECELAGEM
3 - ACABAMENTO
4 - VENDAS
5 - MÁQUINAS
6 - CALDEIRAS
7 - CHAMINÉ
8 - CAIXA D'ÁGUA
9 - USINA DE ALGODÃO
10 - ESCRITÓRIO
11 - TORRE DO RELÓGIO



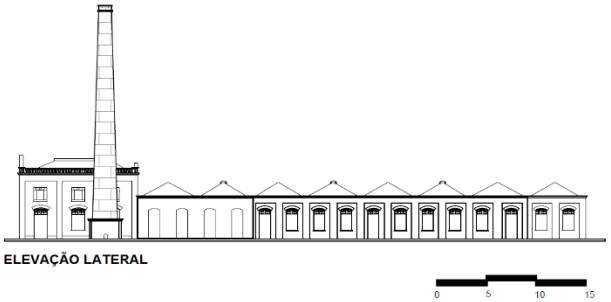
ELEVAÇÃO CHAMINÉ



VISTA DE TOPO CHAMINÉ



ELEVAÇÃO FRONTAL



ELEVAÇÃO LATERAL

***Dados complementares*:**

***Histórico e situação atual*:** Na Cidade de Codó foi edificada em 1892 sua primeira fábrica, a Companhia Manufatureira e Agrícola do Maranhão – CMAM. No começo de suas atividades produzia dois tipos de tecido: o brim e o riscado. Após a chegada do Sebastião Archer da Silva, em 1908, como gerente da empresa, novos tecidos foram fabricados: o Floriano, o Itapecuru, o Algodãozinho nas cores azul e vermelho e o 5R que representava os nomes dos 5 filhos de Sebastião Archer – Ruy, Renato, Remy, Rute e Ronaldo. Uma linha férrea de cerca de 1 km ligava a fábrica ao porto sobre o Rio Itapecuru. Na década de 1950 a produção de tecidos tinha reduzido consideravelmente, chegando a 4000 metros de tecidos por dia, na década de 1960 encerrou a produção de tecidos e passou a produzir glicerina e sabões, usando como matéria prima o coco babaçu, passando a denominar-se CIBAM – Companhia Industrial de Babaçu e Algodão do Maranhão. Neste período foram construídas novas edificações aos fundos do imóvel. Esta antiga fábrica, atualmente de propriedade do Governo do Estado do Maranhão, ainda possui remanescentes do maquinário, movido a vapor, no seu interior e recentemente sofreu intervenção pela Prefeitura Municipal de Codó para funcionar como unidade de ensino: o Liceu Codoense.

***Dados tipológicos*:**

***Fábrica*:** Localizada em terreno de 14.168,00m², murado com alvenaria de tijolos, possuía 4 portões metálicos de 2,50m de altura e área construída de 6.640,00m². A edificação é sóbria com ornamentos discretos, que à primeira vista remetem ao neoclássico e neogótico que estiveram voga no século XIX, mas que podem ter origem em referências Neopalladianas. A fachada frontal encontra-se dividida em três seções separadas por pilastras de tijolos cerâmicos rebocados, cada uma delas possui cinco envasaduras, sendo uma grande porta central, em arco pleno, ladeada por duas janelas em arco abatido, no nível térreo, e logo acima destas, duas janelas, em forma retangular, contendo aduela ao centro da verga. Todos os vãos são emoldurados com ressalto em massa, sendo que as janelas em arco abatido, localizadas ao nível térreo, possuem moldura do tipo sobrancelha.

As três portas de entrada da fachada frontal possuem bandeira em arco pleno fechadas com gradil de ferro trabalhado, contendo setas direcionadas para o centro, onde encontram-se inscrições sobre a edificação. Ao centro do arco com maior dimensão está registrada a data da construção - 1892; na porta lateral à direita as iniciais CMAM indicam o nome da Companhia Manufatureira e Agrícola do Maranhão; e na porta à esquerda as iniciais do engenheiro construtor da edificação PCC - Palmério de Carvalho Cantanhede.

Um frontão triangular marca a entrada principal, ao centro, onde era localizada a casa de máquinas, cujo entablamento é composto por frisos escalonados que se desenvolvem ao longo de toda a fachada frontal. Coroando o corpo frontal da edificação, uma platibanda vazada, adornada com balaústres em forma de arco do tipo trifoliado, muito característico do estilo gótico. Cada arco da platibanda é emoldurado por outros arcos plenos, concêntricos, que descarregam em pequenas colunas com fuste canelado e capitéis em forma de folhas, aproximando-se do estilo Coríntio, porém em forma bem mais simplificada. O adorno localizado nas extremidades da fachada frontal é um elemento semelhante ao *cogulho* ou *florão*, que arrematavam os telhados na arquitetura gótica, sendo mais simplificado no gótico primitivo.

A edificação principal apresenta uma escala bem maior que a usada nos edifícios secundários, assim como foi dada ênfase à porção da fachada frontal dessa edificação, onde os vãos são mais alongados, mais largos e o pé direito é duplo. A escala do corpo frontal apresenta-se muito superior à humana, podendo transmitir a sensação de superioridade da indústria em relação ao seu operário.

As fachadas laterais e dos fundos, que circundam os salões de fiação e tecelagem, são menos adornadas, possuem sequência modulada de vãos em arco abatido, com ornato do tipo sobrancelha, separados por pilastras de tijolos cerâmicos rebocados. Coroando o topo das referidas fachadas apenas a cimalha em tijolos cerâmicos rebocados.

As paredes externas são estruturais, construídas em alvenaria de pedra lavrada, e internamente são quase completamente edificadas em tijolos cerâmicos maciços, com exceção do comprido cômodo onde se localizam remanescentes de bobinas suspensas, que se prolonga a partir da Casa de Máquinas e de dois trechos em alvenaria de tijolos acrescidos em período não determinado: um localizado na lateral direita da fachada frontal e outro na porção posterior, aos fundos da edificação.

No prédio ao lado funcionava a usina de algodão, onde era realizado o descaroçamento e limpeza, iniciando o processo de beneficiamento da matéria prima. Mais ao fundo do imóvel, funcionou o escritório da fábrica no século XX, quando sofreu ampliação. Com área construída de 227,00m², possuía cobertura em madeira com telha de cimento amianto, esquadrias de ferro e portas de madeira. Encontra-se em ruínas.



Cobertura e Estruturas: O manto de cobertura está distribuído em várias águas, sendo que o corpo principal da edificação se apresenta em módulos paralelos sequenciais, cobertos em quatro águas, com telhas cerâmicas do tipo francesas de olaria local - Olaria Veneza, onde estão distribuídos lanternins metálicos, alternadamente, ao longo de trechos das cumeeiras. Toda a cobertura é circundada por calha metálica, guarnecida por platibanda de alvenaria.

Os pilares e demais estruturas que suportam o telhado fabricados em ferro fundido, vieram da Inglaterra. Tanto pilares quanto tesouras são esbeltos e nos pilares encontram-se registros da empresa Henry Rogers, Sons & Co, Wolverhampton, Londres. Esta empresa de fundição funcionou a partir da década de 30 do século XIX até 1900 e manteve relações comerciais na América do Sul. Forneceu as estruturas de ferro para a Fábrica de Tecidos de Codó e para a Fábrica Manufatora de Caxias.



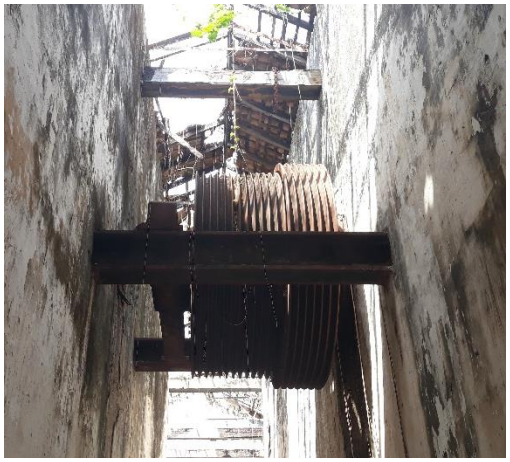


***Chaminé*:** A chaminé executada em tijolos cerâmicos maciços, com 33m de altura total, base quadrangular com altura de 2,80m e planta de 4,00 x 4,00m, possui fuste redondo de diâmetro interno de 1,70m e cerca de 3m de seção circular junto à base. Na ocasião, apresentava uma trinca vertical significativa na face externa da torre, além de várias lacunas de tijolos cerâmicos na borda superior do topo, de modo que se encontrava em risco de perder sua integridade física devido aos problemas estruturais graves, resultantes do longo período de abandono. Recentemente passou por intervenção que alterou o aspecto e conferiu estabilidade ao bem.





***Maquinário*:** No cômodo da antiga Casa de Máquinas existem partes do motor a vapor que se constituía na força motriz da fábrica: o pistão e o grande volante de inércia, que movimentavam os maquinários de fiação e tecelagem. A chaminé metálica, responsável pelo escape dos vapores excedentes em altas temperatura, ainda existe; bem como, roldanas de ferro suspensas em vigas metálicas e engrenagens que transmitiam a força do volante para as máquinas, no processo de transformação de energia a vapor em energia mecânica.



***Edificações Acessórias*:** As edificações acessórias foram registradas apenas por fotografias e constam de construções não envolvidas diretamente nas atividades de produção, mas que fazem parte do conjunto de edificações que só existem em consequência da instalação fabril. São elas: a torre do relógio; o reservatório de água; a Igreja; a casa do gerente; e as residências dos diretores.

A **torre do relógio** com 8,00m de altura e planta quadrangular para abrigo dos vigias, é constituída de paredes duplas com espessura de 0,50m até a altura de 4m. Possui laje de concreto armado e no topo da cobertura encontrava-se o "*bronze*", assim chamado pelos antigos funcionários, peça côncava localizada acima do sino que marcava a entrada e saída dos operários.

O **reservatório de água** com capacidade de reserva de 20.000 L, recebia água canalizada e bombeada do Rio Itapecuru, passava pela Rua Vitorino Freire e pela Rua da Bomba. É uma edificação de planta retangular de pequenas dimensões (3,30 x 8,30m). O reservatório metálico encontra-se sobre base de alvenaria de tijolos com 2,5m de altura, ainda com partes das conexões de distribuição da água, apresenta canais subterrâneos para passagem das tubulações que alcançavam os antigos tanques de tingimento do algodão, os quais supõe-se que eram localizados aos fundos da fábrica, devido a existência de grandes bases de alvenaria demolidas mais recentemente. A linguagem arquitetônica dialoga com a utilizada na fábrica e na usina de algodão: vãos em todas as fachadas em arco abatido, com adorno do tipo sobrancelha, molduras em relevo separam os vãos e toda a edificação é contornada por platibanda em alvenaria.

A **Igreja** construída, em 1932, em homenagem a São Sebastião com recursos doados pela própria fábrica, demonstra o apoio dos dirigentes na disseminação da religião católica. Antes da construção da Igreja existia uma capela erguida em homenagem ao mesmo Santo, benzida pelo missionário capuchinho Frei Davi, no dia 5 de abril de 1896, mesmo mês em que a vila de Codó assumiu a condição de cidade e quatro anos após a construção da Fábrica Manufatureira de Codó. No Bairro Alto, surgiram novas residências nas proximidades da Fábrica, tornando a capela pequena para abrigar o maior número de fiéis, uma das razões para a construção de um templo maior. Observa-se que sua construção é fortemente influenciada por elementos do movimento neogótico, como os vãos em arco ogival e adornos similares a rosáceas.

Além da Igreja, no entorno da Fábrica de Tecidos de Codó, surgiu um núcleo urbano que contribui para a composição de uma paisagem fabril, a partir da lógica do capital industrial da época, onde o gerente e os diretores, morando nas proximidades, podiam controlar a produção e o cumprimento das regras do trabalho operário. Assim, foram edificadas a **casa do gerente** e **as residências dos diretores** do outro lado da Praça Palmério Cantanhede, nome atribuído em homenagem ao engenheiro civil que construiu a Fábrica de Tecidos de Codó.

A **casa do gerente** é um palacete de dois pavimentos com linguagem eclética, implantado com afastamentos frontal e lateral; sua cobertura é em telhas cerâmicas francesas, com beiral apoiado em mãos francesas de madeira, possui janelas em arco pleno e em verga reta, com molduras em relevo bastante adornadas. As janelas possuem bandeira e duas folhas em madeira e vidro. A presença de uma porta na fachada do piso superior fornece indícios da antiga existência de um terraço frontal.

As **residências dos diretores** são compostas de linhas arquitetônicas mais tradicionais, implantadas no alinhamento da rua, possuem vãos em arco pleno, cobertura em telhas cerâmicas, sendo duas casas cobertas com telhas coloniais e a casa da esquina apresenta telhas francesas. Todas possuem cumeeira paralela ao eixo da rua, beiral aparente, apoiado em cimalha argamassada, cunhais e molduras em massa nas fachadas.







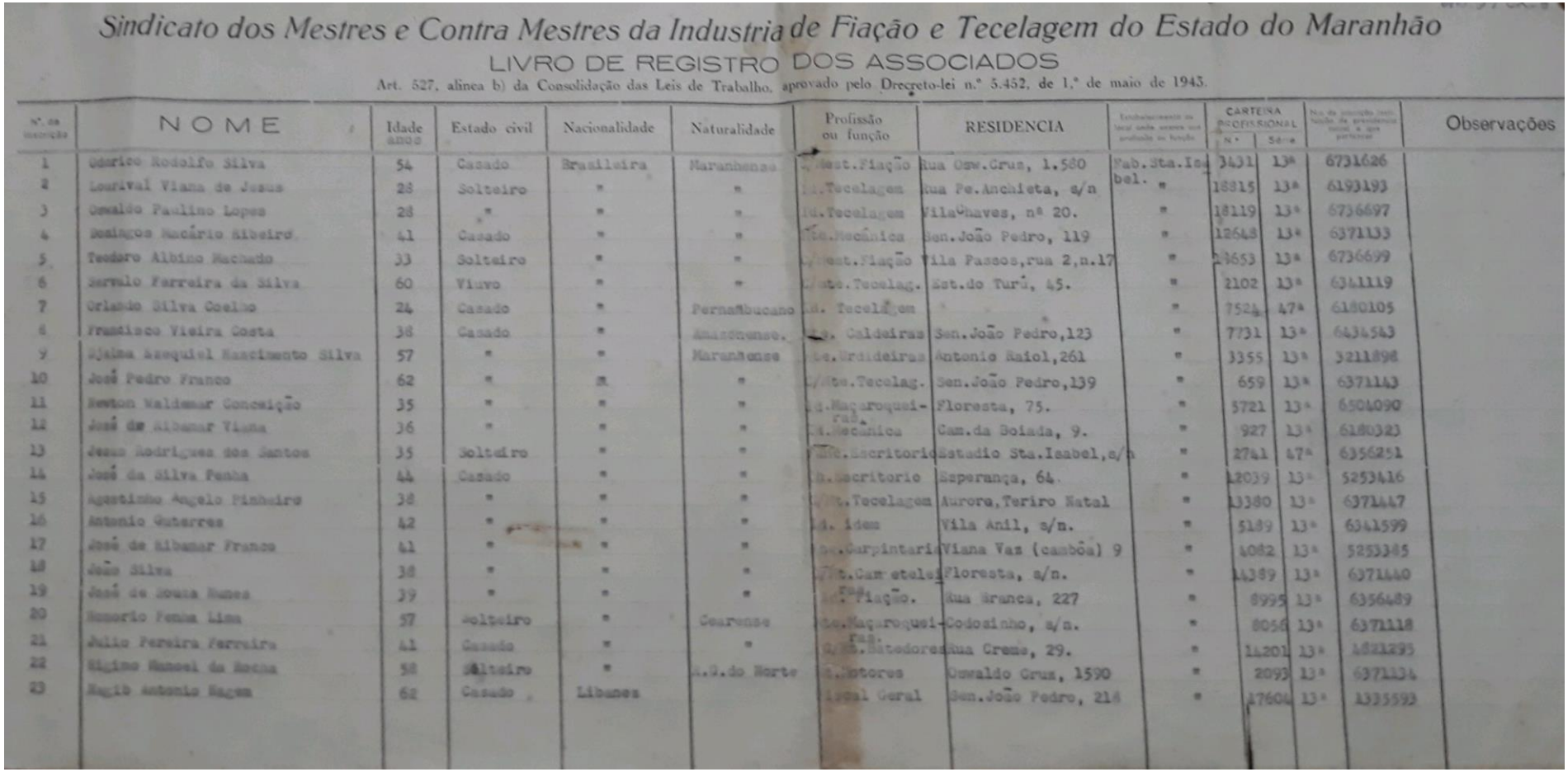






ANEXOS

ANEXO A - Livro de registro de associados no Sindicato de Mestres e Contramestres nas Indústrias de Fiação e Tecelagem do Estado do Maranhão (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO)



Sindicato dos Mestres e Contra Mestres da Industria de Fiação e Tecelagem do Estado do Maranhão

LIVRO DE REGISTRO DOS ASSOCIADOS

Art. 527, alinea b) da Consolidação das Leis de Trabalho, aprovado pelo Decreto-lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943.

Nº. de inscrição	NOME	Idade anos	Estado civil	Nacionalidade	Naturalidade	Profissão ou função	RESIDENCIA	Estabelecimento em que exerce sua profissão ou função	CARTEIRA PROFISSIONAL Nº	Série	Nº de inscrição instituição de previdência social a que pertence	Observações
1	Odorico Rodolfo Silva	54	Casado	Brasileira	Maranhense	Mest.Fiação	Rua Osw.Cruz, 1.580	Fab.Sta.Isabel.	3431	13ª	6731626	
2	Lourival Viana de Jesus	28	Solteiro	"	"	Tecelagem	Rua Pe.Anchieta, s/n	"	18815	13ª	6193193	
3	Oswaldo Paulino Lopes	28	"	"	"	Tecelagem	Vila Chaves, nº 20.	"	18119	13ª	6736697	
4	Domingos Macário Ribeiro	41	Casado	"	"	Mecânica	Sen.João Pedro, 119	"	12648	13ª	6371133	
5	Teodoro Albino Machado	33	Solteiro	"	"	Mest.Fiação	Vila Passos,rua 2,n.17	"	3653	13ª	6736699	
6	Servulo Ferreira da Silva	60	Viuvo	"	"	Cont.Tecelag.	Est.do Turú, 45.	"	2102	13ª	6341119	
7	Orlando Silva Coelho	24	Casado	"	Pernambucano	Tecelagem		"	7524	47ª	6180105	
8	Francisco Vieira Costa	38	Casado	"	Amazonense.	Caldeiras	Sen.João Pedro,123	"	7731	13ª	6434543	
9	Djalma Ezequiel Nascimento Silva	57	"	"	Maranhense	Caldeiras	Antonio Raiol,261	"	3355	13ª	3211898	
10	José Pedro Franco	62	"	"	"	Cont.Tecelag.	Sen.João Pedro,139	"	659	13ª	6371143	
11	Newton Waldemar Conceição	35	"	"	"	Maçaroqueira	Floresta, 75.	"	5721	13ª	6504090	
12	José de Albamar Viana	36	"	"	"	Mecânica	Cam.da Boiada, 9.	"	927	13ª	6180323	
13	Jesus Rodrigues dos Santos	35	Solteiro	"	"	Escritorio	Estadio Sta.Isabel,s/n	"	2741	47ª	6356251	
14	José da Silva Penha	44	Casado	"	"	Escritorio	Esperança, 64	"	12039	13ª	5253416	
15	Agostinho Angelo Pinheiro	38	"	"	"	Tecelagem	Aurora,Teriro Natal	"	13380	13ª	6371447	
16	Antonio Guterres	42	"	"	"	idem	Vila Anil, s/n.	"	5189	13ª	6341599	
17	José de Albamar Franco	41	"	"	"	Carpintaria	Viana Vaz (cambôa) 9	"	4082	13ª	5253385	
18	João Silva	38	"	"	"	Cam eteleiro	Floresta, s/n.	"	14389	13ª	6371440	
19	José de Sousa Ramos	39	"	"	"	Fiação.	Rua Branca, 227	"	8995	13ª	6356489	
20	Honorio Penha Lima	57	Solteiro	"	Cearense	Maçaroqueira	Codosinho, s/n.	"	8056	13ª	6371118	
21	Julio Pereira Ferreira	41	Casado	"	"	Batedores	Rua Creme, 29.	"	14201	13ª	6821295	
22	Higino Manoel da Rocha	58	Solteiro	"	R.G.do Norte	Motores	Oswaldo Cruz, 1590	"	2093	13ª	6371134	
23	Naguib Antonio Hagem	62	Casado	Libanes		Geral	Sen.João Pedro, 214	"	17604	13ª	1335593	

Sindicato dos Mestres e Contra Mestres da Industria de Fiação e Tecelagem do Estado do Maranhão

LIVRO DE REGISTRO DOS ASSOCIADOS

Art. 527, alinea b) da Consolidação das Leis de Trabalho, aprovado pelo Drecréto-lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943.

Nº. de inscrição	NOME	Idade	Estado civil	Nacionalidade	Naturalidade	Profissão ou função	RESIDENCIA	Estabelecimento ou local onde exerce sua profissão ou função	CARTEIRA PROFISSIONAL Nº	Série	Nº da inscrição instituto de previdencia social a que pertencer	Observações
24	José Batista da Silva	25	Solteiro	Brasileira	Maranhense	C/Mte.Fiação	Rua do Norte, 659.	F.Sta.Isabel.	4822	47ª	6371753	
25	Domingos Rosario Almeida	56	Casado	"	"	Mte.Comadores	Rua do Norte, 659.	"	3393	13ª	6371144	
26	José de Ribamar Costa e Silva	35	"	"	"	C/Mt.Mecânica	Rua do Norte, 665.	"	8993	13ª	6341661	
27	Pedro Claudino Dias	68	"	"	"	Mte.Ger.Fiação	Rua Creme, 45.	"	14023	13ª	6504542	
28	Nassim Max Malty	19	Solteiro	"	Catarinense	Fiscal Geral	Sen.João Pedro,92	"	15618	13ª	6408083	
29	José Gomes de Andrade	33	Casado	"	Baiano	Idem, idem.	Oswaldo Cruz, 1612	"	12264	47ª	6190191	
30	Pedro Matias Alves	46	"	"	Cearense	C/Mte.Comadores	Camboa do Mato, 4.	Fab.Sta.Amelia.	9160	13ª	6220588	
31	Luiz de Jesus	30	"	"	Maranhense	C/Mte.Tecelagem	Diamante, 13	"	1702	47ª	5681245	
32	João da Cruz Santana	47	"	"	"	Id.Remeteção	Pr.do Mercado, 551.	"	10303	13ª	6341133	
33	Silvio Malaquias Rubim	44	"	"	"	Id.Tecelagem	Rua S.Jorge, 8.	Fab.R.Anil	9857	13ª	6504077	
34	Lino Raimundo de Souza	55	Viuvo	"	"	Id.Batedores	Monteiro Lobato,52	Fab.S.Luiz	9108	13ª	6341474	
35	Augusto Souza Santos	40	Casado	"	"	Id. Cardas	Madre Deus, 19	"	3595	13ª	5253478	
36	José Murilo da Rocha Ribeiro	32	"	"	"	Id. Fiação	Santos Dumont, 79	"	9135	13ª	6341476	
37	Olderico Braz Dias	59	"	"	"	Id.Maçaroqueiras.	Santos Dumont, 1.	"	1288	13ª	6341148	
38	Maria Francisca Ferreira	37	Solteira	"	"	Fuc.Escritório	Rua Treis,4.(M.Deus)	"	3680	13ª	6341140	
39	Luiza França de Almeida	25	"	"	"	Id. idem.	Sen.Costa Rod.1094	"	20927	13ª	4993417	
40	Maria Silva Tavares Bastos	21	Viuva	"	"	Id. idem.	S.Sabastião, 333-E	"	12987	47ª	6180330	
41	Ricardo Ramos	34	Casado	"	"	C/Mt.Tecelagem	Rua da Cia.26 (Anil)	Fab.R.Anil	9726	13ª	6356766	
42	João Damasceno Alves	40	"	"	"	Id. idem.	Rua Aurora,s/n(Anil)	"	9585	13ª	6356517	
43	Herminio Garcez da Conceição	65	"	"	"	Id. idem.	Rua Aurora,s/n(Anil)	"	412	13ª	6341427	
44	Ricardo Silva	48	"	"	"	Id. idem.	Rua da Cia.26 (Anil)	"	9167	13ª	6341426	
45	José Anastacio Silva	63	Solteiro	"	"	Id. Calandras	S.Sebastião 20.	F.Sta.Aªelia	177	13ª	4793449	

Sindicato dos Mestres e Contra Mestres da Industria de Fiação e Tecelagem do Estado do Maranhão

LIVRO DE REGISTRO DOS ASSOCIADOS

Art. 527, alinea b) da Consolidação das Leis de Trabalho, aprovado pelo Drecreto-lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943.

Nº. de inscrição	NOME	Idade	Estado civil	Nacionalidade	Naturalidade	Profissão ou função	RESIDENCIA	Estabelecimento ou local onde exerce sua profissão ou função	CARTEIRA PROFISSIONAL Nº.	Série	Nº. de inscrição instituição de previdência social a que pertence	Observações
46	Alexandre Alves Bezerra	52	Casado	Brasileira	Maranhense	C/Mte.Cardas	Vai-quem-quer, s/n	Fab.Rio Anil	111	13ª	6371107	
47	Raimundo Nina Paiva	58	"	"	"	Id. idem.	25 de Dezembro,26	"	9377	13ª	6504259	
48	Joaquim Soares Santos	43	"	"	"	Id.Mecânica	Est.da Vitoria,172	Fab.Sta.Amalia.	11528	13ª	6341568	
49	Benedito Leal dos Santos	46	"	"	"	Id.Carpintaria	Casemiro Junior,295	"	8903	13ª	6220987	
50	Narciso de Almeida Pereira	51	"	"	"	Id.Maquinas	Antonio Raiol, 300	"	1012	13ª	6356572	
51	José de Ribamar Almeida	25	"	"	"	Id.Tecelagem	Casemiro Junior,151.	"	9218	13ª	6220587	
52	Laurentina Santos	59	Solteira	"	"	Fisc.Carretel.	Sen.João Pedro,230.	F.Sta.Isabel	14288	13ª	6371629	
53	Zilmar Cruz	27	Casado	"	"	Contador	Sen.João Pedro,230.	"	15518	47ª	6180521	
54	Jacir Santos Costa	37	"	"	"	C/Mte.Tecel.	Rua Azul,s/n (Anil)	F.Sta.Amelia	9139	13ª	6220996	
55	José Mendes	47	"	"	"	Mte.Caldeiras	Rua Branca,85	"	3415	13ª	6220972	
56	Raimundo Soares Torres	52	"	"	"	C/Mte.Mecânica	Boa Vista, 9 (Anil)	Fab.Rio Anil	16249	47ª	6356323	
57	Djalma Graça da Costa	62	"	"	"	Mte.Tecelagem	Est.do Turu, 46.	Sta.Amelia	9136	13ª	6220990	
58	Euclides Leal	60	"	"	"	C/M.Urdidor	Candido Ribeiro,243.	"	10305	13ª	6341130	
59	Dario Gomes da Silva	24	Solteiro	"	"	Id.Tecelagem	Aurora,73(Est.Ribamar)	"	13728	47ª	6190391	
60	Caetano Silva	47	"	"	"	Id. Idem	Belira, 49	"	2165	13ª	6220590	
61	Augusto Medeiros	45	Casado	"	"	Id.Tinturaria	Rua Coqueiros,	Fab.Cambôa	1153	13ª		
62	José Maria Santos	60	"	"	"	Id.Tecelagem	Est.Vitoria,44	"	3283	13ª	5220528	
63	Antonio Lisboa da Silva	29	"	"	"	Id.Tecelagem	Vila Nova, s/n.	Sta.Isabel	4613	47ª	4793053	
64	João Carramilo	39	"	"	"	Aux.Escritorio	Boa Vista, 9 (Anil)	Fab.Rio Anil	9555	13ª	6341421	
65	José Maria de Jesus Goiabeira	24	"	"	"	Id. idem.	Av.Beira-Mar,286	Fab.Sta.Isabel	12988	47ª	6180976	
66	Walter Hobson Caldeira	25	"	"	"	Id. idem.	Cel.Melnacio,179	"	15075	47ª	6371223	
67	Luciano de Jesus Souza Silveira	25	Solteiro	"	"	Id. idem.	Rod.Fernandes, 896	"	12944	47ª	6180966	

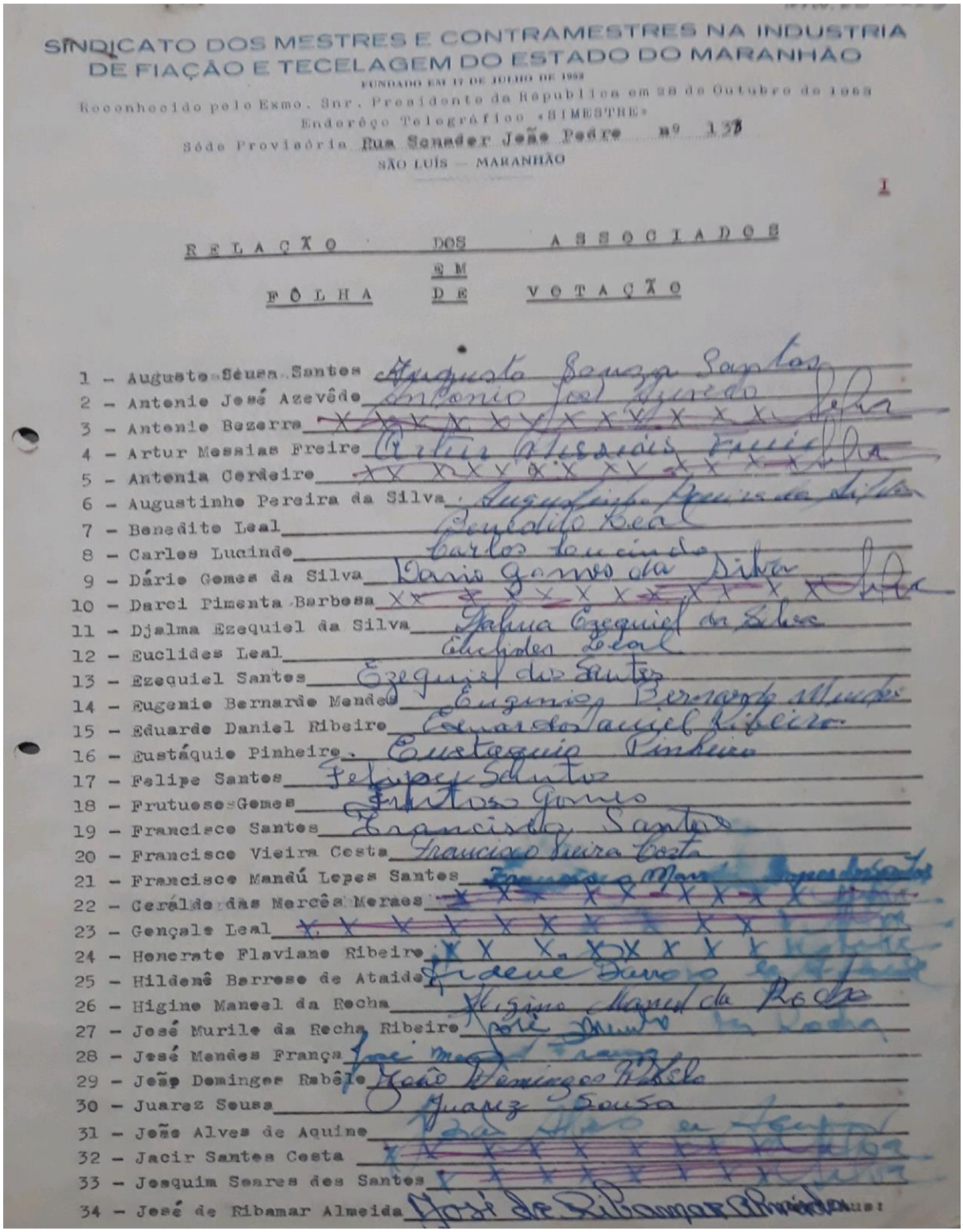
Sindicato dos Mestres e Contra Mestres da Industria de Fiação e Tecelagem do Esado do Maranhão

LIVRO DE REGISTRO DOS ASSOCIADOS

Art. 527, alinea b) da Consolidação das Leis de Trabalho, aprovado pelo Drecreto-lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 19..

Nº. de inscrição	NOME	Idade	Estado civil	Nacionalidade	Naturalidade	Profissão ou função	RESIDENCIA	Estabelecimento em que exerce a profissão ou função	CARTEIRA PROFISSIONAL Nº.	CARTEIRA PROFISSIONAL Série	Nº. de inscrição junto ao Instituto de previdencia social a que pertence	Observações
68	Aldo Araujo Chuary	26	Solteira	Brasileira	Maranhense	Aux.Escritorio	Luzia Bruce, 34.	Fab.Sta.Amelia.	16439	47ª	6434774	
69	Matias Antonio Nogueira	33	Solteiro	"	"	"	Sen.João Pedro,127.	"	4994	47ª	6504233	
70	Anthenor Gonçalves Loureiro	35	Casado	"	"	"	Silva Jardim, 563.	"	11712	13ª	6371446	
71	Pedro Apostolo Rodrigues	35	"	"	Piauiense	"	Sen.João Pedro, 115.	"	1908	47ª	6190422	
72	Walber Penha Junior	30	"	"	Maranhense	"	Sen.João Pedro, 60.	"	3451	47ª	637162	
73	José Frutuoso Graça	23	"	"	Maranhense	"	18 de Novembro, 377	"	9887	47ª	5241670	
74	Teodoro Antônio dos Santos	58	Solteiro	"	"	Mte.Pedreiro	Trav.Felicidade,s/n	"	7925	13ª	6371138	
75	Reinaldo Costa Santos	32	Casado	"	"	C/Mte.Fiação	Boa Vista, 21.	"	2824	47ª	4793049	
76	Waldemar Alves	39	"	"	"	Aj.Almoxarife	Santiago, 212.	"	1911	47ª	6341197	
77	Pedro Lazaro Campos	41	"	"	"	C/Mte.Sacaria	Sen.João Pedro, 229	"	13282	13ª	6371140	
78	João Batista Garces	30	"	"	"	C/mte.Embalag.	Sen. João Pedro,44:	"	17301	13ª	6356965	
79	Benevides Lidio dos Passos	33	"	"	"	Id. Fiação	Diamente, 42.	Fab.Canh	11486	13ª		
80	Antonio Gregorio Brito	39	"	"	"	Id. Gomadores	Camboa do Mato, 3-A.	Fab.Sta. Amelia.	5680	13ª		

ANEXO B - Relação de associados em folha de votação do Sindicato de Mestres e Contramestres nas Indústrias de Fiação e Tecelagem do Estado do Maranhão (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO)



SINDICATO DOS MESTRES E CONTRAMESTRES NA INDUSTRIA DE FIAÇÃO E TECELAGEM DO ESTADO DO MARANHÃO

FUNDADO EM 17 DE JULHO DE 1953

Reconhecido pelo Exmo. Snr. Presidente da Republica em 28 de Outubro de 1953

Endereço Telegráfico «SIMESTRE»

Séde Provisória Rua Senador João Pedro nº 137

SÃO LUÍS — MARANHÃO

1

RELAÇÃO DOS ASSOCIADOS EM FÔLHA DE VOTAÇÃO

1 - Augusto Sousa Santos
2 - Antonio José Azevêdo
3 - Antonio Bezerra
4 - Artur Messias Freire
5 - Antonia Cerdeira
6 - Augustinho Pereira da Silva
7 - Benedito Leal
8 - Carlos Lucindo
9 - Dário Gomes da Silva
10 - Darci Pimenta Barbosa
11 - Djalma Ezequiel da Silva
12 - Euclides Leal
13 - Ezequiel Santos
14 - Eugenio Bernardo Mendes
15 - Eduardo Daniel Ribeiro
16 - Eustáquio Pinheiro
17 - Felipe Santos
18 - Frutuoso Gomes
19 - Francisco Santos
20 - Francisco Vieira Costa
21 - Francisco Mandú Lopes Santos
22 - Geraldo das Mercês Moraes
23 - Gonçalo Leal
24 - Honorato Flaviano Ribeiro
25 - Hildenê Barroso de Ataide
26 - Higino Manoel da Rocha
27 - José Murilo da Rocha Ribeiro
28 - José Mendes França
29 - João Domingos Rabêlo
30 - Juarez Sousa
31 - João Alves de Aquino
32 - Jacir Santos Costa
33 - Joaquim Soares dos Santos
34 - José de Ribamar Almeida

SINDICATO DOS MESTRES E CONTRAMESTRES NA INDUSTRIA DE FIAÇÃO E TECELAGEM DO ESTADO DO MARANHÃO

FUNDADO EM 17 DE JULHO DE 1932

Reconhecido pelo Exmo. Snr. Presidente da Republica em 28 de Outubro de 1933

Endereço Telegráfico «SIMESTRE»

Séde Provisória Rua Senador Jonas Pedro nº 137

SÃO LUÍS — MARANHÃO

Continuação. II

34 - João de Deus Melo
35 - Jocemar de Jesus Gomes
36 - José Gomes de Andrade José Gomes de Andrade
37 - João Silva João Silva
38 - José Godofredo Rabêlo José Godofredo Rabelo
39 - José de Ribamar Franco José de Ribamar Franco
40 - João Batista Garcês
41 - José Ambrezio da Silva José Ambrezio da Silva
42 - Joaquim Ribeiro Paz Joaquim Ribeiro Paz
43 - José de Ribamar Pereira José de Ribamar Barreiros
44 - José Vieira Costa José Vieira Costa
45 - João Véra Cruz Brandão
46 - José Reis
47 - Lino Raimundo Sousa Lino Raimundo de Sousa
48 - Léa Garcia Lindoso Léa Garcia Lindoso
49 - Luiz Santiago Luiz Santiago
50 - Luciano Silveira Luciano Silveira
51 - Laurentina Santos
52 - Maria Francisca Ferreira Maria Francisca Ferreira
53 - Marcelina Launé da Silva Marcelina Launé da Silva
54 - Manoel Ferreira de Sousa Manoel Ferreira de Sousa
55 - Miguel A.Santos Soeiro Miguel A. Santos Soeiro
56 - Nicanôr Coêlho Nicanor Coêlho
57 - Newton Valdemar Conceição Newton Valdemar Conceição
58 - Olderico Braz Dias Olderico Braz Dias
59 - Oliel Vera Cruz Lobato
60 - Orlando da Silva Coêlho Orlando Silva Coêlho
61 - Pedro Matias Alves Pedro Matias Alves
62 - Raimundo Gonçalves Raimundo Gonçalves
63 - Raimundo Rabêlo Raimundo Rabêlo
64 - Raimundo P.de Carvalho Raimundo Paulo de Carvalho
65 - Ricardo Benedito Brito Ricardo Benedito Brito
66 - Reinaldo Costa Santos Reinaldo Costa Santos
67 - Simão Vieira Santos Simão Vieira dos Santos
68 - Sebastião Mendes Raiol
69 - Simplícia Assunção Campos Simplícia Assunção Campos
70 - Santidio Sousa Santidio Sousa
71 - Teodoro Antonio Santos Teodoro A. Santos
72 - Ubaldo Rodrigues Ubaldo Rodrigues

Continua:

ANEXO C - Exemplares de Registro de empregados da Companhia União Caxiense Ano de 1941 (Extraído da Dissertação: **Ciclo de desenvolvimento da indústria têxtil em Caxias-MA**, Cleudia Menezes Graça Teixeira, Campinas-SP: 2003)

335



Registro de Empregados

N.º de ordem do empregado 309

Carteira profissional n.º _____ Série _____

Firma Comp. União Caxiense

Matricula n.º _____

Guia n.º _____

Nome Guiomar Leite

FILIAÇÃO: Pai _____

Mãe Filomena Ferro

Idade _____ Data do Nascimento 5 de 3 de 888

Lugar do Nascimento Caxias

Nacionalidade Baras Equiparado ou naturalizado _____

Residencia Caxias

Data da admissão ao Serviço 2-1-41

Categoria e ocupação habitual Fiandeira

Salario Tarefa Forma de pagamento 15-4

Nome dos Beneficiarios e data do nascimento

Assinatura do Empregado _____

Data _____

Data da dispensa _____ de _____ de _____

336



Registro de Empregados

N.º de ordem do empregado 310

Carteira profissional n.º _____ Série _____

Firma Comp. União Caxiense

Matricula n.º _____

Guia n.º _____

Nome Rosa de Jesus

FILIAÇÃO: Pai _____

Mãe Maria Izabel de Jesus

Idade _____ Data do Nascimento 29 de 8 de 904

Lugar do Nascimento Caxias

Nacionalidade Bras Equiparado ou naturalizado _____

Residencia Caxias

Data da admissão ao Serviço 16-4-41

Categoria e ocupação habitual Fiandeira

Salario Tarefa Forma de pagamento 15ª

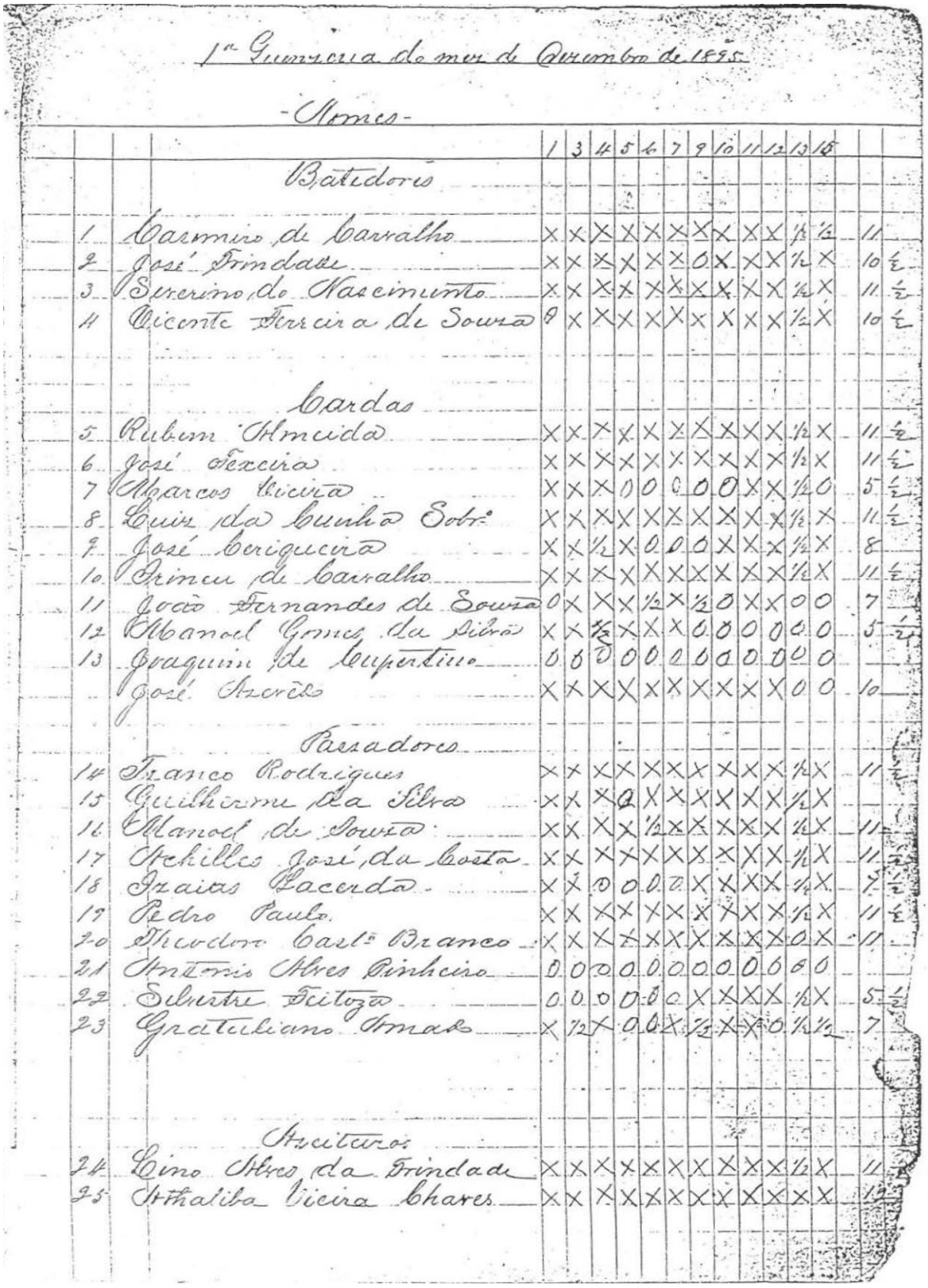
Nome dos Beneficiarios e data do nascimento _____

Assinatura do Empregado _____

Data _____

Data da dispensa 28 de Agôsto de 1941

ANEXO D - Folha de frequência dos operários da Companhia União Caxiense Dezembro de 1895 (Extraído da Dissertação: **Ciclo de desenvolvimento da indústria têxtil em Caxias-MA**, Cleudia Menezes Graça Teixeira, Campinas- SP: 2003)



1ª Quinzena do mez de Dezembro de 1895

	Nomes	1	3	4	5	6	7	9	10	11	12	13	15		
	Batedores														
1	Carmino de Carvalho	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	½	½	11	
2	José Trindade	X	X	X	X	X	X	0	X	X	X	½	X	10	½
3	Sirerino do Nascimento	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	½	X	11	½
4	Vicente Ferreira de Souza	0	X	X	X	X	X	X	X	X	X	½	X	10	½
	Cardas														
5	Rubem Almeida	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	½	X	11	½
6	José Ferreira	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	½	X	11	½
7	Marcos Vieira	X	X	X	0	0	0	0	0	X	X	½	0	5	½
8	Luiz da Cunha Sobrº	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	½	X	11	½
9	José Periquicira	X	X	½	X	0	0	0	X	X	X	½	X	8	
10	Primo de Carvalho	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	½	X	11	½
11	João Fernandes de Souza	0	X	X	X	½	X	½	0	X	X	0	0	7	
12	Manoel Gomes da Silva	X	X	½	X	X	X	0	0	0	0	0	0	5	½
13	Joaquim de Espiritino	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
	José Inacio	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	0	0	10	
	Passadores														
14	Franco Rodrigues	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	½	X	11	½
15	Guilherme da Silva	X	X	X	0	X	X	X	X	X	X	½	X		
16	Manoel de Souza	X	X	X	X	½	X	X	X	X	X	½	X	11	
17	Achilles José da Costa	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	½	X	11	
18	Izaias Lacerda	X	X	0	0	0	0	X	X	X	X	½	X	5	½
19	Pedro Paulo	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	½	X	11	½
20	Theodoro Castº Branco	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	0	X	11	
21	Antonio Alves Pinheiro	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
22	Silvestre Feitoza	0	0	0	0	0	0	X	X	X	X	½	X	5	½
23	Graciliano Amado	X	½	X	0	0	X	½	X	X	0	½	½	7	
	Fiandeiros														
24	Lino Alves da Trindade	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	½	X	11	
25	Athaliba Vieira Chaves	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	12	

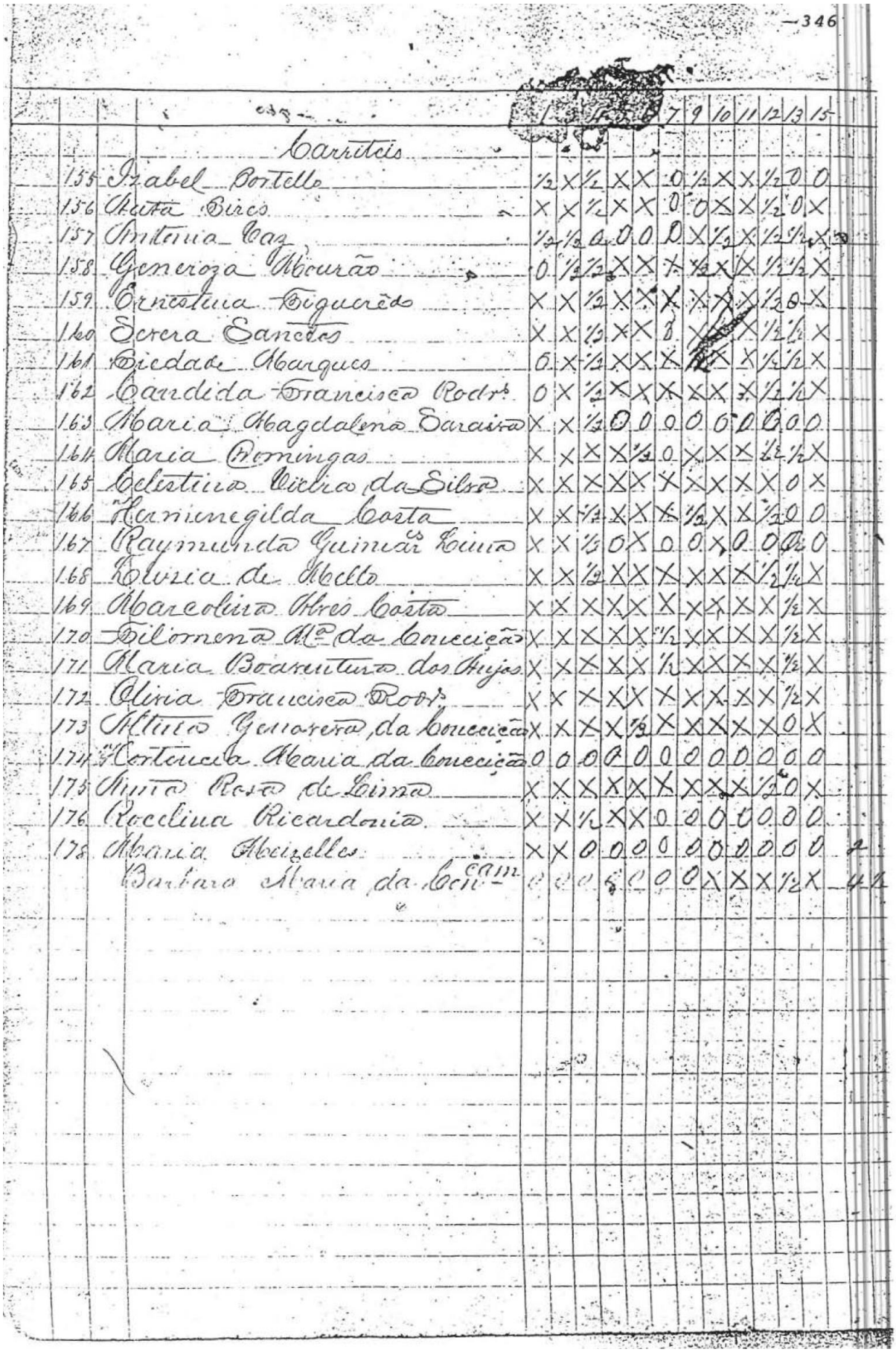
342

			1	3	4	5	6	7	9	10	11	12	13	14		
		Massaroqueiras Grossas														
26		Alexandre Sarmento	X	½	X	X	X	X	X	X	X	X	½	X		
27		Custodio Oliveira	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	½	X		
28		Leoncio Rodrigues	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	½	X		
29		Luiz Pereira da Costa	X	X	X	0	X	X	X	X	½	X	½	X		
30		Marcelino Gomes de Souza	X	X	X	X	X	X	½	X	½	X	½	½		
31		Izac Fernandes de Souza	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6	0	0		
32		Miguel Rodrs de Araujo	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	½	X		
		Massaroqas Finas														
33		Pedro de Oliveira	X	X	X	X	X	0	0	0	0	0	0	0		
34		João Balthazar	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	½	½		
35		João de Souza Lima	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
36		José Franco	X	0	X	X	0	0	½	½	½	X	½	½		
37		João Franco	X	X	X	0	X	X	½	X	½	X	½	½		
38		Marcelino Aureliano	X	X	X	X	X	½	X	0	0	X	½	X	9	
		Raymundo Lima							X	X	X	X	½	X	5	½
		Rolleiros														
39		José Elmiro da Conceição	X	½	X	X	0	X	X	X	X	X	0	X	9	½
40		Antonio José Freire	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	½	X	11	½
41		Leidio Dias de Figueredo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6		
		Fiação														
42		Bazilio Pereira da Silva	X	X	X	X	X	0	½	X	X	X	½	X	X	11	
43		Aldinido do Espirito Sto	X	X	X	X	X	X	0	X	X	X	½	X	X	11	½
44		Francisco José de Moura	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	½	X	0	11	½
45		Olympio de Britto Xavier	X	X	X	X	X	0	X	X	X	X	½	X	X	11	½
46		Raymundo do E. Santo	0	X	X	X	X	X	X	X	X	X	0	X	X	11	
47		Antonio de Passos	X	X	X	X	0	X	X	X	X	X	½	X	X	11	½
48		Gustavo Figueredo Vianna	X	X	X	X	X	X	X	X	X	0	0	0	0	7	
49		Bernardino Franco d'Oliveira	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	½	0	0		
50		Severiano Mirelles	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	½	X	X	12	½
51		Marcolino da Silva	X	X	0	X	X	X	½	X	X	X	½	½	0	9	½
		Pedro Neves	0	0	0	½	X	X	X	X	X	X	½	½	0	7	½
		Theotonio de Sza Mendes										X	X	½	½	0	3

			1	3	4	5	6	7	8	10	11	12	13	14	
		Movimentos													
	52	Julia de Britto	X	X	½	X	X	X	X	X	X	½	0	X	0
	53	Maria Izabel dos Santos	X	X	½	X	X	X	X	X	X	½	½	X	0
	54	Maria José Barboza Lima	X	X	½	X	X	X	X	X	X	½	0	X	0
	55	Attilia Raymunda Lopes	X	X	½	X	X	0	X	½	X	½	½	X	
	56	Victoria Moraes	X	X	X	X	X	0	0	0	X	½	0	X	
	57	Adelina Britto	0	X	X	X	X	X	X	X	X	½	½	X	
	58	Joanna Portello	X	½	X	X	X	0	X	X	X	½	0	0	
	59	Mariana Pereira Leite	X	½	X	X	X	0	X	X	X	½	½	X	
	60	Bilgia Fonseca	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	61	Sebastiana Maria de Sta	X	X	½	X	X	X	X	X	X	½	½	X	
	62	Theodora Ribeiro da Silva	X	X	½	X	X	X	0	X	X	½	½	X	
	63	Mathilde de Miranda	X	X	½	X	X	X	½	X	X	½	½	X	
	64	Elvira Arij Correia	X	X	0	X	X	X	X	½	X	½	½	X	
	65	Firmina Moraes	X	X	½	X	X	X	X	X	X	½	½	X	
	66	Luiza Oliveira	0	0	0	0	0	0	X	X	X	½	½	X	
	67	Galiana Enes	X	X	½	X	X	X	X	X	X	½	½	X	
	68	Hortencia Conceição	X	X	½	X	X	X	X	X	X	½	0	X	
	69	Virginia Rosa Vieira	X	X	½	X	0	X	X	X	X	½	0	X	0
	70	Urbancia Vieira	X	X	½	X	X	X	X	½	X	½	½	X	0
	71	Francisca Leite do Nascto	X	X	½	X	X	X	X	X	X	½	½	X	0
	72	Maria Mesquita	X	X	½	X	X	X	X	X	X	½	0	X	0
	73	Rosa Baptista Vieira	0	0	0	0	0	0	0	X	X	½	½	0	0
	74	Maria Guimarães	X	X	X	X	X	X	X	X	X	½	½	X	0
	75	Maria Tavares	X	X	X	X	X	X	X	X	X	½	½	½	0
	76	Maria Oliveira	X	X	X	X	X	X	X	X	X	½	½	X	0
	77	Anna Nunes Soares	½	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	78	Maria da Naturidade	X	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	79	Maria Victoria de Sta	X	X	½	X	X	X	X	½	X	½	½	X	
	80	Benedicta Maria da Conc	X	X	X	X	X	X	X	½	0	X	½	X	
	81	Maria José de Almeida	X	X	½	X	0	X	X	X	X	½	0	X	
	82	Raymunda Maria do Com	X	½	X	X	X	½	0	0	0	0	0	0	
	83	Raymunda Vieira	X	X	½	X	X	0	0	X	X	X	0	X	
	84	Josepha Conceição	0	X	½	0	0	0	0	X	X	½	0	X	
	85	Maria dos Anjos do Carmo	X	X	½	X	X	X	X	X	X	X	½	X	
	86	Ludgeria Farias	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	87	Maria do Carmo	X	X	½	X	X	X	0	X	X	½	½	X	
	88	Maria Josepha da Silva	½	X	X	X	X	0	X	½	X	X	½	X	

			1	3	4	5	6	7	9	10	11	12	13	15
	89	Maria gardilina de Souza	0	X	0	X	X	0	X	X	X	X	½	X
	90	Maria Bedrosa	X	X	X	½	½	0	0	0	0	0	0	0
	91	Sabriana Simplicia	X	X	½	X	X	X	X	X	X	½	½	X
	92	Jozita Ferreira Sanctos	X	X	½	X	X	0	0	X	X	X	0	X
		-Pramas-												
	93	Ritta Sacerda	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	½	X
	94	Antonia Reis	0	0	0	0	0	0	0	X	X	½	X	
	95	Luzia Vieira	X	X	X	X	X	0	X	X	X	X	½	X
	96	Maria Francisca d' Oliveira	0	0	X	X	X	X	X	X	X	X	½	X
	97	Raimunda Paulina de Jesus	X	X	X	X	X	0	0	X	X	X	½	X
	98	Raymunda Cunha	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	½	X
	99	Filomena Pires de Barr°	X	X	X	X	X	X	0	½	X	½	X	
	100	Joanna Moura	X	X	½	X	X	X	0	0	½	½	0	X
	101	Gonçalla Pessôa	X	X	X	X	X	X	0	X	X	X	0	X
	102	Benedicta Conceição	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	½	X
	103	Constança Lopes	X	X	X	X	½	0	X	X	X	X	½	X
	104	Eleutheria Vianna	X	X	X	X	X	0	X	X	X	X	½	X
	105	Filomena Lopes de Oliv.ª	X	0	0	X	0	0	0	X	½	½	½	
	106	Celina Maria de Jesus	X	X	X	X	X	½	0	X	X	X	½	X
	107	Paulina Cruz	X	X	X	X	X	X	½	½	X	X	½	X
	108	Gonçalla de Oz.ª Lima	X	X	X	0	0	0	X	X	X	X	½	X
	109	Mauricia Silva	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	½	½
	110	Francisca d' Oliv.ª Lima	X	0	X	X	X	X	X	X	X	X	0	X
	111	Galiana Oliveira	X	X	½	0	X	X	X	½	X	X	½	0
	112	Maria Ruffina da Con.ção	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	½	X
	113	Catalina Farias	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	½	X
	114	Alexandrina M.ª da Con.ção	X	X	½	X	X	X	X	X	X	X	½	X
	115	Pedrolina Conceição	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	116	Anna M.ª do Espirito Sancto	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	0	X
	117	Caciana do Nascimento	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	½	X
	118	Maria dos Anjos	X	X	X	X	X	X	0	0	0	X	½	X
	119	Domingas Conceição	X	X	½	X	X	X	½	X	X	½	½	X
	120	Pedrolina Ferreira	X	X	½	X	X	0	½	½	0	0	0	0
	121	Maria Benedicta Barboza	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	½	X
	122	Raymunda Horiata da Silva	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	½	X

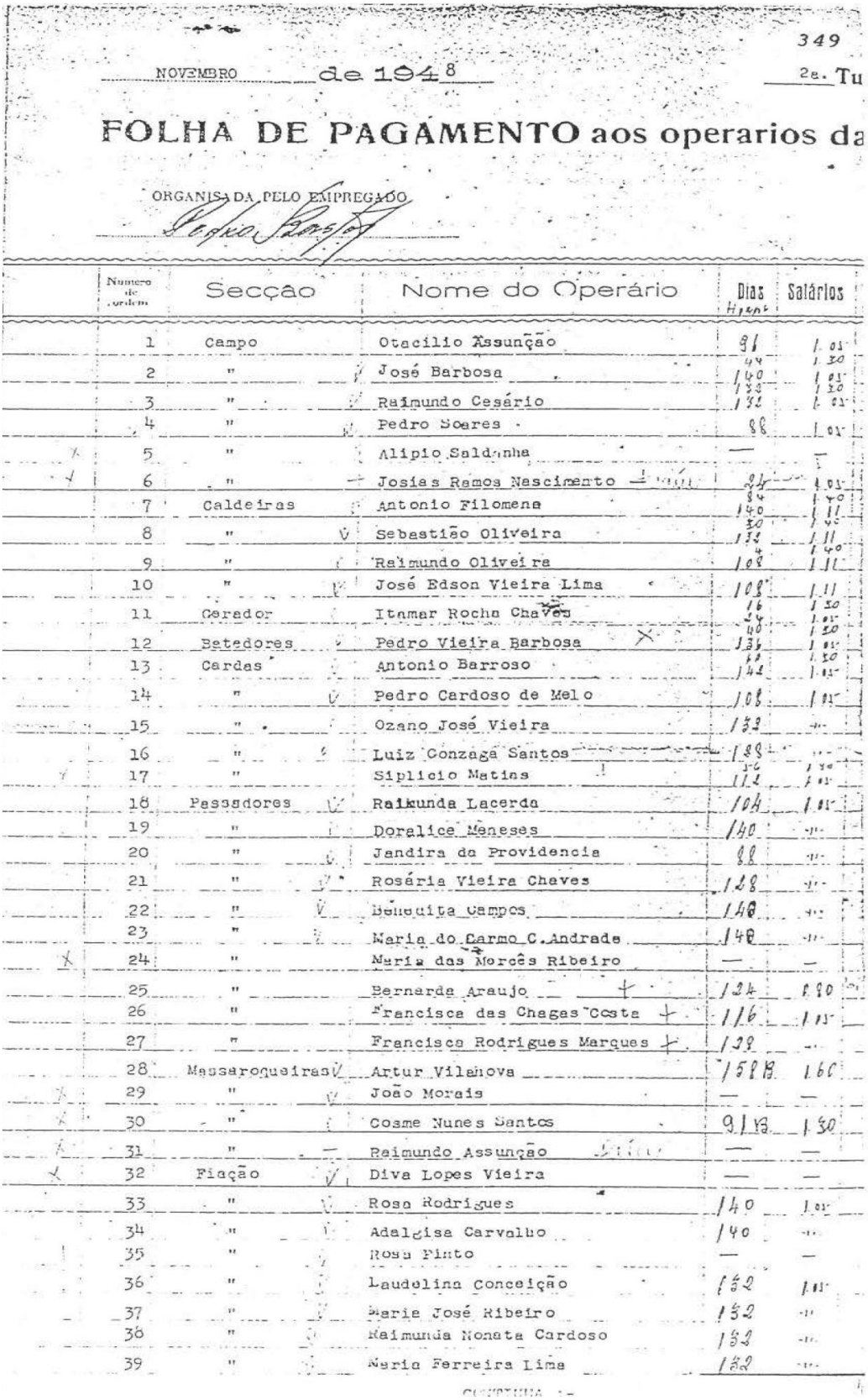
			1	3	4	5	6	7	9	10	11	12	13	14			
	125	Maria dos Anjos Silveira	1	X	X	X	X	½	X	X	X	X	0	X		13	½
	126	Irmina Conceição	X	0	X	X	X	X	X	X	X	X	½	X			
	127	Maria Luiza	0	X	X	X	X	X	X	X	X	X	½	X		10	½
	128	Maria Luiza	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	0	X			
	129	Joanna Maria do Nascim^to	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
	130	Ignacia M^el da Conceição	0	0	X	X	X	X	X	X	X	X	½	0			
	131	Izeria Maria da Conceição	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	½	X			
	132	Marcolina Conceição	X	X	X	X	X	0	X	X	X	X	½	0		9	½
	133	Benedicta Maria	X	X	X	X	X	X	½	X	X	X	½	X		11	
	134	Maria José Lacerda	X	X	X	X	X	X	½	X	X	X	½	X			
	135	Joanna Martins da Costa	0	X	X	X	X	½	½	X	X	X	½	X		9	½
	136	Francisca Maria de Jesus	X	0	0	X	X	X	X	X	X	X	½	X		9	½
	137	Angelica Conceição	X	X	X	X	X	X	0	0	0	0	0	0		6	
	138	Hermina Conceição	X	X	X	X	X	X	0	X	X	X	0	X		10	
	139	Raymunda da Silva	X	X	½	X	X	X	½	X	X	½	0	X			
	140	Antonia Maria da Conceição	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	0	X		11	
	141	Florencia Izeria do Nascim^to	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
	142	Maria Fran^ca do Nascim^to	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
	143	Gabrida Conceição	X	X	X	X	X	X	½	½	X	X	½	X		10	½
	144	Rita Delmira Garcia	X	X	X	½	X	X	X	X	X	X	0	½		10	
	145	Maria Gomes de Jesus	X	X	X	0	X	X	X	0	X	X	0	X		9	
		Sebastiana Conceição	X	X	X	X	X	½	½	X	X	X	½	X		10	
		Silvina Maria de Jesus	½	X	½	0	0	0	X	X	X	0	X			6	
		Theodora Eufrozina da Sa	0	0	X	X	X	0	0	0	0	0	0	0		3	
		Candida Rosa	X	X	X	0	X	X	X	X	X	X	½	X			
		Menino de Serico															
	146	Julio Honorato de Moura	0	0	X	X	X	X	X	X	X	X	0	X		7	
	147	Antonio de Sousa	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	½	X	X	13	½
	148	Francisco de Salles Oliveira	X	X	X	0	X	X	X	X	X	X	½	½		10	
	149	João da Silva Barboza	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	½	X		11	½
	150	João Pedro dos Santos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
	151	Sebastião Enes	X	X	½	0	0	0	0	0	0	0	0	0		2	½
	152	Manoel Justino	X	X	X	X	½	X	0	0	0	0	0	X		6	½
	153	José Pedro de Sousa	½	X	X	X	X	X	½	X	X	X	½	½		10	
	154	Martinho de Pe^ro da S^a	X	X	X	0	X	½	X	X	X	0	0	½		8	
		Maria de Oliveira Costa									½	X	½	½		2	½
		Quirina Fernandes d'Oliv^a									X	½	X	X		3	



—346

			1				7	9	10	11	12	13	15	
		Carriteis												
155		Izabel Bortello	½	X	½	X	X	0	½	X	X	½	0	0
156		Maria Birco	X	X	½	X	X	0	0	X	X	½	0	X
157		Antonia Caz	½	½	0	0	0	0	X	½	X	½	½	X
158		Generoza Mourão	0	½	½	X	X	½	½	X	X	½	½	X
159		Ernestina Figueredo	X	X	½	X	X	X	X	X	X	½	0	X
160		Serena Sanches	X	X	½	X	X	0	X	X	X	½	½	X
161		Cidade Marques	0	X	½	X	X	X	X	X	X	½	½	X
162		Candida Francisca Rodrs	0	X	½	X	X	X	X	X	X	½	½	X
163		Maria Magdalena Saraiva	X	X	½	0	0	0	0	0	0	0	0	0
164		Maria Domingas	X	X	X	X	½	0	X	X	X	½	½	X
165		Celestina Vieira da Silva	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	0	X
166		Hermenegilda Costa	X	X	½	X	X	X	½	X	X	½	0	0
167		Raymunda Guimarães Lima	X	X	½	0	X	0	X	0	0	0	0	0
168		Flavia de Mello	X	X	½	X	X	X	X	X	X	½	½	X
169		Marcolina Alves Costa	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	½	X
170		Filomena Mª da Conceição	X	X	X	X	X	½	X	X	X	X	½	X
171		Maria Boaventura dos Anjos	X	X	X	X	X	½	X	X	X	X	½	X
172		Olivia Francisca Rodrs	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	½	X
173		Altina Guimarães da Conceição	X	X	X	X	½	X	X	X	X	X	0	X
174		Hortencia Maria da Conceição	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
175		Anna Rosa de Lima	X	X	X	X	X	X	X	X	X	½	0	X
176		Cecilina Ricardonia	X	X	½	X	X	0	0	0	0	0	0	0
178		Maria Abizelles	X	X	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		Barbara Maria da Conceição	0	0	0	0	0	0	X	X	X	½	X	44

ANEXO E - Folha de pagamento dos operários da Companhia União Caxiense Novembro de 1948 (Extraído da Dissertação: **Ciclo de desenvolvimento da indústria têxtil em Caxias-MA**, Cleudia Menezes Graça Teixeira, Campinas-SP: 2003)



349

NOVEMBRO de 1948 2a. Tu

FOLHA DE PAGAMENTO aos operarios da

ORGANISADA PELO EMPREGADO

Numero de ordem	Secção	Nome do Operário	Dias Horas	Salários
1	Campo	Otacilio Assunção	91	1 01
2	"	José Barbosa	44 / 140	1 30 / 1 01
3	"	Raimundo Cesário	132	1 01
4	"	Pedro Soares	96	1 01
5	"	Alipio Saldanha	—	—
6	"	Josias Ramos Nascimento	84	1 01
7	Caldeiras	Antonio Filomena	84 / 140	1 40 / 1 11
8	"	Sebastião Oliveira	132	1 11
9	"	Raimundo Oliveira	108	1 40 / 1 11
10	"	José Edson Vieira Lima	108	1 11
11	Cerador	Itamar Rocha Chaves	16	1 30
12	Batedores	Pedro Vieira Barbosa	34 / 40 / 136	1 01 / 1 30 / 1 01
13	Cardas	Antonio Barroso	12 / 142	1 30 / 1 01
14	"	Pedro Cardoso de Melo	108	1 01
15	"	Ozano José Vieira	132	...
16	"	Luiz Conzaga Santos	88	...
17	"	Siplicio Matias	26 / 112	1 30 / 1 01
18	Passadores	Raimunda Lacerda	104	1 01
19	"	Doralice Meneses	140	...
20	"	Jandira da Providencia	88	...
21	"	Rosária Vieira Chaves	128	...
22	"	Benedita Campos	140	...
23	"	Maria do Carmo C. Andrade	140	...
24	"	Maria das Mercês Ribeiro	—	—
25	"	Bernarda Araujo	124	1 90
26	"	Francisca das Chagas Costa	116	1 11
27	"	Francisco Rodrigues Marques	138	...
28	Massaroqueiras	Artur Vilanova	158 13	1 60
29	"	João Morais	—	—
30	"	Cosme Nunes Santos	9 13	1 30
31	"	Raimundo Assunção	—	—
32	Fiação	Diva Lopes Vieira	—	—
33	"	Rosa Rodrigues	140	1 01
34	"	Adalgisa Carvalho	140	...
35	"	Rosa Pinto	—	—
36	"	Laudelina Conceição	132	1 11
37	"	Maria José Ribeiro	132	...
38	"	Raimunda Nonata Cardoso	132	...
39	"	Maria Ferreira Lima	132	...

CONTINUA

ma Cr$ 18.122,80 N. 1 350

Fábrica

VISTO:

GERENTE

DIAS DE TRABALHO: DE FIAÇÃO / TECELAGEM / METROS

Valores	Abono Especial	TOTAL	I. A. P. I.	L. B. A.	SALDOS	Débitos	SALDOS A PAGAR
105 80	52 90	158 70	8 50	—	150 20	150 20	—
204 20	102 10	306 30	15 30	—	291 00	291 00	—
310 20	155 10	465 30	23 30	—	442 00	310 00	132 00
92 40	46 20	138 60	8 50	—	131 10	130 10	—
—	—	—	—	—	—	—	—
25 20	12 60	37 80	2 50	—	19 50	19 00	1 30
273 00	136 50	409 50	20 50	—	389 00	389 00	—
188 50	94 20	282 70	14 10	—	268 60	268 60	—
125 40	62 70	188 10	9 40	—	178 70	178 70	—
119 80	59 90	179 70	9 00	—	170 70	170 70	—
46 00	23 00	69 00	3 50	—	65 50	65 50	—
194 80	97 40	292 20	14 60	—	277 60	214 80	62 80
227 10	113 50	340 60	17 00	—	323 60	323 60	—
113 40	56 70	170 10	8 50	—	161 60	161 60	—
138 60	69 30	207 90	10 40	—	197 50	197 50	—
134 40	67 20	201 60	10 10	—	191 50	191 50	—
190 40	95 20	285 60	14 30	—	271 30	156 90	114 40
109 80	54 60	164 80	8 50	—	156 30	156 30	—
147 00	73 50	220 50	11 00	—	209 50	209 50	—
92 40	46 20	138 60	8 50	—	130 10	—	130 10
134 40	67 20	201 60	10 10	—	191 50	191 50	—
147 00	73 50	220 50	11 00	—	209 50	170 00	39 50
147 00	73 50	220 50	11 00	—	209 50	162 70	46 80
—	—	—	—	—	—	—	—
130 20	65 10	195 30	9 80	—	185 50	111 00	74 50
121 80	60 90	182 70	9 10	—	173 60	173 60	—
134 40	67 20	201 60	10 10	—	191 50	130 00	61 50
252 80	126 40	379 20	19 00	—	360 20	50 00	310 20
—	—	—	—	—	—	—	—
118 50	59 10	177 60	8 90	—	168 70	168 70	—
—	—	—	—	—	—	—	—
—	—	—	—	—	—	—	—
147 00	73 50	220 50	11 00	—	209 50	90 00	119 50
147 00	73 50	220 50	11 00	—	209 50	196 60	12 90
—	—	—	—	—	—	—	—
138 60	69 30	207 90	10 40	—	197 50	40 00	157 50
138 60	69 30	207 90	10 40	—	197 50	197 50	—
138 60	69 30	207 90	10 40	—	197 50	197 50	—
138 60	69 30	207 90	10 40	—	197 50	197 50	—
5[illegible]	[illegible]	7 302 00	351 10		6 9[illegible]	[illegible]	[illegible]

Continuação — Mez de

351

Numero de ordem	Secção	Nome do Operário	Dias Horas	Salários
		CONTINUAÇÃO :-		
40	Fiação	Francisca Lima Costa	132	
41	"	Maria Madalena Sousa e Silva	140	
42	"	Marcionilia Almeida	108	
43	"	Maria Ribeiro	116	
44	"	Raimunda Rodrigues Nascimento	112	
45	"	Laura Maria da Conceição	132	
46	"	Rita de Cassia Teixeira	—	
47	"	Almerinda Lima Silva	—	
48	"	Maria Madalena Sousa	—	
49	"	Antonia Euza de Lima	—	
50	"	Luzia Oliveira	140	
51	"	Maria de Lourdes Oliveira	136	
52	"	Maria José Oliveira	128	
53	"	Maria de Jesus da Silva	—	
54	"	Hortencia Chaves	140	
55	"	Raimunda Nonata Santos	40	
56	"	Maria de Sousa Farias	76	
57	"	Joséfa Ferreira	140	
58	Suplentes	Maria de Lourdes Pereira	128	
59	"	Antonia Ferro	—	
60	"	Maria de Nasaré Alves Barbosa	—	
61	"	Carmelita Ribeiro	112	
62	"	Ana de Jesus Moura	140	
63	"	Maria da Conceição Ferreira	136	
64	"	Maria de Nasaré Vieira	—	
65	"	Maria José Cardoso	108	
66	"	Maria de Lourdes Araujo	136	
67	"	Maria Rosilda Ferreira Silva	124	
68	"	Nasária Dionisia Queiroz	8	
69	"	Ana Maria da Anunciação	68	
70	"	Maria Olinda Gomes	32	
71	"	Laurinda de Sousa	140	
72	"	Maria Chaves	124	
73	"	Maria dos Santos	72	
74	"	Odete Fabriziano Silva	—	
75	"	Maria de Lourdes Costa e Silva	120	
76	"	Maria Lina dos Santos	—	
77	"	Francelina Sousa	136	
78	"	Carmelita Araujo	136	
79	"	Maria das Dores Pereira da Silva	140	
80	"	Maria de Nasaré Morais	120	
81	"	Maria Alinice Cruz	80	
82	"	Leonarda Sousa Costa	140	
83	"	Benedita Rodrigues Sena	136	
84	"	Creuza Silva	136	

CONTINUAÇÃO :-

NOVEMBRO de 1948 — IN - R -

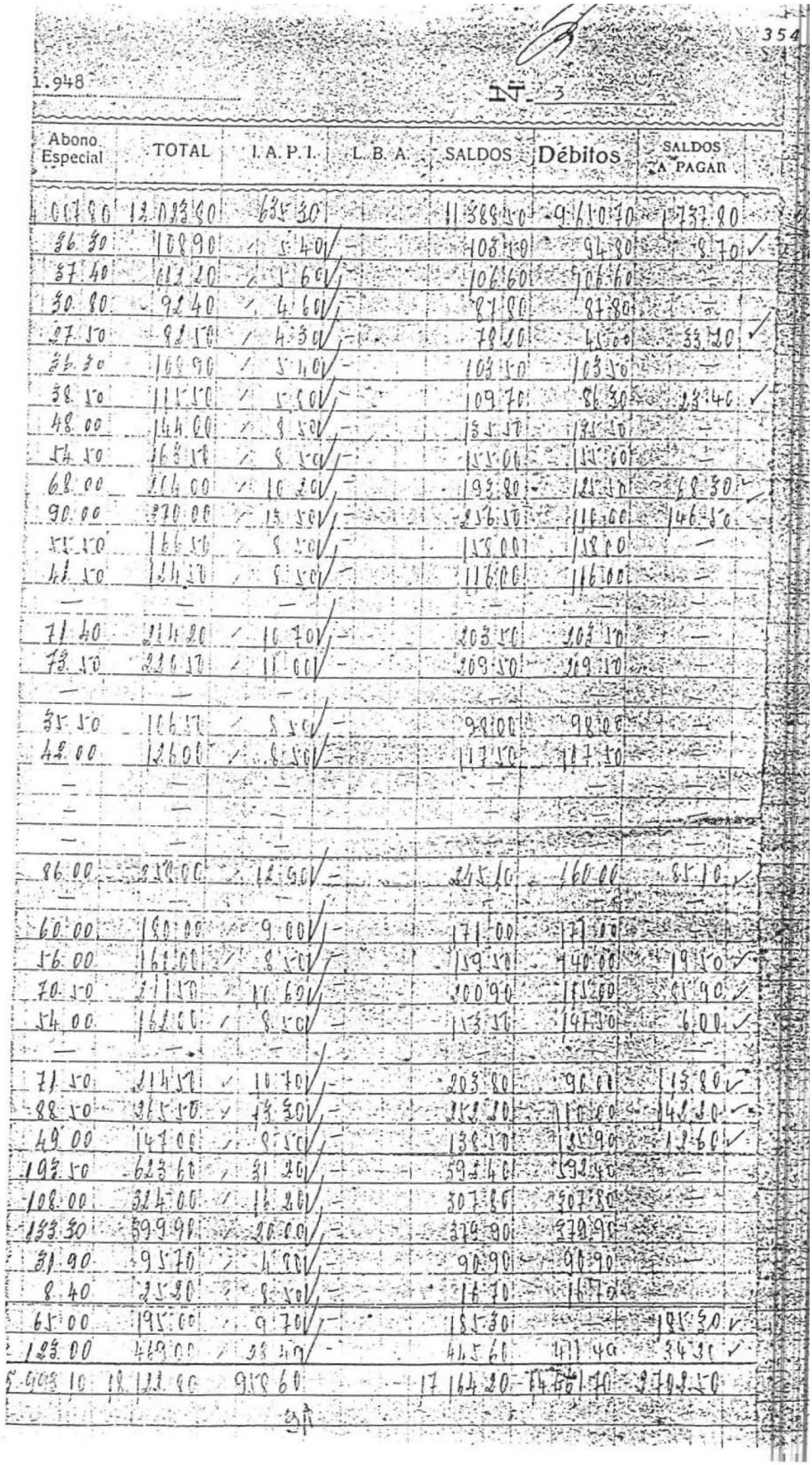
Valores	Abono Especial	TOTAL	I.A.P.I.	~~L.B.A.~~	SALDOS	Débitos	SALDOS A PAGAR
1.873,10	2.434,90	1.308,00	434,10		6.926,90	1.777,90	1.149,00
138,60	69,30	207,90	14,40		197,50	110,00	87,50 ✓
126,00	63,00	189,00	9,40		179,60	146,00	33,60 ✓
177,00	88,50	265,50	13,50		252,00	252,00	—
121,80	60,90	182,70	9,10		173,60	173,60	—
117,60	58,80	176,40	8,80		167,60	167,60	—
138,60	69,30	207,90	10,40		197,50	110,00	87,50 ✓
—	—	—	—		—	—	—
—	—	—	—		—	—	—
—	—	—	—		—	—	—
—	—	—	—		—	—	—
147,00	73,50	220,50	11,00		209,50	209,50	—
142,80	71,40	214,20	10,70		203,50	196,70	6,80 ✓
134,40	67,20	201,60	10,10		191,50	191,50	—
—	—	—	—		—	—	—
147,00	73,50	220,50	11,00		209,50	158,50	51,00 ✓
42,00	21,00	63,00	3,10		54,50	54,50	—
79,80	39,90	119,70	8,10		111,20	111,20	—
147,00	73,50	220,50	11,00		209,50	140,00	69,50 ✓
70,40	35,20	105,60	5,10		100,50	100,50	—
—	—	—	—		—	—	—
—	—	—	—		—	—	—
117,60	58,80	176,40	8,80		167,60	100,40	67,20 ✓
77,00	38,50	115,50	5,80		109,70	109,70	—
74,80	37,40	112,20	5,60		106,60	70,00	36,60 ✓
—	—	—	—		—	—	—
59,40	29,70	89,10	4,40		84,70	84,70	—
74,80	37,40	112,20	5,60		106,60	106,60	—
68,20	34,10	102,30	5,10		97,20	97,20	—
6,40	3,20	9,60	4,30		5,30	5,30	—
37,40	18,70	56,10	4,30		51,80	51,80	—
13,40	6,70	20,10	4,30		18,80	18,80	—
77,00	38,50	115,50	5,80		109,70	109,70	0,50 ✓
93,20	46,60	139,80	7,00		132,80	100,00	32,80 ✓
39,60	19,80	59,40	4,30		55,10	55,10	—
—	—	—	—		—	—	—
70,40	35,20	105,60	5,30		100,30	100,30	—
—	—	—	—		—	—	—
74,80	37,40	112,20	5,60		106,60	89,60	17,00 ✓
108,80	54,40	163,20	9,10		155,00	85,00	70,00 ✓
77,00	38,50	115,50	5,80		109,70	109,70	—
71,50	35,70	107,20	5,40		101,80	101,80	—
44,00	22,00	66,00	4,30		61,70	60,00	1,70 ✓
77,00	38,50	115,50	5,80		109,70	109,70	—
74,80	37,40	112,20	5,60		106,60	87,10	19,50 ✓
74,80	37,40	112,20	5,60		106,60	97,00	9,60 ✓
			634,50			9.656,70	1.157,80

352

FOLHA 353

Continuação — Mez de NOVEMBRO de

Numero de ordem	Secção	Nome do Operário	Dias	Salários	Valores
		CONTINUAÃO :-			$ 016 00
85	Suplentes	Maria Carmelita Santos	132	1 00	72 60
86	"	Maria das Dores Paixão	134	"	74 90
87	"	Herminia Gomes de Morais	112	"	61 60
88	"	Tereza de Jesus Martins	100	"	55 00
89	"	Isabel Alves da Silva	132	"	72 60
90	"	Maria José Galiza	140	"	77 00
91	Carreteis	Ana Dantas	384 Kl	1 Hr 8,40	96 00
92	"	Luzia Alves Mourão	436 Kl	" 8,40	109 00
93	"	Dalia Elias de Sousa	144 Kl	" 8,40	36 00
94	"	Joana Maria da Conceição	720 Kl	" 10,00	180 00
95	"	Amelia Vilanova	413 Kl e 15	1 Hr 10	111 00
96	"	Benedita Moura	333 Kl	1 Hr 6,40	93 00
97	"	Luzia de Sousa Lima	—	—	—
98	"	Virgilina Morais	136 Kl	1 Hr	142 80
99	"	Sebastiana Pinto	140 Kl	"	147 00
100	"	Virginia Barbosa	—	—	—
101	"	Isolina Gomes Feitosa	384 Kl	1 Hr 8,40	71 00
102	"	Albertina Alves Machado	336 Kl	" 8,00	84 00
103	"	Margarida Lima Brito	—	—	—
104	"	Zilda Alves Bandeira	—	—	—
105	"	Maria da Natividade Sousa	—	—	—
106	"	Ernestina Alves da Silva	688 Kl	1 Hr 10	172 00
107	"	Ana Alves de Oliveira	—	—	—
108	"	Benedita Maria Teixeira	488 Kl	1 Hr 8,40	130 00
109	"	Tereza Mendes das Mercês	448 Kl	" 8,40	118 00
110	"	Sofia Rodrigues dos Santos	164 Kl	" 8,40	41 00
111	"	Tereza de Sousa Ribeiro	433 Kl	" 8,40	101 00
112	"	Domingas Rodrigues	—	—	—
113	"	Francisca Lopes da Silva	101 Kl e 16 H	1 Hr 10	60 [illegible]
114	"	Maria Oliveira	708 Kl	1 Hr 10	177 00
115	Retorcedeira	Luiza Ferreira Silva	140 Kl	1 Hr 10	98 00
116	Balança	Cristovam Colombo da Silva	530 Kl	1 Hr 8,40	450 10
117	"	João Rodrigues Coêlho	144	1 Hr	216 00
118	Correiaria	Francisco Abreu	93 140	1 Hr	266 60
119	Varredores	Zacarias Alves Lima	116	0 Hr	65 80
120	"	Raimunda Camara França	16	1 Hr	16 80
121	Urdideiras	Filomena Costa Barros	116	1 Hr 10	130 00
122	Tecelagem	Sebastião Morais	116	1 Hr 8,40	346 00
					3 [illegible] 10



1.948 — 354

Abono Especial	TOTAL	I. A. P. I.	L. B. A.	SALDOS	Débitos	SALDOS A PAGAR	
001 90	12 093 50	685 30		11 388 20	9 650 70	1 737 80	
36 30	108 90	5 40		103 10	94 80	8 70	✓
37 40	112 20	5 60		106 60	106 60	—	
30 80	92 40	4 60		87 80	87 80	—	
27 50	82 50	4 30		78 20	45 00	33 20	✓
36 30	109 90	5 40		103 10	103 10	—	
38 50	115 50	5 60		109 70	86 30	23 40	✓
48 00	144 00	8 50		135 50	135 50	—	
54 50	163 50	8 50		155 00	155 00	—	
68 00	204 00	10 20		193 80	145 50	48 30	✓
90 00	270 00	15 50		256 50	110 00	146 50	
55 50	166 50	8 50		158 00	158 00	—	
41 50	124 50	8 50		116 00	116 00	—	
—	—	—		—	—	—	
71 40	214 20	10 70		203 50	203 50	—	
73 50	220 50	11 00		209 50	209 50	—	
—	—	—		—	—	—	
35 50	106 50	8 50		98 00	98 00	—	
42 00	126 00	8 50		117 50	117 50	—	
—	—	—		—	—	—	
—	—	—		—	—	—	
—	—	—		—	—	—	
86 00	258 00	12 90		245 10	160 00	85 10	✓
—	—	—		—	—	—	
60 00	180 00	9 00		171 00	171 00	—	
56 00	168 00	8 50		159 50	140 00	19 50	✓
70 50	211 50	10 60		200 90	153 00	47 90	✓
54 00	162 00	8 50		153 50	147 50	6 00	✓
—	—	—		—	—	—	
71 50	214 50	10 70		203 80	90 00	113 80	✓
88 50	265 50	13 30		252 20	210 00	42 20	✓
49 00	147 00	8 50		138 50	51 90	12 60	✓
193 50	623 60	31 20		592 40	592 40	—	
108 00	324 00	16 20		307 80	307 80	—	
133 30	399 90	20 00		379 90	379 90	—	
31 90	95 70	4 80		90 90	90 90	—	
8 40	25 20	8 50		16 70	16 70	—	
65 00	195 00	9 70		185 30	—	185 30	✓
123 00	369 00	18 40		350 60	311 40	34 31	✓
5 003 10	15 009 30	750 60		14 258 70	14 256 40	3 703 50	